



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE, NATUREZA E
DESENVOLVIMENTO**

ANDRÉ DAS CHAGAS SANTOS

**USO DO TERRITÓRIO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NA REGIÃO DA
RODOVIA SANTARÉM-CURUÁ-UNA (PA 370): O EXEMPLO DA
REALIDADE DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA**

**SANTARÉM-PA
2020**

ANDRÉ DAS CHAGAS SANTOS

**USO DO TERRITÓRIO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NA REGIÃO DA
RODOVIA SANTARÉM-CURUÁ-UNA (PA 370): O EXEMPLO DA
REALIDADE DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade Natureza e Desenvolvimento (PPGSND) como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências ambientais; Universidade Federal do Oeste do Pará; Área de concentração: Impactos Ambientais e Sociais da Mudança do Uso da Terra na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Jarsen Luis Castro Guimarães.

Co-orientadora: Prof^a Dra. Izaura Cristina Nunes Pereira Costa.

**SANTARÉM-PA
2020**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

S237u Santos, André das Chagas
Uso do território e dinâmicas territoriais na região da Rodovia Santarém-
Curuá-Una (PA 370): o exemplo da realidade da Comunidade Boa Esperan-
ça./ André das Chagas Santos. – Santarém, 2020.
240 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientador: Jarsen Luis Castro Guimarães
Coorientadora: Izaura Cristina Nunes Costa Pereira
Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de
Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação
Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento.

1. Comunidade de Boa Esperança. 2. Amazônia. 3. Políticas de desenvolvi-
mento. I. Guimarães, Jarsen Luis Castro, *orient.* II. Pereira, Izaura Cristina
Nunes Costa, *coorient.* III. Título.

CDD: 23 ed. 338.17098115

Bibliotecária - Documentalista: Renata Ferreira – CRB/2 1440

ANDRÉ DAS CHAGAS SANTOS

**USO DO TERRITÓRIO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NA REGIÃO DA
RODOVIA SANTARÉM-CURUÁ-UNA (PA 370): O EXEMPLO DA
REALIDADE DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade Natureza e Desenvolvimento (PPGSND) como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências ambientais; Universidade Federal do Oeste do Pará; Área de concentração: Impactos Ambientais e Sociais da Mudança do Uso da Terra na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Jarsen Luis Castro Guimarães.

Co-orientadora: Prof^a Dra. Izaura Cristina Nunes Costa Pereira.

Conceito: Aprovado

Data de aprovação: 15/05/2020

Prof. Dr. Jarsen Luis Castro Guimarães - Orientador
UFOPA

Prof^a Dra. Izaura Cristina Nunes Pereira Costa – Co-orientadora
UFOPA

Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho- Membro
UFOPA

Prof. Dr. Edilan de Sant Ana Quaresma- Membro
UFOPA

Prof^a. Dra. Ednea do Nascimento Carvalho - Membro
UFOPA

Prof. Dr. Tânia Suely Azevedo Brasileiro- Membro
UFOPA

Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira- Membro
UFOPA

Dedico este trabalho aos meus filhos e esposa.

Aos meus pais e avós que pouco frequentaram os bancos escolares.

E a todos os comunitários de Boa Esperança que contribuíram para construção dessa grande comunidade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento que, a partir das diversas áreas do conhecimento, contribuíram com a minha formação.

Aos meus novos amigos da Pós-Graduação minha gratidão pela amizade e pelos debates empreendidos durante as aulas, pelas brincadeiras.

Agradeço a Professora Izaura Cristina Nunes Pereira pela Coorientação logo após a qualificação e por gentilmente me encaminhar pelos duros caminhos da construção do conhecimento científico. Agradeço a paciência e as valiosas orientações.

Agradeço ao Professor Jarsen Guimarães por aceitar uma orientação, e por todo o empenho para que pudesse estar preparado neste momento.

Ao amigo Marcelo por todo o apoio nesses anos de amizade, pelas leituras e sugestões dadas no processo de construção do texto, em especial no quadro de revisão bibliográfica. Sem essas considerações, o texto final não teria tal forma.

A todos os amigos que me incentivaram nesta caminhada.

À senhora Ruth Sena e seu esposo Cristóvão Sena que abriram as portas do Instituto Boanerges Sena para realizar as pesquisas nas fontes primárias.

A minha família pelo apoio moral para que eu concluísse mais uma etapa da minha formação.

À CAPES pela bolsa de pós graduação.

E o agradecimento especial a meus filhos (ELIZ e MIGUEL) e esposa (CRIZ) por estarem sempre próximos, e ao mesmo tempo compreenderem a importância da ausência e da solidão no processo de construção da pesquisa.

A todos, meu terno agradecimento!

A primeira premissa de toda a existência humana, e portanto, também, de toda a história, ou seja, a premissa de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem "fazer história". Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas (MARX E ENGELS).

RESUMO

A compreensão do processo de ocupação da Amazônia perpassa pela análise das políticas de desenvolvimento implementadas pelo Estado na região, a partir da década de 1960. No âmbito do conjunto de ações com foco, inicialmente, na integração nacional, a abertura de rodovias foi um subsídio necessário para o alcance dos objetivos propostos, além da formação de uma rede urbana como base logística de ocupação. Nesse contexto, surgem na região inúmeros núcleos populacionais, tanto induzidos quanto espontâneos, tal como a Comunidade de Boa Esperança, no município de Santarém, oeste do Pará. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações no uso e ocupação do território na Comunidade de Boa Esperança, localizada em Santarém, região oeste do Pará, a partir da década de 1960 até 2020. Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica, jornalística e documental e pesquisa de campo. A origem da comunidade de Boa Esperança relaciona-se à construção da PA-370 (Santarém-Curuá-Una) e da Usina Hidrelétrica Sylvio Braga, também conhecida como Hidrelétrica de Curuá-Una, obras resultantes das demandas de políticos locais. Constatou-se três fases em seu processo de desenvolvimento histórico e territorial: a) Extrativista; b) Formação e consolidação; Especialização da Produção e Agronegócio. Nesse processo de desenvolvimento, a comunidade passou por importantes transformações e inseriu-se na lógica da reprodução capitalista, e segue a tendência de um processo de urbanização e modernização de suas atividades produtivas inseridas em uma lógica capitalista de acumulação e concentração da riqueza socialmente produzida.

Palavras-Chave: Comunidade de Boa Esperança. Políticas de desenvolvimento. Amazônia. Modernização da agricultura.

ABSTRACT

The understanding of the process of occupation of the Amazon goes through the analysis of the development policies implemented by the State in the region, starting in the 1960s. Within the scope of the set of actions focused, initially, on national integration, the opening of highways was a necessary subsidy to reach the proposed objectives, in addition to the formation of an urban network, as a logistical base of occupation. In this context, countless population nuclei, both induced and spontaneous, appear in the region, such as the Boa Esperança Community, in the municipality of Santarém, western Pará. In this context, this study aims to analyze the changes in the use and occupation of the territory in the Community of Boa Esperança, located in Santarém, western region of Pará, from the 1960s to 2020. bibliographic, journalistic and documentary revision and field research. The origin of the Boa Esperança community is related to the construction of PA-370 (Santarém-Curuá-Una) and the Sylvio Braga Hydroelectric Plant, also known as the Curuá-Una hydroelectric plant, works resulting from the demands of local politicians. There were three phases in its historical and territorial development process: a) Extractive; b) Formation and consolidation; Specialization in Production and Agribusiness. In this development process, the community underwent important transformations and was inserted in the logic of capitalist reproduction, and follows the trend of a process of urbanization and modernization of its productive activities inserted in a capitalist logic of accumulation and concentration of socially produced wealth.

Keywords: Boa Esperança Community. Development policies. Amazon. Modernization of agriculture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Propriedade rural na comunidade de Boa Esperança, década de 1990.	20
Figura 2 - Agricultor em sua roça de Mandioca.....	22
Figura 3 - Mapa de Localização do Distrito de Boa Esperança.....	26
Figura 4 - Mapa de Localização da Comunidade Boa Esperança, Santarém (PA).	93
Figura 5 - Imagens do período de construção da UHE de Curuá-una.	100
Figura 6 – Agricultores familiares usando cavalo e carroça de boi para como meio de transporte na PA 370.....	107
Figura 7 - Caminhão Pau de Arara da ASCOPLAUNA.....	108
Figura 8 - Períodos do desenvolvimento histórico da Comunidade de Boa Esperança.....	110
Figura 9 - Serrador de mandioca.....	119
Figura 10 - Produtor serrando mandioca.....	120
Figura 11 - Lavador de mandioca.....	120
Figura 12 - Forno elétrico para torrar farinha de mandioca e de tapioca.....	122
Figura 13 - Emboladeira de goma de tapioca.....	123
Figura 14 - Lavadeira de massa de mandioca.....	124
Figura 15 - Cobertura do Solo no Distrito de Boa Esperança, Santarém, ano 1976	128
Figura 16 - Cobertura do Solo no Distrito de Boa Esperança, Santarém, ano, 1981	128
Figura 17 - Cobertura do Solo no Distrito de Boa Esperança, Santarém-PA, ano 2010.....	128
Figura 18 - Cobertura do Solo no Distrito de Boa Esperança, Santarém, ano 2003	129
Figura 19 - Cobertura do Solo no Distrito de Boa Esperança, Santarém, ano 2010	129
Figura 20 - Cobertura do Solo no Distrito de Boa Esperança, Santarém, ano, 2017	129
Figura 21 - Almoço de garimpeiros da comunidade de Boa Esperança.	133
Figura 22 - Notícia do Jornal de Santarém sobre o início da operação do porto da Cargill em Santarém.....	140
Figura 23 – Caminhões madeireiros trafegando na PA 370, 1995;.....	167
Figura 24 - Veículo trafegando na rodovia PA 370.....	168
Figura 25 - Comunitários trafegando com gado na rodovia deteriorada.....	168
Figura 26 - Estrada com o asfalto deteriorado.....	169
Figura 27 – Destaque para a poeira na PA 370.....	169
Figura 28 – Desfile de 07 de setembro na PA 370.....	170

Figura 29 – Notícia do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas,	172
Figura 30 - Relação entre a média e desvio padrão de área e área cultivada.	190

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção agropecuária na região metropolitana de Santarém	144
Gráfico 2 - Veículos Ligados a Atividades Agrícolas (2000-2012).....	146
Gráfico 3 - Área Cultivada de Arroz e Soja em Santarém	164
Gráfico 4 - Valores da produção de soja e arroz primeira década de produção em Santarém.....	164
Gráfico 5 -Produtores de grãos na comunidade de Boa Esperança	199
Gráfico 6 - Evolução do preço do Hectare de terra na comunidade de Boa Esperança	202

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo entre os teóricos da modernização da agricultura.	88
Quadro 2 - Fases do processo de formação territorial da Comunidade de Boa Esperança, Santarém (PA).....	103
Quadro 3 - Situação das casas de farinha na comunidade de Boa Esperança	117
Quadro 4 - Resumo da produção de grãos em Santarém e região metropolitana.....	143
Quadro 5 - Exportações em Santarém (2013).....	147
Quadro 6 - Concessionárias de equipamentos agrícolas	147
Quadro 7 - Empreendimentos Agrícolas: assessoria e insumos (2013)....	148
Quadro 8 - Instituições de cursos técnicos e superior ofertados em Santarém vinculados a produção rural	150
Quadro 9 - Propriedades do agricultor Erni Bortoli	204
Quadro 10 - Propriedades da agricultora Janete Maria Brun Pallaro	204
Quadro 11 - Propriedades do agricultor Fernando Alberto Pallaro.....	205
Quadro 12 - Propriedades da agricultora Neli Koch	205
Quadro 13 - Propriedade do agricultor Ivan Carlos Koch	205
Quadro 14 - Propriedades do agricultora Jesanias Menezes Bezerra	206
Quadro 15 - Propriedades do agricultor Sebastião Sales Ferreira Menezes	206

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mudanças na produção agrícola no Brasil.....	82
Tabela 2 - Evolução Populacional de Santarém (PA)	102
Tabela 3 - Orçamento para a montagem de uma casa de farinha na comunidade de Boa Esperança	118
Tabela 4 - Cobertura do solo na comunidade de Boa Esperança.....	131
Tabela 5 - Atividades agropecuárias na região metropolitana de Santarém	144
Tabela 6 - Dados sobre a empresa Cetap	160
Tabela 7 - Produtores de arroz em Boa Esperança.....	182
Tabela 8 - Produtores de soja em Boa Esperança.	183
Tabela 9 - Produtores de sorgo em Boa Esperança	183
Tabela 10 - Produtores de milho em Boa Esperança	184
Tabela 11 - Produtores de feijão em Boa Esperança	184
Tabela 12 - Produtores de arroz em Boa Esperança.....	185
Tabela 13 - Produtores de laranja em Boa Esperança	185
Tabela 14 - Produtores de arroz em Boa Esperança.....	186
Tabela 15 - Produtores de acerola em Boa Esperança	187
Tabela 16 - Produtores de pimenta do reino em Boa Esperança	187
Tabela 17 - Pecuáristas em Boa Esperança.....	188
Tabela 18 - Suinocultores em Boa Esperança.....	188
Tabela 19 - Avicultores em Boa Esperança.....	189
Tabela 20 - Média e Desvio Padrão das Áreas Utilizadas	189
Tabela 21 - Frequência na relação entre área da propriedade e área cultivada.	191
Tabela 22 - Concentração da terra típica da moderna agricultura capitalista.	192
Tabela 23 - Culturas de exportação.....	192
Tabela 24 - Preparo da terra em relação com a área da propriedade	194
Tabela 25 - Fertilizantes em relação com área da propriedade.....	195
Tabela 26 - Controle de pragas em relação com área da propriedade.....	196
Tabela 27 - Plantio e colheita em relação com área da propriedade	196
Tabela 28 - Evolução do preço da terra na comunidade de Boa Esperança	202

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

AMUVE	Associação de Mães Unidas para vencer
ASCORPLAUNA	Associação Comunitária Rural do Planalto Curuá-Uma
BASA	Banco da Amazônia
BCB	Banco de Crédito da Borracha
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDP	Companhia Docas do Pará
Cetap	Cerealista Tapajós
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenagem
Coagro	Correa Agroindustrial
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNPVN	Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
CAI's	Complexo Agroindustrial
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Cadastro Ambiental Rural
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
FDA	Frente de Defesa da Amazônia
GERA	Grupo Executivo da Reforma Agrária

IPCA	Índice de Preços para o Consumidor Amplo
NAEA	Núcleo dos altos estudos amazônicos
PDA	Programa de Desenvolvimento para a Amazônia
PIN	Programa de Integração Nacional
PRIMAZ	Programa de Integração Mineral
PROCEDER	Programa Nipo-Brasileiro do Desenvolvimento do Cerrado
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAVA	Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico
SEMTA	Serviço Especial de mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SIRSAN	Sindicato Rural de Santarém
SNAPP	Serviço de Navegação do Amazonas e de Administração do Porto do Pará
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
STTR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência para a Reforma Agrária
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHE	Usina Hidrelétrica
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development)
VTE	Vetor Tecno-Ecológico
VTI	Vetor Termoindustrial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I	41
AMAZÔNIA: A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO NO SÉCULO XX.	41
1.1 O Uso do Território e Dinâmicas Territoriais: Fronteiras, Frentes de expansão e Frentes pioneiras	41
1.1.1 Frentes de Expansão e Frentes Pioneiras	45
1.1.2 Território e territorialidade	49
1.2 As políticas de desenvolvimento para a Amazônia até século XX	57
1.2.1 Santarém no Programa de Integração Nacional (PIN)	74
1.2.2 BR-163 Santarém- Cuiabá	75
1.2.3 Porto de Santarém	76
1.2.4 Construção do novo aeroporto de Santarém	76
1.3 Modernização da Agricultura e Expansão Agrícola na Amazônia	77
1.3.1 José Graziano da Silva e a dolorosa modernização da agricultura	78
1.3.2 Ariovaldo Umbelino de Oliveira e os impulsos externos para a modernização	82
1.3.3 Francisco de Assis Costa e o campesinato na Amazônia	84
CAPÍTULO II	91
HISTÓRIA DO USO DE TERRITÓRIO E DA PRODUÇÃO DA VIDA MATERIAL DA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA	91
2.1 A construção da PA-370 e da UHE de Curuá-Una: breve relato histórico	94
2.2 Formação socioterritorial da Comunidade Boa Esperança	102
2.3 Especialização da produção	111
2.3.1 Os equipamentos de uma casa de farinha da comunidade de Boa Esperança	119
2.3.2 O Modelo de Produção feito a partir da Fécula Importada	124
2.4 Cobertura do solo na região da comunidade de Boa Esperança	126
CAPÍTULO III	135
A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA	135
3.1 O Solo da Amazônia e a moderna agricultura capitalista	136
3.2 Atuação das forças políticas locais e a modernização da agricultura em Santarém	138
3.3 Transformações no espaço urbano	145
3.4 A chegada dos primeiros produtores	151
3.5 A construção da CETAP e da COAGRO	158
3.6 As primeiras colheitas	162
3.7 A pavimentação da PA 370	167

3.8 O Agronegócio na Comunidade de Boa Esperança	174
3.9 A Concentração da Produção	197
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
REFERENCIAS	220
ANEXOS	231
APÊNDICES	244

INTRODUÇÃO

A região em estudo, o recorte espacial desta pesquisa, é um importante centro de produtos agrícolas, com técnicas campesinas de produção que, em geral, são comercializados nos mercados locais, embora uma parte considerável seja exportada para outras cidades da região, com destaque para Manaus, além de ser um dos palcos de expansão da fronteira agrícola na região oeste do estado (BARROS, 2017).

A produção da vida material da comunidade de Boa Esperança esteve diretamente relacionada às políticas públicas de desenvolvimento para a região. A intenção dos governos brasileiros era promover a ocupação do espaço amazônico, considerado naquele momento como um vazio demográfico. Para garantir a ocupação, houve incentivo aos movimentos migratórios em direção à Amazônia, com a promessa de apropriação de terras, incentivos fiscais, infraestrutura, para a produção, construção de agrovilas, malha rodoviária, portos, aeroportos, sistema de comunicação. Além do povoamento e exploração do potencial econômico da região, o Estado justificava a imigração como uma política de segurança da soberania territorial.

A partir da década de 1960 com a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Curuá-Una e a abertura e asfaltamento da PA 370, foram formadas algumas comunidades nas suas margens, dentre as quais cita-se a comunidade de Boa Esperança. Nas primeiras décadas de existência da comunidade observa-se um processo de imigração com a chegada de moradores de diversas regiões do país, em especial nordestinos vindo do Ceará e Maranhão e da região sul.

As comunidades que se formaram aumentaram sua população devido à distribuição de áreas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias a

pequenos produtores oriundos de comunidades do próprio município de Santarém, assim como de imigrantes das regiões nordeste e sul¹

Nas comunidades eram desenvolvidas atividades agropecuárias de subsistência, o trabalho organizava-se em torno das unidades familiares. Com o crescimento populacional, algumas famílias passaram a desenvolver atividades comerciais no varejo. Após o asfaltamento da rodovia e o loteamento de áreas as suas margens, os colonos iniciaram o cultivo de diversos produtos para a subsistência, tais como o arroz, feijão e verduras. Além da agricultura, criavam animais de pequeno e médio porte (gado, que geralmente era usado para o transporte), e complementavam o fornecimento de proteínas com a caça, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 1 - Propriedade rural na comunidade de Boa Esperança, década de 1990.



Fonte: Arquivo do pesquisador (2019)

Um dos produtos com maior destaque na região na transição das décadas de 1980 e 1990 foi a pimenta do reino. Sua produção entrou em declínio devido à queda nos preços e às constantes pragas que atacavam as plantações. A partir

¹ A ficha fundiária da Gleba Ituqui, sob a jurisdição do INCRA, sugere que nas décadas de 1960 e 1970 foram tituladas áreas para camponeses com áreas em torno de 23 hectares.

de 2012, a pimenta do reino passou a adquirir bons preços e ampliar suas áreas de cultivo, configurando uma nova fase da cultura, nesse momento com novos contornos na realização do cultivo, com a incorporação de fertilizantes químicos e irrigação a partir de poços artesianos. O problema do cultivo da pimenta do reino é a instabilidade nos preços. Em 2014, o preço do quilograma de pimenta chegou à marca dos R\$ 30,00, em 2018, um quilograma de pimenta foi comercializado por cerca de R\$ 5,00².

Após o “ciclo” da pimenta do reino, na década de 1980, a comunidade de Boa Esperança especializou-se na produção de farinha de tapioca, aumentando consideravelmente os números de sua produção e ampliando sua participação no comércio regional. Devido à qualidade, seu produto passou a ser bastante demandado pelos centros consumidores, especialmente Manaus. Observa-se na figura a seguir um agricultor em sua roça de mandioca no início da década de 1990.

² O preço da pimenta do reino cultivada no Brasil sofre alterações de acordo com a produção asiática, os maiores produtores da cultura. As técnicas de cultivo e a tecnologia empregada na produção nos países asiáticos possibilitam tanto maior produtividade, quanto qualidade do produto, em relação à produção brasileira.

Figura 2 - Agricultor em sua roça de Mandioca



Fonte: Arquivo do pesquisador (1992)

O aumento da produtividade foi decorrente de inovações tecnológicas no processo de beneficiamento da mandioca nas chamadas casas de farinha. Os produtores desenvolveram equipamentos mais eficientes que aliados à oferta de mão de obra e às demandas do mercado consumidor exigiram novos arranjos produtivos. Uma das alternativas encontradas para suprir a demanda dos mercados consumidores no início dos anos 2000 foi a importação de fécula de mandioca de regiões do sul do país.

Com o processo de mecanização da produção, a demanda por mandioca fez surgir novas formas de produção e especialização das atividades. Percebe-se várias formas de integração no mercado produtivo via cultivo ou beneficiamento da mandioca. Entre as ocupações mais comuns, há motoristas que fazem frete e transportam mandioca das roças até as casas de farinha; há comunitários que se especializaram na confecção de equipamentos para as casas de farinha; há produtores de mandioca que comercializam a mandioca *in natura*, que geralmente possuem grandes áreas plantadas, mas não possuem casas de farinha, pois o trabalho nas casas de farinha demandam um dispêndio

de tempo, o que prejudica o trabalho na lavoura; há aqueles produtores que possuem as casas de farinha e seus equipamentos, mas não possuem quantidade de roça suficiente para a produção semanal regular durante o ano; há trabalhadores diaristas que transitam em atividades na roça ou na própria casa de farinha.

A partir do início dos anos 2000, a região foi inserida no processo de expansão da fronteira agrícola, com a chegada dos primeiros agricultores que iniciaram a modernização da agricultura, moldando a atividade produtiva para fins de exportação, baseado no modelo mecânico-químico. Áreas de pastos e capoeiras foram mecanizadas e as pequenas roças baseadas no sistema de corte e queima foram substituídas pelas linhas simétricas das plantadeiras mecânicas. O sistema de pousio foi substituído pela mecanização do solo e pela reposição química de nutrientes.

Inicialmente as áreas foram utilizadas para a produção de arroz e, posteriormente, com a instalação do porto da Cargill, houve o início da produção de soja em Santarém.

De acordo com Edna Castro (2010), o interesse dos monocultores de grãos em se localizar em municípios da rodovia Cuiabá-Santarém deu-se pelo baixo custo da terra e o potencial do solo para a produção. A fase atual da atividade é caracterizada pela compra de terras, como estoque e a especulação imobiliária. As grandes propriedades se formam pela compra ou pela grilagem de terras ou ainda pela compra de terras dos pequenos produtores, colonos de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desanimados com a falta de apoio do Estado.

Além das mudanças na organização fundiária decorrente da substituição das unidades familiares de produção pela moderna empresa agrícola baseada no monocultivo e no latifúndio, percebe-se, no período, muitas mudanças na legislação ambiental, em especial a promulgação no novo código florestal em 2012, a partir do qual se verificou novas possibilidades de uso e ocupação dos solos e das florestas na região. Com a nova legislação, houve mudanças no tamanho das áreas de reserva legal e de proteção permanente, permitindo a abertura de novas áreas e o aumento das taxas de desmatamento.

Diante deste contexto, e compreendendo que a função de um trabalho acadêmico é explicar ou contribuir para o aumento de conhecimento de um objeto de estudo, propõe-se aqui analisar as mudanças do uso do território e das dinâmicas territoriais na região da PA 370, centrando-se a atenção na comunidade de Boa Esperança.

Este estudo baseia-se no aprofundamento de uma observação decorrente de uma análise comparativa das principais atividades produtivas da região, especificamente na comunidade de Boa Esperança. Nota-se a cultura da mandioca como uma das mais importantes fontes de renda para os comunitários, por outro lado, observa-se que a região é uma das preferidas pelos produtores rurais para a expansão do agronegócio, provocando conflitos entre dois modelos de produção agrícola antagônicos: a produção familiar camponesa e agricultura baseada na homogeneidade de culturas e a introdução de processo mecânico-químicos no processo produtivo.

Neste texto, será adotada a categoria camponês ou agricultura camponesa para se referir indivíduos que constroem seu projeto de vida, seu itinerário de vida a partir do que se produz na terra. Não se optou por agricultor familiar, pois os produtores de grãos vinculada a moderna agricultura capitalista, nesta região, também se autodenominam como agricultores familiares. Desta forma, acredita-se que a identificação dos pequenos produtores na condição de camponês, representa um ato de resistência contra os ditames da padronização imposta pelo modo de produção capitalista.

Aliando esta observação com a leitura de trabalhos desenvolvidos na região e literatura pertinente ao tema, o estudo busca compreender: Como se configuram as mudanças no uso do território e as dinâmicas territoriais das comunidades das margens da Rodovia PA 370, diante da necessidade de novas formas de organização para produzir a vida material, enfrentando a escassez de áreas para a expansão das atividades agrícolas, a introdução do agronegócio?

Nestas condições, por meio deste trabalho, objetiva-se analisar as transformações no uso e ocupação do território na Comunidade de Boa Esperança, localizada em Santarém, região oeste do Pará, a partir da década de 1960 até 2020.

Apresentam-se como objetivos específicos deste trabalho:

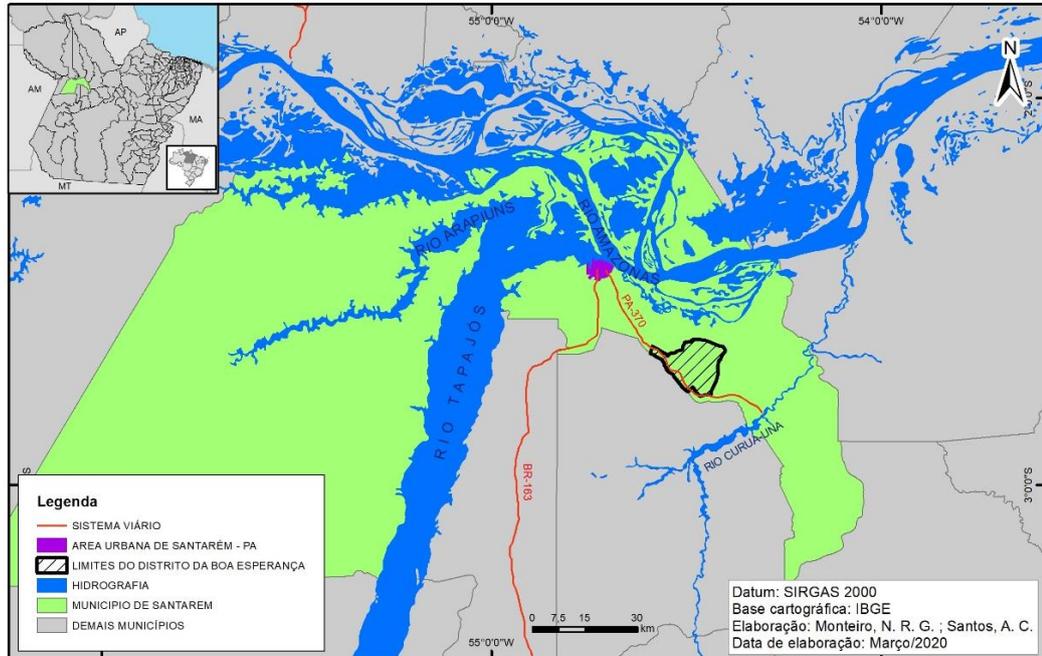
- a) Compreender as dinâmicas territoriais intrínsecas a este território e como elas se configuram na contemporaneidade;
- b) Discutir os modelos de desenvolvimento econômico para a região amazônica e seus impactos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais a partir da década de 1970;
- b) Discutir as transformações no uso e ocupação do território na comunidade de Boa Esperança, a partir de uma perspectiva espaço-temporal;
- c) Analisar o processo de desenvolvimento agrícola e os principais conflitos que possam ter surgido, decorrentes dessa dinâmica na comunidade em questão;
- d) Identificar os principais atores presentes no território e analisar as relações sociais estabelecidas;
- e) Compreender de que maneira a introdução do agronegócio, a partir da década de 1990, especificamente a soja, vem exercendo influência no processo produtivo da Comunidade de Boa Esperança.

O recorte espacial da pesquisa é a comunidade de Boa Esperança, localizada na região do planalto santareno, e corresponde ao setor censitário 150680705000179, conforme metodologia aplicada para o censo demográfico de 2010 realizado pelo do IBGE. Com os dados do censo de 2010, a comunidade de Boa Esperança apresentava uma população de 1432 moradores, e 441 domicílios. É importante ressaltar, no entanto, que este setor corresponde apenas ao que se pode considerar como o núcleo urbano da comunidade. As áreas utilizadas na produção agropecuária estão localizadas em outros dois setores censitários, que incorporam territórios de outras comunidades como Curupira, Secretária, Novo Império, os setores 150680705000168, 150680705000180, e pesar de não se ter uma delimitação oficial, pode corresponder à área do Distrito de Boa Esperança³.

³ De acordo com a lei municipal nº 13433 de 11 de março de 1991, a câmara municipal de Santarém criou, e o prefeito sancionou a criação do distrito de Boa Esperança. Apesar da aprovação desta lei, os procedimentos seguintes não foram realizados (os procedimentos contidos na lei estadual LEI N° 5.584, DE 18 de janeiro de 1990), como a delimitação da área que faz parte do distrito.

Neste trabalho a denominação de Distrito de Boa Esperança será adotada apenas no item de análise dos mapas de cobertura do solo, no restante do trabalho, utiliza-se a denominação convencional de comunidade de Boa Esperança.

Figura 3 - Mapa de Localização do Distrito de Boa Esperança



Fonte: Monteiro e Santos (2020).

Nosso recorte temporal inicia-se a partir de 1960, embora não seja uma data fixa, escolheu-se a década de 1960 devido à disponibilidade de imagens de satélite, que permite observar as mudanças no uso do território no decorrer de meio século de expansão da agricultura na região. O recorte se estende até o presente, no qual busca-se situar a região do planalto da Rodovia Santarém-Curuá-Una e a comunidade de Boa Esperança em um cenário conformado pelo processo de modernização da agricultura brasileira, pelo surgimento e desenvolvimento de uma consciência socioambiental a partir da década de 1970, pela reorganização do papel do Estado na sociedade capitalista, pelas políticas para o desenvolvimento e ocupação da Amazônia, pelas discussões sobre os modelos e concepções de desenvolvimento.

O desenvolvimento de uma pesquisa que tem como proposta a análise das mudanças no uso do território e as dinâmicas territoriais na região da rodovia PA 370 é uma proposta de estudo inédita se for levado em consideração o recorte

espacial do objeto de pesquisa. O ineditismo da proposta poderia ser utilizado como uma justificativa para este trabalho, no entanto, o método proposto para abordar a temática pode ser utilizado como justificativa da importância do trabalho. E desta forma, esta pesquisa assume uma perspectiva interdisciplinar, mas para entender esta perspectiva é necessário entender a história da produção do conhecimento ao longo do século XX.

De acordo com Cardoso (1997), a temática do debate epistemológico da produção do conhecimento pode ser abordada a partir de dois grupos: o paradigma iluminista ou moderno e o paradigma pós-moderno.

No paradigma iluminista ou moderno, estão inseridas as abordagens marxistas e positivista. Os integrantes desses grupos tiveram o domínio, mas não total, nas pesquisas em ciências humanas até a década de 1960. O conhecimento a partir destas vertentes caracterizava-se por serem racionais e científicas, e são oriundas de tendências filosóficas do século XVIII e XIX. Trata-se de uma história analítica, estrutural e explicativa e apresenta-se como modelos macro históricos e teorizantes.

O paradigma pós-moderno baseia-se no discurso em oposição às teorias globais, acreditam que determinadas teorias resolvem alguns problemas, mas que não podem resolver todos os males do mundo. Uma das preocupações deste movimento teórico são arranjos operacionais da pesquisa histórica, ou seja, a forma e não o conteúdo do conhecimento produzido.

Segundo Cardoso (1997), o paradigma pós-moderno é o resultado da trajetória individual de intelectuais da geração de 1968, que, desiludidos, abandonaram as esperanças da transformação social global e assumiram frentes de luta ou reivindicações (como movimento gay, movimento feminista, movimento ambientalista, movimento negro e movimento indígena). Há um desejo, neste paradigma, de ser o porta-voz do homem comum, das ruas, das massas inarticuladas, e preferem focar as minorias discriminadas às maiorias exploradas.

Segundo Geertz (2008), para se entender o que é ciência não se deve olhar para as teorias ou para as suas descobertas e nem para o que os seus apologistas dizem sobre elas, mas se deve ver o que os seus praticantes fazem, o que pode ser entendido como a valorização da forma sobre o conteúdo. Por

este motivo, para Cardoso (1997), os adeptos da pós-modernidade são acusados de desleixo quanto às questões teórico-metodológicas.

Como se percebe, existem diferenças entre os paradigmas, que podem ser mais facilmente visualizadas na discussão sobre a objetividade das ciências e no seu método. Enquanto no paradigma moderno se tem a crença no caráter científico, o pós-modernismo prefere o relativismo e o individualismo.

Outro aspecto que pode ser levado em consideração é a preocupação dos pensadores modernos em escrever uma história total, enquanto nos pós-modernos nota-se a valorização do microscópico, do fragmentário e do particular como expressão do seu ideal de ciência.

Neste trabalho propõe-se uma abordagem que sintetize as macroanálises que abordam o processo de ocupação e uso do território na Amazônia, especificamente na comunidade de Boa Esperança, com as histórias de vida de alguns comunitários, nas quais se destaca como foram construídas e como os sujeitos se inserem dentro do contexto das políticas de desenvolvimento propostas pelo Estado nacional brasileiro.

Além dos aspectos teóricos, destaca-se a importância da pesquisa ao fato de poucos trabalhos abordarem as especificidades da região da PA 370, em especial a comunidade de Boa Esperança, e a tentativa de estudar em um mesmo movimento as formas de se organizar da comunidade para a produção da vida material e como se dá a convivência e o relacionamento com os agentes que desenvolvem práticas agrícolas baseadas em processos mecânico-químicos.

Um trabalho dessa natureza exige o domínio de técnicas e conceitos de várias áreas do conhecimento como a Economia, Geografia, História, Antropologia. Diante desta realidade, é possível a realização de um trabalho interdisciplinar, inédito e com relevância para o conhecimento da realidade regional a partir das pesquisas desenvolvidas pela Universidade Federal do Oeste do Pará, o que contribui para o cumprimento de sua missão e visão.

Assim, quando se fala em interdisciplinaridade, a priori, se pensa em um objeto que é analisado por diversas áreas do conhecimento de maneira isolada, e posteriormente se mistura os resultados para a obtenção de um conhecimento total. No entanto, este procedimento pode ser uma armadilha epistemológica. A

análise interdisciplinar pode ser entendida como um processo em construção, é algo razoavelmente novo, ainda não há certezas sobre essa metodologia.

O que se acredita até o momento é que o cientista não deve abandonar sua área de origem, mas deve incorporar elementos de outros campos do conhecimento para enriquecer seu trabalho e ter uma compreensão mais ampla do seu objeto.

Há muitas contradições no campo científico e no desejo da produção interdisciplinar. Observa-se, nesse sentido, a seguinte situação: o surgimento da ciência moderna ocorreu no século XIX, ou seja, na idade contemporânea. Outra contradição diz respeito aos diferentes movimentos nas áreas de humanidades e nas ciências da natureza. Por exemplo, enquanto nas humanidades o movimento científico busca a análise microscópica, nas ciências naturais observa-se a defesa de macro análises.

Nas últimas décadas, houve importantes transformações no pensamento ocidental, nota-se que se vive um processo de transição, do rompimento do pensamento moderno para algo novo. Há vários conflitos epistemológicos para a superação da análise disciplinar. Por se tratar de um processo de transição epistemológica, é preciso cuidado para não “jogar fora a criança junto com a água do banho”. É necessário que se tenha perspicácia para identificar as falhas da produção disciplinar, superá-las e aperfeiçoar os aspectos positivos desse tipo de produção, é necessária uma revisão de posicionamento para ir além da curvatura da vara⁴.

A partir de uma perspectiva interdisciplinar, esta pesquisa utiliza conceitos da Geografia Política, como questões do povoamento, colonização de novas terras por meio da expansão da ocupação produtiva do solo, ou seja, o avanço das fronteiras.

Além disso, este trabalho apresenta elementos da História Agrária, um resultado do encontro da análise e das pesquisas do historiador, preocupado em perceber as transformações na sociedade ao longo do tempo, e do geógrafo, que se dedica ao estudo da relação do homem com o meio físico.

⁴ Expressão utilizada por Demerval Saviani no livro *Escola e Democracia*, no qual propõe a superação das características da escola tradicional, de uma maneira que não se faça apenas o oposto, mas que seja feita a superação por incorporação.

Segundo Maria Yedda Linhares (2001), a análise historiográfica das pesquisas sobre a temática da História Agrária pode ser entendida a partir das seguintes perspectivas:

1) A história da agricultura dedicada ao estudo da história das ciências e das técnicas: nesta análise enfatiza-se as transformações na estrutura das forças produtivas (meio ambiente, superfície cultivada, tecnologia agrícola, população).

2) A história agrária como uma modalidade de história social da agricultura: seu objeto é constituído pelas formas de apropriação e uso do solo, pelo estatuto jurídico e social dos trabalhadores rurais (produtores diretos); nessa ótica, caberia ao estudo dos sistemas agrários, objeto central da análise, dar conta das relações de produção.

3) Combinação entre as duas primeiras modalidades, tendo como referência a teoria econômica do sistema em questão, no caso desta pesquisa, o modo de produção capitalista. A partir desta perspectiva de superação por incorporação, propõe-se uma análise macro e microeconômica da produção e da comercialização do setor agrícola em pauta.

Segundo Linhares (2001), a agricultura como processo produtivo engloba os três fatores: a terra, os homens e as técnicas. Para a autora, esses componentes combinam-se em proporções que variam no tempo e no espaço, de forma que se as técnicas agrícolas estão condicionadas a uma determinada realidade socioeconômica, qualquer alteração nos processos produtivos produzirá efeitos que podem variar de intensidade, assim esses resultados podem ser imprevisíveis.

A médio prazo, a pressão demográfica leva a uma intensificação do uso da terra ou à incorporação de novas terras, ou seja, a um processo de ocupação extensiva do solo, com o avanço da fronteira agrícola ou, ainda, a uma combinação dos dois processos. (LINHARES, 2001, p. 169).

A agricultura combina o trabalho, a terra e a tecnologia segundo condições sociais específicas. A análise histórica deve ser capaz de fornecer uma

explicação inteligível do processo histórico na agricultura que permita a percepção: a) do sistema socioeconômico em questão; b) das condições de acesso à terra; c) das normas jurídicas que regem a propriedade; d) do meio geográfico e das condições de uso da terra; e) do perfil demográfico; d) do universo profissional e das hierarquias sociais. A pesquisa que responder a esses questionamentos permite a escrita de uma história econômica e social do mundo rural (LINHARES, 2001, p. 170).

Até aqui foram apresentados os objetivos, a problemática e a perspectiva interdisciplinar da pesquisa. Expõe-se a seguir o modo como a pesquisa foi desenvolvida, ou seja, refere-se ao “como fazer”. Este “como fazer” não é simples, pois o **método** é o elemento que diferencia as análises do senso comum das análises sistematizadas cientificamente.

Ao se referir ao método nas pesquisas científicas na área das ciências humanas, têm-se pelo menos duas possibilidades de entendimento. A primeira possibilidade que se apresenta diz respeito às concepções teóricas que embasam o trabalho. Esta primeira leitura da terminologia “método” refere-se, pois, a questões que tendem a opor subjetivismo e objetivismo, materialismo e idealismo, realismo e ceticismo, racionalismo e irracionalismo.

E no caso desta pesquisa parte-se de uma concepção materialista da história, ou seja, neste trabalho considera-se que a história é feita e construída por homens reais que, para assegurar sua existência, necessitam intervir na natureza por meio do trabalho e, conforme transformam a natureza, produzem e transformam a si mesmos.

A segunda forma de entender o conceito de metodologia é aquela que se denomina neste trabalho como arranjos operacionais. Enquanto a primeira leitura da terminologia (apresentadas neste texto) refere-se a questões teóricas e filosóficas, a segunda refere-se aos procedimentos práticos e aos instrumentos de pesquisa, como por exemplo: entrevistas, questionários, levantamento de fontes, uso de instrumentos estatísticos, softwares para análise dos dados entre outros exemplos.

É importante salientar a importância da sintonia entre os aspectos práticos e os teóricos de uma pesquisa, ou seja, os arranjos operacionais da pesquisa precisam coadunar com as proposições teórico-filosóficas.

A partir destas considerações propõe-se uma pesquisa em perspectiva interdisciplinar, que apresenta como método de análise teórica o materialismo histórico-dialético. Desta forma, apresenta-se brevemente algumas considerações sobre a concepção de interdisciplinaridade presente neste trabalho. Posteriormente, apresentam-se alguns elementos sobre os princípios do materialismo histórico-dialético e, para finalizar esta seção, se expõe e descreve os arranjos operacionais da pesquisa.

Considera-se ainda importante apresentar de forma sintética os princípios para a análise de categorias nas ciências humanas, destacando os procedimentos teórico-metodológicos no processo de construção de seu objeto de análise e a sua contraposição em relação ao senso comum. Neste sentido, destaca-se a necessidade de compreender que as categorias são construídas historicamente.

O trabalho científico é uma atividade complexa e exige metodologia e reflexão para superar as representações sociais (senso comum) sobre o seu objeto de estudo. Essas representações ou pré-noções tendem a conduzir a maneira de apreender, conceber e definir o objeto e “podem tomar a forma de “imagens sensíveis” ou “conceitos grosseiramente formados”; com efeito, “a reflexão é anterior à ciência que se limita a utilizá-la de forma mais metódica” (LENOIR, 1993, p. 61).

Para a superação das representações do senso comum, o pesquisador deve, entre outras coisas, entender os múltiplos fatores que compõem as relações sociais de produção e a estrutura de forças produtivas, ou seja, as condições dos instrumentos de trabalho, a técnica e a tecnologia empregadas no processo produtivo.

Além da parte técnica do processo produtivo, é prudente analisar as relações que são estabelecidas entre os atores sociais envolvidos no processo de produção, como ocorrem as lutas pelo poder e pelo espaço de trabalho, o que pode ser feito com a observação do perfil dos atores sociais que compõem os seguimentos para o entendimento do universo em que se desenvolvem as atividades produtivas, culturais e sociais.

Lenoir (1993) salienta que as categorias aparentemente naturais não são dadas pela natureza, mas são construídas socialmente. Na análise dos objetos

de pesquisa deve-se levar em consideração o período histórico que se pretende analisar, pois as categorias de análise são condicionadas historicamente no tempo e no espaço. Isso não significa a defesa da relativização dos contextos, mas de compreender as especificidades do objeto na sua totalidade.

Apesar de não ser um fator definitivo, categorias como a idade cronológica, os locais de nascimento, escolaridade, são importantes no processo de identificação dos grupos sociais, pois permitem identificar padrões, ou quadros comparativos. A relação entre indivíduos, classes ou grupos sociais são resultados das relações conflituosas por poder ou privilégios, pelo bônus de se ter o reconhecimento da posição social que ocupa.

Algumas categorias denotam a ideia de homogeneidade, coesão, semelhança, e podem ser ideias evocadas pelo senso comum pois indicam um sentido de coerência, estrutura e união. No entanto, o pesquisador pode superar essa visão romântica ao realizar suas análises por meio do conflito, visto que deve analisar os conflitos a partir dos agentes que travam as batalhas, as suas armas, as suas estratégias, a relação de forças entre os grupos e, sobretudo, as representações dominantes das práticas relacionadas ao objeto em estudo.

Uma das questões mais relevantes nas pesquisas na área das ciências humanas diz respeito ao posicionamento do pesquisador diante de seu objeto. Enquanto os positivistas defendem o distanciamento do objeto estudado, os pós-modernos defendem uma ciência a partir da perspectiva do sujeito, de forma que o sujeito é o objeto. Já os marxistas entendem que não é possível a construção de uma ciência na qual o sujeito e objeto se separem, entendem que o sujeito está inserido no objeto.

A lição do desenvolvimento intelectual da humanidade é no entanto clara: as ciências sempre se mostraram mais fecundas e, por conseguinte, muito mais proveitosas, enfim, para a prática, na medida em que abandonavam mais deliberadamente o velho antropocentrismo do bem e do mal. Hoje riríamos de um químico que separasse os gases ruins, como o cloro, dos bons, como o oxigênio. Mas se a química, em seus primórdios, tivesse adotado essa classificação, teria corrido o sério risco de nela chafurdar, em grande detrimento do conhecimento dos corpos. (BLOCH, 2002, p. 127).

A partir de citação de Bloch (2002), defende-se que a função do pesquisador não é a de juiz, e sim de analista. Nesta pesquisa não se pretende

fazer o julgamento dos sujeitos históricos envolvidos na pesquisa, tampouco identificar heróis e vilões, mas sim entender como os indivíduos pertencentes aos diferentes grupos sociais se organizam para assegurar as condições materiais de existência.

Apesar deste entendimento, compreende-se que a realização de uma pesquisa e a apresentação dos resultados não pode ocorrer de maneira neutra ou isenta politicamente. E como sujeito inserido em uma realidade e um contexto histórico específico, apresenta-se posicionamentos e análises vinculados aos interesses do grupo ao qual o autor se insere, pois não basta a compreensão da realidade, é necessário a sua transformação.

As pesquisas em ciências humanas devem superar as limitações das representações sociais construídas pelo senso comum até alcançar a consciência filosófica (GRAMSCI, 1981). É preciso que as estratégias metodológicas adotadas pelos pesquisadores busquem a essência do objeto de estudo. Para alcançar este objetivo, é necessário compreender as **múltiplas determinações** (totalidade) das categorias de análise, entender o **momento histórico** no qual se insere, analisar os **conflitos e as contradições** estabelecidas no **movimento** das relações sociais de produção.

Para a realização deste trabalho, procurou-se não se prender a uma filosofia ou concepção teórica ortodoxa, no entanto, utilizou-se como fio condutor da análise as contribuições filosóficas do materialismo histórico-dialético. Por isso, faz-se necessário apresentar alguns de seus elementos e sua contribuição para o desenvolvimento da ciência e da História, pois se compreende, neste trabalho, que a filosofia da práxis permite o desenvolvimento de uma análise interdisciplinar ao buscar o entendimento da “coisa em si”, ou seja, a essência do objeto de estudo (KOSIK, 1976), a análise da totalidade e da essência dos fenômenos, por não aceitar a verdade como algo definitivo, pronto e acabado, entre outros aspectos que serão apresentados a seguir.

A partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético, entende-se que a “ideia” é o material transposto e traduzido no cérebro humano. Segundo Mao Tse-tung (2009), no começo da atividade prática, os homens veem apenas o aspecto exterior dos fenômenos e compreendem-no de forma isolada. Essa fase

é denominada de grau de percepção sensível, na qual os homens não podem realizar análises elaboradas e problematizações lógicas.

Diante da abstração e captação da essência dos fenômenos (segunda fase), o processo de produção do conhecimento avança do grau de sensação para a formação dos conceitos. O conceito é a captação da essência do fenômeno, portanto, há um salto quantitativo e qualitativo na compreensão da realidade. O terceiro momento é o retorno ao concreto, agora na forma de concreto pensado. Dessa forma, no materialismo, o ponto de partida é ponto de chegada.

O pensamento dialético entende o mundo como um conjunto de transformações, um processo de gênese e desaparecimento. Na concepção dialética não há espaço para o absoluto e o sagrado. Eterno é somente o processo de surgir e perecer. A dialética é compreendida como a ciência das leis gerais do movimento do mundo material e do pensamento.

Nessa concepção, o desenvolvimento histórico acontece em espiral, em oposição à visão linear e mecânica da ciência positivista. A concepção dialética da história é marcada por saltos, catástrofes, revoluções, transformações quantitativas e qualitativas.

Lenin (1983) defende nas pesquisas sociais o estudo universal e de totalidade dos objetos, o exame de suas contradições e o afastamento do subjetivismo das ideias dominantes.

Para Mao Tse-tung (2009), na compreensão dialética da história, a produção do conhecimento humano desenvolve-se passo a passo, ou seja, desenvolve-se dos graus inferiores para os superiores, do simples ao complexo, do unilateral ao multilateral. Nesta perspectiva o critério de verdade é a prática social, não podendo ser determinada pela subjetividade.

Segundo Gramsci (1981), a filosofia da práxis é a superação da maneira de pensar precedente e o pensamento concreto. É a crítica do senso comum e a filosofia dos intelectuais. Nessa perspectiva, não se busca a manutenção dos proletários na filosofia do senso comum, mas se procura conduzi-los a uma concepção de vida superior. É possível entender a cultura como fator de diferenciação entre as classes sociais, como se diz no ditado popular, saber é poder. Daí a necessidade do trabalho educativo e dos intelectuais na luta entre

as classes, e da compreensão da essência dos objetos, de maneira coesa, metódica e racional.

Neste trabalho pretende-se reunir, ao mesmo tempo, os enfoques genético e estrutural das sociedades, ou seja, ter uma visão da totalidade e dinâmica da sociedade. Não se trata de ver a floresta e esquecer as árvores, mas, como demonstrou Marx no método da economia política, o real e o imediato fazem parte do mundo das aparências, e a essência do objeto pode ser alcançada fazendo-se o dessecamento do objeto, pois este é o conjunto de múltiplos determinantes.

Compreende-se que a relação sujeito/objeto é baseada num modelo diferente, tanto daquele em que o sujeito do conhecimento se apresenta como passivo, limitado a refletir a realidade exterior, quanto do que limita ao sujeito o aspecto ativo no processo do conhecimento. Neste sentido, entende-se que o passado é visto como algo que não pode ser modificado, no entanto, ocorrem transformações na forma como entendê-lo, baseados nas condições dadas em determinado momento, assim, defende-se uma vinculação epistemológica dialética entre o passado e o presente.

Diante destas considerações teóricas sobre os estudos das ciências humanas, propõe-se uma abordagem de análise com a pretensão de compreender a totalidade da realidade concreta, ou seja, ao se compreender que a verdade é a síntese de múltiplas determinações. Propõe-se uma pesquisa que sintetize as abordagens macro políticas de desenvolvimento, ocupação e uso do solo na região amazônica, em especial às margens da PA 370, além de as análises de histórias de vida e a fala dos sujeitos que participaram do processo de produção e ocupação da região em estudo.

Não se tem a pretensão de realizar abordagem conciliatória entre as formas de análise da realidade, a intenção é apresentar uma síntese entre as abordagens macro analíticas com as abordagens que dão voz à população para demonstrar como são seus posicionamentos. Com esta opção metodológica, acredita-se produzir uma pesquisa com uma visão mais ampla sobre a realidade e, de fato, ver a floresta, mas sem esquecer as árvores.

No estudo das formas de organização para a produção e das mudanças no uso do território e as dinâmicas territoriais na região do Planalto de Curuá-Una,

a abordagem será qualitativa devido as análises dos sujeitos históricos envolvidos. Com esta abordagem têm-se elementos para realizar a análise, pois a partir da fala dos sujeitos é possível conhecer como era o uso do território na região antes e depois da construção da UHE, quais as principais culturas agrícolas cultivadas, como se organizavam para a produção da vida material e as tecnologias empregadas.

Para entender como as comunidades formadas às margens da rodovia PA 370 organizam-se para produzir as condições materiais de existência, foi necessária a pesquisa com fontes orais com pessoas que vivenciaram ou tomaram conhecimento sobre estas transformações. Foram realizadas 15 entrevistas usando técnicas de História Oral para entender o discurso e as percepções da fala dos entrevistados.

E para compreender de que maneira a introdução do agronegócio, especificamente a soja, exerceu influência na forma de trabalhar dessas comunidades, além da fala dos comunitários, foi importante a busca de informações na produção bibliográfica sobre o tema, o levantamento de trabalhos que exploraram as principais categorias que ajudam a compreender o objeto.

Foram realizadas entrevistas com produtores que acompanharam as transformações do processo de produção na região, incluindo os sojicultores, pois é importante compreender a percepção desses indivíduos acerca dessas transformações, das quais são partes constituintes.

As entrevistas desses agentes foram gravadas e transcritas para análise do **seu discurso**. Na análise, foram levadas em consideração as informações das entrevistas e as interpretações alcançadas através da pesquisa bibliográfica, na qual se destaca a importância de se relacionar as informações da revisão bibliográfica com as informações da pesquisa de campo. Estas informações confrontadas permitiram a interpretação do objeto de estudo.

Ressalta-se, ainda, que a pesquisa combina a fala dos sujeitos com os dados coletados em trabalho de campo, logo, a pesquisa também apresentou conotação quantitativa. Para Silva (2001), tudo pode ser quantificável, pois as informações podem ser traduzidas em números para serem analisadas. Os

números também podem ser transformados em informações e conceitos para fundamentar um trabalho científico.

Para a coleta dos dados realizou-se pesquisa de campo que seguiu em duas fases: aplicação de questionários fechados a diversos produtores rurais, para posterior tabulação e análise dos dados coletados por meio de estatística descritiva pois “preocupa-se com a coleta, organização, classificação, apresentação, interpretação e análise de dados experimentais” (FALCO, 2008)

Após a coleta foi realizado o tratamento dos dados utilizando os programas Excel e Gretl. Inicialmente foi feita rotina para o tratamento na base de dados com a codificação das variáveis. As variáveis codificadas na pesquisa permitiram perceber o perfil socioeconômico dos agricultores da comunidade, como idade, escolaridade, tamanho da propriedade, renda entre outras, conforme pode ser observado na rotina de tratamento de dados disponível nos apêndices deste trabalho.

Foram codificadas variáveis binárias (com respostas sim ou não), variáveis de intervalos (idade), e variáveis discretas (apresentam apenas valores inteiros em uma reta real. No caso desta pesquisa, tamanho das propriedades).

Os resultados foram verificados a partir da análise de frequências individuais de variáveis e o cruzamento das variáveis e a frequência simples de ambas. Sobre distribuição de frequências das variáveis pode-se perceber a existência de duas tipologias: Frequências simples e frequências relativa.

As frequências simples referem-se ao número de vezes que um elemento figura no conjunto de dados. Já as frequências relativas são os valores das divisões entre as frequências simples de cada classe e a frequência total da distribuição. No caso deste trabalho utiliza-se apenas de frequências simples. A partir da estatística descritiva foi possível a produção de gráficos e tabelas que permitem a caracterização da produção agrícola na comunidade de Boa Esperança.

Para identificar a dinâmica da ocupação do solo na comunidade foram produzidos mapas de cobertura do solo em diferentes períodos históricos. Foram utilizadas imagens disponíveis no Landsat⁵ referentes aos anos de 1976, 1981,

⁵ Programa de satélite de observação da Terra, de origem Norte americana.

1990, 2001, 2010 e 2017. A intenção inicial era produzir mapas desde o ano de 1969, no entanto, por se tratar de um polígono pequeno, a maioria das imagens estavam impossibilitadas de uso por conta presença de nuvens.

As imagens foram adquiridas por meio digital através do site do INPE, sendo que as imagens dos sensores Landsat 1, 2 e 3 usam sensor MSS com resolução espacial de 80m (um pixel equivale a 80m²) e foram usadas as bandas 4,5 e 6, respectivamente, para criar uma composição colorida RGB.

O satélite Landsat 5 transporta um sensor do tipo TM com resolução espacial de 30m (um pixel equivale a 30m²) e foram utilizadas as bandas 5,4 e 3 respectivamente, para criar uma composição colorida RGB.

O satélite Landsat 7 transporta um sensor do tipo ETM com resolução espacial de 30m (um pixel equivale a 30m²) e foram utilizadas as bandas 5,4 e 3 respectivamente, para criar uma composição colorida RGB.

O satélite Landsat 8 transporta um sensor do tipo OLI com resolução espacial de 30m (um pixel equivale a 30m²) e foram utilizadas as bandas 6,5 e 4 respectivamente, para criar uma composição colorida RGB.

As imagens foram georreferenciadas e ajustadas para em seguida serem classificadas. O método de classificação utilizado foi o supervisionado, na qual o usuário determina, através de amostras, as classes que deseja extrair da imagem, no nosso caso, foram extraídas 3 classes: Floresta Densa, ou seja, floresta primária ou em médio/elevado estágio de regeneração com vegetação caracterizada por árvores de copa alta; Floresta secundária, que pode ser caracterizada por uma vegetação em estágio inicial de regeneração (capoeira) ou áreas cultivadas; Solo exposto, caracterizado pelo solo sem cobertura florestal ou vegetação muito baixa ou rasteira.

O texto foi dividido em três capítulos que apresentam os principais resultados obtidos na pesquisa. No primeiro capítulo é apresentada uma discussão teórica sobre conceitos que contribuem para a compreensão do objeto de pesquisa, tais como os conceitos de território e territorialidade, fronteira, frentes de expansão e frentes pioneiras. O primeiro capítulo ainda contém elementos históricos do processo de modernização da agricultura a partir de autores como José Graziano da Silva (1981; 1996), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2005), Francisco de Assis Costa (2005; 2012; 2013) e aspectos da

história das políticas de desenvolvimento para a Amazônia a partir de meados do século XX. No item em que se discute as políticas de desenvolvimento, limitou-se ao século XX, pois se considera neste trabalho que as políticas desenvolvidas pelos governos até o século conformaram boa parte da estrutura de forças produtivas da região amazônica. Os elementos considerados importantes em relação as políticas de desenvolvimento da Amazônia no século XXI, serão apresentadas nas discussões do terceiro capítulo.

O segundo capítulo apresenta resultados empíricos da pesquisa. É um capítulo dedicado a história da comunidade de Boa Esperança, no qual se apresentam as principais fases do processo de desenvolvimento da comunidade, desde o período de exploração de Pau Rosa até a consolidação da agricultura capitalista na região. Foi um capítulo construído a partir de pesquisa documental, entrevistas, revisão bibliográfica, pesquisa de campo. Além dos aspectos referentes aos elementos históricos da comunidade de Boa Esperança, também apresenta elementos do processo de construção da rodovia PA 370 (Santarém-Curuá-Una) e da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una. A pesquisa em jornais da época demonstrou a movimentação da classe política local para construção da usina, que se tornou a primeira UHE construída na Amazônia.

Ainda no segundo capítulo apresenta-se uma sequência histórica de mapas de cobertura do solo, nos quais se pode perceber as áreas de solo exposto, áreas de vegetação secundária e vegetação primária, em um processo de ocupação do solo na área de influência da comunidade.

No terceiro capítulo apresenta-se a realidade da agricultura capitalista na Comunidade de Boa Esperança. O texto organiza-se em perspectiva cartesiana, em um movimento que parte do geral para o particular, assim tem-se informações sobre a estrutura de forças produtivas no município de Santarém, demonstrando as transformações no espaço urbano e, posteriormente, apresentando dados sobre a agricultura capitalista na comunidade, desde a chegada dos primeiros produtores até a valorização das terras.

CAPÍTULO I

AMAZÔNIA: A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO NO SÉCULO XX.

1.1 O Uso do Território e Dinâmicas Territoriais: Fronteiras, Frentes de expansão e Frentes pioneiras

No processo de discussão sobre o agronegócio na região oeste do Pará costuma-se, com certa frequência, inseri-lo no processo de expansão da fronteira agrícola. No entanto, não é comum a explicação dos motivos do entendimento da região como uma área de fronteira.

Com o levantamento das pesquisas voltadas à temática em questão, percebe-se a polissemia e uma complexidade na discussão sobre a fronteira. Em síntese, destaca-se a seguir os principais elementos da discussão sobre a fronteira:

- A etimologia da palavra – aquilo que está na frente, os aspectos físicos do espaço e a questão dos Estados Nacionais.
- Destaque para a dimensão espaço-temporal, no sentido de delimitar os de lá e os de cá, ou o antes e o depois;
- A fronteira é o local que comporta diferentes grupos sociais e a luta pela terra como elemento agregador;
- A fronteira é uma terra sem lei, onde a violência impera e as disputas, especialmente as territoriais, são resolvidas por meio da força;
- A fronteira é simbolismo e riqueza, representa o futuro da nação.

A partir desses itens, pode-se inferir que a discussão sobre o conceito de fronteira avança sobre diversas perspectivas da vida social. No primeiro caso, relacionado à etimologia da palavra – aquilo que está na frente, os aspectos físicos do espaço e a questão dos estados nacionais, percebe-se a preocupação em se esclarecer o processo de formação do conceito. Nesse tipo de discussão os autores afirmam que fronteira e limite não podem ser utilizados como sinônimos, como se apresenta normalmente pelo senso comum.

Segundo Mesquita (1994), a fronteira deve ser entendida como a ponta de lança da civilização, como avanço territorial, *in front*, enquanto limite deve ser

entendido no sentido de fim. De forma que a fronteira é orientada para fora, e limite como uma separação definida. “Como se percebe, fronteira supõe avanço, e neste sentido de desbravamento, de ponta de lança da civilização, aproxima-se de um correlato seu: o conceito de frente pioneira” (MESQUITA, 1994, p. 69).

Nessa perspectiva é que se entende a ideia de fronteira agrícola, pois a referência de fronteira como desbravamento, de ponto de lança da civilização, pressupõe a existência das condições materiais objetivas que a civilização avance sobre o espaço dominado pela natureza, a agricultura se apresenta, então, como atividade privilegiada para o avanço civilizatório. Assim, a fronteira agrícola pode ser entendida como o avanço das práticas agrícolas sobre espaços ou territórios despovoados ou que não desenvolvem atividades agropecuárias.

É interessante notar que, no caso da região oeste do Pará, especificamente a região da PA 370, já se notava, durante praticamente todo o século XX, a presença de comunidade de pequenos agricultores que produziam sua vida material a partir da agricultura, muito antes da abertura da PA 370. No entanto, o conceito de fronteira agrícola refere-se a um tipo específico de agricultura, no caso a agricultura capitalista, que pressupõe o domínio da natureza por meio de um aparato técnico-científico e de processos mecânico-químicos, que objetivam o aumento da produtividade para fins comerciais e exigem a homogeneização das culturas e grandes áreas de produção.

A agricultura capitalista recebe várias outras denominações, tais como agronegócio, agricultura mecanizada, moderna agricultura e o processo de expansão da fronteira agrícola. Neste trabalho, em alguns momentos, é denominado de processo de modernização da agricultura.

Para Mesquita (1994), no mundo globalizado, a noção de fronteira como avanço e conquistas territoriais são praticamente inexistentes, pois soa como elementos para estabelecer a soberania dos Estados nacionais. E, por esse motivo, em um mundo cada vez mais global, com a integração econômica e os avanços na tecnologia da comunicação, a discussão da fronteira se desloca do Estado nação para a perspectiva da zona de contato com o outro.

A desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) inaugurou o que se convencionou chamar de Nova Ordem Mundial: uma era que

divide opiniões de especialistas, como sendo uma ordem unipolar ou multipolar, que substituiu a conformação bipolar da época de Guerra Fria.

Haesbaert (2006) define que a atual configuração da sociedade capitalista a partir da década de 1970 tem assumido as seguintes características:

- Flexibilização econômica, com a implantação sistema de acumulação flexível;
- Hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo;
 - A crise do Estado do bem-estar social e nacional-desenvolvimentismo;
 - A difusão das tecnologias da informação, modificando as definições das noções de tempo e espaço;
 - A propagação do chamado multiculturalismo e/ou hibridismo cultural, na qual se torna difícil encontrar identidades claramente definidas.

Na perspectiva gramsciana do conceito de hegemonia, entendida como o domínio econômico, político e cultural da classe burguesa, percebe-se que o desenvolvimento do modo de produção capitalista nas últimas décadas incentiva a padronização e a internacionalização dos hábitos de consumo, decorrente, em certa medida, do desenvolvimento da indústria cultural.

Para Haesbaert (2004), a integração dos mercados entre as diversas áreas do globo, promovidos pelos avanços tecnológicos do modo de produção capitalista, tem promovido um movimento de autores que preconizavam o fim das fronteiras nacionais e formação de um movimento ou momento da história em que as diferenças locais seriam minimizadas em um processo de homogeneização das culturas, no qual se percebe a hegemonia da cultura e valores ocidentais. Por outro lado, ao mesmo tempo em que se forja o processo de homogeneização e padronização cultural, nota-se o fortalecimento de determinadas identidades locais e reaparecimento das ideologias nacionais e dos valores culturais e religiosos.

Segundo Haesbaert e Porto Gonçalves (2006), o fim da Guerra fria conduziria a sociedade contemporânea a um ordenamento territorial que privilegiasse a rivalidade entre os blocos econômicos. Mas o que se percebeu foi que o vazio deixado pela disputa entre capitalismo e socialismo foi

“preenchido pela retomada de vínculos míticos com o grupo étnico, com as divindades e/ou com o território de origem” (HAESBAERT; PORTO GONÇALVES, 2006, p. 85). Neste sentido, pode-se notar a onda conservadora cristã, o fundamentalismo islâmico, o apartheid israelita em relação aos palestinos, o muro estadunidense para isolar os EUA da imigração de mexicanos e de outras nacionalidades latino-americanas.

Nesse processo de integração e de contato com o diferente, e formação de um padrão de produção e consumo homogêneo, em que se eliminam as fronteiras, contraditoriamente se formam outros tipos de fronteira, que não respeitam os limites do Estado-nação, pois os diversos grupos em um processo de legitimação de suas peculiaridades passam a lutar pelo respeito as suas diferenças, e neste sentido se reúnem em determinados espaços para manifestarem seus traços culturais.

Em um mesmo Estado-nação surgem diversos territórios e formas de fronteiras. Nesse sentido, a existência de fronteira indica implicitamente que há “contato entre territórios soberanos e distintos” (MESQUITA, 1994, p. 70).

Na próxima seção, discute-se elementos relativos à questão do território, territorialidade, o que interessa neste momento é que na perspectiva da autora prevalece a ideia de contato com o diferente, de um grupo que avança, que se projeta à frente, e neste processo de projeção, se estabelece o contato.

Nota-se, nas áreas de fronteira, a dimensão espaço-temporal, no sentido de delimitar os de lá e os de cá, ou o antes e o depois. Assim, nas áreas de fronteira, percebe-se diferentes grupos com traços culturais e formas distintas de produzir as condições materiais de existências, os indivíduos do grupo que avançam, interagem, reúnem-se e reproduzem seus elementos culturais, como forma de diferenciação social, buscando recriar, no novo espaço, elementos dos locais de origem, num processo de reterritorialização.

No caso da comunidade de Boa Esperança, esse processo é percebido nas reuniões familiares e de amigos dos chamados gaúchos⁶. É comum visualizar

⁶ O termo “gaúcho” na região oeste do Pará refere-se aos imigrantes das regiões centro sul, adjetivando tanto os indivíduos que migraram para a região nas décadas de 1970 e 1980, quanto aos catarinenses, paranaenses, mato-grossenses e os próprios gaúchos, que chegaram na região para produzir durante o processo de modernização e mecanização da agricultura, visualizado no oeste do Pará no início dos anos 2000.

pequenos grupos familiares reunidos em uma roda de chimarrão ou em um jogo de bocha. Um dos times de futebol mais conhecidos da Comunidade é o Grêmio Esportivo Recreativo de Boa Esperança, em homenagem ao Grêmio Futebol Porta Alegrense. Além disso, destaca-se pelos hábitos alimentares e festas comunitárias com a promoção das churrascadas gaúchas.

Estes traços culturais contribuem para o reconhecimento como sujeito e como grupo e manifesta-se mais claramente em contato com o outro, possível de ser percebida pela diferença e pela semelhança.

Ainda no caso da comunidade de Boa Esperança, nota-se a presença de famílias nordestinas, oriundas de diferentes estados, como o Maranhão e Ceará, além de famílias oriundas das comunidades de Santarém e outros municípios paraenses como Alenquer e Monte Alegre, que também estabeleceram e estabelecem laços de solidariedade e buscam manter seus traços culturais representados na alimentação, nas culturas agrícolas, no lazer e relações familiares.

Os moradores oriundos de regiões ribeirinhas esporadicamente buscam as margens dos rios para a realização da prática da pesca e cultivam roças de mandioca para a produção de farinha. Os nordestinos procuravam desenvolver atividades relacionados à pecuária, com a criação de algumas cabeças de gado e carneiros, e o cultivo de roças de arroz e feijão.

A fronteira também é vista como uma terra sem lei, onde a violência impera e as disputas, especialmente, as territoriais, são resolvidas por meio da força. Essa perspectiva pode ser visualizada nas obras realizadas a partir das pesquisas de José de Sousa Martins.

Para esse autor, a Amazônia pode ser considerada a última fronteira que desafia a tecnologia moderna e, desde a década de 1960, tem sido um cenário de uma ocupação territorial massiva e violenta. O autor ainda salienta que o deslocamento da fronteira pela Amazônia é uma história de destruição e de resistência, de sonho e esperança.

1.1.1 Frentes de Expansão e Frentes Pioneiras

No processo de expansão da fronteira, pode-se notar dois movimentos migratórios distintos que exemplificam o contexto de conformação de comunidades na Amazônia, como é o caso da comunidade de Boa Esperança: as frentes de expansão e as frentes pioneiras.

De acordo com Martins (1975), a Frente de Expansão corresponde ao primeiro momento de ocupação do espaço, a conquista da natureza pelo homem. Pode-se entender que a frente reflete a vitória da civilização sobre o espaço natural.

Enquanto a Frente Pioneira pressupõe “[...] que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais que [...] convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas” (MARTINS, 2009, p.11 -12).

Para Mondardo e Goettert (2007), tanto as frentes de expansão, quanto as frentes pioneiras ambicionam o processo de ampliação e reprodução do capital. Apesar de suas peculiaridades, representam momentos distintos do mesmo processo, o processo de expansão da fronteira.

Faz-se, então, necessário apresentar as principais características das frentes de expansão e das frentes pioneiras.

Para Martins (1997), a frente de expansão pode ser:

- Expansão da sociedade nacional;
- Expansão do capitalismo;
- Expansão da fronteira da civilização.
 - Espaço e tempo de conflito e alteridade, do conflito dos “civilizados” com os índios, e dos índios com os “civilizados”.

É interessante notar que apesar do entendimento da frente de expansão como zona de conflito, ele também percebe a construção de novas realidades a partir da alteridade entre os grupos, pois há uma interação entre os grupos inseridos no contexto da frente de expansão: posseiros e índios.

Os sujeitos da frente de expansão, no caso do sudeste brasileiro, camponeses livres, caipiras e caboclos, serviram de mão-de-obra para a abertura de novas fazendas na derrubada da mata e plantio de cafezal. Esses

grupos recebiam um pequeno pagamento em dinheiro e permissão para plantio de alimentos, enquanto o café não estivesse formado. Nesse contexto, criavam as condições materiais para a expansão do capitalismo, desenvolvendo atividades de trabalho exploratório.

A frente de expansão representa o momento em que o homem desbrava a natureza, assim o posseiro pode ser considerado como o principal sujeito da frente de expansão, pois universaliza em torno de si os demais grupos, como camponeses, caiçaras, indígenas, caboclos etc.

A vida cotidiana no contexto da frente de expansão é caracterizada pela produção de subsistência, o trabalho não é direcionado à produção de mercadorias, mas na produção do excedente, ou seja, na frente de expansão a vida cotidiana é regulada pela fartura e não pela riqueza. Em ambas as situações prevalece a lógica de acumulação, embora na primeira condição o importante seja a garantia das condições materiais essenciais ao processo de reprodução da vida, enquanto na segunda condição se sobressai a lógica capitalista de acumulação de capital, de mercadoria, que permite a especialização das atividades produtivas, de forma a garantir o abastecimento do mercado consumidor, que caracteriza a frente pioneira.

Portanto, trata-se, na frente de expansão, de uma economia do excedente, cujos sujeitos dedicam-se, principalmente, à produção própria para subsistência e, secundariamente, à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades de consumo (MONDARDO; GOETTERT, 2007, p. 47).

Pode-se perceber que a citação se torna coerente quando associada ao relato de um comunitário da comunidade de Boa Esperança, em uma entrevista realizada durante a fase de campo da pesquisa de doutoramento:

O nordestino é acostumado com a dispensa que é uma palavra moderna, mas o nordestino é chama de paiol, onde ele coloca exatamente o milho em palha, e até mesmo o arroz em cacho, ou uma quantidade tão grande, as vezes ele guarda desse jeito, né. Senão eles batem e guardavam em saco o arroz já batido, mas, nesse período eles ainda produziam o arroz que comiam. (ENTREVISTADO 1, 2019).

Em síntese, de acordo com Martins (1997, p. 175-176), a frente de expansão assume as seguintes características:

- Quanto à mobilidade está ligada fundamentalmente à terra;

- O deslocamento era lento, vinculado à terra;
- Depois de um certo tempo de cultivo do terreno, os sujeitos se deslocavam para um novo espaço dentro da mata;
- A produção assumia caráter de subsistência e o excedente comercializado;
- Os sujeitos do processo são os “desbravadores” do chamado vazio demográfico, conforme os discursos oficiais.

A necessidade de avanço das relações capitalistas exigiu a substituição da frente de expansão pela frente pioneira, que representa a modernização das relações capitalistas, gestadas no processo de consolidação da frente de expansão. Nessa perspectiva, a frente pioneira representa um estágio mais avançado do processo de expansão do capitalismo sobre as áreas de fronteira.

De acordo com Becker (1990), existe um discurso da fronteira como vazio demográfico que necessita ser povoado, pois, para a sobrevivência do capitalismo, há a necessidade de existência ou a criação de novos espaços para a acumulação, de forma que o avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão se refere à expansão e a sobrevivência do capitalismo.

A partir de Martins (1997), pode-se entender o discurso das frentes pioneiras sob a seguinte perspectiva:

- Pressupõe a criação de novas formas de sociabilidades baseadas no mercado e na contratualidade das relações sociais.
- Uma nova forma de organização que direciona à modernização e ao progresso, abrindo novas concepções de vida e possibilidade de mudança social.
- A frente pioneira opõe-se às regiões antigas, às relações provincianas.

Tem-se assim um discurso de inovação, de produção para o mercado, com o uso de maquinário, de novas tecnologias, de desenvolvimento e progresso. Esse discurso ideológico de forte conotação capitalista desqualifica os integrantes das frentes de expansão, associando-os ao passado, como grupos fadados ao sofrimento e à pobreza, devido suas técnicas pouco produtivas.

Na frente pioneira, a produção excedente é substituída pela produção de mercadorias. Esse processo é possível devido à instauração de uma estrutura de forças produtivas conformada por empresas imobiliárias, instituições bancárias, investimentos na construção civil, construção de rodovias, portos e aeroportos.

Outra característica dessa frente é a substituição do posseiro pelo proprietário. A propriedade privada da terra lhe impõe o caráter de mercadoria, e, como tal, sujeita a uma regulamentação jurídica baseada em contratos, que garantem ao proprietário a legitimação da posse ao proprietário, de forma que as relações se alteram (MONDARDO; GOETTERT, 2007).

Portanto, a frente pioneira fundamenta-se na sobreposição da frente de expansão para instaurar relações sociais de produção capitalistas a partir:

- a) de um discurso novidadeiro que se opõe às estruturas arcaicas da frente de expansão;
- b) da formação de uma estrutura de forças produtivas que permitam a modernização das técnicas de produção e que facilitem a produção, reprodução, circulação e integração de capital;
- c) da introdução de uma relação jurídica positiva nas relações sociais, na qual a terra assume caráter de mercadoria;

1.1.2 Território e territorialidade

Neste processo de imigração percebe-se o complexo trabalho de construção de território e da territorialidade. Complexo, pois a imigração pressupõe desterritorialização, territorialização e reterritorialização conforme discussão apresentada por Haesbaert (2002).

O território é um conceito bastante discutido nas ciências humanas e sociais. Para Haesbaert, o conceito de território pode ser organizado em três dimensões básicas: a concepção jurídico-política, a concepção culturalista e a concepção econômica.

Na concepção jurídico-política concebe-se o território como espaço delimitado e controlado, enfatiza-se as relações de poder, o controle do espaço

por grupos, instituições, e o ordenamento territorial. Em torno do Estado-nação percebe-se ou concebe a definição jurídico-política.

Na concepção culturalista representa-se o valor simbólico de um grupo em relação ao espaço. Essa é uma concepção subjetiva e prioriza a dimensão simbólico-cultural.

Na concepção econômica enfatiza-se a dimensão espacial das relações econômicas. Estuda-se as relações das classes sociais no espaço e a relação capital-trabalho.

Embora por tradição a dimensão privilegiada nos estudos sobre território seja a dimensão política, o simbólico-cultural sempre esteve presente. Mesmo para o mais tradicional dos intérpretes do território, Friedrich Ratzel no final do século passado, um "laço espiritual" ou uma "ligação psicológica" ao solo (que ele várias vezes utiliza como sinônimo de território) é criado "no costume hereditário da co-habitação [que 'dá nascimento do sentimento nacional']". No trabalho comum e na necessidade de se defender do exterior. Desta co-habitação que liga os membros de um povo ao solo, "onde jazem os restos das gerações precedentes. [...] surgem os laços religiosos com certos lugares sagrados. Laços muito mais sólidos do que o simples costume do trabalho comum. (HAESBAERT, 2003, p. 14).

Os estudos sobre o território têm início com o processo de formação das ciências modernas e, no caso do conceito de território, aproxima-se das discussões de conformação da Geografia enquanto Ciência. No que diz respeito à evolução do conceito de território, em geral, os estudiosos apresentam a definição de Friedrich Ratzel como uma das primeiras definições para o conceito.

A discussão do autor ocorre em meio a uma realidade bem peculiar. Sua teoria conhecida como concepção antropogeográfica surgiu no final do século XIX, no processo de unificação Alemã, de organização da classe operária europeia na luta contra a burguesia (que a partir da revolução francesa se desfaz da condição de classe revolucionária e assume o perfil de classe conservadora, de forma que assume a hegemonia da sociedade a partir de um processo de dominação econômica e cultura, conforme as proposições de Antônio Gramsci) e fortalecimento dos movimentos nacionalistas na Europa, responsáveis pela ação neocolonialista, imperialista e retalhamento dos continentes Africano e Asiático.

De acordo com esta concepção, o território é parte determinante do Estado-nação, entendido como o solo onde se localiza a população. A partir da ideia de

nação, depreende-se a concepção do território como elemento homogeneizador social, de formação de uma identidade, que nesse contexto se refere a uma identidade nacional.

É uma concepção inspirada no positivismo e, desta forma, defende a ordem, a uniformidade, e nega os conflitos, entendendo-os como anomalias sociais. Nessa concepção, não há espaço para as diferenças e pressupõe a nação que habita o espaço como um conjunto de indivíduos organizados de forma homogênea, valorizando as características genéricas da população. No século XIX, considerando-se o contexto da luta de classes, essa concepção de território, por um lado, chama a atenção do proletariado e das classes dominantes para os aspectos que aproximam os indivíduos que formam a nação, e, por outro, omite a exploração do trabalho, a mais-valia e as diferenças entre as classes sociais.

No texto “Le sol, la société et l’État”, de 1899, Friedrich Ratzel destaca a relação entre solo e sociedade. Para o autor, o Estado é inconcebível sem uma delimitação territorial ou sem fronteiras definidas, pois este consiste em uma parcela da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. De acordo com Ratzel, esses grupos têm necessariamente o território como fonte de recursos naturais, os quais devem ser suficientes para seu povoamento e utilizados a partir das capacidades tecnológicas existentes (LIMA *et al.*, 2015).

Em contraposição à concepção alemã, Paul Vidal de la Blache, representante da escola geográfica francesa, utiliza o conceito de região em substituição ao conceito de território. Para o autor, os geógrafos deveriam fazer um estudo intensivo dos aspectos físicos de regiões em áreas pequenas de forma que pudessem verificar a forma como as populações se relacionavam com o ambiente.

Os pressupostos de Vidal de la Blache possibilitaram o surgimento da chamada Geografia Possibilista, que entendia as regiões a partir de suas características naturais tais como o relevo, o clima, a hidrografia e atividades econômicas e infraestrutura.

A partir de meados do século XX - em meio a discussões sobre espaço, lugar, paisagem, região -, novas formas de entendimento e abordagem para o conceito de território foram sendo discutidas. Neste momento passamos a

apresentar algumas das concepções e entendimentos de território na perspectiva de diversos atores.

De modo geral, o território pode ser entendido “como o espaço de interações dos subsistemas natural, construído e social, subsistemas que compõem o meio ambiente nacional, regional e local.” (SOARES, 2006, p. 62).

Entendemos que o território não corresponde apenas ao meio físico, mas é referente às atividades desenvolvidas pelo homem que redefinem o espaço. “É o chão mais a população, ou seja, uma identidade, o fato de pertencer àquilo que nos pertence.” (SOARES, 2006, p. 62).

Nas últimas décadas, as discussões sobre as questões territoriais privilegiam a reflexão sobre o poder, o controle e a gestão do espaço. E a “territorialidade como as estratégias utilizadas para delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica, para estabelecer, manter e reforçar esse poder” (CABRAL, 2007, p. 152).

De acordo com Sousa (1995), os territórios não apresentam delimitação espaço-temporal fixas, podendo ser móveis e flexíveis, e vários territórios podem ser apropriados ao mesmo tempo pelos mesmos agentes.

Conforme Raffestin (1993) e Haesbaert (2004), o conceito de território também pode ser abordado por meio do viés político, pois não há vida sem atividade econômica, poder político, criação de significado e cultura. Nesta perspectiva, entende-se que o território é produto dos atores sociais, do Estado do indivíduo, sendo produzido pelos sujeitos históricos. Nesse contexto, nota-se a complexidade do conceito, pois é composto por tessituras, nós e redes, nos quais se originam as relações de poder. Essas relações de poder ora são mais materiais, econômicas e políticas, ora mais simbólicas das relações culturais.

Haesbaert (1999), inspirado em Lefebvre, defende que a definição de território passa pela distinção entre domínio e apropriação, pois, para o autor, o território envolve, sempre e, ao mesmo tempo, uma dimensão simbólica e uma identidade cultural atribuída pelos sujeitos históricos ao espaço, o que permite a apropriação por meio do controle do espaço. Por outro lado, apresenta-se um controle material do território de forma concreta e de caráter político-disciplinar, e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

Para Haesbaert (1999), o território é ao mesmo tempo um recurso ou um instrumento de poder ou um valor, que vai além da dimensão mercadológica, da concepção da economia política clássica, mas estende-se à valoração simbólica. Desta forma, para o autor, deve-se unificar as dimensões do conceito de território, ou seja, o território político e o território de identidade, pois confunde-se enquanto utilidade, enquanto recurso político e enquanto estratégia de identidade.

Para Berta Becker (2009), o território é o espaço da prática, ou seja, é um produto da prática social, inclui a apropriação do espaço, que implica a noção de limite e a manifestação da noção de poder sobre uma porção do espaço.

Pode-se entender o território ou a sua produção, enquanto espaço de relações sociais, determinado por diferentes funções sociais ou diferentes usos espaciais. Não é possível entender o conceito de território ou territorialidade de maneira desconectada de sua base material concreta, ou seja, as relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas no modo de produção capitalista.

Com o desenvolvimento técnico-científico observado no breve século XX, em que as tecnologias da informação e comunicação e os meios de transportes tornaram-se mais eficientes, as decisões dos grandes centros puderam ser sentidas de forma mais intensas nos locais onde se materializam as ações mais concretas dessas decisões. Ou seja, a lógica das dinâmicas territoriais foi intensamente afetada pela condensação do tempo e do espaço. Os territórios foram atingidos por mudanças repentinas e perceptíveis em curto espaço de tempo em regiões com intervenções pouco consolidadas.

As distâncias têm sido desconsideradas às investidas do capital, pois o tempo para a realização de determinadas atividades foi encurtando e sua lógica determinada ou direcionada pelo signo da instantaneidade.

Do conceito de território surge a ideia de territorialidade, entendida como uma relação com o espaço que tenta afetar, influenciar ou controlar ações por meio do reforço do controle sobre uma área geográfica específica, isto é, o território. Cabral (2007) entende a territorialidade a partir da concepção do território como o domínio de uma área delimitada por uma fronteira e que se torna exclusiva de determinados membros de um grupo ou espécie. Portanto,

para o autor, a territorialidade é um ato característico de um grupo para tomar posse ou garantir a posse territorial e assim defendê-la.

A territorialidade manifesta-se em ações cotidianas até as complexas relações sociais e tem na identidade e nos estoques culturais os seus fundamentos, de modo que pode resistir à apropriação do espaço, que é de base material.

Assim como a cultura, a história e a tradição mediam as mudanças econômicas, elas também mediam o modo como as pessoas se relacionam com o espaço, como conformam a territorialidade e como valorizam a terra.

As discussões sobre território, territorialidade e dinâmicas territoriais estão cada vez mais presentes na academia, em especial às voltadas ao desenvolvimento rural.

A tessitura ou malha é a base, ou o substrato do território, é o que há de mais concreto e enraizado. Seus limites são definidos pela ação dos nós ou dos pontos, os quais estabelecem redes ou fluxos, reforçando os limites ou as fronteiras dessa malha e dando dinamicidade ao território. Os pontos simbolizam a posição dos múltiplos atores territoriais, representando locais de poder e referência. Atores e redes relacionam-se ainda com nós externos a tessitura, ou então, com atores de escalas externas, tornando este território mais dinâmico e fluido (RAMBO *et. al*, 2016, p. 92).

Quando agricultores familiares fazem uma experiência em novos mercados, observam diferentes relações de poder entre diversos sujeitos históricos e em distintas escalas.

Assim, as relações sociais sugerem e envolvem costumes, hábitos, normas, regras e leis. O poder exercido por atores sobre o espaço se dá por meio de estruturas organizacionais mediadas ou atuam sob condições institucionais, que ora limitam, ora potencializam as experiências desencadeadas localmente.

Os territórios não são espaços estáticos e inertes quando considerados os interesses e as práticas sociais das distintas sociedades que modelam os contornos de suas formas. As dinâmicas territoriais geralmente ocorrem à revelia dos interesses das populações que neles vivem. Dessa forma, o objetivo das transformações na paisagem pode estar subordinado à pressão da globalização e mundialização do capital sobre os territórios.

As novas dinâmicas territoriais ocorrem, assim, influenciadas por processos sociais externos, muitas vezes estranhos à localidade, quando sua mutação e destino são definidos em espaços e tempos diferentes da lógica que alimenta o lugar. As novas territorialidades, portanto, compreendem uma dinâmica focada na urgência dos investimentos públicos e privados nos espaços de interesse imediato do capital alterando consideravelmente as suas paisagens (SILVA; PAULO, 2012).

Esse fenômeno, no entanto, não ocorre sem o estabelecimento de conflitos socioambientais em que o meio ambiente emerge como um campo não só de exploração dos recursos ambientais, mas também das populações localizadas nas regiões onde o capital encontra as possibilidades ideais para a sua reprodução. (SILVA; PAULO, 2012, p. 7).

Nas últimas décadas, principalmente a partir da queda do muro de Berlim, surgiram diversas teorias do fim. Neste contexto, viu-se a defesa do fim da História e do fim do território. Em relação à discussão do fim do território, como decorrência das inovações tecnológicas, do processo de globalização, da conquista de novas áreas, do avanço das fronteiras e frentes pioneiras, notamos autores discutindo processo de desterritorialização.

Para se discutir a desterritorialização tem-se que entender que as regiões de fronteira exibem os efeitos da modernização arrasadora. Nestas áreas impõem-se estradas com uma geometria regular, com estradas que parecem retas infinitas, com grandes quadriláteros como modelos a serem seguidos.

As áreas de fronteira são espaços arrasados e padronizados no modelo dominante, que não consideram a história, a cultura e a identidade das sociedades que já habitavam os espaços ocupados.

Em determinadas regiões, a velocidade da tecnologia acaba por transformar a paisagem e as integram a uma rede de fluxos alinhados em escalas de níveis locais e regionais.

É neste contexto, e dentro da lógica contraditória do modo de produção capitalista, que, ao mesmo tempo em que o processo de expansão da fronteira produz e amplia as redes de circulação e fluxos de capitais, gera uma massa de trabalhadores miseráveis e, quando não o são, estão distantes do processo de

participação nas redes e sem autonomia para tomadas de decisões, para decidir sobre os próprios destinos de sua vida (HAESBAERT, 2007).

De acordo com o autor, as condições de vida e trabalho deste grupo de miseráveis não permite considerá-los nem na condição de exército industrial de reserva, uma vez que não possuem qualificação e perfil para o desempenho de atividades industriais urbanas. Assim, o termo mais adequado para qualificar este grupo gira em torno de uma espécie de aglomerado de exclusão (HAESBAERT, 2007).

Alguns autores como Ianni (1992) e Ortiz (1994) consideram este movimento como um processo de desterritorialização, que é considerada como uma das principais características da sociedade pós-moderna, em especial a partir da queda do socialismo no leste europeu.

Os autores consideram a desterritorialização como uma das marcas da transição para o terceiro milênio. A discussão sobre este processo envolve opiniões bastante controversas. A questão pode ser entendida como decorrência do processo de produção econômica baseada na globalização/regionalização, ou como resultado de choques de civilizações:

Temos hoje, ao mesmo tempo, uma unipolaridade (no que se refere à hegemonia irrestrita do capitalismo como único modelo econômico a ser seguido e no sentido político-militar de uma superpotência sem rivais diretos, os Estados Unidos), uma tripolaridade (se considerarmos a disputa entre os três grandes centros do capitalismo: EUA, a União Européia e o Japão) e uma apolaridade (pelo menos no sentido ideológico-cultural, diante do "vazio de sentido" com que o mundo cada vez mais se depara). (HAESBAERT, 2007, p. 167).

Na fase de capitalismo flexível, a desterritorialização é decorrência do acesso desigual às tecnologias e à informação, além de seu caráter excludente e que fragmenta a classe trabalhadora em termos de força de trabalho, que apresenta como principais resultados o aumento do desemprego, a terceirização e o trabalho temporário.

Uma das possibilidades de entendimento do processo de desterritorialização é considerá-la como "a superação constante das distâncias, a tentativa de superar os entraves espaciais pela velocidade, de tornar-se 'liberto' em relação aos constrangimentos (...) geográficos" (HAESBAERT, 2007, p. 167).

A produção do espaço segue a mesma lógica de dominação econômica e social que as classes dominantes impõem às classes populares. Neste sentido envolve sempre a desterritorialização e re-territorialização.

Entende-se, neste trabalho, a dinâmica territorial como a vida e a morte dos territórios, ou seja, que os territórios têm história. Destaca-se também que a dinâmica territorial pode ser vista como um processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, ou seja, um processo de produção do espaço, descaracterização do espaço e adaptação ao espaço, em um processo de síntese da relação dialética da produção do espaço e das transformações decorrentes do processo de expansão das fronteiras e frentes pioneiras.

É a partir do conceito de território, desterritorialização, reterritorialização, territorialidade e dinâmicas territoriais que se pretende abordar o processo de produção das condições materiais de existência de pequenos produtores rurais (com foco nos produtores de mandioca e farinha de tapioca da comunidade de Boa Esperança), em meio ao processo de modernização da agricultura na região oeste do Pará.

1.2 As políticas de desenvolvimento para a Amazônia até século XX

De acordo com Moran (1990), por longos anos os estudos sobre a ocupação da Amazônia sustentavam-se na tese de que a presença do *homo Sapiens* ocorreu com o prévio conhecimento de técnicas e práticas agrícolas. No entanto, com as novas datações, resultado de pesquisas arqueológicas mais recentes, verifica-se um recuo no tempo, demonstrando que as primeiras sociedades amazônicas, possivelmente, chegaram a este território por volta de 12 mil anos, de forma que, neste período, os seres humanos ainda não dominavam as técnicas agrícolas. Outro fator importante nestas discussões era a insistência na tese de que a região não oferecia condições para o sustento de populações por meio da caça e coleta corroborando para a sustentação da tese anterior.

Durante muito tempo essas discussões giraram em torno desse tipo de argumento, pois havia uma grande preocupação com o desenvolvimento da cerâmica. Dessa forma, houve poucas pesquisas com a identificação de povos

caçadores coletores na bacia Amazônica, as dificuldades para as pesquisas arqueológicas são muitas. De acordo com Simões (1983, apud MORAN, 1990), as pesquisas arqueológicas que têm como objeto as comunidades pré-cerâmica na bacia amazônica apresentam adversidades para execução do salvamento, pois algumas delas são vistas como deculturadas, ou seja, abandonaram a agricultura após a chegada dos europeus.

Em 1989, Anna Roosevelt escavou peças de cerâmica que datam de aproximadamente 12 mil anos, o que colocaria as populações amazônicas entre as mais antigas da América. De acordo com Roosevelt, as populações amazônicas são as mais antigas praticantes da agricultura em toda a América.

O desenvolvimento agrícola propiciou o surgimento de grandes aldeias. Foram registradas aldeias com até 8 mil habitantes, mas que com a chegada dos exploradores, essas comunidades foram diminuindo. O sistema de organização social das aldeias amazônicas da várzea foi denominado de cacicados, no entanto, há registros de cacicados em regiões de terra firme. Esse sistema era caracterizado pela presença de escravos, rituais fúnebres com diferenciação de acordo com o status e estratificação hereditária.

O contato com os conquistadores europeus foi danoso para as populações amazônicas, sobretudo pelo déficit populacional das populações ameríndias após os contatos. Mesmo com os problemas e a retirada para as áreas sertanejas, nota-se a subsistência das populações a partir da caça, pesca e práticas agrícolas. Com isso é demonstrado que as comunidades amazônicas dominavam os dois modos de subsistência.

Nos últimos trinta anos muito tem-se discutido sobre a pouca evolução cultural dos povos amazônicos. Essas discussões apontam o solo e a baixa disponibilidade de proteína animal como fatores limitantes dessa situação.

As pesquisas sobre a ocupação do espaço amazônico, na década de 1950, indicavam que o solo era um ponto limitante do aumento populacional, ou seja, não tinha capacidade de suporte para atender o aumento populacional superior ao que se tinha, desta forma produção e produtividade ficavam estagnados em certos estágios. Isso se deve à pobreza e acidez dos solos amazônicos e, principalmente às tecnologias utilizadas para a produção agrícola, o corte e a queima não permitiam avançar nessas condições.

Na década de 1970, pesquisas indicavam que a principal dificuldade para a ocupação do espaço amazônico não era de fato a fertilidade do solo, mas a quantidade de plantas invasoras que inviabilizavam a produção agrícola, devido ao alto custo em mão de obra para manter as lavouras em boas condições.

De acordo com Moran (1990), cerca de 75% da área da bacia Amazônica são marcadas por solos ácidos, pobreza química, excelente estrutura física, cor vermelha e amarela e boa drenagem. Segundo o autor, 14% dos solos amazônicos tem características de solos mal drenados e aluviões, geralmente localizados nas áreas de várzea, restingas e igapós. A fertilidade é dependente das fontes de aluvião, podendo ser ácidos ou básicos. Em 8% encontram-se solos de média e baixa fertilidade, bem drenados, 3% dos solos subjazem drenados por rios negros. Desta maneira, considera-se a existência de solos ácidos e de pouca fertilidade, no entanto, existem solos que permitem o desenvolvimento de práticas agrícolas de maneira dispersa em todas as regiões da bacia Amazônica.

Nota-se que os solos amazônicos têm potencial para as práticas agrícolas, embora não se possa considerá-la na totalidade. No entanto, o paradigma da biodiversidade assume a dianteira, como outra discussão que provoca polêmica sobre o uso da terra para a prática agrícola em grandes extensões no território amazônico.

De acordo com McGrath (1997), o conceito ou paradigma da biodiversidade é uma das grandes vitórias dos movimentos ecológicos das últimas décadas, pois consegue apoio popular para a causa ambiental. No entanto, percebe-se que o conceito é assimilado a partir de pouca reflexão, como se desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade fossem sinônimos.

Dentro desta perspectiva, nota-se que se desenvolve a ideia de crise de biodiversidade, que ocorre de maneira acelerada, portanto, entendida como uma ameaça à sobrevivência do planeta, assim a preservação ou conservação da biodiversidade é uma das principais bandeiras do movimento ecológico.

Para McGrath (1997), a região do Trópico Úmido é uma das mais paradigmáticas do planeta e a floresta é seu habitat pois possui alto nível de diversidade de espécies. Nesta perspectiva há a necessidade de preservação, já que a perda de áreas de florestas elimina uma grande quantidade de espécies.

Como a bacia amazônica é a maior floresta tropical do mundo e possui uma das maiores taxas de desmatamento, é uma região em que se desenvolvem debates acalorados entre os integrantes do movimento ecológico e o movimento desenvolvimentista, ou que entende a natureza como um meio para a melhoria da qualidade de vida da humanidade.

Quando se discute a biodiversidade, em geral, faz-se a defesa da conservação das florestas, usa-se árvores gigantescas como símbolo de que o Estado e a sociedade estão agindo para preservação do meio ambiente. No entanto, Red Ford (1997) chama a atenção para o que designou de florestas vazias.

Para Red Ford (1997), os animais de grande porte são importantes dentro das florestas tropicais, além de servir de alimento para as populações ao entorno, atuam como componentes ecológicos integrantes dos sistemas florestais. O autor destaca que, em muitas florestas, os animais de grande porte estão ecologicamente extintos, mesmo sendo registradas pelo satélite grandes áreas preservadas. É necessário observar e não se deixar enganar, pois uma grande floresta não garante que haja equilíbrio ecológico, pois pode ser que estejam vazias de parte importante de sua riqueza faunística.

Diante da argumentação dos autores, pode-se inferir que os debates políticos sobre as formas de utilização do solo amazônico se refletem nos debates científicos, pois, a mesma ciência que garante a viabilidade técnica para as práticas agrícolas na Amazônia, também formula teses, conceitos e discursos para a preservação da biodiversidade das florestas, em especial as tropicais.

Nota-se que os discursos em geral são assimilados sem uma reflexão adequada e sem levar em consideração dados empíricos ou pesquisas mais aprofundadas, em especial, no que se diz respeito a perda da biodiversidade, a sua capacidade de resiliência e aos impactos da extinção de espécies dentro de um ecossistema.

Como se percebe, o período de colonização da Amazônia deixou marcas que a caracteriza como um vazio demográfico e o Estado criou um problema para ser solucionado pelos próprios agentes do Estado. Por isso, a partir do século XX, verificou-se um processo de ocupação do território de forma mais intensa, com uma maior presença do Estado capitalista e suas formas de

relações sociais baseadas na contratualidade e aparatos formais no processo de produção das condições materiais de existência.

A posse da terra na Amazônia até meados do século XX estava concentrada nas mãos do Estado. De acordo com Loureiro e Pinto (2005), 87% destas terras eram formadas por matas incultas e ocupadas por milhares de ribeirinhos e caboclos que viviam de atividades extrativistas, enquanto que 11% destas áreas eram formadas por pastos naturais, em sua maioria ocupados para o desenvolvimento da atividade pecuária, com destaque para a criação de gado, sob a propriedade de fazendeiros detentores de títulos de propriedade, notadamente antigos. Somente 1,8% das terras da Amazônia eram utilizadas para atividades agrícolas e destas apenas metade detinha título de posse.

Essas poucas fazendas eram como que “ilhas” de criação de gado nos campos naturais (abundantes na região) e não em pastos formados em cima de mata derrubada ou queimada como hoje. A mata e os rios estavam preservados e eram aproveitados pelos habitantes como fonte de alimento, trabalho e vida. (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 77).

Este cenário é resultado de um longo processo histórico de povoamento e exploração dos recursos naturais da região e, de acordo com Bertha Becker (2009), pode-se distinguir três grandes períodos de formação territorial da região amazônica.

1. Formação territorial (1616-1930);
2. Planejamento regional (1930-1985);
3. Incógnita do Heartland (1985 ...)

Neste texto, destaca-se especificamente o segundo e o terceiro período. Para a autora, o segundo e terceiro quartéis do século XX são os períodos de aceleração do processo de ocupação do espaço amazônico, caracterizado pelo planejamento governamental, pela formação do aparelho moderno de Estado e pela crescente intervenção do Estado na economia.

Nesta fase percebe-se três períodos: a) De 1930 a 1955, considerado a fase inicial, marcado pela imposição do Estado Novo; b) No período de 1955 a 1966, fase do planejamento regional; c) de 1966 a 1985, considerado a fase do desenvolvimento efetivo.

Para Becker (2009), o primeiro período é mais discursivo do que ativo. A campanha da "Marcha para o Oeste", a criação da Fundação Brasil Central

(1944), do Programa de Desenvolvimento para a Amazônia (PDA) e da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), revelou a preocupação com a região, no entanto, não foram acompanhadas de ações efetivas.

De acordo com Stella (2009), a partir de 1930, houve o início da integração comercial, física e produtiva da Amazônia com as outras regiões do país. Essa integração foi resultado do processo de industrialização nacional e da modernização do Estado. A primeira etapa de integração foi comercial e se estendeu da década de 1930 a 1960.

Inicialmente o meio de integração entre os estados era a cabotagem, que foi pouco a pouco substituída com a abertura de rodovias, que iniciaram a integração física promovida pelo Estado a partir da década de 1950.

Com a crise de 1929, o Estado brasileiro precisou alterar as estratégias de acumulação e empregar o modelo de substituição de importações, postura que promoveu o mercado interno que passou a superar o valor das exportações. No entanto, o centro da atividade industrial nacional estava concentrado na cidade de São Paulo, onde se organizava a divisão regional do trabalho de produção, enquanto nas demais regiões não se observava o desenvolvimento das atividades comerciais no mesmo ritmo.

No caso da região amazônica, os principais produtos de exportação como a borracha e a castanha, que apresentavam uma tendência decrescente das taxas de exportação, equilibraram esse número com o aumento da demanda do mercado interno nacional, especialmente do estado de São Paulo.

Outros produtos começaram a se destacar na pauta de exportações, como a malva, pimenta do reino e a juta, configurando um processo de diversificação dos produtos ofertados no mercado interno e externo. Alguns anos depois, esses produtos ganharam a companhia de minerais como o manganês e o ferro na pauta de exportações.

A partir da década de 1940, verifica-se a presença mais forte do Estado nacional na região. Durante a segunda guerra mundial, com os esforços da batalha da borracha, e em 1946, com a promulgação da Constituição, estipulou-se uma previsão de 3% da receita da União, Estados e Municípios Amazônicos para o Plano de Valorização Econômica, criado em 1953.

Percebe-se uma presença mais ativa do Estado na região. Uma importante ação tomada foi a estatização das companhias inglesas The Amazon River Steam Navigation Company Limited e Port Of Pará, com origem ao Serviço de Navegação do Amazonas e de Administração do Porto do Pará (SNAPP). Outra importante ação foi a criação dos Territórios do Amapá, Rio Branco e Guaporé.

Para aumentar o controle estatal nas regiões onde se localizavam essas e outras reservas minerais, especialmente em áreas fronteiriças com vazios demográficos, foram criados novos Territórios Federais¹³² em 1943. De parte do AM e MT, foi desmembrado o território do Guaporé, que depois passou a se chamar Rondônia. O **Amapá** formou-se de parte do PA, e o Rio Branco, atual **Roraima**, de parte do AM. Eles haviam sido instituídos para que o governo atuasse com poderes para planejar, povoar e garantir a exploração econômica. (STELLA, 2009, p. 74-75).

Durante a segunda guerra mundial, o Brasil integrou o grupo dos Aliados e assinou, com os EUA, o chamado "Acordo de Washington", por meio do qual recebeu financiamento para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), além de materiais bélicos. Em troca, o Brasil permitiu a instalação de bases militares provisórias no Nordeste, forneceu minerais e borracha.

Para o atendimento da demanda de borracha pelos Estados Unidos, o governo brasileiro desenvolveu uma estrutura que garantisse as condições de produção e exportação. Neste período foi criado o Banco de Crédito da Borracha (BCB), que tinha como finalidade, financiar o empreendimento emergencial, inclusive com o recrutamento de mão-de-obra e encaminhamento dos trabalhadores aos seringais por meio do Serviço Especial de mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e da Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA).

O saldo econômico foi efêmero, alcançando um pequeno ápice em 1944, quando foram exportadas 21 mil t, ou metade do apogeu em 1912. Manaus, que foi o epicentro da batalha, encontrava-se deteriorada. Segundo registros depois do surto, seguiu-se o declínio das exportações. Além do encerramento da guerra que gerava parte da demanda, a ascensão do produto sintético nos países centrais levou a exportação da borracha natural à decadência no médio prazo. (STELLA, 2009, p. 77).

Nesse contexto, o desenvolvimento da estrutura das forças produtivas na economia brasileira exigiu uma maior integração entre as regiões. A partir de meados da década de 1950, o Brasil, com o plano de metas, iniciou uma fase de industrialização pesada, com a necessidade de importação de insumos e de bens de capital. A Amazônia ganhou um novo significado nesse contexto e foi vista como uma fronteira de recursos, ou seja, na divisão territorial do trabalho, a região assumiu a posição de fornecedora de matéria-prima aos centros em processo de industrialização no país.

Após a segunda guerra mundial, o cenário econômico mundial foi alterado. No Brasil, Vargas foi derrubado e eleições foram convocadas. Uma nova Constituição foi aprovada, na qual foi dedicado espaço para a questão da Amazônia, sinalizando a criação do Plano de Valorização Econômica.

No início da década de 1960, o Plano de Valorização Econômica foi complementado com os incentivos fiscais aos empreendedores que tinham interesse em investir na Amazônia. A partir de 1964, com os governos militares, houve a reformulação da "Operação Amazônia", em 1966, e a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967. Essas ações aliadas aos projetos agropecuários e de mineração abriram espaço para uma maior integração na década de 1970.

No período de 1955 a 1966, inicia uma nova fase do planejamento regional. Esta fase inicia com o governo de Juscelino Kubitschek, com o plano de metas com investimentos nas áreas de transporte e energia. Suas ações foram efetivas e afetaram a região, em especial devido a abertura das Rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre. Com estas obras, percebe-se o aumento do processo de imigração, a população da região salta de 1 para 5 milhões entre 1950 e 1960.

Com a conformação do mercado interno nacional e suas políticas de industrialização, as desigualdades regionais afloravam, de modo que a partir da década de 1950, o Estado introduziu as primeiras políticas de desenvolvimento regional.

As mudanças no padrão de acumulação no pólo, que entre 1955 e 1970 passou pela industrialização pesada, exigiram uma maior integração, fornecimento de matérias-primas, e ampliação da capacidade de importar insumos e bens de capital. A Amazônia começou a ser percebida como fronteira de recursos, e ganhou maiores dimensões e sentido na economia brasileira, tanto para

incrementar a produção, como para ajudar no esforço exportador. (STELLA, 2009, p. 82).

No período pós-guerra surgiu uma visão econômica que via a industrialização como meio de superar a pobreza e o subdesenvolvimento. A intervenção estatal foi vista como forma de impulsionar a industrialização. Assim, surgiu o chamado Desenvolvimentismo: concepção teórica na qual o planejamento estatal define a expansão dos setores econômicos e capta recursos para realizar os investimentos, uma vez que os recursos privados são insuficientes (PEREIRA, 2011).

Assim como nos dias de hoje, naquele período as discussões entre as correntes do pensamento econômico giravam em torno da conveniência ou não da intervenção do Estado na economia, na qual as ideologias desenvolvimentistas se opunham às ideologias liberais.

Neste contexto, o subdesenvolvimento dos países da América Latina era definido como o chamado “take off” de Rostow (1956), era entendido como uma etapa do processo pela qual todas as economias teriam que passar para finalmente chegarem ao status de desenvolvido.

Em 1948, ocorreu a criação da Comissão para a América Latina e Caribe (Cepal), num momento de insatisfação dos países latino-americanos por terem sido excluídos da ajuda do Plano Marshall à Europa e pelo sucateamento de seus equipamentos industriais, resultado da falta de dólares, causada pelos anos de crise das exportações. Assim, a Cepal constituiu-se na matriz de um original pensamento econômico latino-americano, crítica do liberalismo que influenciaria toda uma geração de economistas.

Neste cenário percebeu-se uma nova reordenação no processo de divisão territorial do trabalho entre as regiões brasileiras. A partir dos indicadores sociais, a CEPAL desenvolveu teorias políticas e estratégias de desenvolvimento e buscavam explicar as causas do subdesenvolvimento e as possibilidades de sua superação.

Os economistas Cepalinos desenvolveram algumas teses para explicar o atraso das economias latino-americanas em relação aos países desenvolvidos como: a) desigualdade do progresso técnico entre centro e periferia; b) crescente desvalorização dos produtos primários produzidos na periferia em

contraste com a agregação de valor cada vez maior dos produtos industrializados produzidos no centro; c) a inflação era um problema causado pela rigidez da oferta de alimentos e pela pressão exercida sobre a agricultura seja como produtora de alimentos exigida pela rápida urbanização ou como fornecedora de matérias-primas exigida pela expansão industrial.

Para os economistas Cepalinos, o planejamento estatal era a melhor forma de aproveitar os recursos das economias latino-americanas. Diante da escassez de poupança interna, defendiam também a implantação de tarifas e subsídios como forma de compensar a diferença de produtividade entre os produtos locais e importados.

Os Cepalinos acreditavam que existia uma tendência ao desemprego nos países latino-americanos, principalmente pelo fato de o centro ter o domínio tecnológico e a periferia apenas importar a tecnologias, que economizavam mão-de-obra (abundante diga-se de passagem). Há uma tendência ao desequilíbrio externo nos países da América Latina, resultado da razão da inelasticidade de suas exportações e da necessidade de importação de bens de capital, por isso os economistas Cepalinos propunham uma indústria substitutiva de importações voltada para o mercado interno.

O modelo cepalino sofreu críticas por não analisar a natureza das relações de classe do modelo capitalista, por não realizar estudos sobre distribuição da renda, pois acreditava que a industrialização por si só resolveria o problema e o Estado seria caminho para o desenvolvimento. Para Pereira (2011), apesar das críticas, a Cepal representou um grande avanço em direção a elaboração de um pensamento econômico independente das correntes teóricas hegemônicas que, a partir do cenário vigente nos países desenvolvidos, eram transpostas para a realidade dos países subdesenvolvidos. Porém, no decorrer dos anos 60 a Cepal foi perdendo importância e se desarticulando, período este em que grande parte do continente latino-americano foi marcado pelas ditaduras militares.

Com a chegada de Juscelino Kubistchek, o JK, ao poder, em 1956, e o seu plano de metas, houve a manutenção da política de industrialização, no entanto, era necessário o investimento em infraestrutura, na produção de bens de capital, de bens de consumo duráveis e intensificação da integração comercial nacional.

A integração ocorreu com a construção do aeroporto de Belém e com a construção de rodovias, como a Belém-Brasília e Brasília-Porto Velho-Acre.

Em 1957, foi aprovada a lei que instituía a Zona Franca de Manaus, com o objetivo inicial de fazer o “armazenamento, beneficiamento e comércio de mercadorias estrangeiras na Amazônia com os países limítrofes” (STELLA, 2009, p. 84). Nesta época foi criada a UFPA, refundada a Universidade do Amazonas, e instalado o ensino superior, no recém-criado estado do Acre.

Apesar dos esforços do Estado, o desenvolvimento da estrutura das forças produtivas na região Amazônica ainda era precário, o modo de produção capitalista não conseguia colher os frutos da maneira como se esperava. Diante deste contexto, na tentativa de atrair o capital privado para a região, o governo central adotou a estratégia de concessão de incentivos fiscais.

Em 1967, a Zona Franca de Manaus foi transformada em Superintendência da Zona Franca de Manaus. Com esta mudança, deixou de ser um porto livre e passou a ser “uma área de livre comércio de importações e exportações com vantagens fiscais especiais” (STELLA, 2009, p. 89).

De 1966 a 1985 tem-se uma nova fase no processo de ocupação do espaço amazônico. Becker (2009) considera que esta é a fase do desenvolvimento efetivo, pois o Estado toma para si a tarefa de ordenamento do território da Amazônia. A ocupação do espaço amazônico passou a ser prioridade, pois possibilitava a solução das tensões sociais resultantes da exclusão de uma grande quantidade de trabalhadores rurais devido a modernização da produção agrícola no Centro-sul e no Nordeste. Além disso, na região, poderiam se desenvolver focos revolucionários, e esta era uma questão prioritária, visto que neste período se vivia o auge das tensões da Guerra Fria. Com a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus, percebe-se a produção do espaço pelo Estado.

Após a construção do território, fundamento concreto do Estado, este passa a produzir um espaço político – o seu próprio espaço – para exercer o controle social, constituído de normas, leis, hierarquias. Para tanto, impõe sobre o território uma malha de duplo controle – técnico e político – constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para a ação. Essa malha, que denominamos “malha programada”, foi implantada entre 1965-85, no estado brasileiro da Amazônia, visando

completar a apropriação física e o controle do território. (BECKER, 2010, p. 135).

Ainda em 1966, foi lançada a Operação Amazônia, que considerava a região como um dos maiores desertos do mundo. A partir desta proposição, o Estado externava sua intenção de promover o povoamento e a integração regional que tinha como objetivo essencialmente a valorização econômica por meio do povoamento e o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. As ações adotadas não levavam em consideração os interesses das comunidades tradicionais locais e os impactos ambientais. Entre os resultados destacamos o desmatamento, o esgotamento do solo, poluição de rios, conflitos agrários, êxodo rural, inchaço das periferias de cidades como Manaus e Belém.

Com a Lei nº 5.122 de 28/9/1966, o BCB foi transformado em Banco da Amazônia (BASA). Com esta alteração “suas atribuições passaram ser a de executar a política do Governo Federal na região amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social e efetuar operações bancárias em todas modalidades” (STELLA, 2009, p. 86-87).

Além disso, essa lei instituiu um novo plano de valorização econômica da Amazônia. Na década de 1970, percebemos uma série de transformações e modernização da estrutura na região amazônica. Foram criadas usinas hidrelétricas, portos, aeroportos, rodovias, ou seja, uma estrutura para garantir a circulação e produção de riqueza para se integrar ao restante do país. Desta forma, nota-se que a integração da Amazônia ao restante do país se fez a partir de um planejamento que buscava desenvolver o potencial de extração da riqueza da região, proteger a soberania nacional brasileira com uma presença maior do Estado na região, por meio de instituições financeiras e centros de produção de conhecimento, como universidades e o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), além de expandir o papel da Amazônia na divisão territorial do trabalho, ou seja, além de fornecedor de matérias-primas para as indústrias do sudeste, a Amazônia passaria, por meio do projeto de integração, à condição de consumidor dos produtos industrializados.

Outra mudança institucional importante foi a extinção da SPVEA e sua substituição pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), sendo a Amazônia Legal sua área de atuação. Entre suas atribuições,

destacamos a elaboração do novo plano de valorização econômica, a promoção e execução deste plano.

Com a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, promulgou-se o Estatuto da Terra. No primeiro governo militar foi também criado a Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA) foi substituída pelos Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA).

Esses órgãos tiveram curta duração, entre 1964 e 1970, e foram marcados por intensa corrupção, denúncias de grilagens e de vendas de terras a estrangeiros, o que culminou em uma CPI. Apesar do escândalo, o governo regularizou a aquisição de imóvel rural a estrangeiros residentes no Brasil ou a pessoas jurídicas autorizadas a funcionar no país. (STELLA, 2009, p. 90).

O Estado passou a atuar nos setores elétrico, rodoviário, portos e aeroportos, telecomunicações e saneamento, considerados como condicionantes se alcançar os objetivos da Operação Amazônia. Com essas ações, a região teria condições de receber indústrias garantindo as condições necessárias para produção, reprodução e circulação do capital.

Além da instalação de indústrias, percebe-se os investimentos na extração madeireira e nos projetos agropecuários. O resultado de tais políticas foi a devastação ambiental, entendida naquele momento histórico como sinônimo de progresso. A instalação de grupos pecuaristas foi incentivada com o slogan “o boi precede o homem”, ou seja, a partir da transformação do espaço, com a produção de áreas de pastagens, o desenvolvimento de atividades econômicas, garantindo a produção econômica de grandes extensões de terra, atrairia migrantes, mediante a produção e acúmulo de capital.

Assim, no período de 1930 a 1970, o Brasil apresentou um acentuado crescimento industrial, a partir da integração entre suas regiões. Os capitais dispendidos no programa de integração permitiram a articulação comercial e econômica da Amazônia com as demais regiões do Brasil.

Apesar do dispêndio de energias e capitais, notou-se que:

1. A produção do capital ocorreu de forma concentradora, embora tenha permitido o crescimento de regiões periféricas;

2. O planejamento regional do norte do Brasil visava a correção das desigualdades inter-regionais decorrentes do processo de produção e acumulação de capital entre as regiões;
3. A forma de financiamento e atrativos de empreendimentos para a região, como os incentivos fiscais, buscavam garantir o desenvolvimento de estrutura de forças produtivas para a produção e reprodução do capital.

Ao final da fase da **integração comercial**, 1930-1970, a Amazônia encontrava-se plenamente conectada ao mercado interno nacional como vendedora de produtos primários e compradora de produtos industrializados, e as exportações voltando crescer. Apesar dos estímulos gerados pela integração, que diversificaram a pauta de comércio da região, a Amazônia continuava primário-exportadora. Porém, com as transformações ocorridas, foi aberto o caminho para que com a ZFM e os grandes projetos agropecuários e mineradores da década seguinte, a região passasse a intensificar a integração na economia nacional. (STELLA, 2009, p. 124).

No contexto de modernização e desenvolvimento industrial na região sudeste, nota-se o processo de modernização da agricultura brasileira com a inserção de novas tecnologias agrícolas, como fertilizantes, maquinário automotivo e o uso de agrotóxicos, que permitiram um aumento exponencial da produção agrícola, com o objetivo de alinhar as exportações agropecuárias brasileiras ao mercado internacional e, desta forma, tem início um processo de homogeneização de culturas nas quais se destacaram a soja, o milho e o trigo comercializados na forma de commodities, e promoverem a integração da produção agrícola à nascente industrial nacional.

Com o processo de modernização da agricultura nestas regiões, a Amazônia passou a cumprir o papel de área de expansão do setor agropecuário, onde inicialmente se investiu na pecuária extensiva, posteriormente substituída por culturas como a soja e milho.

A partir de 1985, a Amazônia entra na fase de Heartland (BECKER, 2009). Para a autora, em meados da década de 1980, tem-se o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista, baseado na intervenção do Estado nos assuntos econômicos e na conformação do território. Nesse mesmo período, nota-se a formação de movimentos de resistências das populações locais – autóctones e

migrantes, cujo maior exemplo é a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros.

Para Becker (2009), a esses fatores somou-se a pressão do movimento ambientalista nacional e internacional para gerar o chamado Vetor Tecnológico (VTE), ou seja, a configuração da Amazônia como uma fronteira socioambiental.

As demandas dos movimentos sociais deste período, e suas propostas de desenvolvimento alternativo, conservacionistas elaboradas pelos grupos populares são resultados dos conflitos das décadas de 1970 e 1980 (BECKER, 2009). Estes movimentos possuíam apoio de ONGs, organizações religiosas, governos, partidos.

Nesse período, a movimentação e a discussão da temática ambiental em nível global promoveram mudanças no olhar da sociedade, do Estado, empresas e grandes instituições como G7 e Banco Mundial. No caso brasileiro, nota-se como resultado a criação do Ministério do Meio Ambiente e a tentativa de implantação de projetos de desenvolvimento sustentável.

É neste contexto que se criam reservas extrativistas, unidades de conservação, ou seja, uma malha socioambiental. Nota-se, nesse cenário, a preocupação com o desenvolvimento endógeno, voltado para as iniciativas e potencialidades locais, valorizando os saberes tradicionais. “Os experimentos em curso são formas locais de solução de um problema global: a proteção da biodiversidade.” (BERCKER, 2009, p. 28).

Esse modelo de desenvolvimento pensado esbarra em dois problemas: a dificuldade de inserção no mercado devido a carências no aspecto de infraestrutura e formação gerencial dos empreendimentos, além de sua atuação geográfica ser local, não possibilitando a expansão por toda a região.

Para Becker (2009), a partir de 1996, a história da Amazônia entra em uma nova fase do planejamento territorial, nesse momento, assumindo a perspectiva de um Vetor Termointustrial (VTI), do interesse de empresários, bancos, governos e forças armadas. O resultado dessas ações foi o conflito de interesses entre o projeto de desenvolvimento exógeno caracterizado pela exploração de recursos para a exportação e o projeto de desenvolvimento endógeno e da fronteira socioambiental.

O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) lança os programas Brasil em Ação (1996) e Avança Brasil (1999). Com esses programas, o Estado assume o papel de braço direito do capital, pois objetivavam a integração produtiva da Amazônia e a segurança das fronteiras nacionais. O pacote de obras lançado previa parcerias com os estados e municípios e empresas privadas.

O Programa Brasil em Ação abrangia projetos na área social e de infraestrutura, nos quais pretendiam superar os gargalos da integração nacional, reduzir os custos da economia e aumentar a competitividade dos produtos e melhorar a qualidade de vida das pessoas (OLIVEIRA, CARLEIAL, 2013).

Uma das principais características desta fase do planejamento nacional e suas propostas para a Amazônia foi a forte ênfase nas questões ambientais, pois o programa Brasil em Ação estava atrelado a órgãos internacionais e ao capital externo e, com o avanço das discussões sobre sustentabilidade e crise ambiental em nível internacional, notamos uma pressão internacional sobre estas questões. Um dos exemplos desse tipo de ação é o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, uma iniciativa do estado Brasileiro e da comunidade internacional.

Dentre os projetos implementados pelo Estado no programa Brasil em Ação, os principais foram a recuperação das BR 164 e 163 – estradas que ligam Brasília ao Acre e Cuiabá a Santarém, respectivamente – a criação das hidrovias no rio Madeira e Araguaia Tocantins, as linhas de alta tensão ligando Tucuruí-Altamira-Itaituba e o gasoduto de Urucu. (OLIVEIRA, CARLEIAL, 2013, p. 10).

As ações do estado neste programa foram potencializar as oportunidades para a sociedade amazônica, atrair investimentos, imigrantes, o que conseqüentemente aumentaria a pressão pelos recursos naturais. Nota-se que o programa não alcançou os resultados esperados em relação ao desenvolvimento e à integração da Amazônia às demais regiões brasileiras, pois não houve a preocupação em consultar os interesses das comunidades locais.

Esse não envolvimento é perceptível quando se cria um ambiente que não o favorece, quando o interesse maior está voltado apenas para a reprodução do capital e dos interesses privados, propósito defendido e orientado pelo próprio Estado (OLIVEIRA, CARLEIAL, 2013, p. 11).

O Programa Avança Brasil lançado em 1999 pode ser considerado um megaprograma de investimentos em infraestrutura e outras áreas em todas as regiões do país. O programa previa o investimento de 43 bilhões de dólares na Amazônia legal, destes, 20 bilhões seriam alocados em obras de infraestrutura. O programa trata de investimentos no período de 2000 a 2003, mas no planejamento da União foi incluído, para além deste período, outros investimentos e projetos no programa, e até 2007 totalizaria 338 projetos em todo o território nacional (FEARNSIDE; LAURANCE, 2002).

Esses projetos são organizados em eixos de desenvolvimento, idealizados para estimular a atividade econômica em geral, além das ações financiadas diretamente pelo plano oficial. Grande parte das verbas para esses investimentos deve vir do setor privado, em geral de fontes internacionais. (FEARNSIDE; LAURANCE, 2002, p. 06).

Na citação percebe-se a postura neoliberal do governo brasileiro ao buscar a fonte para os investimentos no setor privado. Em decorrência da origem das fontes de investimentos, as obras do Programa Avança Brasil acabaram se distanciando dos interesses da sociedade local e dos movimentos sociais, demonstrando o conflito destes com os interesses do Estado Neoliberal.

Verifica-se dois modelos de desenvolvimento distintos e até certo ponto contraditórios incidindo ao mesmo tempo na mesma região. De um lado, o desenvolvimento e expansão da fronteira socioambiental e, de outro, o projeto de desenvolvimento econômico promovido pelo Estado e com o apoio do setor produtivo.

As principais obras do programa na Amazônia foram a construção de gasodutos, para o abastecimento das usinas termoeletricas em Rondônia e Amazonas, e os investimentos no desenvolvimento do agronegócio no centro-oeste, favorecendo a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia e do Arco do desmatamento (OLIVEIRA, CARLEIAL, 2013).

A partir da década de 1980, houve o aumento a discussão da temática ambiental em nível global. Essas discussões promoveram mudanças no olhar da sociedade, do Estado, empresas e grandes instituições como G7 e Banco Mundial. Nesse cenário foi criado o Ministério do Meio Ambiente e a implantação de projetos de desenvolvimento sustentável e a preocupação com o

desenvolvimento endógeno, voltado para as iniciativas e potencialidades locais, valorizando os saberes tradicionais, procura-se a solução de um problema global: a proteção da biodiversidade. (BERCKER, 2009).

1.2.1 Santarém no Programa de Integração Nacional (PIN)

Diante do contexto amazônico apresentado, o objetivo desta subseção é demonstrar de que maneira o município de Santarém foi inserido no Programa de Integração Nacional (PIN), programa instituído pelo decreto Lei nº 1106, de 16 de junho de 1970. De acordo com o seu primeiro artigo, o programa foi criado com dotação de recursos no valor de Cr\$ 2.000.000 000,00 (dois bilhões de cruzeiros), para os exercícios financeiros de 1971 a 1974. Os recursos deveriam financiar obras de infraestrutura nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE, para promover a integração das regiões à economia nacional.

O programa previa na primeira etapa a construção das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica. O decreto destinava para a reforma agrária e para o uso econômico das áreas de até 100 Km nas margens direita e esquerda das rodovias a serem construídas.

De acordo com o Artigo 3, as normas de aplicação dos recursos do Programa de Integração Nacional seriam elaboradas, em conjunto, pelos Ministros da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral e do Interior e aprovadas pelo Presidente da República. Os recursos para a implantação das obras seriam provenientes de recursos orçamentários previstos nos planos anuais e plurianuais, de incentivos fiscais, contribuições e doações de empresas públicas e privadas, de empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais e de acordo com o texto do decreto de outras fontes.

De acordo com informações colhidas no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), ligado à Fundação Getúlio Vargas, na Primeira etapa do PIN estava prevista a construção de portos e embarcadouros fluviais com seus respectivos equipamentos. No âmbito do ministério da Agricultura, o plano previa a colonização e reforma agrária, favorecendo o aproveitamento econômico das terras as margens das rodovias com instalação de projetos agropecuários e agroindustriais.

Nesse sentido eram previstas também desapropriações, a seleção, o treinamento, o transporte e o assentamento de colonos, e a organização de comunidades urbanas e rurais com seus serviços básicos. Na verdade, a parte mais importante do PIN era seu plano de colonização (CPDOC, s/d).

No município de Santarém, durante a vigência do PIN, foram realizadas importantes obras de infraestrutura, como a construção do Aeroporto, do Porto da Companhia Docas do Pará, a conclusão da UHE de Curuá-Una, a Construção da Rodovia BR 163, Cuiabá-Santarém.

1.2.2 BR-163 Santarém- Cuiabá

Havia a expectativa de que a rodovia BR 163, Cuiabá-Santarém, seria uma estrada de primeira classe, pois seria construída por dois batalhões de engenharia do Exército, o 8º Batalhão que era de Santa Catarina estabelecido em Santarém e o 9º Batalhão do Rio Grande do Sul que se estabeleceu em Cuiabá.

A abertura da rodovia Cuiabá-Santarém levou entusiasmo e esperança no progresso aos santarenos, que a partir de então poderiam realizar o transporte de cargas e passageiros com outros estados do país por via terrestre, outra opção além da aérea e da fluvial. No entanto, é importante ressaltar que as viagens feitas por meio desta rodovia enfrentavam grandes dificuldades, pois, com as chuvas, a estrada ficava quase intransitável algumas vezes e o processo de conclusão do asfaltamento somente neste ano de 2020 está sendo finalizado.

A inauguração da BR-163 Cuiabá-Santarém aconteceu em 20 de outubro de 1976, no governo do então presidente Geisel. A rodovia foi inaugurada com 1777 quilômetros revestida de cascalho, possuía condições de infraestrutura para posterior asfaltamento. Esta obra levou seis anos para ser construída ao custo de 700 milhões de cruzeiros.

A rodovia Cuiabá-Santarém se superpõe a Transamazônica, num trecho de 350 quilômetros, no sentido de Itaituba-Santarém, possuindo metade de sua extensão em cada estado. Uma das principais finalidades da BR-163 foi abrir as portas para a exportação dos produtos do Centro-Oeste pelo porto paraense, no rio Amazonas.

1.2.3 Porto de Santarém

De acordo com a Companhia Docas do Pará, o Porto de Santarém começou a ser construído em 18 de dezembro de 1971 e foi entregue oficialmente à administração da Companhia Docas do Pará (CDP) em 11 de fevereiro de 1974, através do antigo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN) do Ministério de Viação e Obras Públicas.

O Porto foi construído no contexto da política desenvolvimentista que objetivava integrar a Amazônia na economia da nação em um projeto iniciado no final dos anos 1940. Este processo de colonização se intensificou a partir da metade da década de 1970 com a transferência de pessoas para a área de abrangência da BR-163, através da implantação do Programa de Integração Nacional - PIN que previa a construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Manaus-Porto Velho, cujo lema era "integrar para não entregar", com o objetivo de resguardar a soberania da nação na região (CDP, s/d). "Constituiu-se em um porto estratégico de integração entre os modais rodoviários e hidroviário para as cargas que escoam pela BR-163 e pelos rios Tapajós-Teles Pires, interligando assim, os centros produtivos do centro oeste ao Porto de Santarém, no Estado do Pará." (CDP, s/d).

O Porto de Santarém abrange uma área territorial de 500 mil m², é constituído de vias de tráfego asfaltadas e iluminadas, possui 12 instalações acostáveis compostas por píer, dolphins de atracação, cais fluvial, terminal de granéis sólidos, três terminais de granéis líquidos e rampa roll-on (EMBRAPA, s/d).

1.2.4 Construção do novo aeroporto de Santarém

Na década de 1970, aconteceu a inauguração do novo aeroporto hoje denominado Maestro Wilson Fonseca, que substituiria o antigo que fora construído em 1949, no atual bairro do Aeroporto Velho.

O novo aeroporto contribuiria para o deslocamento para outras regiões de maneira mais eficaz, pois neste poderiam ter acesso todos os aviões em

operação no Brasil. Essa obra foi inaugurada em 31 de março de 1977, sob o comando da aeronáutica e, em 1980, foi transferido para o controle da Infraero.

O aeroporto está localizado a 15 km de distância do centro da cidade, e tem a Rodovia Fernando Guilhon como acesso. Possui importante papel no deslocamento com o restante do país devido sua localização geográfica entre Belém e Manaus e é uma alternativa para voos internacionais, além de representar um instrumento para o desenvolvimento econômico e turístico da região. Em 2006, o aeroporto foi denominado de Maestro Wilson Fonseca em homenagem ao renomado poeta e compositor santareno.

1.3 Modernização da Agricultura e Expansão Agrícola na Amazônia

Para melhor compreender o processo de transformações territoriais na comunidade de Boa Esperança, faz-se necessário antes discutir a perspectiva de análise do processo de modernização da agricultura, um dos elementos que compõe esse cenário. Para garantir o alcance do objetivo, apresenta-se a discussão da questão a partir dos seguintes autores: José Graziano da Silva, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Francisco de Assis Costa e dos principais elementos de suas obras a seguir:

- SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro. Zahar editores. 1981.
- SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 1996.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura brasileira: transformações recentes**. In: Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP; 2005.
- COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios para o desenvolvimento sustentável**. Editora: NAEA, Belém. Série Dinâmicas contemporâneas. 2012.
- COSTA, Francisco de Assis. **Política e Planejamento do desenvolvimento sustentável na Amazônia: ensaios**

interpestivos. Editora: Naea, Belém. Dinâmicas contemporâneas. 2013.

- COSTA, Francisco de Assis. Questão agrária e macropolíticas na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 53, n. 19, p. 1-26, 2005.

Após a apresentação dos principais elementos das obras, apresenta-se uma comparação entre os posicionamentos dos autores, com a apresentação de um quadro comparativo entre os principais elementos discutidos.

A ordem de apresentação dos autores seguirá o critério cronológico de produção da obra. Inicia-se com José Graziano da Silva que desenvolveu pesquisa sobre o tema desde a década de 1970 com a publicação de livros com bastante aceitação nos meios acadêmicos. Ariovaldo Oliveira será o segundo autor apresentado, pois faz uma macro análise do processo de desenvolvimento da agricultura no país a partir de uma perspectiva que leva em consideração a internacionalização da economia. Francisco de Assis Costa será o terceiro autor a ser apresentado pois discute a questão da Amazônia no processo de modernização da agricultura como uma área de expansão da fronteira.

1.3.1 José Graziano da Silva e a dolorosa modernização da agricultura

A modernização da agricultura no Brasil está inserida em um cenário de mudanças decorrentes do processo de industrialização, de inovações tecnológicas, de inserção dos produtos em um mercado globalizado e de intensos debates sobre as questões socioambientais, em especial a partir da década de 1970.

Com relação ao estudo do processo de modernização da agricultura no Brasil, a abordagem que privilegia o véis econômico é o que mais se destaca. José Graziano Silva, com as obras “A nova dinâmica da agricultura brasileira” e a “Modernização dolorosa”, desenvolve uma análise a partir do setor hegemônico da economia, isto é, da indústria e do progresso tecnológico. Para o autor, a modernização da agricultura pode ser entendida a partir da transição

de um modelo de organização social e econômico definido como *Complexo Rural* para o modelo de *Complexo Agroindustrial (CAI's)*.

Silva (1996) analisa a passagem do complexo rural para os complexos agroindustriais no Brasil, ou seja, a substituição de uma economia rural, típica do período colonial, para uma agricultura integrada à indústria. Para o autor, este processo é decorrente da intensificação da divisão do trabalho, das trocas intersetoriais e da especialização da produção agrícola.

Este processo ocorre a partir da substituição das exportações pelo consumo dos produtos internos como elemento central da alocação dos recursos agropecuários. Desta forma, a própria agricultura transformou-se em indústria e nela se operou processo idêntico de especialização. O desenvolvimento do capitalismo não necessita de um prévio mercado interno, pelo contrário, os mercados vão sendo criados conforme o modo de produção capitalista se desenvolve (SILVA, 1996).

Para Silva (1981), o princípio geral das transformações que ocorreram na agricultura no modo de produção capitalista está sentado na divisão social do trabalho. Proletarização do camponês e a destruição de sua economia natural que se formaram as bases do capitalismo.

De acordo com Silva (1981), em uma perspectiva evolucionista, a modernização da agricultura significa a eliminação do arcaico, ou seja, o aumento da produtividade só seria alcançado com a incorporação de novas tecnologias.

Nesse modelo, as técnicas tradicionais de cultivo, uso de sementes, de implementos tracionados por animais são substituídos por insumos industriais e por máquinas agrícolas (BRANDENBURG, 1999). Com a modernização ou industrialização, a agricultura deixou de ser uma dádiva natural ou uma esperança da natureza, algo incerto ou duvidoso, e se converteu na certeza sob o comando da base técnica do capital (SILVA, 1981).

A industrialização ou modernização da agricultura não é um processo restrito a um sistema de máquinas, mas a sua integração ao mercado; tampouco deve ser restritamente entendida como alterações decorrentes de maior integração com os setores industriais. Desta forma, a industrialização da

agricultura representa mudanças que vão além da relação do homem com a natureza.

O capitalismo é um sistema em que é retirado do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, que transforma em capital os meios de subsistência e produção, que converte em assalariados os produtores diretos e que tem o camponês privado de suas terras como base de todo esse processo.

Até a década de 1960, a agricultura era responsável por 60% das exportações brasileiras, assim tinha importante participação nas receitas e nos pagamentos feitos pelo Estado nacional, característica típica das economias reflexas na fase de desenvolvimento monopolista. No período de 1967 a 1975, a utilização de fertilizantes aumentou seis vezes, de defensivos, quase quatro vezes, e de tratores, em torno de três vezes.

Apesar do aumento da produção, a renda se manteve baixa para a maioria dos agricultores, não houve aumento nos salários, que continuaram baixos em relação aos salários urbanos, e a oferta de emprego continuava limitada para um pequeno número de trabalhadores.

De acordo com a versão preliminar do relatório final apresentada para discussão em 1974 com o convenio da United States Agency for International Development (USAID/OSO):

- Houve aumento no tamanho das grandes fazendas;
- A introdução de novas tecnologias estava ligada diretamente ao tamanho das propriedades;
- Houve aumento no uso de tecnologia biológica, como fertilizantes, o que aumentou os custos de produção;
- Houve aumento no uso do crédito agrícola por meio de instituições de crédito;
- O uso de taxas de juros negativas contribuiu para a transferência de renda para os usuários de crédito;
- Um pequeno grupo de fazendeiros absolveu grande parte dos créditos acumulados nas grandes fazendas, o que resultou no aumento das disparidades do nível de renda das propriedades.

Observa-se que a modernização da agricultura veio acompanhada de unidades produtivas cada vez maiores, concentrando a renda nas grandes propriedades. Devido aos subsídios destinados aos insumos, como fertilizantes, as culturas modernas, como cana, café, trigo e soja, tiveram maiores condições de lucratividade, pois eram produtos de exportação ou de transformação industrial.

Os insumos modernos aumentaram a necessidade de mão de obra não qualificada na época da colheita, conformando a necessidade de substituição do trabalho permanente pelo volante.

A modernização da agricultura no Brasil não atingiu as pequenas propriedades, em especial, as que produziam gêneros de primeira necessidade, tais como o arroz e o feijão. Dessa forma, pode ser entendida como o longo processo de modificação da base técnica de produção:

Esse processo representa na verdade a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; ocorrerem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundações, estarão previstas formas de drenagem. (SILVA, 1981, p. 03).

O termo modernização tem tido uma utilização muito ampla, referindo-se ora às transformações capitalistas na base técnica da produção, ora à passagem de uma agricultura “natural para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente. Para Graziano Silva, o termo modernização é utilizado para designar o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade (SILVA, 1981, p. 19).

A partir da década de 1960, observa-se a diversificação da produção e o seu deslocamento do mercado externo para o interno, o que foi possível graças ao desenvolvimento de uma rede de transporte rodoviário, integrando as regiões do Brasil.

Nesse processo, a dinâmica da produção se deslocou para o mercado interno, enquanto a base técnica permanecia atrelada ao mercado externo. De acordo com Silva (1981), o “produzir” estava condicionado às demandas do

mercado interno, enquanto o “como produzir” estava vinculado às iniciativas particulares e individuais dos pioneiros.

O aumento da produção devido à expansão de áreas cultivadas ocorreu até a década de 1960. Tal expansão foi possível e com tamanha rapidez, entre outros fatores, graças à ampliação da infraestrutura de transporte e ao aumento da oferta de veículos motorizados. A partir de 1964, a produção de maquinário nacional supriu 90% da demanda, chegando a 99% na década de 1970. Quanto à forma de produção, as mudanças foram mais lentas devido à persistência do uso de mão de obra família e de parceiros, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 1 - Mudanças na produção agrícola no Brasil, (1940-1960)

PERÍODO	1940	1950	1960
Mão de obra familiar e de parceiros	-	-	70%
Uso de tratores	3.380	8.372	61.385.

Fonte: Autor a partir de Silva (1981)

Com relação ao campesinato, na perspectiva dos autores da modernização da agricultura, percebe-se que as discussões giravam em torno: a) do entendimento da presença, significado e trajetória do campesinato no país e seu papel na fronteira amazônica; b) do debate de forças que buscavam obscurecê-lo enquanto classe social; c) das potencialidades da classe como sujeito e objeto de construção de uma sociedade justa.

1.3.2 Ariovaldo Umbelino de Oliveira e os impulsos externos para a modernização

Nesta subseção apresenta-se a discussão sobre a modernização da agricultura a partir de outra perspectiva. No texto “A agricultura brasileira e suas transformações recentes” de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, observa-se outra concepção para entender o processo de modernização da agricultura. Enquanto Graziano Silva destaca o processo de substituição de importações e o

desenvolvimento do mercado local, Ariovaldo Oliveira destaca fatores como a dívida externa como impulsos para a modernização da agricultura no Brasil.

Para Oliveira (2005), o estudo sobre a agricultura brasileira deve levar em consideração o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas contradições. Nesse sentido, o autor destaca que, ao mesmo tempo em que o modo de produção avança reproduzindo as relações sociais de produção tipicamente capitalistas, como a utilização de mão de obra assalariada, produz na contramão as relações camponesas de produção, por meio do trabalho familiar.

O desenvolvimento do capitalismo monopolista e a modernização da agricultura pode ser entendido a partir da internacionalização da economia, destacando o processo de produção e reprodução de capital em diferentes lugares do planeta, o que gerou uma relação de dependência entre estados, nações e empresas. O cenário da relação campo e cidade no Brasil vem sendo marcado pela redução da população das áreas rurais e elevação da população urbana.

Outro dado importante a ser destacado em relação à população brasileira é o seu processo de concentração em áreas metropolitanas, nas quais se observa escassez do acesso aos serviços básicos e especulação imobiliária estimulando o crescimento vertical dessas áreas.

No campo, percebe-se o desenvolvimento capitalista marcado pela industrialização da agricultura, que abre a possibilidade de apropriação da renda capitalista da terra, o que provoca a intensificação da concentração da estrutura fundiária brasileira:

A marca principal desse processo é a territorialização do capital, sobretudo dos monopólios, que em geral atuam sob a forma de oligopólios. Porém esse processo está também, contraditoriamente, marcado pela expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar e apropriar a renda da terra produzida pelos camponeses, transformando-os em capital. Nesse caso, o capital não tem necessariamente se territorializado, mas sim monopolizado o território quando este está ocupado pelos camponeses. (OLIVEIRA, 2005, p. 468).

Neste contexto de territorialização, nota-se um processo de internacionalização e a integração econômica entre estados e nações de

diversos continentes. Esse processo de internacionalização relaciona-se aos mecanismos da dívida externa, ou seja, por meio deste mecanismo os países endividados alteram sua estrutura de forças produtivas com o objetivo de ampliar sua capacidade de produção e comercializar com o mercado internacional, especialmente a produção do setor industrial. Os produtos são comercializados nos preços de mercado internacional, sendo que é possível perceber uma tendência decrescente no preço dos produtos do setor primário.

Dessa forma, com a desvalorização desses produtos, especialmente os agrícolas, os países endividados, como o Brasil, viram-se obrigados a criar meios para aumentar ainda mais a capacidade de produção, no entanto, para materializar tal ambição, esses países costumam recorrer a empréstimos, e aumentam ainda mais a sua dívida.

A partir desta pressão pela comercialização de produtos primários voltados para o mercado internacional, há um processo de homogeneização de culturas e expansão de áreas para o cultivo dos commodities em detrimento das culturas destinadas à alimentação básica no mercado interno.

1.3.3 Francisco de Assis Costa e o campesinato na Amazônia

Para o Francisco de Assis Costa, a Amazônia é vista interna e externamente de duas formas. Na primeira condição destaca-se a importância da maior floresta tropical do planeta como acervo de biodiversidade e como base de prestação de serviços ambientais para a estabilização do clima global (COSTA, 2005).

Na segunda, ressaltam-se os usos da base natural da região que se fazem (a não ser em poucas exceções sempre lembradas) pondo em risco tudo o que se poderá obter de uma utilização mais qualificada – nas expressões correntes, racionais – das suas características naturais e dos seus atributos locais.

É função do Estado, na Amazônia, e certamente um macro desafio do poder federal na Amazônia, atuar no sentido de anular o hiato de tempo existente entre formas modernas e sustentáveis de uso dos recursos naturais da região e as necessidades cotidianas de suas populações (COSTA, 2005).

É pertinente, por outra parte, a percepção de que muitas das intervenções *estatais* se fizeram na região corroborando práticas ambientalmente deletérias, ao lado de aprofundarem mazelas sociais, excluindo os mais necessitados e confirmando o poder econômico e político dos mais fortes (COSTA, 2005).

Ressalta-se também que atores privados, com o suporte de instituições do Estado, têm historicamente aportado a região com matrizes tecnológicas inadequadas pois, como a mentalidade de seus operadores, foram forjadas na relação com outros ecossistemas (COSTA, 2005).

Tais matrizes desenvolveram-se pelo esforço da ciência em criar sistemas botânicos homogêneos para maximizar a produção de biomassa por uma lógica de industrialização da agricultura fortemente assentada em bases mecânico-químicas.

Para Costa (2005), há dois modelos de desenvolvimento de base rural na Amazônia. São modelos com antagônicos em sua forma de tratamento do capital natural, na intensidade e uso de capital social e humano, e nas proporções de capital físico e trabalho.

O primeiro modelo de projeto de desenvolvimento apresenta a conjunção entre propriedade latifundiária, trabalho assalariado e produção homogênea de gado e grãos, o qual Costa chama de *latifundiária-monocultural*. É um modelo de produção com elevados riscos ambientais, pois tem o lucro como sua principal finalidade, o que pressupõe a padronização das bases produtivas.

O segundo projeto é baseado na propriedade familiar com produção diversificada, denominada por Costa como unidade *familiar policultural*. É uma atividade com riscos ambientais relativamente baixos, pois, para atingir sua finalidade é necessário limitar a sua expansão à capacidade de trabalho e elevar a qualidade de vida para a família. A área de produção é reduzida, mas com alto nível de diversidade e, em muitas situações, a diversidade se constitui como força produtiva. Outra característica importante desse modelo é que não há inovação sem o “compartilhamento difuso do saber a ela associado” (COSTA, 2005, p. 133).

Segundo Costa (2003), o modelo de desenvolvimento buscava, por meio de empreendimentos privados, o controle da margem extensiva, e o estímulo à produção capital-intensiva nas áreas de colonização antiga. No caso da região

amazônica, a estratégia girava em torno de uma política de incentivos fiscais conjugados com uma política de terras que privilegiava a formação de grandes propriedades.

O andamento do projeto mecânico-químico de modernização da agricultura coaduna como o modelo que emprega grandes capitais monopolistas que prescindem o desenvolvimento industrial do país. Esse modelo exigia concentração da exploração agropecuária de pequenos produtores e substituição da agricultura de subsistência pelas culturas comerciais (COSTA, 2003).

A partir do problema e dos objetivos deste trabalho, destacamos ser importante o entendimento do processo de desenvolvimento das atividades agropecuárias no Brasil, de seu processo de modernização visualizado nas regiões sul e sudeste do país e da sua expansão para a outras regiões, como é o caso da Amazônia, pois o modelo de agricultura *latifundiária-monocultural*, definido por Costa (2005), tem suas origens nas regiões sul e sudeste, e se estenderam à Amazônia com o processo de expansão das frentes pioneiras e da fronteira agrícola.

O projeto de modernização buscava anular o campesinato nas áreas antigas e novas com a tecnificação das unidades familiares, transformando-as em trabalhadores para o capital, e com a busca por novas fronteiras. Desta maneira, identifica-se algumas diferenças entre os camponeses que se tornaram trabalhadores livres e os camponeses que se tecnificaram.

Em ambos os casos há a subordinação do trabalhador ao capital – neste sentido o camponês se descamponiza e converte-se em trabalhador para o capital. O resultado de tal processo é a perda de autonomia do camponês, pois o processo produtivo passou a ser prescrito pelo próprio capital.

No processo de modernização, sob esta óptica, a condição de sobrevivência do camponês é a própria reprodução do capital, com a aquisição de máquinas, adubos e sementes melhoradas.

O esquema pode ser sintetizado da seguinte maneira:

- Subordinação direta do trabalho ao capital – proletarização;
- Subordinação direta do camponês ao capital - tecnificação camponesa;
- Subordinação direta do trabalho ao capital – expropriação + subordinação de trabalho camponês ao capital;

- Proletarização = expropriação + tecnificação camponesa (novo camponês) (COSTA, 2012, p. 85).

A estratégia de ocupação da Amazônia foi a formação de grandes ondas de efeito concatenados para frente e para trás, decorrentes de impactos fortes provocados pelos polos de crescimento “a la Pierroux”, como foi o caso da criação da Zona Franca de Manaus.

Com relação à questão agrária na Amazônia, pode-se entender como a combinação de abundância de terras com a escassez de trabalho e capital. Neste contexto, a pecuária desempenhava papel importante devido ao uso de grandes extensões de terra e um mínimo de trabalho. Esse projeto chocava-se na luta pela terra com as formas pré-existentes e o campesinato recente em expansão na fronteira

No processo de modernização da agricultura, conjugado com o processo de expansão frente pioneira, Martins (1980) identifica a dicotomia terra de trabalho e terra de negócio, na qual o autor entende como terra de trabalho aquela cujo uso não implica a exploração de mão-de-obra externa à família, é parte direta dos instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha.

Nessa categoria estão o camponês e o posseiro. O camponês está inserido na frente pioneira e na sociedade constituída, enquanto o posseiro exercita o trabalho autônomo pela ocupação da terra, porém não detém a propriedade privada da terra, entendendo-a como bem comum, e se torna um dos protagonistas da frente de expansão. Em ambos os casos há a execução do trabalho autônomo e em oposição ao capital.

Diante da apresentação dos principais elementos das obras de Francisco de Assis Costa, José Graziano da Silva e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, observam-se algumas semelhanças e diferenças em suas abordagens, como podemos verificar no quadro a seguir.

Quadro 1 - Comparativo entre os teóricos da modernização da agricultura.

	Agente do desenvolvimento	Modelos agrícolas		Camponês	Mecanismo de modernização		Expansão
JGS	Substituição de importações	Complexo rural	Complexo agroindustrial	Proletarização e destruição da economia natural.	Uso de insumos artificiais e maquinário.	Mudanças além da relação homem natureza, submissão do camponês ao capital.	Concentração das terras e formação de grandes propriedades.
AHO	Dívida externa e internacionalização da economia	Relações camponesas de produção	Relações capitalistas de produção.	Modificação dos hábitos da população via mídia.	Homogeneização das culturas	Desvalorização dos produtos agrícolas	Concentração da população em áreas metropolitanas.
FAC	Estado	Latifundiária-monocultural	Familiar policultural	Anulação das áreas antigas e novas.	Processos mecânico químicos	Inserção da lógica da agricultura capitalista na Amazônia	Abundância de terras, escassez de trabalho e capital.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

É notável, no quadro, que os autores divergem em aspectos referentes à percepção sobre os agentes do desenvolvimento e sobre o processo de modernização da agricultura. Para José Graziano da Silva, a modernização é resultado do processo de industrialização do Brasil e da substituição das importações, Ariovaldo Oliveira analisa o processo de internacionalização da economia e o aumento da dívida externa dos países em desenvolvimento, e para Francisco Costa, no caso da Amazônia, o Estado é o agente do desenvolvimento.

Os autores percebem dois modelos de práticas agrícolas: o complexo rural que caracteriza a economia colonial e complexo agroindustrial que congrega a indústria a partir do desenvolvimento das atividades agropecuárias (SILVA, 1996). As relações sociais camponesas e as relações capitalista apresentadas por Oliveira (2005) assemelham-se à produção familiar policultural e à latifundiária monocultural definida por Costa (2005).

Ainda, eles percebem a mesma realidade em relação aos mecanismos de modernização, pois relacionam à modernização do processo de inserção da tecnologia no meio rural. Nota-se o uso de insumos químicos, maquinário, novas técnicas de plantio, modificação genética das variedades de produtos cultivados, no que Costa (2013) denominou de processos mecânico-químicos.

Destaca-se, também, entre os autores o processo de proletarianização camponesa, ao serem introduzidos na lógica de produção capitalista, o êxodo rural, a desvinculação da terra, a expropriação da terra, a concentração fundiária, aumento dos conflitos no campo e a não dissolução da questão agrária no Brasil.

Como foi possível perceber, os principais autores que discutem o processo de modernização da agricultura no Brasil privilegiam as abordagens macro analíticas, ora destacando a importância do mercado interno, ora destacando a pressão da dívida externa dos países subdesenvolvidos.

As discussões sobre esta temática têm seu auge na década de 1980, quando percebemos a consolidação do modelo de produção. A partir da década de 1990, passamos a perceber uma preocupação com temáticas ambientais, ou seja, os impactos ambientais causados pela agricultura e pecuária nos ecossistemas.

Nota-se, a partir dos autores, o movimento do processo histórico, as permanências e rupturas em relação à produção agropecuária no Brasil. Enquanto exemplo de ruptura destaca-se a tecnologia empregada às novas técnicas de plantio, produção e comercialização da produção. Até o século XIX, percebia-se a

hegemonia do café, produzido para o abastecimento do mercado externo. No século XX, observa-se a diversificação da produção com vistas ao abastecimento do mercado interno e a inserção de implementos agrícolas e insumos químicos.

A partir do fim do século XX, o Brasil vem se especializando na produção de grãos e commodities agrícolas como a soja e o milho, com vista ao atendimento das demandas do mercado externo.

Apesar das mudanças na base técnica, o acesso à terra e às tecnologias continuou restrito a um pequeno grupo. As grandes somas de capital utilizados no processo de modernização excluem os pequenos produtores, a tecnologia dispensa mão de obra, provocando o êxodo rural. Nesse sentido, a lógica do capitalismo segue o seguinte padrão: menos mão de obra, mais tecnologia, maior capacidade de produção e de consumo.

CAPÍTULO II

HISTÓRIA DO USO DE TERRITÓRIO E DA PRODUÇÃO DA VIDA MATERIAL DA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA

O processo de ocupação da região amazônica a partir do século XX, mais precisamente a partir da década de 1960, resulta do conjunto de ações implementadas pelo Estado Nacional, no âmbito da chamada Malha Técnico-Política, conforme denomina Becker (1988). Para esta autora, sob a ótica de prioridades nacionais, o Estado criou as condições para eliminar a situação de isolamento econômico e político entre as regiões brasileiras, encurtando distâncias e integrando o espaço (BECKER, 1988, p. 186).

Nesse contexto, a abertura de rodovias, bem como a estruturação de uma rede urbana e o fornecimento de subsídios e créditos especiais à iniciativa privada, são expressões materiais da ação estatal, visando a completa apropriação e ocupação do território amazônico (BECKER, 1988).

Porém, não bastava apenas ocupar, tornava-se necessário também implementar toda a infraestrutura técnica e industrial capaz de fomentar um processo de “desenvolvimento” em áreas potenciais da região. Foram construídas agrovilas e rodovias de penetração com financiamentos especiais, incentivos fiscais, apropriação de terras para a produção agrícola e substituição de antigas formas de produção que evidenciava a Amazônia como um espaço para a expansão do capital. Esse movimento pode ser descrito a partir das seguintes relações: a) incentivos fiscais e financiamentos; b) valorização das terras; e, c) relações de troca (BECKER, 1982, p. 169).

O impacto dessas políticas estatais pôde ser percebido na região da atual rodovia PA 370 a partir de meados do século XX, diante de um contexto de difusão da ideologia desenvolvimentista no município de Santarém, região oeste do Pará, inspirado em uma discussão desencadeada em nível mundial e, especificamente na América Latina, com as teorias da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Os defensores dessa ideologia acreditavam que o desenvolvimento regional se faria a partir do desenvolvimento de estruturas produtivas capitalistas nos ramos industrial e de comunicação. Nesse sentido, desde a década de 1950, percebe-se a discussão no município de Santarém sobre a necessidade do aproveitamento

energético da cachoeira do Palhão, no Rio Curuá-Una, que supriria a necessidade energética do município e, como consequência, atrairia indústrias para a região, gerando emprego e renda para a população.

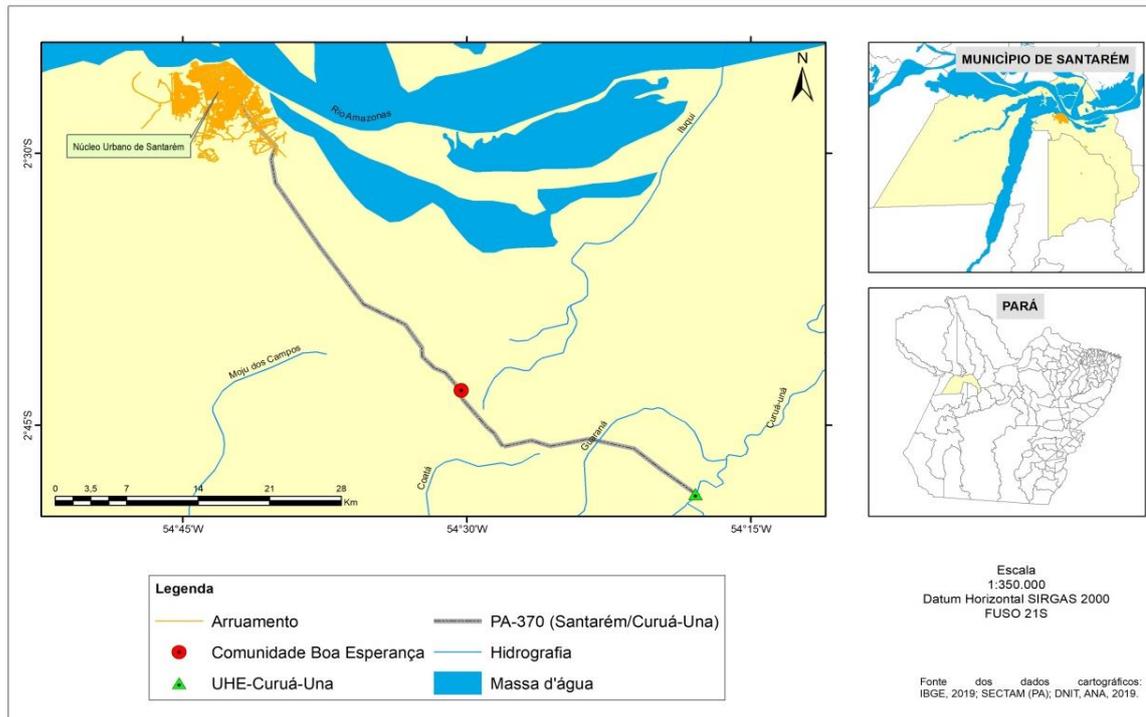
Para a construção da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una nas décadas de 1960 e 1970, foi construída uma rodovia e, em suas margens houve o processo de povoamento de pequenos produtores que formaram comunidades além das que já existiam. Uma das comunidades que mais cresceram em volume populacional foi a comunidade de Boa Esperança, localizada no km 42 da rodovia.

Neste trabalho objetiva-se analisar o processo de formação da comunidade de Boa Esperança inserindo-a em um cenário conformado pela expansão da fronteira agrícola, pelo processo de modernização da agricultura e pelas políticas de integração nacional propostas pelo Estado nacional, por meio da abertura de rodovias, construção de hidrelétricas, portos, aeroportos, apropriação de terras e instalação e grandes projetos agropecuários.

Os resultados são apresentados inicialmente com uma abordagem sobre o processo de construção da rodovia PA 370 e da UHE de Curuá-Una, a partir das conversas realizadas com os comunitários, das notícias dos jornais e de pesquisa bibliográfica. Posteriormente, discute-se e analisa-se o processo de formação e consolidação da comunidade de Boa Esperança.

A comunidade de Boa Esperança situa-se na região de planalto do município de Santarém, oeste do Pará, entre as coordenadas geográficas 02°43'02, 76"S e 54°30'26,40"O. Essa região integra a bacia do Rio Curuá-Una, afluente da margem direita do Rio Amazonas, onde se instalou na década de 1970 a Hidrelétrica Sylvio Braga, também conhecida como UHE-Curuá-Una, e que serve também de referência para a rodovia estadual PA-370, que interliga o núcleo urbano do município de Santarém à hidrelétrica, sendo denominada de rodovia Santarém-Curuá-Una (Figura 4).

Figura 4 - Mapa de Localização da Comunidade Boa Esperança, Santarém (PA)



Fonte: Organizado pelos autores (2019)

Essa região encontra-se sob características gerais de clima quente úmido. As temperaturas médias, máximas e mínimas anuais oscilam entre 25 e 26°C, 30 e 31°C e 21 e 23°C, respectivamente. A precipitação pluviométrica apresenta valores anuais oscilando em torno de 2.000mm, com distribuição irregular, mostrando a ocorrência de dois períodos nítidos de chuvas, com o mais chuvoso abrangendo o período de dezembro a junho, concentrando mais de 70% da precipitação anual. Em termos de classificação climática, a região encontra-se sob o tipo climático Am da classificação de Köppen. O tipo Am pertence ao domínio de clima tropical caracterizado por apresentar total pluviométrico anual elevado e moderado período de estiagem (EMBRAPA, 2001).

Quanto à vegetação, na região predominava formações florestais dominadas pela floresta equatorial de terra firme, que vem sendo bastante alterada ao longo dos anos em decorrência das mudanças de uso e ocupação da terra.

Para o desenvolvimento do trabalho, além do levantamento teórico-bibliográfico, realizou-se pesquisa documental no acervo do Instituto Boanerges Sena, onde foi possível acessar os jornais do município de Santarém desde a

década de 1960, e no Centro Cultural João Fona, onde foi possível acessar a edição do Jornal de Santarém, do ano de 1953. Nesses jornais, buscou-se notícias que abordassem a temática sobre o desenvolvimento do município, para entender de que maneira a sociedade, ou pelo menos a imprensa local, percebia as políticas e discussões desenvolvimentistas que circulavam pelo país.

Além disso, pesquisou-se em um acervo contendo 144 fotos que registraram o processo de construção da UHE de Curuá-Una, do período de março de 1971 a novembro de 1973, encontradas por um funcionário do setor de manutenção da própria usina. As fotos estão organizadas em vinte e quatro folhas, com seis fotos cada. Além desta organização, todas as fotos têm legenda e datas no sistema mês/ano.

Ressalta-se a realização de pesquisa bibliográfica sobre trabalhos que também têm a comunidade de Boa Esperança como recorte espacial, que tratam sobre as políticas de desenvolvimento para a Amazônia, sobre a modernização da agricultura e expansão da fronteira agrícola. Nesta etapa da pesquisa foram levantadas obras de autores como Costa (1992, 2012), Martins (1980), Silva (1981), Oliveira (2005), Stella (2009), além disso, nessa fase, descobriu-se um livro de autoria do senhor Raimundo Alberto dos Santos, morador da comunidade de Boa Esperança, que reuniu importante acervo documental que, aliados a sua memória, possibilitaram a realização de um importante trabalho histórico sobre a comunidade.

Procedeu-se também à coleta de dados em campo, na qual se realizou entrevistas não estruturadas com pessoas que já habitam a comunidade a mais de quarenta anos e, portanto, acompanharam as transformações sociais da comunidade desde sua formação.

2.1 A construção da PA-370 e da UHE de Curuá-Una: breve relato histórico

A construção da rodovia estadual 370 (Santarém-Curuá-Una) e da Usina Hidrelétrica Silvio Braga, mais conhecida como UHE Curuá-Una, ambas localizadas no município de Santarém, região oeste do Pará, estão relacionadas à extração de Pau Rosa (*Aniba rosaeodora Ducke*) realizada neste município nas primeiras décadas do século XX. Da espécie arbórea em questão extraía-se o óleo essencial utilizado com a função de fixador nas indústrias de cosméticos, dentre as quais a

Phebo LTDA, e a indústria francesa de perfumes Chanel, em especial com a criação do Chanel nº 5. (HOMMA, 2005).

A exploração da árvore em Santarém ocorria, principalmente, nas áreas de terra firme. Na década de 1920, foi aberto um ramal para a realização da exploração do Pau Rosa, no qual foi construída uma usina de extração do óleo essencial, que passou a ser chamado de ramal ou estrada de Paxiúba, abandonado na década de 1940 com o fim da exploração da árvore (SANTOS, 2012).

Embora a exploração econômica do Pau Rosa tenha terminado, permaneceram no espaço os objetos construídos, com destaque para a estrada de Paxiúba que, *a posteriori*, serviu de principal via de acesso à implementação da UHE de Curuá-Una.

Às margens da estrada de Paxiúba localizavam-se algumas comunidades como Jacamim, Perema, Tipizal e São Jorge. Em áreas mais distantes, apenas alguns colonos se aventuravam em desbravá-la. Mas, com a política de apropriação de terras, que até o início da década de 1970 estavam sob a tutela do governo do estado do Pará, foi estabelecido o processo de distribuição de terras às margens da rodovia em construção, assim a possibilidade de acesso à terra e o meio para o escoamento da produção atraiu famílias de agricultores do município e de outras regiões. Neste contexto surgiram novas comunidades, como é o caso da comunidade de Boa Esperança, objeto de análise do presente trabalho.

A leitura dos jornais das décadas de 1950 e 1960 demonstra que a demanda por energia elétrica regular pela sociedade santarena era uma preocupação latente e que a ausência desta era um empecilho ao desenvolvimento do município.

Na década de 1950, após 15 anos de era Vargas, o país entrava em uma fase democrática, costumeiramente conhecida como anos dourados. Nessa década, o cenário político nacional foi marcado pelo suicídio de Vargas, pela eleição de Juscelino Kubitschek (JK), e pela implantação do plano de metas, com a introdução de multinacionais do setor de eletrodomésticos e automobilísticos.

A era JK também foi o período de afirmação do modelo rodoviário de integração de mercados, de forma que a construção da Rodovia Belém-Brasília (BR 153) ilustra bem este período, assim como a própria construção da nova capital brasileira, materializando o sonho de interiorização do país e a marcha para o oeste. Essa época também é lembrada pela entrada de grandes volumes de capital

estrangeiro por meio de empréstimos para a criação de estrutura de forças produtivas que caracterizou a política do nacional desenvolvimentismo.

Em Santarém, Pará, nesse período, a questão da energia elétrica era vista como a possibilidade de emancipação econômica da região, e a possibilidade de produção de energia, a partir das forças das águas, chamava atenção dos santarenos desde a década de 1940.

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que cabe integralmente às forças políticas que prestigiam o general Zacarias de Assunção, a ideia da utilização das quedas d'água do rio Curuaúna. Na verdade já em 1946, quando o general se empenhava na primeira campanha política para a governança do Estado, foi lida pelo então candidato, na praça da Matriz, em Santarém, sua plataforma de governo, na qual incluía, entre os problemas magnos de Santarém, o aproveitamento das referidas cachoeiras. Esse documento público foi impresso em boletim e guardamos em nosso arquivo um exemplar para provar que a primeira manifestação pública sobre o problema do Curuaúna é do atual governador paraense. (BRAGA, 1953, p. 87).

De acordo com o Jornal de Santarém (1953, p. 44), políticos locais estavam providenciando a montagem de uma usina movida por motores que não excederiam 1200KW. Somente a Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém (TECEJUTA) consumia 750 KW, o que correspondia a mais da metade da energia produzida pela usina que seria instalada, portanto, as fontes energéticas disponíveis na cidade não produziam a energia necessária para o “desenvolvimento e progresso”.

As nossas entidades oficiais e particulares, ante os pruridos progressistas que estão alvoroçando os meios locais, temerosas e impressionadas por essa contingência deprimente imposta pelo nosso pauperismo debilitante em matéria de força motriz, estão cuidando de organizar em Santarém uma Usina de Fôrça e Luz, acionada por motores cuja potência não excederá de 1200 K.W. (FIGUEREIDO, 1953, p. 46).

Em 1952, a prefeitura de Santarém contratou a empresa Servix Engenharia para realizar estudos para a construção de uma UHE. Pelo exposto, a construção da UHE não foi uma ação implementada pelo Estado nacional, mas sim uma demanda local e encabeçada pelo governo local.

Em 1949, encontrando-me no Rio, tive oportunidade de confiar ao deputado Deodoro de Mendonça o destino de duas emendas ao orçamento da União, que reputava fundamentais para o progresso do município de Santarém: a primeira referia-se ao abastecimento de água às populações do planalto agrícola, e a segunda objetivava o aproveitamento das cachoeiras do Curuaúna. Embora reduzidas sensivelmente, foram incluídas no Orçamento de 1950. (...) Por felicidade, entretanto, a verba do

Curuaúna, reduzida de 600 para 196 mil cruzeiros, foi recebida pela prefeitura de Santarém, que com base nela acaba de contratar os trabalhos da Servix. (BRAGA, 1953, p. 87-88).

De acordo com o Jornal de Santarém, no ano de 1952, a prefeitura de Santarém providenciou a abertura e o alongamento da estrada de Paxiúba, de forma a chegar até às margens do Rio Curuá-Una, na Cachoeira do Palhão, local onde foi construída a Usina Hidrelétrica.

Antes um sonho que raiava pelas alturas do impossível, hoje o aproveitamento da força hidráulica do Palhão passou de antiga e simples quimera para o rol dos empreendimentos reais e plenamente exequíveis, através dos estudos preliminares já executados pela Servix Engenharia Ltda, do Rio de Janeiro, em contrato com a Prefeitura Municipal de Santarém. (FIGUEIREDO, 1953, p. 46).

A empresa Servix, contratada para realizar os estudos de viabilidade do empreendimento, já havia realizado um estudo na cachoeira do paredão, no território do Amapá.

Sabedor de que o engenheiro Mauro Thibau realizara os estudos da cachoeira do Paredão, no território do Amapá, a ele me dirigi, em abril do ano passado, procurando estabelecer ligação e atrair o interesse para o referido empreendimento, já que as referências sobre seu nome, inclusive do governador Janary Nunes, foram as mais lisonjeiras possíveis. Desses entendimentos resultaram as negociações da Serviz Engenharia Limitada com a prefeitura de Santarém, tendo aquela companhia apresentado proposta para estudo do aproveitamento da cachoeira do Palhão, no ano passado. (BRAGA, 1953, p. 88).

No levantamento documental realizado, além da atuação enquanto deputado estadual, verificou-se que, enquanto Deputado Federal, o político santareno Sylvio Braga fez quatro pronunciamentos na Câmara Federal entre 1959 e 1963, destacando a importância da construção do Porto de Santarém e da UHE de Curuá-una. Outros deputados, como Ubaldo Correa, João Menezes, Stélio Maroja e Júlio Viveiras, levaram ao governo federal as demandas santarenas.

Nota-se que a sociedade local já manifestava o interesse na construção de uma usina hidrelétrica no município, fato efetivado cerca de uma década depois com a construção da UHE de Curuá-Una.

Em 1962 foram realizados estudos mais precisos com sondagem e perfuração, pela “Grubina Engenheiros Consultores”. O solo arenoso deu-lhe uma característica ainda mais peculiar, sendo a primeira usina construída no Brasil nessas condições. “Os engenheiros da Grubina descobriram grandes jazidas de minério de ferro

compacto nas rochas do Palhão, o que constitui sem dúvida mais uma fonte de riqueza em pleno coração de Santarém” (PEREIRA, 1961, s/p).

Em 1966, com uma demanda maior de energia, o projeto teve que ser reformulado passando de 4MW para 40MW, e supriria as necessidades energéticas de Santarém e Aveiro.

Com a aprovação da Lei nº 3.343 de 15 de setembro de 1965, o poder Executivo foi autorizado a contrair empréstimos e dar garantias para a execução de serviços de energia elétrica e outras providências.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a executar ou a fazer executar através da empresa "Centrais Elétricas do Pará S/A" - CELPA, os investimentos necessários para a construção da hidrelétrica de Curuá-Una e respectiva linha de transmissão até à cidade de Santarém; construção da linha de transmissão Belém-Bragança, redes de distribuição e respectivas subestações das cidades da região Bragantina, bem como, através da "Força e Luz do Pará S/A", as obras de ampliação dos sistemas de produção de energia elétrica, transmissão e distribuição na cidade de Belém (PARÁ, 1965).

De acordo com a lei, o poder executivo do estado do Pará tinha a permissão para contrair empréstimos ou contratar financiamentos com agências de crédito do País ou exterior até o limite de Cr\$ 12.000.000.000 (doze bilhões de cruzeiros), ou o equivalente em moeda estrangeira, para o fim específico da hidrelétrica de Curuá-una, na região Santarena (PARÁ, 1965).

De acordo com Santos (2012), na década de 1960 iniciaram os trabalhos de abertura, desmatamento, terraplenagem e empiçarramento da rodovia. Com o início dos trabalhos de construção da rodovia, percebe-se o início da imigração para as margens do traçado. “A construção da Rodovia Santarém a Palhão em 1965, hoje PA 370, facilitou a construção da Hidrelétrica do Curuá-Una. Essa usina hidrelétrica fica a 72 km de Santarém. Hoje é abastecida com energia da hidrelétrica da Hidrelétrica de Tucuruí.” (SOUSA, 1999, p. 49).

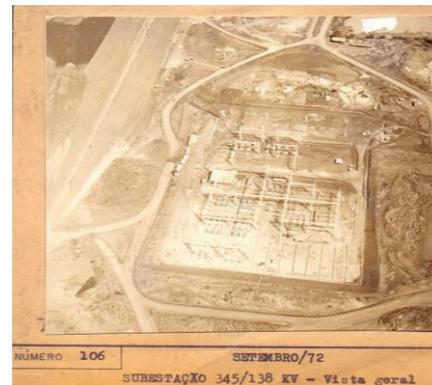
Assim, com a construção da rodovia teve início a implantação da UHE de Curuá-Una com toda a estrutura necessária ao fornecimento de energia para a cidade de Santarém.

Após os trabalhos preliminares, tais sejam, a construção de ponte metálica, ensecadeiras, campo de pouso para aviões, usina térmica, posto médico, levantamentos topográficos, sondagens geológicas, etc., foram iniciadas, em 1968, as obras civis da construção e montagem da usina propriamente dita: barragem de concreto, com vertedor e descarregador de fundo, casa de máquinas com canal de descarga, instalações eletrônicas e subestação

elevadora, barragem de enrocamento e terra, linha de transmissão para a cidade e subestação abaixadora em Santarém. (FONSECA, 1996, p. 141).

O projeto foi elaborado pela Eletroprojetos S.A. – Estudos de Projetos de Engenharia S.A. e a construção esteve a cargo do Consórcio C.R. ALMEIDA e CONTERPA (LIGOCK, 2003). No dia 19 de agosto de 1977 foi inaugurada a Usina Hidrelétrica de Curuá-Una, “quando a primeira turbina entrou em operação” (SARÉ, 2004, p. 2). A seguir apresenta-se imagens do período de construção da UHE.

Figura 5 - Imagens do período de construção da UHE de Curuá-una.



Fonte: Arquivo do pesquisador (1972/1973)

As imagens ilustram algumas das etapas da construção do UHE de Curuá-una, especificamente etapas realizadas entre os anos de 1972 e 1973. Como se pode perceber, nesse período, tem-se a instalação dos equipamentos para a produção e distribuição da energia a ser produzida, uma vez que a etapa de construção das estruturas de concreto, como a barragem e casa de força, já havia sido construída, restando para os anos seguintes os trabalhos específicos do setor elétrico.

No ano de 1969, a empresa responsável pela construção da UHE, a Força e Luz do Pará S.A (Forluz) foi declarada extinta, sendo que seu patrimônio foi incorporado ao patrimônio das Centrais Elétricas do Pará (CELPA). O patrimônio transferido para a Celpa foi avaliado em NCr\$ 20.275.000,00. A Forluz era uma sociedade anônima, composta por acionistas de diferentes naturezas jurídicas, fossem empresas ou pessoas físicas. Cabe destacar que entre as empresas acionistas encontravam-se: Cervejaria Brahma, Bitar & Irmãos, Victor C. Portela S/A, Africana Tecidos, Fábrica de Calçados Remy, The Sydney Ross (farmacêutica norte-americana), Booth Line (empresa inglesa de navegação), Guaraná Simões S/A, Indústrias Jorge Corrêa e Empresa, Jornal A Província do Pará, além de entidades civis como: Associação Comercial, a Beneficente Portuguesa, a Sociedade Beneficente União e Firmeza, a Federação das Sociedades Beneficentes de Belém e o Colégio Nazaré. Na lista dos “acionistas preferenciais”, além da Eletrobrás, constavam a Sudam, a Prefeitura de Belém, a Caixa Econômica Federal, além das prefeituras de Óbidos e de São Caetano de Odivelas. (PALHETA, 2018, p. 2).

O projeto inicial da UHE, de 1952, previa a construção de uma usina com potência de 04MW. No entanto, com o crescimento populacional ocorrido nas décadas seguintes (Tabela 2) e as expectativas de instalação de indústrias na cidade, o projeto foi modificado para uma potência de 40 MW, ou seja, uma potência 10 vezes maior do que a prevista inicialmente.

Tabela 2 - Evolução Populacional de Santarém (PA)

Ano	Urbana	%	Rural	%	Total
1950	14061	23,34	46168	76,66	60.229
1960	24498	26,59	67646	73,41	92.144
1970	51123	37,81	84092	62,19	135.215
1980	111023	57,76	81180	42,24	192.203

Fonte: IBGE, 2019.

Assim, a UHE foi inaugurada em 1977 com o funcionamento de apenas uma turbina, gerando 10MW de energia e se tornando a primeira UHE construída na Amazônia⁷. A inauguração contou com a presença do presidente Ernesto Geisel, conforme noticiado no Jornal de Brasília, do dia 19 de agosto.

2.2 Formação socioterritorial da Comunidade Boa Esperança

A formação de núcleos populacionais às margens dos rios constituiu um dos padrões de ocupação de áreas na Amazônia, até meados do século XX, os municípios da região estavam localizados às margens dos rios. Esse cenário foi alterado com as políticas de integração regional, promovidas pelo Estado Nacional, com a construção de rodovias, que permitiram a ocupação e o aproveitamento econômico dos recursos naturais disponíveis, além da formação de diversos núcleos populacionais as suas margens.

A produção do território por meio da ação estatal que garantiu a abertura de rodovias e a formação de municípios na região em questão pode ser observado em menor escala, quando se analisa o processo de abertura de rodovias estaduais. Assim como o processo de abertura de rodovias federais, a abertura de rodovias estaduais possibilitou a formação de comunidades.

A rodovia PA 370 é uma dessas rodovias, e conforme já relatado foi construída para garantir o acesso às obras de construção da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una. Estas obras funcionavam como catalisadores de mão-de-obra, atraindo migrantes de comunidades do próprio município de Santarém e de estados do nordeste e do sul do país que, posteriormente, ali fixaram moradia, formando o embrião de várias

⁷ Vinte anos após a inauguração da Usina, a cidade de Santarém passou por problemas de abastecimento de energia e teve a demanda suprida pela compra de energia da usina de Tucuruí, no chamado Linhão Tramoeste.

comunidades até hoje presentes na região, como a comunidade de Boa Esperança, por exemplo.

No contexto de formação socioterritorial da comunidade anteriormente citada, pode-se distinguir pelo menos três fases: I) Fase extrativista; II) Fase da formação e consolidação da comunidade; e a III) Fase da Especialização da produção e agronegócio. No Quadro 1, apresentam-se as principais características de cada fase, cujas características serão mais bem detalhadas nas páginas seguintes.

Quadro 2 - Fases do processo de formação territorial da Comunidade de Boa Esperança, Santarém (PA).

Fases	Período	Características Históricas
I	Até 1960	Anterior à construção da UHE de Curuá-una, com a presença de pequenas comunidades nos primeiros quilômetros da estrada de Paxiúba, e mais adiante com o predomínio de áreas onde se realizou o extrativismo madeireiro, com destaque para a extração de óleo essencial de pau rosa.
II	1960-1980	Ocorreu imediatamente à abertura e pavimentação da rodovia PA-370, e da construção da UHE de Curuá-una, e se estendeu até meados dos anos de 1980. Este é o período de formação das comunidades, aquisição de terras por parte de camponeses do município e região, e por imigrantes do nordeste e sul do país.
III	1980-até os dias atuais	É caracterizado pela especialização das comunidades em determinada atividade produtiva. A partir da primeira década dos anos 2000, marcou presença nesse cenário a moderna produção de grãos como o arroz, o milho e a soja, cultivados por imigrantes do sul e centro-oeste do Brasil, com o financiamento de grandes volumes de capital para implementação tecnológica mecânico-química.

Fonte: Organizado pelo pesquisador, 2019.

O processo de construção da UHE-Curuá-Una e da rodovia PA-370 estendeu-se até meados da década de 1970. Foi neste período que a energia elétrica chegou até a comunidade de Boa Esperança, possibilitando, assim, a expansão do consumo de produtos eletrônicos pelos comunitários, com acesso à rede de energia elétrica.

Entende-se neste trabalho que esse período da história do Planalto de Curuá-una inseriu-se no contexto das políticas nacional-desenvolvimentistas do governo do Estado para a ocupação e uso da terra na região do Baixo Amazonas, na qual se destaca também a concessão de terras para o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

As comunidades da PA 370 foram formadas, de maneira geral por pequenos produtores, responsáveis pela derrubada de áreas de mata nativa, sobretudo pelo uso de técnicas de produção tradicionais e cultivo da terra, baseado no sistema de corte e queima, com áreas de pousio.

Entre as décadas de 1950 e 1960, algumas pessoas começaram a se estabelecer em áreas às margens da estrada e em regiões mais distantes. Inclusive, no ano de 1961, o Senhor Raimundo Pereira da Silva chegou no Km 42 da estrada onde construiu uma casa e plantou uma roça, batizando sua propriedade com o nome de Boa Esperança (SANTOS, 2012). É interessante notar que o nome do senhor Raimundo Pereira não consta no Livro fundiário da Gleba Ituqui, o que indica, nas informações prestadas pelos servidores do INCRA, que alguns colonos iniciaram o processo de titulação de suas áreas, mas não concluíram o processo.

No dia 21 de agosto de 1961, o senhor Raimundo Pereira trouxe sua família para morar na propriedade. Nessa época as áreas eram apenas ocupadas e deveriam ser feitas as bem-feitorias necessárias. Mesmo com todas as dificuldades à época, outras famílias começaram a se instalar em áreas próximas à propriedade do senhor Raimundo Pereira. Uma das principais dificuldades encontradas pelos primeiros moradores da comunidade era a distância para se encontrar água, pois, a princípio, só se conhecia uma fonte, localizada na atual comunidade de Curupira, a cerca de 5 km do núcleo em formação. Essa situação durou até por volta do ano 1962, após descobrirem durante uma atividade de caça uma fonte de água pura e cristalina, a qual foi batizada de Igarapé da Bica⁸.

No ano de 1966, chegaram na comunidade Manoel Barbosa, Raimundo Barbosa, Ademir Pereira de Sousa, Dino Araújo Galvão, Chico do Vovô, Gonzaga Belim (SANTOS, 2012). Em conversas informais realizadas durante a pesquisa de campo, pode-se constatar que esses moradores são oriundos de comunidades do próprio município de Santarém, como as comunidades de Planalto São José e Poço Branco. Nota-se ainda a presença de antigos trabalhadores dos seringais que transitaram por boa parte do território amazônico durante algumas décadas e se estabeleceram na comunidade de Boa Esperança (NEVES, 2014).

⁸ O igarapé da Bica fica em uma área com um declive muito acentuado e com certa dificuldade de acesso. A descoberta de água possibilitou, dessa forma, a fixação dos primeiros moradores. O local era utilizado para a higiene pessoal, lavagem de roupas, lazer, preparo de alimentos, consumo humano e animal. De acordo com as entrevistas, o igarapé foi encontrado pelo senhor Quinzim, cunhado do senhor Raimundo Pereira.

De acordo com os comunitários, havia um projeto para que a comunidade de Boa Esperança se tornasse uma agrovila⁹ e, desta forma, a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará dividiu terrenos na comunidade. Inicialmente, os terrenos mediam 50x70 metros e ocupavam uma área com cerca de mil metros de frente no sentido da rodovia e quinhentos metros de fundo. Com o passar dos anos, os lotes passaram a ter uma metragem de 10x30 metros (SANTOS, 2012).

Nessa organização da agrovila, os moradores recebiam lotes para construção de suas moradias de, aproximadamente, 25 hectares às margens da rodovia e nos ramais que foram abertos, para tornar mais eficiente a distribuição.

Desse modo, foram abertos o Ramal do Pilão, Ramal do Recreio, Ramal da Pedreira, Ramal do Gato, Ramal do Arroz Doce e Ramal do 45. Esses ramais foram organizados com uma distância de 2km entre eles, abertos com organização para que no intervalo de um e outro tivessem dois lotes de 1000 metros, ou seja, os lotes teriam a frente em um dos ramais e fariam fundo com o fundo de um lote do outro ramal. Neste sentido, os lotes de trabalho giravam em torno de 1000 metros de fundo e 250 metros de frente, ou seja, aproximadamente 25 hectares (SANTOS, 2012), informação que pôde ser confirmada com acesso aos dados do Livro Fundiário do INCRA.

O órgão responsável pela distribuição das terras era a Secretaria Estadual de Agricultura do Pará (SAGRI-PA)¹⁰, a qual, em consenso com a comunidade, reservou uma área de 1000 metros de frente, com 500 metros de fundo no ramal do recreio, com o objetivo de preservar o Igarapé da Bica (SANTOS, 2012).

De acordo com o entrevistado 2, em 1970, a comunidade era formada por 20 famílias¹¹, oriundas das comunidades do município de Santarém e da região nordeste.

No início dos anos de 1970, conforme já relatado, chegaram os primeiros moradores dos ramais das Pedreiras, do Pilão, do 45, do Recreio, do Arroz Doce e do Gato. Em 1972, a equipe catequética de Boa Esperança indicou um comunitário

⁹ Sobre esta informação, não encontramos nenhum documento que a confirme.

¹⁰ A partir de 1970, com a criação do INCRA e o Programa de Integração Nacional (PIN), as áreas de terra na faixa de dez quilômetros as margens das rodovias federais BR 230 e BR 163 seria destinada à colonização sob a tutela da União.

¹¹ Lista nominal dos moradores da comunidade até o ano de 1970: Salviano, Chico do vovô, Teodo, Dino, Jesanias, Gonzaga, Pedro Caetano, Raimundo Barbosa e família, Raimundo Modesto, Antônio Maranhense, Antonio Moura, Raimundo Figueira, Faustina, Luis Sousa, Prejo, Moisés, Raimundo Pereira, Pedro Jarana, Benedito Barros, Louro.

para fazer a distribuição de lotes em tamanho 10x30m para as famílias que desejavam morar na comunidade¹². Em 1974, foi montada uma usina de beneficiamento de arroz, que beneficiava a produção de moradores de várias comunidades do planalto, canalizando parte dos recursos produzidos pelos agricultores para a comunidade de Boa Esperança.

Com a abertura da rodovia e o loteamento das suas margens, os colonos passaram a desenvolver a agropecuária. De acordo com Santos (2012), após a derrubada da mata e preparo da terra, os agricultores buscaram as agências do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia para financiar a produção do arroz.

Nos anos seguintes o banco do Brasil começou a financiar o plantio de arroz na região a juros baixos, que davam condições para plantar. Os agricultores plantaram somente arroz, o qual deu uma grande safra. O problema esbarrava na grande produção, que superlotava as usinas de beneficiamento cujos donos eram os compradores da produção. Com muita oferta o preço dos sacos de arroz baixava. No mês de agosto todos os financiados deveriam pagar seus empréstimos ao Banco para então requer um novo empréstimo; muitas vezes o agricultor vendia toda a produção a preço baixo, o que não dava para quitar a conta no banco. (SANTOS, 2012, p. 91).

Além do arroz, cultivavam diversos produtos para a subsistência como feijão, mandioca, verduras, criavam animais de pequeno e médio porte (aves e gado, que geralmente era usado para o transporte) e complementavam o fornecimento de proteínas com a caça.

¹² O primeiro responsável pela distribuição dos lotes na vila foi o senhor José Modesto. Posteriormente foi auxiliado pelo Senhor Luiz Ponte Alta.

Figura 6 – Agricultores familiares usando cavalo e carroça de boi para como meio de transporte na PA 370.



Fonte: Arquivo do Pesquisador (2019).

Na década de 1970, com a instalação da Companhia Brasileira de Armazenagem (CIBRAZEM), em Santarém, os produtores de arroz encontraram novo local para a comercialização de seu produto a preços melhores. A instalação da Companhia fazia parte das ações do Estado para a complementação do processo de modernização da agricultura e expansão da fronteira agrícola para as regiões interioranas do Brasil, conforme estudos apresentados por Graziano Silva (1980) e Francisco de Assis Costa (2012).

Em 1978, foi realizada a assembleia de fundação da Associação Comunitária Rural do Planalto Curuá-Una (ASCORPLAUNA), que, de acordo com Santos (2012), foi a primeira associação de agricultores do município de Santarém, e contou com a presença de 108 pessoas de várias comunidades da região da Rodovia Santarém Curuá-Una. Uma das primeiras demandas da associação foi a aquisição de um veículo para amenizar o problema de transporte das comunidades. Logo na primeira assembleia esta demanda foi aprovada por unanimidade.

Ainda no ano de 1978, a diretoria da associação apresentou para as comunidades o caminhão Pau de Arara (Figura 6), que realizava o transporte de cargas e passageiros e levava a produção dos agricultores até os mercados e feiras na cidade de Santarém. Além do Pau de Arara da Associação, havia outros caminhões que faziam o transporte de cargas e passageiros, inclusive uma linha de

ônibus da empresa Transbrasiliana, que fazia linha diária da cidade de Santarém até a usina de Curuá-Una.

Figura 7 - Caminhão Pau de Arara da ASCOPLAUNA



Fonte: Jornal do Baixo Amazonas, janeiro de 1979.

Em 1979, foi instalada uma serraria na comunidade de propriedade do senhor Nelson Shimit, natural do Rio Grande do Sul, que junto consigo trouxe a esposa, filhos e alguns trabalhadores conterrâneos, que também se estabeleceram em Boa Esperança. A chegada de famílias gaúchas na comunidade insere-se no contexto da política de integração nacional, promovida pelos governos militares e essa presença gaúcha tornou-se uma das marcas da comunidade, conhecida popularmente como a terra dos gaúchos. Embora, não represente um grande percentual da população da comunidade, sua presença é marcante no dia a dia e no cotidiano, e reconhecida no município.

A serraria foi montada em uma área de 100x100 metros, doada pela comunidade para atender a necessidade do empreendimento e, além de gerar empregos, fomentou a instalação da rede de energia elétrica no ano de 1981. As demais comunidades, localizadas após a comunidade de Boa Esperança, só tiveram acesso à rede de energia elétrica ao final da década de 1990.

Como se percebe, a década de 1970 foi bastante movimentada na comunidade devido ao processo de imigração e organização da sociedade civil para enfrentar os desafios da produção agrícola na área de fronteira. Assim, foi possível a montagem de uma estrutura de forças produtivas, conjugando indústria e

agricultura, que permitiram que a comunidade de Boa Esperança avançasse alguns passos em relação às demais comunidades do Planalto Curuá-Una.

Na década de 1980, foram realizadas algumas obras que permitiram um melhor aproveitamento dos recursos naturais disponíveis, em especial o uso da água. Foi instalado um carneiro hidráulico e roda d'água que levava água até a comunidade e, em 1981, com a instalação da rede de energia elétrica, houve o avanço na qualidade de vida da população, com a possibilidade de compras de eletrodomésticos, acesso a informações e cultura via televisão e rádio. O contato com a televisão e com as propagandas da indústria cultural possibilitaram o avanço no consumo e, como consequência, o aumento da capacidade produtiva.

Em uma conversa informal a caminho da roça, em uma fubica¹³, um comunitário fez o seguinte comentário:

Antes a gente ia a pé para a roça, a gente saía às 5 horas e andava 7 km até chegar na roça. Hoje os trabalhadores não vão trabalhar a pé, não sei como a gente fazia isso, mas também o trabalho era mais simples, menor, e a gente não tinha conta de luz pra pagar, não tinha prestação de moto e carro, essas coisas. (ENTREVISTADO 3, 2017).

Um dos produtos com maior destaque na região, na transição das décadas de 1980 e 1990, foi a pimenta do reino. Sua produção entrou em declínio devido à queda nos preços e as constantes pragas que atacavam as plantações¹⁴.

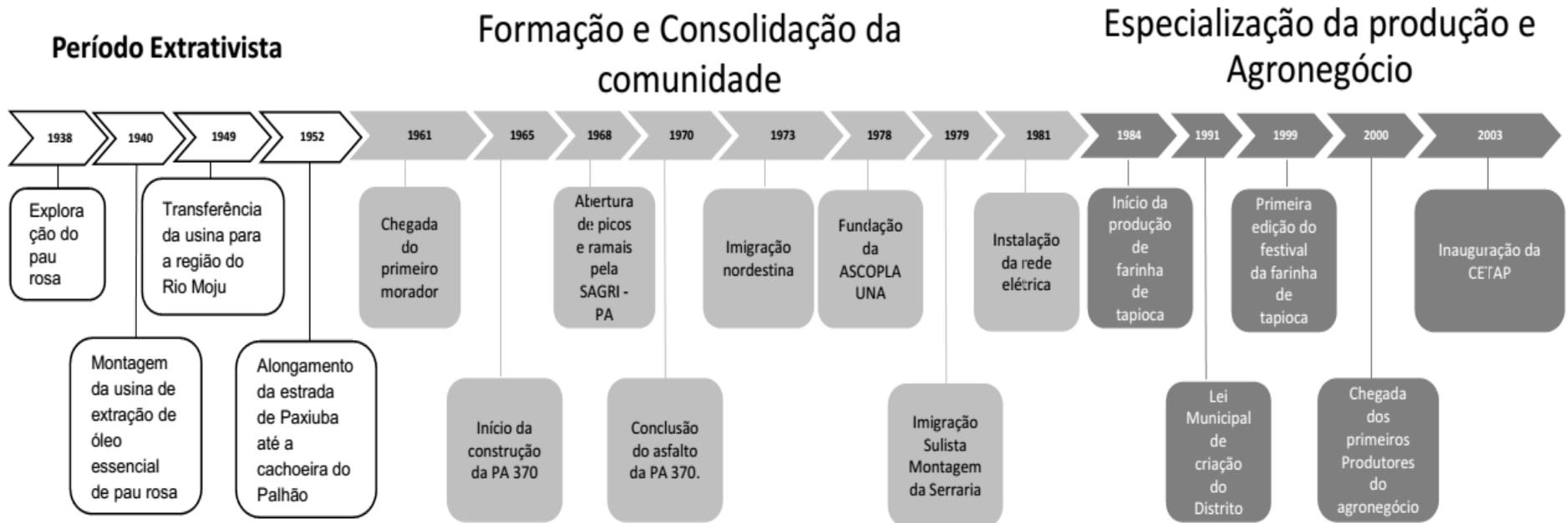
Para a comunidade de Boa Esperança, até a década de 1980, foi um período de consolidação das áreas agrícolas, com a derrubada de matas, formação de pequenas pastagens e roças e também período de formação de pequenas casas comerciais, pois, devido ao aumento populacional e ao aumento da produção, alguns comunitários puderam se dedicar a outras atividades que não a agricultura e pecuária, como padaria, açougue, bares, usina de beneficiamento de grãos como o arroz, o milho e o café.

Segue uma linha do tempo que sintetiza os principais eventos da comunidade.

¹³ Carreta agrícola bastante comum nas comunidades e utilizada principalmente nos trabalhos agrícolas. É feita com o chassi de caminhonete antiga e com a substituição do motor de gasolina, pelo motor a diesel, de forma que se torne mais econômica, embora com velocidade reduzida é possível trafegar com uma velocidade de até 40 km/h.

¹⁴ A partir de 2012, a pimenta do reino passou a adquirir bons preços e ampliar suas áreas de cultivo, configurando uma nova fase da cultura, nesse momento com novos contornos na realização do cultivo, com a incorporação de fertilizantes químicos e irrigação a partir de poços artesianos.

Figura 8 - Períodos do desenvolvimento histórico da Comunidade de Boa Esperança



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2019)

Percebe-se, na figura, três períodos do processo de desenvolvimento histórico da comunidade, levando em consideração questões econômicas, sociais e políticas. Assim, é possível observar como as relações sociais e produtivas se tornam mais complexas, e ainda a passagem de uma área de uma frente de expansão para uma frente pioneira, com o processo de expansão do modo de produção capitalista.

2.3 Especialização da produção

O terceiro período da história de ocupação e uso do território na região da PA-370 estende-se da década de 1990 até os dias atuais. Esse período apresenta como característica básica o início do processo de especialização das comunidades, da região em estudo, em uma determinada atividade agropecuária, a exemplo da comunidade de Boa Esperança, que se especializou na produção da farinha de tapioca, (um dos principais derivados da mandioca) promovendo anualmente o evento denominado “Festival da Farinha de Tapioca” que ocorre geralmente no mês de agosto. Outras comunidades, também passaram a realizar festivais, como a Comunidade de Muru Muru com o Festival do Açaí, Tiningú com o Festival do Tucunaré, Terra de Areia que realiza o Festival do Abacaxi (atualmente pertencente ao município de Mojuí dos Campos, Pará) e a comunidade Estrada Nova com o Festival da Galinha Caipira.

Assim, a comunidade ficou conhecida no município de Santarém devido a sua especialização nesta atividade, destacando-se em todo Baixo Amazonas:

Hoje a farinha de tapioca é fabricada em várias comunidades e em diferentes municípios do Estado do Pará com destaque para Santa Isabel e Santarém. Por exigências de mercado existem diferenças no processo de fabricação que interferem nas características do produto em ambos os municípios. Em Santarém é produzida pela comunidade de Boa Esperança, que atende o mercado da região do Baixo Amazonas e difere da produzida em Santa Isabel pelo Distrito de Americano que atende a região Metropolitana de Belém. (ALVES; MODESTO JUNIOR, 2013).

Neste momento será apresentado algumas características da produção de mandioca e posteriormente as características da produção de farinha de tapioca na comunidade de Boa Esperança.

A mandioca é considerada uma das principais culturas agrícolas do mundo, sendo responsável pela alimentação de um bilhão de pessoas em todo o mundo, em especial nos países em desenvolvimento. Do total de mandioca no mundo, cerca de 60% é destinada ao consumo humano, o restante é dividido na produção animal ou insumo de indústrias.

Para Cardoso (2001), a cultura da mandioca contribui para a fixação o homem ao campo, devido a sua necessidade de mão-de-obra. De acordo com a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE), a cultura da mandioca ocupa cerca de 84% da mão-de-obra no campo. Além de estar relacionada às atividades de subsistência, a produção de mandioca também tem valor de mercado no setor industrial.

O fator tecnológico para produção de farinha permite a produção de produtos de baixo valor agregado, resultado de um setor com baixo capital de giro. Apesar dos baixos investimentos, os custos com mão-de-obra elevam o custo do produto devido a sua baixa produtividade (BEZERRA, 2009).

Os produtores possuem pouca integração com o mercado, sua produção de forma genérica restringe-se à subsistência, fato agravado pela ineficiência produtiva dos seus equipamentos. As dificuldades encontradas pelos produtores não residem no produto em si, mas nas formas de produção.

Dentre os 65 mil produtores de mandioca e de farinha, predominam os pequenos proprietários, inclusive permanece a produção manual e artesanal. A produção de farinha de mandioca é um dos derivados de expressão, pois é exportado para o nordeste brasileiro por ocasião do fenômeno da seca/estiagem, uma vez que o Centro-sul apresenta baixo consumo deste produto. Trata-se do Arranjo Produtivo Local (APL) da mandioca que organiza e viabiliza as atividades da mandioca (ABAM, 2005).

Esse retrato da produção de mandioca pode ser visualizado na região amazônica, embora não corresponda à totalidade da produção de mandioca do país. Quando se volta o olhar para o sul do Brasil, mais especificamente para a região norte do estado do Paraná, observa-se a presença de fecularias, ou seja, indústrias de produção de amido de mandioca e outros subprodutos, nessa região encontra-se a sede da Associação Brasileira dos produtores de Amido de Mandioca (ABAM), na cidade de Paranavaí. A associação foi criada em 1991, com a missão de desenvolver a atividade econômica, promovendo o espírito de cooperação e união das empresas produtoras de amido de mandioca no Brasil. Além disso,

desenvolve estudos com foco no fator tecnológico que, de acordo com o site institucional, contribui para o desenvolvimento sustentável do setor.

As exportações do setor também têm apresentado significativo crescimento, sobretudo em função da revolução industrial propiciada pelas diversas modificações químicas do amido de mandioca, que geraram variados tipos de amidos modificados de mandioca. O setor atraiu gigantescas multinacionais para o Brasil, que passaram a exportar o amido de mandioca brasileiro para todos os continentes do mundo. (ABAM, s/d).

A atuação do produtor da região sul tem uma perspectiva diferente em relação aos da região norte. Em especial quando se verifica a presença de complexos industriais e a introdução de técnicas de modificação química no estado do Paraná em oposição às casas de farinha baseada no trabalho familiar, típica da região amazônica.

Os objetivos, o padrão tecnológico e os produtos decorrentes da produção de mandioca são distintos nas duas regiões. No sul do país, percebe-se a orientação da produção para o mercado nacional e para o exterior, há a utilização de avançada tecnologia, tanto em equipamentos, quanto em processos que permitem o aumento da produtividade e a extração do amido com poucas perdas, como no processo de cultivo com a introdução tecnologia mecânico-química.

De acordo com o portal de notícias G1¹⁵, mesmo com um aumento de mais de 100% no preço da tonelada de mandioca, entre os anos de 2015 e 2016, os produtores de mandioca do estado do Paraná ainda estavam desanimados com a situação do setor, em relação a nova safra. A razão do desânimo era resultado das dificuldades em financiar a produção e do aumento de sua consequente expansão.

Os produtores relatavam a dificuldade de financiamentos bancários e as dívidas das safras anteriores. De acordo com o portal, um dos produtores já acumulava uma dívida de mais de 1,5 milhões de reais. Na época, os produtores acreditavam que a tendência era a manutenção do preço da raiz e que, para 2017, os preços melhorariam.

O aumento do preço da tonelada da raiz de mandioca foi a crise de corrente da seca na região nordeste. Desta forma, os estados nordestinos passaram a importar a farinha produzida no sul, região na qual, no modelo produtivo, há a

¹⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/caminhos-do-campo/noticia/2016/05/recuperacao-do-mercado-da-mandioca-nao-anima-produtor.html>

exigência de incorporação de tecnologia que possibilite a produção em áreas extensas e com alto nível de produtividade.

Outro diferencial em relação à produção de mandioca na região sul do Brasil e Amazônia é a diversidade de produtos. Enquanto na Amazônia o destino da mandioca é a produção de farinha de mandioca ou de tapioca comercializada nas feiras e pequenos mercados locais, no sul a produção é diversificada, variando de acordo com a demanda do mercado. O tratamento dado à mandioca na região sul ocorre em processo industrial, o que exige grande quantidade do produto. As fábricas produzem farinha, farofa, polvilho doce, polvilho azedo comercializados por supermercados e acessíveis à população. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a mandioca pode ser utilizada para a produção de amido para a utilização industrial, como ingredientes na produção agroindustrial desde a alimentação humana e animal até a produção de combustível, desinfetante, bebidas perfumarias e na área farmacêutica (CONAB, 2013).

De acordo com a CONAB, o sistema produtivo de mandioca apresenta três unidades básicas de produção que são caracterizadas de acordo com a utilização da mão-de-obra, do nível tecnológico, da participação no mercado e do grau de intensidade do uso de capital na exploração: unidade doméstica, a unidade familiar e a unidade empresarial.

A unidade doméstica é caracterizada pelo uso da mão-de-obra familiar. É um modelo com capital de exploração de baixa intensidade e não dispõe de tecnologias avançadas, portanto com pouca participação no mercado. A unidade familiar adota tecnologias mais avançadas que a unidade doméstica, tem uma razoável participação no mercado e dispõe de capital de exploração em nível mais elevado que a unidade doméstica. Característica marcante da unidade empresarial é a contratação de mão-de-obra de terceiros, seu nível tecnológico e a participação no mercado, o grau de intensidade do uso de capital de exploração é semelhante ao da unidade do tipo familiar (CONAB, 2013).

Desta forma, a produção da farinha de tapioca na comunidade de Boa Esperança apresenta uma caracterização que transita entre a unidade doméstica e a unidade familiar, devido aos equipamentos até certo ponto rústicos, mas que incorporam motores elétricos, que garantem o aumento da produtividade. Além disso, nas casas de farinha observa-se tanto a mão de obra familiar quanto a contratada

No caso de Boa Esperança, a produção da farinha de tapioca é uma atividade presente desde a década de 1970, mas foi somente na década de 1980 que algumas famílias começaram a produzir a farinha de tapioca de forma intensiva, o processo de produção era bastante rústico. Segundo Alves e Modesto Junior (2013), as instalações das casas de farinha geralmente são rústicas, com piso revestimento de cimento, estrutura de madeira roliça, cobertura de telha, sem divisórias.

Na década de 1990, a cadeia produtiva então formada em torno da farinha de tapioca sofreu consideráveis transformações, sobretudo pelo aumento da demanda do produto, alcançando importantes centros consumidores, como o de Manaus-AM, por exemplo.

O aumento da produtividade foi decorrente de inovações tecnológicas no processo de beneficiamento da mandioca nas chamadas casas de farinha. Os produtores desenvolveram equipamentos mais eficientes, que, aliados à oferta de mão de obra e às demandas do mercado consumidor, constituíram novos arranjos produtivos.

Nesse contexto, a especialização da produção e o conseqüente aumento de produtividade fez cair o preço do produto, aumentando sua competitividade no mercado, o que não significou a diminuição da renda dos produtores. O principal impacto do aumento da produtividade foi a exigência de mais áreas para o plantio, uma vez que as técnicas de cultivo da mandioca em muitos casos ainda permaneceram rústicas.

Diante disso, a demanda por mandioca fez surgir novas formas de produção e especialização das atividades. Hoje é possível perceber várias formas de integração no mercado produtivo via cultivo ou beneficiamento da mandioca. Nota-se que com o aumento da produtividade surgiram novas formas para se assegurar as condições materiais de existência, ou seja, o surgimento de novas ocupações e, em geral, ligados à cadeia produtiva da farinha de tapioca, como é o caso de pessoas que atuam como motoristas, fazendo fretes e transportando mandioca das roças até às casas de farinha. Há aqueles que se especializaram na confecção de equipamentos e ainda produtores que comercializam a mandioca *in natura*, que geralmente possuem grandes áreas plantadas, mas não possuem casas de farinha; há aqueles produtores que possuem as casas de farinha e seus equipamentos, mas não possuem quantidade de roça suficiente para a produção semanal regular durante o

ano; e trabalhadores diaristas que transitam em atividades na roça ou na própria casa de farinha.

Essa situação só passou por algumas alterações com a entrada do agronegócio em todo o planalto santareno, pois a tecnologia utilizada para mecanizar a terra e recompor os nutrientes foi aderida por parte dos produtores de mandioca. Apesar dessa observação, essa tecnologia excluiu os produtores com menor poder aquisitivo (GUIMARÃES, 2006).

No início da primeira década dos anos 2000, alguns produtores de farinha de tapioca passaram a importar fécula de mandioca do estado do Paraná, com isso, o processo produtivo se assemelhou ao modo de produção praticado no Distrito de Santa Izabel no município de Americano. De acordo com Alves e Modesto Junior (2012), os produtores do Distrito de Americano “[...] importam toda a fécula do Estado do Paraná estimada em 8,48 mil toneladas, representando um mercado da ordem de 17,81 milhões de reais por ano, considerando o preço da fécula no Paraná no valor de R\$ 2.100,00 a tonelada” (ALVES; MODESTO JUNIOR, 2012).

A fécula de mandioca foi introduzida na cadeia produtiva da farinha de tapioca para atender as demandas crescentes do mercado consumidor e, então, percebeu-se uma especialização ainda maior por parte dos produtores, em um movimento característico da sociedade industrial recente. A exemplo do que já ocorria no Distrito de Americano em Santa Izabel, a importação alterou a estrutura das forças produtivas, pois uma parcela dos trabalhadores teve que migrar para as etapas finais do processo de produção (embolar, torrar a farinha e embalar), ou foram excluídas do processo (SANTOS, 2010).

Na comunidade de Boa Esperança, o processo é híbrido, com uma parte da produção feita com o processamento da mandioca e outra parte realizada com a importação de fécula de outros estados, como pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 3 - Situação das casas de farinha na comunidade de Boa Esperança

Casas de Farinha	Quantidade
Desativadas	78
Fécula	08
Tradicional	28

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Como pode ser observado, nota-se uma grande quantidade de casas de farinha fechadas, situação que provocou êxodo de uma parcela da população (principalmente a masculina), que saiu em busca de novas formas de sobrevivência, em especial nas empresas de mineração e construção de grandes obras como as usinas hidrelétricas (BARROS, 2017).

Esse cenário pode explicar o êxodo de uma parcela da população (principalmente a masculina) que saiu em busca de novas formas de sobrevivência, em especial nas empresas de mineração e construção de grandes obras como as usinas hidrelétricas (BARROS, 2017).

Diante deste contexto, em julho de 2017 foram realizadas dez entrevistas com produtores que trabalham com a fécula de mandioca importada do Paraná. Nestas entrevistas foi possível traçar um perfil dos torradores de fécula da comunidade de Boa Esperança, além de entender a dinâmica e a realidade destes produtores.

A partir dos dados, verificou-se que os entrevistados se encontram em uma faixa etária entre 33 e 49 anos. Ressalta-se que os proprietários das casas de farinha têm certa maturidade, pois se exige, da parte do produtor, pontualidade, assiduidade e capacidade física para o alcance das metas de produção. Todos os produtores possuem famílias que dependem da renda desta atividade econômica.

O investimento para a instalação de uma casa de farinha com os novos equipamentos é elevado para a realidade da comunidade. De acordo com alguns dos entrevistados, para se montar uma casa de farinha para produção de farinha de tapioca, desde as etapas de manipulação da mandioca, é necessário um investimento de aproximadamente 30 mil reais, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 3 - Orçamento para a montagem de uma casa de farinha na comunidade de Boa Esperança

Itens	Valor unitário	Quantidade necessária	Total
Construção do barracão (telhado, colunas, piso) tamanho 12x15	R\$ 10.000,00	1	R\$ 10.000,00
Elétrica	R\$ 2.000,00	1	R\$ 2.000,00
Bomba periférica	R\$ 150,00	1	R\$ 150,00
Canos, tubos e conexões	R\$ 300,00	1	R\$ 300,00
Lavador de mandioca	R\$ 2.500,00	1	R\$ 2.500,00
Banco	R\$ 1.700,00	1	R\$ 1.700,00
Caixas d'água 1000 l	R\$ 270,00	2	R\$ 540,00
Caixas d'água 500 l	R\$ 180,00	1	R\$ 180,00
Gamela	R\$ 200,00	5	R\$ 1.000,00
Lavadeira de massa	R\$ 2.500,00	1	R\$ 2.500,00
Peneirador	R\$ 1.000,00	1	R\$ 1.000,00
Emboladeira	R\$ 3.500,00	1	R\$ 3.500,00
Forno	R\$ 6.000,00	1	R\$ 6.000,00
Peneiras	R\$ 60,00	3	R\$ 180,00
Total			R\$ 31.550,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Em geral, os jovens da comunidade não dispõem desse capital para iniciar as atividades. Os produtores que possuem uma casa de farinha equipada a fizeram em etapas e veem incorporando as novidades de acordo com as exigências de produção e de seu desenvolvimento. O perfil levantado é de indivíduos que construíram lentamente o patrimônio, todos os entrevistados já foram diaristas que iniciaram muito cedo as atividades laborais, desde a adolescência já se dedicavam ao trabalho agrícola.

Com relação à propriedade da terra, observou-se que: dos 10 entrevistados, 6 possuem propriedade de terra onde desenvolvem atividades agrícolas, dentre as culturas cultivadas encontra-se a mandioca. Um dado interessante está no período de aquisição destas terras, pois ocorreram nos últimos cinco anos, em assentamentos ou ocupações por meio de cadastro em associações em regiões de expansão.

As áreas adquiridas localizam-se em um trecho posterior a UHE de Curuá-Una e, de acordo com um dos entrevistados, sua propriedade fica a cerca de 76km da

comunidade de Boa Esperança. As áreas cultivadas variam de 2,5 a 12 tarefas de roça, ou seja, de 0,5 a 3 hectares. Nessas áreas, os agricultores cultivam a mandioca, pimenta do reino e frutas para o consumo familiar, como laranja, coco, manga entre outros.

2.3.1 Os equipamentos de uma casa de farinha da comunidade de Boa Esperança

Entre os primeiros equipamentos elétricos utilizados nas casas de farinha está o banco de serrar mandioca que faz a ralagem para extrair a fécula e para a produção de farinha amarela, conforme mostram as figuras abaixo. Sua utilização é anterior aos anos da década de 1990.

Figura 9 - Serrador de mandioca



Fonte: Arquivos do pesquisador (2017)

Figura 10 - Produtor serrando mandioca

Fonte: Arquivos do pesquisador (2017)

A partir de meados da década de 1990, desenvolveu-se o lavador de mandioca, um equipamento que retira a terra e parte da casca da mandioca, foi o equipamento que mais desonerou os custos com mão-de-obra nas casas de farinha, pois, anteriormente, observávamos até cinco pessoas descascando mandioca. O trabalho das raspadeiras era uma atividade de interação social e, embora a maior parte da mão-de-obra fosse feminina, via-se homens e crianças realizando as atividades.

Figura 11 - Lavador de mandioca

Fonte: Arquivos do pesquisador (2017)

Durante a realização desta etapa do processo de produção da farinha ocorriam muitas conversas, brincadeiras, e as informações da comunidade eram divulgadas e, em alguns casos, debatidos durante a realização dessa fase. Alguns comunitários lembram das fofocas que ocorriam, da folia, dizem que “era muito animado trabalhar na casa de farinha, tinham mulheres, homens, crianças, o pessoal contava piada, hoje só tem dois homens, e tudo sério.” (ENTREVISTADO 6, 2017).

Na transição da década de 1990 para os anos 2000, desenvolveu-se o peneirador de goma, equipamento que quebrava a goma de mandioca, tornando possível embolá-la. Este equipamento diminuiu o esforço físico empregado pelo trabalhador e deu mais velocidade nesta etapa, no entanto no processo final não aumentou a produtividade, pois dependia do desenvolvimento dos próximos equipamentos.

A partir do ano de 2007, os produtores passaram a investir na construção de fornos que, até então, eram quadrados e exigiam muito esforço físico para movimentar a farinha, permitindo a sua desidratação e espocamento. Além da força, o trabalho era desgastante devido a altas temperaturas a que os torradores estavam expostos.

Antes de 2007 já existia um forno elétrico na comunidade, mas foi somente a partir deste ano que os fornos foram se popularizando na comunidade. Apesar da denominação de forno elétrico, a energia térmica dispendida para a elevação da temperatura é a base de lenha. O adjetivo elétrico é referente à energia utilizada para a movimentação da goma dentro do forno, antes de forma manual, e a partir de então passou para um sistema de palhetas que giram na parte interna do forno, impedindo que a goma grude na chapa do forno, além de movimentar a goma para facilitar a sua desidratação.

O forno elétrico possibilitou a diminuição do esforço físico por parte do torrador, mas não aumentou sua produtividade de imediato, pois os primeiros fornos eram pequenos tinham cerca de 1 metro raio. Com o passar do tempo, o seu comprimento foi aumentando e, atualmente, encontramos fornos de até 1,55 metros de raio, ou seja, de até 3,10 metros de diâmetro.

Figura 12 - Forno elétrico para torrar farinha de mandioca e de tapioca



Fonte: Arquivos do pesquisador, 2017

Nos chamados fornos quadrados, a produtividade do trabalho dependia de vários fatores, dentre os quais o tamanho do forno, da lenha, mas sobretudo da habilidade do torrador. A produtividade e a qualidade do produto residiam no indivíduo, quanto maior o diâmetro do forno maior a sua produtividade, pois a área de contato com goma aumenta, o que permite uma quantidade maior de goma dentro do forno, sendo que o tempo gasto para a desidratação da fornada se manteve em torno de 20 a 25 minutos. Nos fornos quadrados torrava-se em média entre 1,5 e 2,0 baldes¹⁶ de goma por fornada, enquanto em um forno elétrico de 3 metros, do entrevistado 5, chegava a torrar até 7 baldes de uma vez.

A fala do entrevistado 5, um comunitário, nos chamou bastante atenção: “depois do forno elétrico não teve mais torrador bom”. Percebemos com esta fala que a centralidade na cadeia produtiva da farinha de tapioca deslocou-se do indivíduo para a máquina. O produto deixa de ser bom por causa de suas habilidades como artesão e passa a ser bom por causa da máquina.

O forno elétrico aumentou muito a produtividade das casas de farinha, mas, para se poder torrar dentro de toda a sua capacidade, exigia-se o aumento da mão-de-obra na etapa da embolação, pois era necessário o trabalho de aproximadamente 6 pessoas nesta etapa. Então, paralelamente à popularização

¹⁶ Um balde possui um volume de aproximadamente 20 litros.

dos fornos elétricos, ocorreu a popularização da emboladeira elétrica, um equipamento que transforma a goma peneirada em pequenas esferas, facilitando o processo de torração.

Figura 13 - Emboladeira de goma de tapioca



Fonte: Arquivos do pesquisador (2017)

O forno e a emboladeira se complementaram, pois produzem proporcionalmente a necessidade um do outro, desonerando o produtor da necessidade de contratação de mão-de-obra.

A partir de 2012, os produtores passaram a buscar novas formas para facilitar o trabalho e desenvolveram um equipamento denominado lavadeira elétrica, equipamento que realiza a lavagem da massa de mandioca depois de cerrada. O objetivo da lavagem da massa da mandioca é extrair o amido contido na massa, para tal é adicionado uma quantidade de água separa a massa do amido, conforme se observa na figura a seguir.

Figura 14 - Lavadeira de massa de mandioca



Fonte: Arquivos do pesquisador (2017).

2.3.2 O Modelo de Produção feito a partir da Fécula Importada

No modelo de produção a partir da fécula, a estrutura que abriga os equipamentos, em geral, são barracões sem paredes, o que facilita a ventilação e resfriamento do ambiente. Sem essa ventilação, o ambiente teria altas temperaturas, por causa da queima de madeira nos fornos, e aumentaria ainda mais o desgaste físico por parte do trabalhador.

Diante das entrevistas realizadas, verificou-se que, em julho de 2017, havia 14 casas de farinha que torram a fécula de mandioca, com 6 fornecedores. A dinâmica e organização do Modelo Fécula ocorre da seguinte forma: o fornecedor de fécula, geralmente, é um comerciante com histórica atuação no comércio de farinha de tapioca e outros derivados da mandioca. Os primeiros fornecedores eram comerciantes (geralmente donos de boxes no Mercado 2000), que faziam a compra de farinha de tapioca dos comunitários de Boa Esperança e enviavam a produção para Manaus, e desta forma atuavam como os atravessadores da produção.

No início dos anos 2000, com o aumento da demanda por tapioca e o fato de que a mandioca produzida na região não dava conta de assegurar o abastecimento desta demanda, a importação da fécula de mandioca foi uma das saídas encontradas pelos atravessadores, que recorriam a outras regiões do país, em especial do Paraná, da região de Paranavaí.

Desta forma, o agente que faz a importação da fécula é o antigo atravessador, que contrata a mão-de-obra dos comunitários, a remuneração era feita de acordo com a produtividade do trabalho. O fornecedor de fécula arca com despesas referentes a importação da fécula, a logística de transporte referentes à chegada nas casas de farinha e a retirada do material.

As despesas referentes à montagem e manutenção das casas de farinha e de seus equipamentos são de responsabilidade dos próprios trabalhadores contratados. Em geral, as casas de farinha onde é torrada a fécula necessitam apenas de gamelas, emboladeira, peneirador e forno.

A remuneração é feita de acordo com a quantidade de fécula torrada. Os fornecedores entregam pacotes de fécula com 25 kg e a fécula torrada em forma de farinha de tapioca rende em média 22 kg. Assim o pagamento é feito de acordo com a quantidade de pacotes torrados. Em cada forno é possível se torrar de 20 a 30 pacotes de fécula por dia. Considerando uma média de 30 pacotes por dia, o dono da casa de farinha tem um faturamento médio bruto diário de R\$ 270,00 e de R\$1350,00 semanal.

Alguns produtores utilizam a mão de obra familiar, outros contratam mão de obra externa à família. Além dos custos com mão-de-obra, ainda há os custos com lenha, energia elétrica e com a manutenção dos equipamentos. De uma produção de R\$ 1350,00 semanal tem-se uma despesa com lenha de aproximadamente R\$ 180,00.

Nesse sistema, no conjunto da produção, verifica-se que as 14 casas de farinha que se dedicam a esta forma de produção produzem em torno de 8457kg por dia. Destes, o fornecedor de polvilho, conhecido como “Nem”, é responsável pela produção diária de 5345 kg. Desta forma, mais da metade da produção é canalizada para um único fornecedor.

Quando comparada com o modelo tradicional, percebe-se que mecanização permitiu o aumento exponencial da produção, fato que se explica da seguinte forma: enquanto no processo tradicional a produção ocorre em três dias da semana, e

somente no último dia ocorre a torração e a embalagem, nos outros dias o trabalho é destinado à roça e manutenção dos equipamentos, sem contar que a produção é limitada pela oferta e quantidade de mandioca disponível.

Na produção com a importação da fécula, todos os dias de trabalho são destinados à torração, além de que a quantidade de goma disponível para a torração é bem maior que no processo tradicional.

Como consequência da importação da fécula, cita-se a queda nos preços da farinha de tapioca e sua manutenção em níveis relativamente baixos. Os primeiros comunitários que começaram a torrar a fécula - levados pela necessidade, pois não dispunham de mandioca suficiente para a produção semanal durante o ano - foram reprimidos, inclusive com ameaças de destruição do patrimônio, pois parte da população entendia que a torração de fécula mantinha os preços da farinha de tapioca em níveis mais baixos.

Apesar das manifestações contrárias de parte da população aos torradores de fécula, o número de casas de farinha que se dedicam a esta atividade aumentou consideravelmente. Vale lembrar, inclusive, que no início do processo de importação da fécula ainda não existiam equipamentos como a emboladeira e o forno elétrico. A produção, portanto, era limitada a uma média de 10 pacotes por dia e necessitava de mais mão-de-obra.

2.4 Cobertura do solo na região da comunidade de Boa Esperança

Após a apresentação do processo de desenvolvimento histórico da comunidade de Boa Esperança, apresenta-se a seguir uma série de mapas de cobertura do solo na região da comunidade. Os mapas foram produzidos a partir de fotos de satélites disponíveis no Landsat.

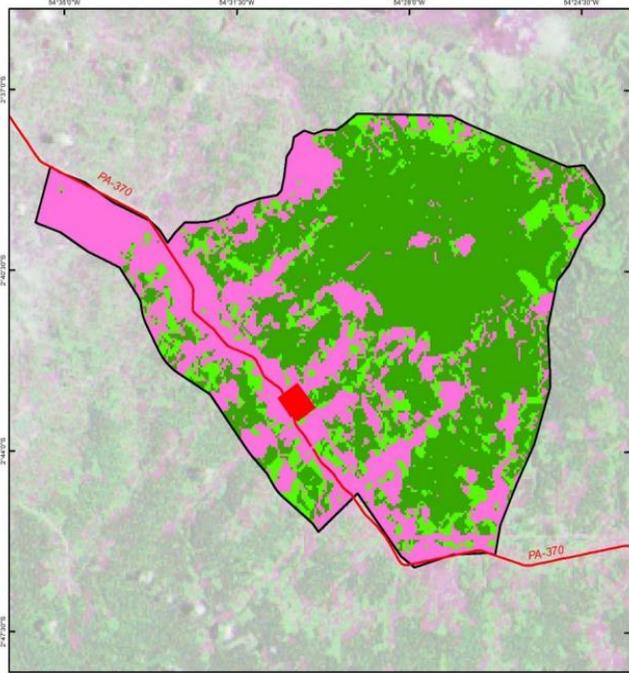
Para a delimitação territorial dos mapas, foi levado em consideração as dimensões espaciais dos setores censitários 150680705000168, 150680705000180 e 150680705000179, e que neste item será utilizada a denominação de Distrito de Boa Esperança.

A seguir são apresentados os mapas de cobertura do solo do distrito de Boa Esperança referente aos anos de 1976, 1981, 1990, 2003, 2010 e 2017. A princípio a ideia era a utilização de imagens de 1969, 1980, 1990, 2000, 2010, e 2019, no

entanto, devido à presença de nuvens, nem todas as imagens pretendidas puderam ser utilizadas.

As imagens disponíveis, apesar de não serem exatamente as que se pretendiam inicialmente, representam o desenvolvimento das atividades produtivas na área de estudo em períodos aproximados de uma década, o que fazia parte da ideia inicial.

Figura 15 - Cobertura do Solo no Distrito de Boa Esperança, Santarém-PA, ano 1976



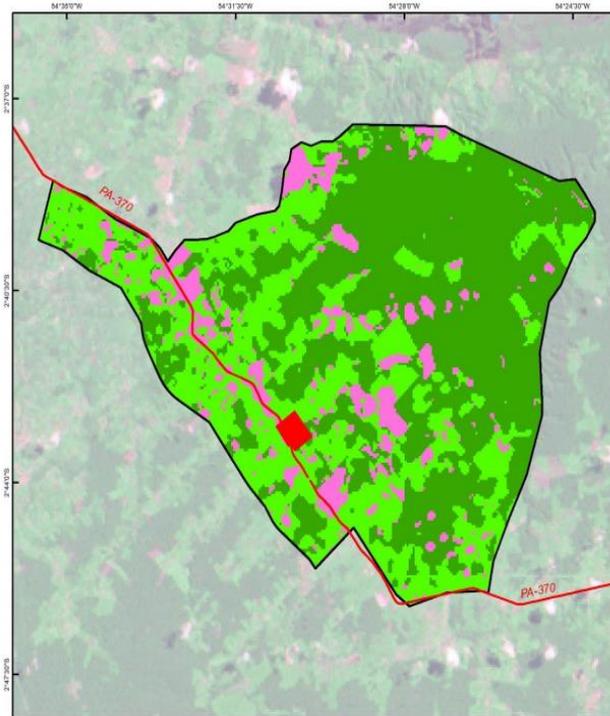
Legenda:
 — PA-370
 ■ ÁREA URBANA
 □ Limite do Distrito de Boa Esperança

Cobertura do solo
 ■ Vegetação densa - 9.891,5383 ha
 ■ Vegetação secundária, capoeira, plantações - 2.562,1009 ha
 ■ Solo exposto - 6.770,7653 ha

0 1,5 3 6 km
 1:120.000
 Convenções cartográficas
 Datum SIRGAS 2000
 Zona 21 Sul
 Meridiano Central -57°
 Fonte:
 INPE: Imagem Landsat 1, sensor MSS,
 data de passagem 03/10/1976
 IBGE: Setores Censitários, 2016
 Elaboração: Monteiro, N. R. G.; Santos, A. C.
 Data de elaboração: Março/2020

Fonte: Monteiro; Santos (2020)

Figura 16 - Cobertura do solo no Distrito de Boa Esperança, Santarém-PA, ano 1981



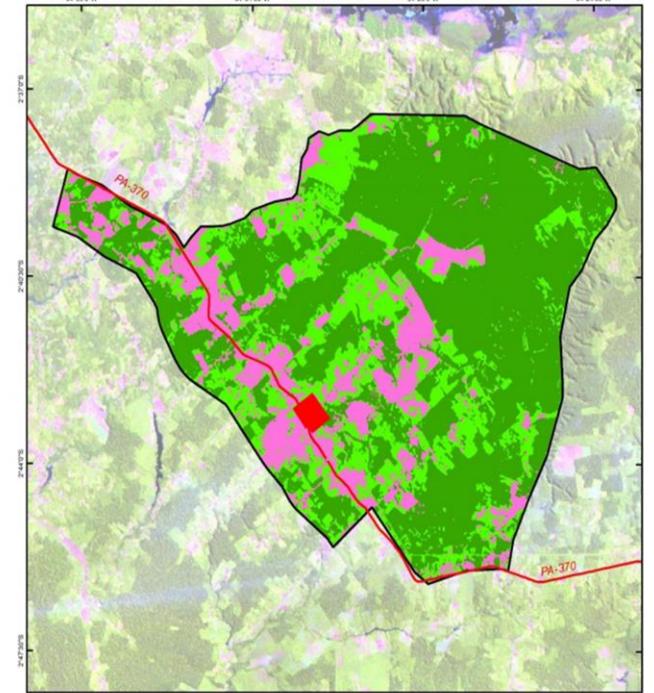
Legenda:
 — PA-370
 ■ Área Urbana
 □ Limite do Distrito de Boa Esperança

Cobertura do solo
 ■ Vegetação densa - 9.926,8484 ha
 ■ Vegetação secundária, capoeira, plantações - 7.155,5336 ha

0 1,5 3 6 km
 1:120.000
 Convenções cartográficas
 Datum SIRGAS 2000
 Zona 21 Sul
 Meridiano Central -57°
 Fonte:
 INPE: Imagem Landsat 2, sensor MSS,
 data de passagem 13/05/1981

Fonte: Monteiro; Santos (2020)

Figura 17 - Cobertura do Solo no Distrito de Boa Esperança, Santarém-PA, ano 1990.



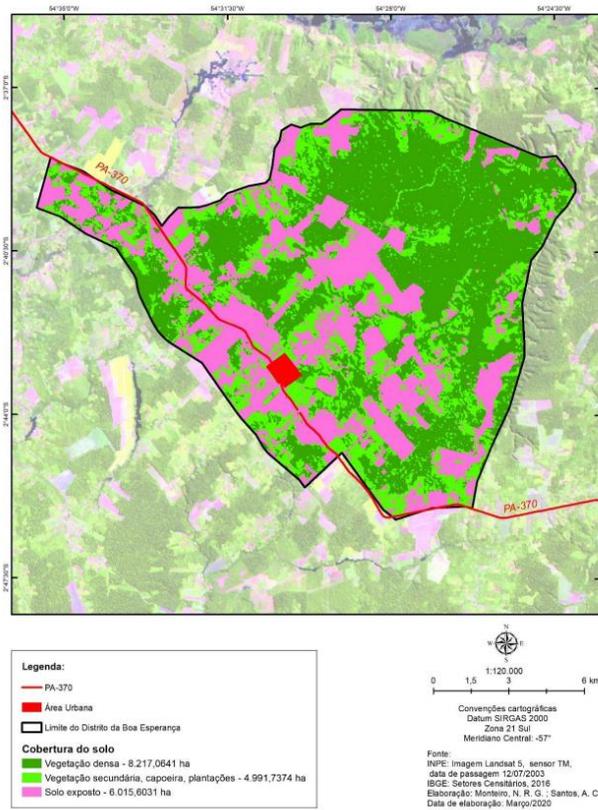
Legenda:
 — PA-370
 ■ Área Urbana
 □ Limite do Distrito de Boa Esperança

Cobertura do solo
 ■ Vegetação densa - 10.950,0724 ha
 ■ Vegetação secundária, capoeira, plantações - 4.802,0112 ha
 ■ Solo exposto - 3.472,3211 ha

0 1,5 3 6 km
 1:120.000
 Convenções cartográficas
 Datum SIRGAS 2000
 Zona 21 Sul
 Meridiano Central -57°
 Fonte:
 INPE: Imagem Landsat 5, sensor TM,
 data de passagem 09/08/1990
 IBGE: Setores Censitários, 2016
 Elaboração: Monteiro, N. R. G.; Santos, A. C.
 Data de elaboração: Março/2020

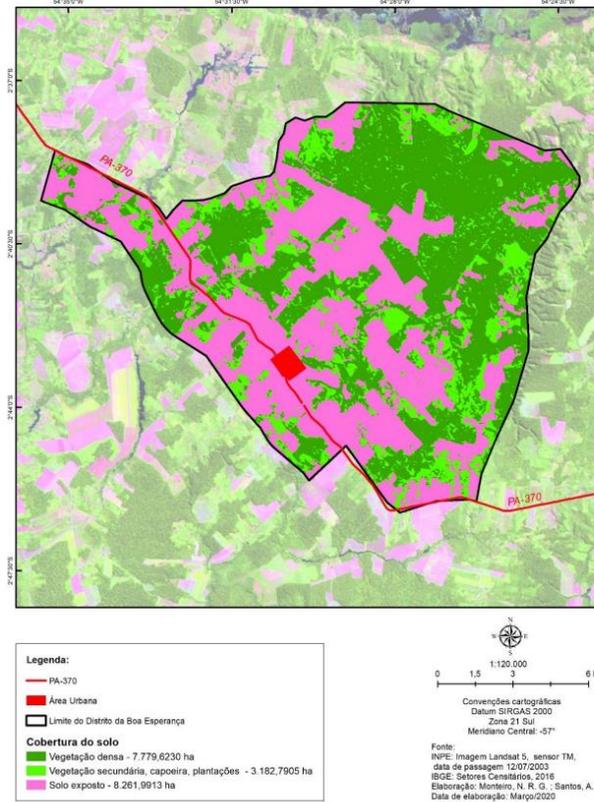
Fonte: Monteiro; Santos (2020)

Figura 18 - Cobertura do Solo no Distrito de Boa Esperança, Santarém-PA, ano 2003



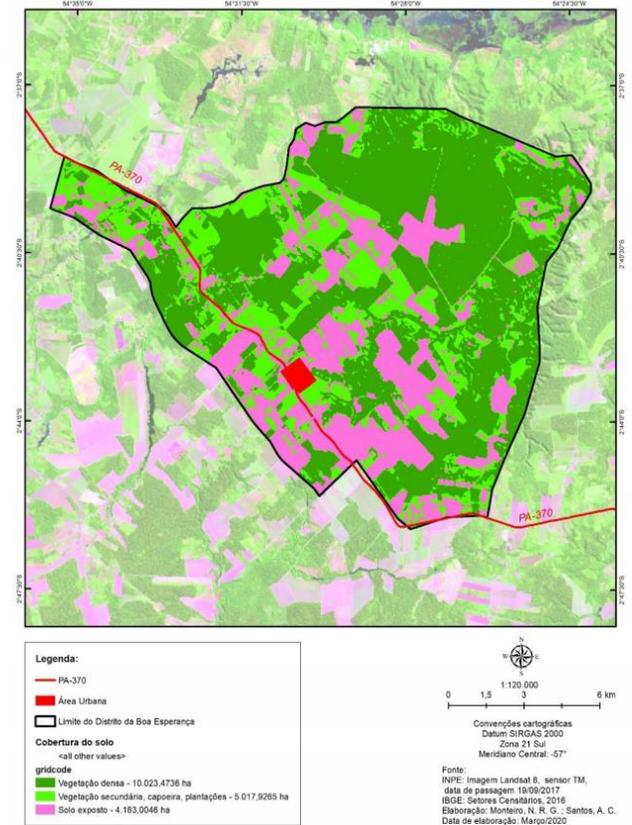
Fonte: Monteiro; Santos (2020)

Figura 19 - Cobertura do Solo no Distrito de Boa Esperança, Santarém-PA, ano 2010



Fonte: Monteiro; Santos (2020)

Figura 20 - Cobertura do Solo no Distrito de Boa Esperança, Santarém-PA, ano 2017



Fonte: Monteiro; Santos (2020)

Para facilitar a análise das imagens, segue a tabela com os valores de áreas de cada categoria de análise.

Tabela 4 - Cobertura do solo na comunidade de Boa Esperança

Ano	Vegetação densa	Vegetação secundária	Solo exposto	Total
1976	9.891,54	2.562,10	6.770,77	19.224,40
1981	9.926,85	7.155,53	2.142,02	19.224,40
1990	10.950,07	4.802,01	3.472,32	19.224,40
2003	8.217,06	4.991,74	6.015,60	19.224,40
2010	7.779,62	3.182,79	8.261,99	19.224,40
2017	10.023,47	5.017,93	4.183,00	19.224,40

Fonte: Monteiro e Santos (2020)

Como visualizado, foram utilizadas as seguintes categorias: vegetação densa, vegetação secundária e solo exposto. As áreas de vegetação densa correspondem a áreas de floresta primária ou vegetação em alto grau de regeneração, ou seja, área de reflorestamento, ou onde se desenvolvia atividade agropecuária e que a algum tempo se encontra em estado de pousio.

A categoria solo exposto corresponde a áreas de algumas variedades roças, pastagens, ou áreas de fato sem vegetação. A categoria vegetação secundária corresponde a áreas de capoeira, ou seja, vegetação em início do processo de regeneração, ou áreas de pastagens e atividades agrícolas. Como as imagens de satélites não conseguem fazer a distinção com grande exatidão, as duas categorias podem ser entendidas simplesmente como áreas antropizadas.

Ao se analisar os mapas é possível verificar um tímido aumento de cobertura vegetal no período em questão, mas no decorrer do processo ocorreu uma importante variação na cobertura do solo.

Inicialmente, pode-se verificar o padrão espinha de peixe que caracteriza o processo de ocupação da Amazônia na década de 1970, ou seja, as áreas antropizadas acompanham as margens da rodovia e ramais.

Com o processo de ocupação efetiva da região iniciado com a abertura da PA 370, em meados da década de 1960, pode se perceber no mapa de 1976 que a região já se encontrava praticamente no mesmo padrão de áreas antropizadas do ano de 2017. Se a análise se restringir aos mapas de 1976 e 2017, pode-se chegar

à conclusão de que a expansão da agricultura capitalista não causou desmatamento, e que, pelo contrário, a moderna agricultura capitalista garantiu a preservação do ambiente e avançou ainda mais ao garantir o aumento das áreas de floresta.

Esta análise torna-se enganosa, pois a dinâmica da ocupação assume características peculiares em cada momento histórico específico. Em 1976, a região tinha aproximadamente 10 anos de ocupação e ainda atraía imigrantes, sendo que uma das exigências para garantir a propriedade da terra era construção de benfeitorias, ou seja, que a floresta fosse substituída por atividades agropecuárias, isso ajudar explicar a grande quantidade de áreas com solo exposto neste ano.

A data de passagem da Figura 15 é 03 de outubro de 1976, período do ano caracterizado pela estiagem, com poucas chuvas, e, como a produção agropecuária desse período era baseada praticamente no sistema de corte, queima e coivara, isso explica o grande volume de solo exposto, pois, nessa época, geralmente as áreas de roças já foram derrubadas, e realiza-se processo de secagem de folhas e galhos para facilitar a queima que, em geral, era realizado no mês de novembro. Assim o mapa apresenta uma realidade muito próxima da realidade daquele momento histórico, ou seja, ausência de vegetação secundária, de roças e o solo encontra-se exposto aguardando a queima ou as chuvas para o início do plantio.

O mapa de 1981, que apresenta data de passagem referente ao mês de maio, apresenta grande quantidade de vegetação secundária, quase três vezes maior que as áreas de 1976. No entanto, quando se observa a área de vegetação densa, se percebe pouca alteração, com um aumento sutil de 9891,54ha para 9926,85ha.

Pode-se dizer que este é um período de estabilização do processo de ocupação. Os lotes disponíveis já se encontravam ocupados e coincide com o período que, neste trabalho, foi definido como período de consolidação da comunidade.

No entanto, o mapa de 1990, com data de passagem referente a 09 de agosto, demonstra um significativo aumento das áreas de vegetação densa, marcando o pico de vegetação visualizados nos mapas. Até este momento, tem-se uma linha de tendência crescente em relação às áreas de floresta. O aumento nas áreas de floresta pode se relacionar aos projetos de desenvolvimento implantados na região oeste do Pará, principalmente com a implantação da Mineração Rio do Norte, na região do Rio Trombetas, município de Oriximiná, que absorveu grande quantidade

de mão de obra da região. Esse período coincide também com o chamado ciclo do ouro em Serra Pelada e, principalmente, na região de Itaituba e em outras regiões amazônicas, inclusive na fronteira com outros países amazônicos como a Bolívia.

Um comunitário conseguiu uma licença de operação para exploração de ouro na região de fronteira com a Bolívia. Ele acumulou boa quantidade de capital, adquiriu terras e, desde o início dos anos 2000, dedica-se à produção de grãos na região. Visualiza-se, a seguir, um registro que apresenta dois comunitários que se inseriram na atividade garimpeira no início da década de 1990.

Figura 21 - Almoço de garimpeiros da comunidade de Boa Esperança.



Fonte: Arquivo do pesquisador (1990)

Em uma década, o desenvolvimento das atividades agropecuárias modificou-se significativamente. A década de 1990 foi caracterizada pelo avanço do estado neoliberal na política brasileira. O Estado absteve-se das questões econômicas e grandes projetos de desenvolvimento na região foram interrompidos, de forma que a iniciativa privada não garantiu os investimentos necessários para absorção de mão de obra, como nas década anteriores, e o declínio da exploração aurífera. Observa-se o retorno de parte da população às atividades agrícolas, especialmente para o cultivo de mandioca, para a produção de farinha de tapioca.

A década de 1990 foi o período de recuperação da economia brasileira, implantação do plano real, controle da inflação e teve impactos importantes na economia local. Em 1995, o quilograma de farinha de tapioca atingiu um de seus melhores preços, alcançando, naquele momento, a marca de R\$ 2,50.

A valorização do produto estimulou a produção e o processo de ocupação de áreas que estavam em processo de regeneração. No entanto, a diminuição de áreas de florestas, observado no mapa do ano de 2003, não ocorreu exclusivamente pelo avanço da produção de mandioca, mas pode estar relacionado à expansão da moderna agricultura capitalista no oeste do Pará. Esse período corresponde ao que se denominou, neste trabalho, de período de especialização da produção e agronegócio.

O recuo das áreas de floresta, embora se trate de vegetação regenerada, pode ser explicado tanto pelo avanço da produção de mandioca quanto de grãos. Mas, ao que parece, os mapas de 2003 e 2010 (Figuras 18 e 19) mostram grandes áreas antropizadas contínuas, típicas do latifúndio. Entretanto, quando houve a hegemonia da produção camponesa na região, as imagens apresentavam um aspecto visual pontilhado, de forma que se tratava de pequenas áreas de cultivo espalhadas pelas propriedades.

Entre 1990 e 2010, a região perdeu quase um terço de área de vegetação densa e, neste caso, pode-se inferir que estas áreas foram ocupadas para a produção de grãos, visto que neste período já se observa a mudança na cadeia produtiva da farinha de tapioca, com a importação da fécula de mandioca. Assim há diminuição das áreas de cultivo de mandioca e se supõe que estas áreas foram ocupadas pela moderna agricultura capitalista.

O mapa de 2017 mostra uma significativa recuperação das áreas de vegetação densa, quase se igualando ao pico de 1990, mas de qualquer forma superior às áreas das décadas de 1970 e 1980. Este processo de recuperação de áreas de vegetação densa pode estar relacionado ao abandono de atividades de produção de grãos por parte de alguns produtores, hipótese pouco improvável, pois pode ser que estas áreas tenham sido arrendadas.

A hipótese mais provável pode estar vinculada à regulamentação do Código Florestal Brasileiro de 2012 e à melhoria no controle e monitoramento das áreas de florestas por meios das instituições estatais e de organizações não governamentais, que atuam na perspectiva da preservação ou conservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO III

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA

Neste capítulo, discute-se o desenvolvimento e expansão da moderna agricultura de grãos na Amazônia, especificamente, sua influência para a comunidade de Boa Esperança. A partir do levantamento realizado na revisão bibliográfica, foi possível perceber que, em geral, os autores abordam a questão da modernização da agricultura na Amazônia referindo-se à expansão da soja. De fato, é possível notar que a soja se apresenta como a principal commodity na economia brasileira, no entanto, neste trabalho, optou-se por se referir a este processo de integração agrícola da Amazônia na economia global em sentido mais amplo e percebendo um conjunto de fatores que formam um complexo arranjo logístico e produtivo em torno das atividades agropecuárias.

Para o desenvolvimento do capítulo, optou-se pela lógica cartesiana de partir do geral para o particular. Assim, inicia-se o capítulo apresentando alguns elementos sobre o processo de modernização da agricultura na Amazônia, na tentativa de realizar um balanço da produção acadêmica sobre o tema. Em um segundo momento, passa-se a apresentar, em uma perspectiva histórica, o arranjo político que permitiu a implantação da estrutura de forças produtivas que garantiram a modernização da agricultura no município de Santarém e na região da PA 370.

A partir de então, além da pesquisa bibliográfica, apresenta-se resultados de pesquisa documental realizada no Instituto Boanerges Sena, no qual se teve acesso a documentos, como jornais, e ao relatório elaborado pela Agrária Consultoria S/A. Tem-se ainda, resultados da pesquisa de campo, na qual se apresentam as transformações da estrutura produtiva diante da modernização da agricultura.

Para finalizar o capítulo, apresenta-se em perspectiva histórica as transformações que ocorreram na comunidade de Boa Esperança a partir da chegada dos primeiros produtores, destacando-se os depoimentos colhidos em entrevistas realizadas com sujeitos históricos que, de alguma forma, estão inseridos na lógica da moderna agricultura capitalista, seja como sujeitos ativos ou como sujeitos que acompanharam o processo e se relacionam ou convivem com os

produtores da agricultura mecanizada. Serão apresentados, também, os conflitos, alianças e as estratégias dos grupos sociais para garantir as condições materiais de existência.

3.1 O Solo da Amazônia e a moderna agricultura capitalista

Segundo Mac Grath e Dias (2006), o avanço da soja¹⁷ na Amazônia é um problema em potencial, pois há muitas discussões sobre as possibilidades de desenvolvimento de atividades agrícolas em larga escala, de uso contínuo e com a introdução de um aparato tecnológico de ordem mecânico-químico nas regiões do Trópico Úmido. A partir dessa perspectiva, depreende-se que a expansão da soja na fronteira amazônica provocaria impactos sem precedentes na região, como o assoreamento de rios, a perda da fertilidade do solo, a erosão, a perda da biodiversidade, a extinção de espécies etc. No entanto, há aqueles que advogam que houve equívocos sobre o potencial agrícola dos solos da Amazônia, assim destaca-se as perspectivas sobre a concepção do uso do solo amazônico para o desenvolvimento de práticas agrícolas.

Mac Grath e Dias (2006) sinalizam que inicialmente o argumento sobre a inviabilidade do uso da terra da Amazônia para a produção agrícola se baseava na ideia de que os solos da Amazônia tinham um potencial para se transformar em laterita, caso a cobertura vegetal fosse removida. Outras pesquisas demonstraram que este perigo era restrito a algumas áreas.

Afastado esse primeiro argumento, outros surgiram, mas indicavam a inviabilidade da atividade agrícola de uso contínuo e em largas extensões. Esses pesquisadores alegavam a falta de fertilidade dos solos, pobreza de nutrientes, uso contínuo do solo sujeito à erosão e que, pela característica do solo, seriam possíveis apenas atividades extensivas como a agricultura de corte e queima ou a silvicultura. Dessa forma, a Amazônia assumiria sua vocação como um espaço de manejo florestal.

¹⁷ Percebe-se que os autores apresentam a discussão sobre a modernização da agricultura na Amazônia, como o avanço da soja sobre o bioma amazônico. No entanto, neste trabalho, dá-se preferência a uma perspectiva que percebe este processo de maneira mais complexa, no sentido de transformação da sociedade de uma maneira mais geral. Entende-se que não se trata simplesmente do avanço da soja, mas da transformação da estrutura de forças produtivas, de avanço das características do modo de produção capitalista para novos territórios que promovem a integração desses novos territórios aos circuitos produtivos globais.

A partir da década de 1970, as pesquisas passaram a indicar a potencialidade dos solos para produção, pois perceberam que em algumas áreas os solos não eram tão frágeis como se pensavam e que a infertilidade poderia ser mitigada ou superada com a introdução de nutrientes químicos. No entanto, o desenvolvimento desta tecnologia na região amazônica não encontrava as condições materiais objetivas como estrutura de transporte, custos econômicos para introdução dos insumos.

Nepstad (2006) destaca os impactos da cultura da soja na Amazônia. Para o autor, a cultura da soja é mais destrutiva do que outras culturas, devido à exigência de uma estrutura específica e que apresenta potencial destrutivo.

Além disso, a cultura da soja assume características diferentes das outras formas de ocupação e uso da terra na região, devido ao papel e aos interesses dos mercados globais no processo de expansão dessa cultura, que impulsionam a implantação de grandes obras de estrutura e transporte para integração entre as regiões. Esses projetos são fruto do poder político dos agentes do agronegócio, dessa forma a cultura da soja possui “efeito de arrasto” para poder criar as condições materiais objetivas para sua implantação.

Ainda de acordo com o autor existe uma relação entre o avanço da cultura da soja com o aumento do desmatamento, pois a soja é plantada em áreas de pastagens degradadas, obrigando o desmatamento de novas áreas para a implantação da pecuária extensiva. Os mapas apresentados no segundo capítulo deste texto confirmam parte desta informação, visto que de fato, as áreas utilizadas para a produção de grãos na região do entorno da comunidade de Boa Esperança em sua maioria correspondiam à áreas de vegetação secundária ou de solo exposto desde a década de 1970.

Entre os problemas levantados por Nepstad (2006) destacam-se:

- Perda da biodiversidade;
- Problemas sociais;
- Êxodo rural;
- Falta de empregos, pois no agronegócio o número de empregos gerados é mínimo.
- Enfraquecimento da agricultura familiar;
- Uso de agrotóxicos;

Embora Nepstad (2006) destaque a cultura da soja como agente que impulsiona o aumento do desmatamento, Mac Grath e Diaz (2006) argumentam que a cultura da soja é menos nociva do que outras formas de uso da terra na região, como a agricultura extensiva de corte e queima ou a pecuária extensiva.

A cultura mecanizada delimita as áreas naturais e as áreas utilizadas para a prática agrícola, pois como o uso é contínuo não há necessidade de abertura de novas áreas ou a utilização de fogo para a preparação do solo, evitando as queimadas. Os agricultores preferem as áreas abertas devido ao alto custo para preparação do solo (MAC GRATH; DIAZ, 2006).

Com o avanço da fronteira agrícola em direção ao equador, as barreiras como o solo, o clima e as variedades foram gradativamente superadas, tanto que a partir do final dos anos de 1990, e início dos anos 2000, as áreas com a introdução de culturas como a soja, arroz e milho começaram a ser praticadas na região oeste do Pará.

Um estudo realizado pela empresa Agrária S.A, realizado nos anos de 1996 e 1997, indicavam a possibilidade do aproveitamento do solo santareno para a produção mecanizada de grãos, em especial o cultivo de soja. A partir desses resultados deu-se início um processo de divulgação do potencial agrícola do município em outros estados de forma que, no início dos anos 2000, o município de Santarém foi palco de um complexo processo migratório que alterou sua estrutura de forças produtivas.

3.2 Atuação das forças políticas locais e a modernização da agricultura em Santarém

Busca-se, nesta subseção, demonstrar que a inserção do município de Santarém no circuito da expansão da fronteira agrícola foi, pelo menos em parte, resultado da atuação de forças políticas locais, não se restringindo exclusivamente aos anseios de expansão dos produtores do centro-sul do país.

Em geral, a bibliografia sobre o processo de inserção do município na zona de expansão da fronteira agrícola destaca que, no ano de 1994, por iniciativa do Grupo Quincó e apoio técnico da Embrapa, foram realizados os primeiros estudos sobre a viabilidade do plantio de soja no município de Santarém. Os resultados não foram satisfatórios, pois os cultivares apresentaram encurtamento do ciclo de vida.

Diante dos resultados, o Governo do Estado do Pará, sob responsabilidade do governador Almir Gabriel, contratou uma empresa Agrária Engenharia e Consultoria S/A para realizar novos experimentos sobre a vocação agrícola do Estado, a qual usou de tecnologia de ponta, mecanização em todas as etapas e cultivares de ciclos mais longos. (PAIXÃO JUNIOR, 2012; SOUSA, 2016; VIEGAS, 2017).

O experimento garantiu a primeira exportação de soja do município, com cerca de 165 toneladas que saíram do porto de Santarém em direção à Holanda. O parecer técnico da empresa atestava a viabilidade econômica do uso das áreas do planalto santareno para produção de soja.

De posse desses resultados, que atestavam a viabilidade técnica e econômica da produção de soja no planalto Santareno, técnicos do governo, políticos profissionais (inclusive o próprio prefeito de Santarém à época) e empresários locais viajaram para o Mato Grosso para propagandear o potencial de produção desse grão nas terras da região, que girava em torno de cinquenta sacas por hectare. (PAIXÃO JUNIOR, 2012, p. 63).

Vale destacar também que uma cooperação entre União, estado do Pará e Prefeitura de Santarém produziu um estudo sobre o aproveitamento dos recursos naturais da região e a logística para o escoamento da produção. O estudo produziu informações sobre o potencial madeireiro, potencial do solo para o uso agrícola, riqueza mineral e a navegabilidade dos rios. Este estudo servia de orientação para as ações do Estado, quanto do grande capital.

O processo foi impulsionado com a assinatura do contrato de concessão de licença portuária pela Companhia Docas do Pará, a empresa Cargill. Antecipando a conclusão da obra, no ano 2000, a Cargill já implantou a proposta de preço portuário da soja e, dessa forma, atraiu dezenas de produtores (PAIXÃO JUNIOR, 2012). “Temos, assim, sob a ótica da velha lógica da integração regional, uma ação articulada entre Estado, produtores de soja, políticos e empresários de Santarém, um campo fértil para deslanchar o empreendimento”. (PEREIRA, LEITE, 2011, p. 208).

Em março de 2003, o terminal graneleiro da Cargill de Santarém entrou em operação ao realizar o primeiro embarque de soja para o exterior. No dia 14 março de 2003, quatro barcaças chegaram ao porto com uma carga de 16 mil toneladas de soja, como destaca o trecho a seguir:

Elas vieram de Porto Velho, Rondônia transportando soja produzida na região norte de Mato Grosso. Ao todo serão 15 barcaças fazendo o mesmo percurso. Quando todas tiverem descarregado no galpão da empresa, a Cargill totalizará 60 mil toneladas de soja, volume suficiente para uma carga de navio tipo Panamax. (JORNAL DE SANTARÉM E BAIXO AMAZONAS, 2003, p. 09).

A citação acima foi retirada do jornal disponível no acervo do Instituto Boanerges Sena (ICBS), local de memória do município de Santarém, e conta com importante acervo documental, dentre os quais apresenta-se o Jornal de Santarém (Figura 22):

Figura 22 - Notícia do Jornal de Santarém sobre o início da operação do porto da Cargill em Santarém



Fonte: Disponível no acervo do ICBS (2003)

Entretanto, a instalação do porto da CARGILL em Santarém esteve envolta em longo processo judicial, o Ministério Público Federal (MPF) contestou a construção do referido porto antes da abertura do processo de licitação. A questão principal do processo (Ação Civil Pública), movida pela MPF, foi a ausência de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Meio Ambiente (EIA/RIMA), exigidos

pela legislação brasileira para o Licenciamento Ambiental do porto (COSTA, 2012; VIEGAS, 2017)

Já se tem um quantitativo considerável de produção acadêmica sobre o processo de expansão da agricultura capitalista para a região oeste do Pará. Em geral, os autores consideram que a migração de agricultores das regiões sul e centro-oeste foi resultado de um conjunto de fatores, dentre os quais se pode destacar:

- Incentivos estatais, por meio da disponibilidade de créditos para atividades de pesquisa, inclusive com o apoio do Programa Nipo-Brasileiro do Desenvolvimento do Cerrado (PROCEDER);
- Aparato de suporte técnico e logístico, no sentido de possibilitar a compra de maquinário agrícola, construção de armazéns de estocagem e apoio à melhoria da produtividade);
- Disponibilidade de áreas de terra abertas a partir das políticas de integração dos governos militares, que eram utilizadas por pequenos agricultores e áreas utilizadas pela pecuária;
- Relevo atraente para a mecanização (grandes extensões de áreas planas, além abundância de calcário);
- Logística de transporte privilegiada devido à presença de rodovias como a BR-163 e a PA-370, e o acesso aos mercados consumidores via rios Tapajós e Amazonas (COSTA, 2012; PAIXÃO JUNIOR, 2012).

Para Costa (2012), o crescimento dos plantios de grãos na Amazônia não configura mera expansão agrícola, mas é fruto de uma planejada estratégia expansionista do agronegócio assentada em quatro elementos estruturais:

- A migração especializada;
- O mercado de terras;
- A infraestrutura logística de transporte e escoamento da produção;
- Influência do fator ambiental na organização da atividade produtiva.

A partir da lógica de organização logística para o atendimento do agronegócio, Arruda (2007) discute a ideia de processo pós-porteira, ou seja, as atividades como transações na compra de insumos, de sementes, máquinas, ciência, tecnologia, assim como transações de comercialização, de industrialização e marketing. Dessa forma, o avanço da modernização da agricultura não está limitado às atividades

restritas ao campo, mas necessita de estrutura de forças produtivas ampla que lhe dê suporte.

Para além das questões de ordem logística, a literatura sobre o tema destaca ainda os impactos ambientais e sociais do processo de expansão da fronteira agrícola.

Araújo (2014) destaca as seguintes situações em relação à presença da agricultura capitalista no oeste do Pará.

- a) Faz o território ser visto como matéria-prima;
- b) Ver a natureza como um “input” industrial;
- c) Causa danos diversos, complexos, ocorrendo problemas em “efeito dominó”;
- d) Contribui para a perda da biodiversidade;

Os problemas elencados são de difícil monetarização, pois não se trata simplesmente de internalizar os danos nos custos e preços. Do ponto de vista social, a moderna agricultura capitalista, exige elevados investimentos e novas formas de organização social, de forma que os grandes empresários são favorecidos em detrimento dos pequenos produtores, “provocando a expulsão de comunidades locais, a concentração de terras e de renda, a desigualdade social” (ARAÚJO, 2014, p. 116).

Para Araújo (2014), a moderna agricultura capitalista na região Amazônica não promove o equilíbrio entre a riqueza produzida e qualidade de vida regional, pois a atividade deixa poucos rendimentos na economia local, não se configurando na categoria de desenvolvimento endógeno, que tem “como característica e condição a possibilidade de que os atores locais participem do processo e possam usufruir os rendimentos originados como fruto de seus esforços” (p. 117), e acrescenta que a atividade modifica relações sociais estabelecidas e não gera redes de cooperação que envolvem os atores locais, além de usar o espaço de maneira destrutiva, o que configura a atividade na lógica do desenvolvimento exógeno e tende a insustentabilidade.

Por outro lado, as instituições que representam os sujeitos históricos envolvidos no processo de modernização da agricultura em Santarém buscam justificar a importância da agricultura latifundiária e a homogeneização das culturas a partir dos resultados econômicos e da dinamização do setor produtivo.

A seguir, apresenta-se um quadro resumo com dados extraídos da Revista Tapajós Rural, uma publicação do Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN), com o objetivo de divulgar as ações do sindicato e os resultados da agropecuária regional, em especial os vinculados ao setor patronal.

Quadro 4 - Resumo da produção de grãos em Santarém e região metropolitana

	Resultados
Empregos diretos	1000
Empregos indiretos	3750
Área Antropizada	515 há
	15,5 % do total definido pelo ZEE.
Safrinha de soja	20 mil há
	600000 sacas
	R\$ 37 800 000,00
Novas culturas	Niger, painço, gergelim e chia

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir dos dados da Revista Tapajós Rural (2017)

No ano de 2017 foram produzidas 3.750.000 sacas de soja, o que representou uma movimentação financeira de R\$ 236.250.000,00 durante a primeira safra, todo esse desempenho permitiu a geração de emprego e renda. Por conta do movimento financeiro a partir da produção de grãos, foram gerados mais 500 empregos diretos e mais de 1500 formais indiretos. Acrescenta-se, ainda, que em 2017 havia em Santarém 40 empresas ligadas diretamente ao setor agrícola, atuando no setor de venda de sementes, defensivos, maquinários, calcário, adubo, oficinas e venda de combustíveis (OLIVEIRA, 2017).

De acordo com Viegas (2017), o terminal movimenta soja e milho, operando por meio dos modais rodoviário e hidroviário: mais de 80% dos grãos vem do Mato Grosso até Porto Velho (RO) ou Miritituba (PA) em caminhões, onde são posteriormente transbordados para as barcaças que seguem até Santarém. Outros 20% chegam ao terminal em caminhões, vindos diretamente do Estado do Mato Grosso pela BR-163, além da produção local. A empresa exporta soja de Santarém para vários países da Europa, para o Japão, China, Oriente Médio e, também, México. Cerca de 95% do total são produtos originários do estado do Mato Grosso e o restante é produzido no Planalto Santareno.

Apesar do baixo percentual da produção local na balança de exportação do terminal graneleiro, o SIRSAN sinaliza que a produção de grãos no município de Santarém e região metropolitana (Mojuí dos Campos e Belterra) têm expressiva contribuição na economia local, ao injetar cerca de R\$ 385.250.000,00 na economia local.

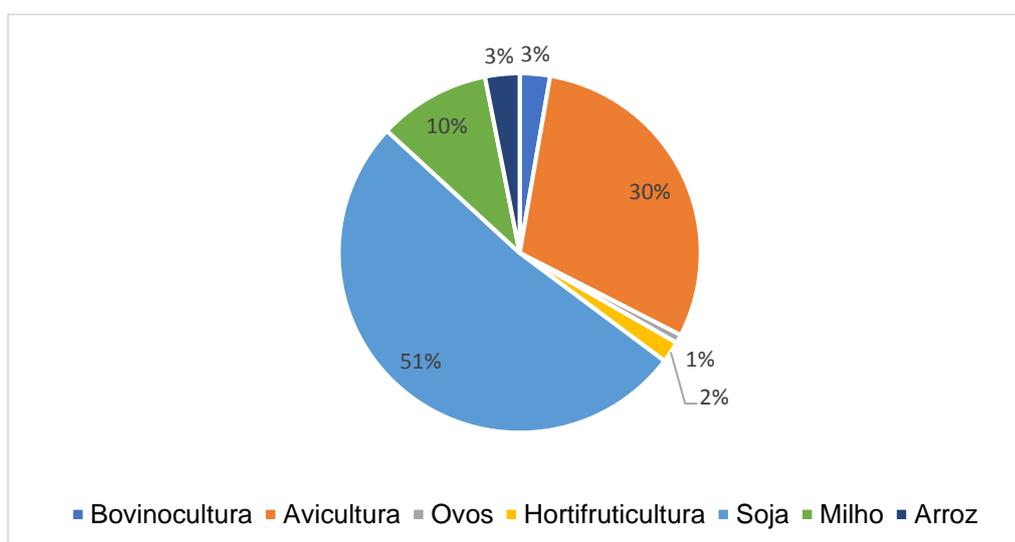
Tabela 5 - Atividades agropecuárias na região metropolitana de Santarém

Bovinocultura	R\$ 14.000.000,00
Avicultura	R\$ 155.000.000,00
Ovos	R\$ 4.000.000,00
Hortifruticultura	R\$ 10.000.000,00
Soja	R\$ 268.000.000,00
Milho	R\$ 52.000.000,00
Arroz	R\$ 16.000.000,00
Total	R\$ 519.000.000,00

Fonte: SIRSAN (2019)

De acordo com os números apresentados na tabela acima, a produção de grãos é responsável por cerca de 74% de toda a produção agropecuária da região metropolitana de Santarém, ou, como se chama nos meios de produção agropecuários, no polo Tapajós. É interessante notar o destaque da produção de soja nesse contexto, representando mais da metade da renda agropecuária.

Gráfico 1 - Produção agropecuária na região metropolitana de Santarém



Fonte: Elaborado pelo pesquisador, a partir de dados do SIRSAN (2020)

Considerando as informações do gráfico, percebe-se que 64% dos rendimentos agropecuários do Polo Tapajós são gerados pelo setor de grãos,

especialmente a soja. Se por um lado este dado é animador, por outro se percebe as falhas no processo. O seguimento de hortifruti cultura que, visualmente, representa a maior parte dos produtores agrícolas dos municípios, representa apenas 1%, ou seja, percebe-se claramente o processo de concentração da renda na produção agropecuária da região.

3.3 Transformações no espaço urbano

Segundo Santos (2006), a agricultura moderna, pautada na ciência e na modernização tecnológica, tal como se desenvolve no Brasil, constitui um exemplo da tendência e um dado essencial para o entendimento do processo de fragmentação e compartimentação do território, ou seja, quando ocorre a modernização da agricultura, a cidade se torna um polo indispensável de comando técnico da produção.

Sá, Costa e Tavares (2006) indicam que a renovação das atividades econômicas no campo influi no perfil da cidade à medida em que determinam a sua reorganização territorial. Nesse sentido, as atividades voltadas à produção de grãos nas áreas rurais de Santarém interferem na produção e na organização do espaço urbano, exigindo novos serviços e espaços específicos aos grãos.

Tais relações são desencadeadas pelas novas necessidades do consumo produtivo, ou seja, aquele vinculado diretamente à produção (mão de obra, vendas de insumos e fertilizantes, transportes, pesquisas e inovações, comercialização e escoamento do produto) e do consumo consumptivo. Este, por sua vez, constitui-se das necessidades de instalação, nas cidades, de hospitais, restaurantes, hotéis, centros de compras, áreas de cultura e lazer, entre outros. Forma-se, desta maneira, uma rede intersetorial de serviços vinculados à produção agrícola (FREDERICO, 2011).

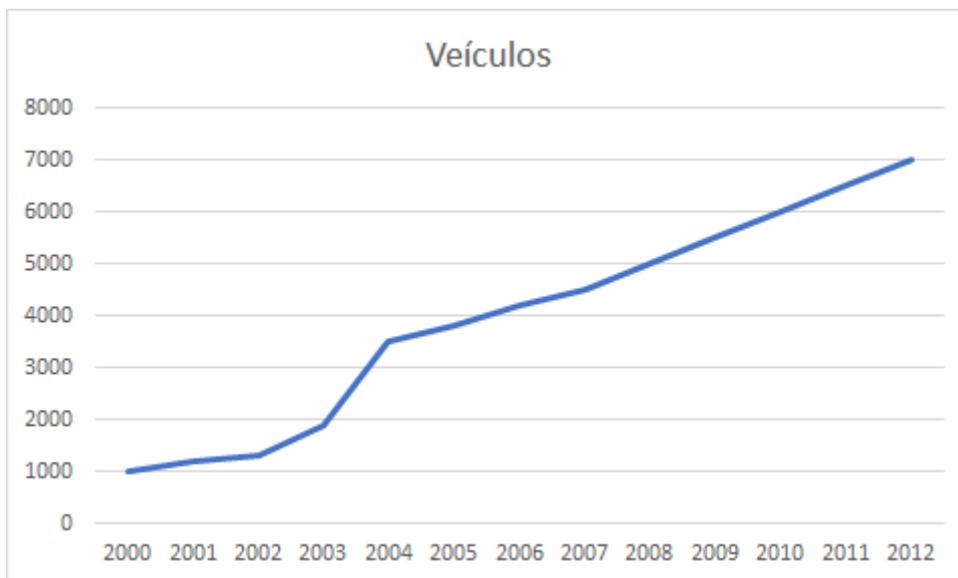
A expansão da agricultura capitalista em Santarém exigiu que o município reorganizasse seu espaço e reordenasse seu território, de forma que novas empresas foram instaladas para auxiliar no processo produtivo, na prestação de serviços, de assessoria técnica, garantindo acesso aos serviços bancários, além de lojas comercializando sementes, sal mineral, insumos como calcário, agrotóxicos e produtos para controle de pragas invasoras. Notadamente, percebeu-se a

ampliação de grupos comerciais atuando no mercado de peças para o segmento agrícola, como tratores, colheitadeiras e pulverizadores.

Trindade (2015), em sua dissertação apresentada ao Núcleo dos Altos Estudos Amazônicos (NAEA), realizou importante contribuição ao identificar os principais empreendimentos relacionados às atividades produtivas em Santarém. A seguir são apresentados alguns dos dados levantados na pesquisa de campo da pesquisadora.

De acordo com sua pesquisa de campo entre os anos de 2000 e 2012, a quantidade de veículos ligados a atividades agrícolas em Santarém saltou de 1000 veículos para 7000, conforme podemos ver no gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Veículos Ligados a Atividades Agrícolas (2000-2012)



Fonte: Trindade (2015).

No quadro a seguir é possível observar que a soja é o principal produto de exportação do Porto de Santarém, representando quase o dobro dos rendimentos de milho e madeira.

Quadro 5 - Exportações em Santarém (2013)

Produto	Empresas exportadoras	Países de destino	Valor exportado (U\$\$)
Madeira	12	32	23.089.715
Milho	1	11	14.230.612
Soja	1	11	63.900.479

Fonte: Trindade (2015)

Nos Quadros 5 e 6 é possível observar a diversidade de empreendimentos relacionados ao setor automotivo vinculado as atividades agrícolas e as empresas que fazem o trabalho de assessoria e comércio de insumos agrícolas no município de Santarém até o ano de 2013.

Quadro 6 - Concessionárias de equipamentos agrícolas

CONCESSIONÁRIA	MARCA	TIPO DE VEÍCULO FINANCIADO PARA ATIVIDADES LIGADAS À PRODUÇÃO AGRÍCOLA	INSTITUIÇÃO QUE ATUA COM FINANCIAMENTO
Delta veículos	Mitsubishi	Caminhonetes/Pick-ups	Banco do Brasil, Bradesco e Itaú
Rio norte	Chevrolet	Minivans e caminhonetes	Banco do Brasil, Bradesco e Itaú
Rodobens Caminhões	Volkswagen	Caminhões médios	Banco do Brasil e Bradesco
Maicá Caminhões		Caminhões leves e médios	Banco do Brasil, Bradesco e BASA
Maicá tratores	Valtra	Tratores de por médio, colheitadeiras e pulverizadores	Banco do Brasil, Bradesco, BASA, Banco Valtra e AGCO Finanças
Rech Tratores	John Deere	Tratores em geral	Banco do Brasil, Bradesco e BASA
Agromax	New Holland	Tratores em geral, além de colheitadeiras e pulverizadores	Banco do Brasil e Banco New Holland

Fonte: Trindade (2015)

Quadro 7 - Empreendimentos Agrícolas: assessoria e insumos (2013)

Empreendimento	Local de Origem do Empreendimento	Ano de Implantação em Santarém	Produtos Comercializados	Filiais	Endereço
Missioneira Comércio e Representações	Rio Grande do Sul	2004	Adubo Semente Sal mineral Equipamento aviário	Xinguara	Av. Cuiabá-Santarém
Agro Tapajós	Mato Grosso	2004	Milho Ração Calcário Sorgo Milheto Sal mineral	Única unidade	Av. Tapajós
Agrotécnica		2005	Insumos agrícolas Assistência técnica agrícola		Av. Mendonça Furtado.
Boa Safra	Santarém	2008	Sistemas de irrigação Sementes de hortaliças	Única unidade	Av. Tapajós
Agrosanta	Santarém		Representa as marcas: Agronorte (semente de milho e arroz), Bayer Crop Science (defensivos agrícolas) Dekalb (semente de milho), Dow Agrosciense (linha de pastagens e produtos de controle de pragas) Sementes Cajueiros (semente de Arroz, soja e milho) e Yara (fertilizantes).	Única unidade	Av. Cuiabá-Santarém

(Continuação)

Empreendimento	Local de Origem do Empreendimento	Ano de Implantação em Santarém	Produtos Comercializados	Filiais	Endereço
Agro Insumos	Mato Grosso	2013	Representa as marcas: Bayer Crop Science (defensivos agrícolas) Yara (fertilizantes). Oilema (semente de soja) Produquímica (nutrição animal) Mosaic (fertilizantes) Monsanto (herbicidas e sementes transgênicas)	Sinop, Sorriso, Ipiranga, Feliz Natal e Marcelândia Municípios do Mato Grosso.	Av. Mendonça Furtado

Fonte: Trindade (2015)

Nota-se ainda a introdução de cursos técnicos e superiores ofertados por instituições públicas e privadas no sentido de formar profissionais na perspectiva do desenvolvimento nas áreas agropecuárias, como no IFPA, campus de Santarém, com a oferta do curso Técnico em Agropecuária, na modalidade Ensino Médio Integrado.

Quadro 8 - Instituições de cursos técnicos e superior ofertados em Santarém vinculados a produção rural

Instituição	Esfera	Curso	Modalidade	
IFPA	Federal	Agropecuária	Profissional	Presencial
		Educação do Campo	Superior/Licenciatura	Presencial
UFOPA	Federal	Agronomia	Superior/Bacharelado	Presencial
		Zootecnia	Superior/Bacharelado	Presencial
		Ciências Agrárias	Superior/Bacharelado Interdisciplinar	Presencial
		Gestão Ambiental	Superior/Bacharelado	Presencial
		Engenharia de Pesca	Superior/Bacharelado	Presencial
CEULS/ULBRA	Privada	Engenharia Agrícola	Superior/Bacharelado	Presencial
		Agronomia	Superior/Bacharelado	Presencial
UNAMA	Privada	Medicina Veterinária	Superior/Bacharelado	Presencial
		Engenharia Sanitária e Ambiental	Superior/Bacharelado	Presencial
IESPES	Privada	Gestão Ambiental	Superior/Tecnológico	Presencial

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Como se percebe no quadro, as instituições de ensino Superior do município de Santarém ofertam vários cursos que, direta ou indiretamente, se relacionam às atividades agropecuárias. No levantamento realizado, são ofertados onze cursos até o ano de 2019. Dos cursos citados no quadro, apenas Engenharia Agrícola (Ceuls/Ulbra) e Educação do Campo (IFPA) não são mais ofertados.

É interessante notar a importância destes cursos no processo de constituição da modernização da agricultura no município, visto que esse modelo de produção se assenta no desenvolvimento tecnológico, sendo a formação de mão de obra qualificada e a realização de pesquisa essenciais para o avanço desta atividade produtiva.

Além da área de formação profissional, o município conta com a uma rede bancária atuante no processo de consolidação da modernização agrícola. De acordo com Trindade (2015), a rede de bancos presentes no município teve importante participação no processo de expansão da modernização da agricultura em Santarém. Observou-se que o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia (BASA) tiveram um importante papel no sentido de financiar os primeiros produtores que chegaram ao município.

Fiquei impressionado com o que vi, os produtores do Mato Grosso não têm dúvidas de que Santarém será o maior exportador de grãos do Pará, da região Norte e do Brasil. A afirmação é do gerente do Banco do Brasil em Santarém, César Carneiro, que participou de 18 a 22 deste mês, de uma série de reuniões nos municípios de Sorriso, Sinop, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde. Ele voltou do Mato Grosso entusiasmado com o interesse demonstrado pelos grandes produtores de vir para Santarém investir na produção de soja. “Eles já mostraram que a soja é uma cultura promissora, tanto que a cidade de Sorriso é uma organização e um desenvolvimento econômico exemplar. Lá não se vê gente pedindo esmola, as casas são verdadeiras mansões, quase todo mundo tem carro novo. Então, penso que Santarém pode muito bem ficar desse jeito, desenvolvida e próspera”, enfatiza César Carneiro (JORNAL IMPACTO, 1999, p. 26).

Além dos incentivos via Banco do Brasil, nos primeiros anos da década de 2000, o BASA teve importante atuação no financiamento de negócios agropecuários na região. A instituição oferece duas linhas de crédito destinadas às atividades agropecuárias: agricultura familiar e agronegócio.

Para a agricultura familiar, o banco oferece diversas modalidades de Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa mais alimentos, com forte vinculação a projetos sustentáveis e incentivo à produção de energias limpas e produção agroecológica.

De acordo com Trindade (2015), o BASA ofertava:

- Crédito para armazenagem de grãos (programa para construção e ampliação de armazéns, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES).
- Crédito para a agropecuária (Programa Amazônia Sustentável Rural, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO, BNDES).
- Crédito para maquinário agrícola (programa Amazônia Sustentável Rural, recursos do FNO, do BNDES, recursos da poupança rural e recursos do programa BNDES-FINAME Agrícola).
- Crédito para eventos de exposições e feiras rurais agropecuárias (Programa FNO-Amazônia Sustentável, recursos do FNO).

3.4 A chegada dos primeiros produtores

Os primeiros produtores que chegaram à comunidade de Boa Esperança, no início dos anos 2000, procediam de famílias de pequenos e médios produtores dos estados de Mato Grosso e Paraná. Os primeiros contatos provocaram certo

espanto, devido às diferenças na linguagem, nos costumes, no modo de trabalho, mas foram superados uma vez que estes forasteiros, seriam os responsáveis pelo desenvolvimento da região (pelo menos no imaginário das elites locais e parte da população local).

De acordo com um levantamento realizado com moradores da comunidade de Boa Esperança, cerca de 34 famílias de produtores ingressaram no processo de mecanização da produção agrícola. Destes, 14 produtores já viviam no município de Santarém antes do processo de modernização da agricultura no município, sendo que 07 são naturais do Rio Grande do Sul e migraram para a Comunidade Boa Esperança no período de consolidação da comunidade na transição das décadas de 1970 e 1980. Os outros 07 produtores representam um grupo formado por indivíduos mais diversos, que residem na região desde a década de 1970, de descendência nordestina, dedicaram-se a diversas atividades econômicas variando entre agricultura, pecuária e mineração.

Até 2011, cerca de 450 famílias de produtores já haviam chegado à região de Santarém por conta dos incentivos à mecanização da agricultura. Esse volume de imigrante provocou um encontro de grupos com perspectivas e ritmos de vida diferentes e um processo de socialização que oscilava em momentos de integração com a população local, especialmente os mais jovens, ao frequentarem os bares e bailes nas comunidades. Em outros momentos, percebia-se a busca de ambientes, onde pudessem se reunir com indivíduos na mesma condição de imigrante.

Mas o círculo social de pertencimento e convívio é desenvolvido com os próprios pares, em atividades coletivas que acontecem na localidade de São José, como churrascos, festas e encontros semanais, ou em atividades promovidas pelo Sindicato Rural de Santarém para os seus associados. (PEREIRA; LEITE, 2011, p. 210).

Esses momentos são interessantes para análises, pois, se por um lado pressupõe afastamento e rejeição à cultura local, por se sentirem desterritorializados, por outro lado, a partir da perspectiva de Haesbaert (2002), e justamente por este sentimento, esses encontros servem para se reunirem com indivíduos que têm traços culturais semelhantes, pois a maioria possui um histórico familiar de migração semelhante e esses momentos podem ser entendidos como para além de socialização, como um momento de reterritorialização, ou seja,

construção de um novo espaço, um território com aspectos que se assemelham aos dos locais de origem.

No caso da comunidade de Boa Esperança é possível se notar certo envolvimento dos produtores nas atividades da comunidade, seja na igreja, nos clubes de futebol, nas atividades da escola e festas da comunidade. É comum estes produtores cederem seus maquinários para trabalhos comunitários, especialmente para limpeza de campos de futebol e outras áreas comunitárias.

Diante desse contexto, apresenta-se, a partir de então, alguns relatos de produtores que se destacaram na produção agrícola mecanizada e foram premiados pelo sindicato rural de Santarém com o título de agricultores do ano. Desde 2017, os agricultores premiados possuem propriedades na região de influência da PA 370.

O primeiro relato apresentado é do produtor Adriano Maraschin, em entrevista ao programa Você é um Sucesso, apresentado pela TV Amazônia de Santarém:

Aí seguimos viagem, eu e minha esposa, então, aí a gente chegou aqui em Santarém (...) fomos até as Docas, (...) aí eu comecei olhar o Rio Tapajós e Amazonas, aí eu disse, Cara é aqui que eu vou morar! Aí a gente ficou mais uns dias em Santarém, aonde a gente adquiriu uma propriedade, né? Lá pelo ano de 97, por aí. E a gente em seguida, lá pelo ano 2000, a gente veio realmente morar na comunidade de Santarém¹⁸. (MARASCHIN, 2019).

Nota-se na fala do produtor o encanto pela natureza da região. É interessante que, de acordo com o relato, o contato com a região foi imediatamente após, ou concomitantemente, ao estudo de viabilidade da mecanização na região. Supõe-se que, neste momento, as áreas adquiridas por sua família ainda não haviam sido inflacionadas com a especulação imobiliária e que, embora tivesse sido um investimento incerto, pois ocorreu no início do processo, o valor que a região tinha por conta das belezas naturais já chamava atenção do produtor.

Outro fator que chama a atenção é o fato de que apenas três anos depois da aquisição das terras é que a família migrou para a região, quando se tem de fato o “boom” da imigração.

A seguir destaca-se o relato do produtor Maico Coradini, premiado em 2017 como agricultor do ano pelo SIRSAN, sobre a produção na propriedade e de

¹⁸ Entrevista dada ao programa Você é um sucesso, exibido pela TV Amazônia, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=8krwj6_SwB0, acesso dia 18/03/2020.

elementos da história familiar. Este relato foi extraído de um vídeo produzido pelo SIRSAN, disponível em seu canal no youtube:

Sou Maico Coradini, agricultor, produzimos soja, milho, alface, goiaba, maracujá dentre outros. Viemos de Nova Mutun no Mato Grosso. Cheguei aqui bem novo. E desde lá viemos trabalhando na agricultura. Pela necessidade de precisar de uma outra cultura e até melhorar um pouco a renda, iniciamos também a parte de hortifruti. Na época foi no caso o pimentão e cebola e depois pegando prática e expandimos pra outras culturas. Hoje produzimos alface, goiaba, maracujá dentre outras hortaliças e esses produtos vem tudo pra praça de Santarém Grandes redes de supermercado, frutarias e até mesmo a feira. Dentre os planos pro futuro dentro da área é melhorar a questão da qualidade das áreas que já existem e também poder aumentar elas pra que possa expandir as vendas pra mercados fora de Santarém¹⁹. (SIRSAN, 2017)

Como é possível perceber nesse trecho do relato, o destaque na premiação está a produção de hortaliças. No entanto, fica implícito que foi uma alternativa para se adequar à realidade da produção mecanizada de grãos, após a crise de preços por volta do ano de 2008, ano da crise mundial do capitalismo, especialmente nos EUA, e que teve impactos nos setores vinculados a produção de commodities.

No discurso, é possível perceber a pretensão em modernizar as técnicas de produção e expandir as áreas de cultivo e o mercado. Por melhorar a qualidade das áreas, pode-se entender como fazer a manutenção e reposição de nutrientes e investir de forma que se mantenha e aumente a produtividade.

No mesmo vídeo, o pai de Maico dá seu depoimento sobre o período da chegada da família à região de Santarém, as dificuldades e as saídas encontradas para resistir e superar a crise.

Sou Marcos Rogério Coradini, eu vim de Nova Motum pra Santarém, nós ouvimo conversa de uma nova área de agricultura, forte. Eu vim trabalhando de funcionário na época e depois consegui comprar o primeiro pedacinho de terra e aí eu vendi uma casa que eu tinha lá, acabei trocando em uma colheitadeira, ela acabou tombando na estrada, e aí eu tive que refazer, e consegui vender ela, e aí eu fui aumentando as áreas com essa colheitadeira. Aí depois disso, eu saí do emprego, que eu trabalhava de empregado na fazenda, e comecei a plantar por conta. Aí comecei plantar por conta, dinheiro curto, começou um certo ano, uma dificuldade, começou uma dificuldade financeira, foi aí que entrou a horta, a horta entrou pra suprir a outra, a falta de recurso e a lavoura não deu naquele ano, aí então uma nova alternativa surgiu na horta e depois nas frutas, na boiada e outras culturas.

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SYkmeHcfQqU>, acesso 18/03/2020.

O Mayco chegou em Santarém por volta de 2001, ele era novo ainda, aí graças a Deus a gente conseguiu formar ele, ele é formado em agronomia, e ele sempre ajudou na lavoura, desde pequeno ele sempre foi praticamente um agricultor, ele cursava lá e fazia a outra parte aqui, duas faculdades, uma na prática e outra na vida²⁰. (SIRSAN, 2017)

Pelo relato do pai, a família veio do estado do Mato Grosso e, embora não fique claro, a família trabalhava na agricultura na cidade de origem, entretanto se percebe que não se tratava de proprietário de terra. A partir, de relatos dos comunitários, o produtor Maico é sobrinho de um dos grandes produtores de grãos da região nos primeiros anos de expansão da fronteira agrícola no oeste do Pará, o empresário Clóvis Casa Grande, e a fazenda, na qual a família trabalhou, era de propriedade de Clóvis.

É interessante notar que, embora a produção de hortaliças tenha possibilitado a recuperação financeira da família e as expectativas de expansão da área e da produção, não se percebeu, na fala dos produtores, o abandono da produção de grãos, de forma que se entende que a produção de hortaliças é apenas um complemento da renda da produção de grãos.

Eu sou o Gabriel, sou irmão do Mayco, nos trabalhamos com esse negócio de agricultura a muito tempo, eu acho que começou foi em 2008, com a crise que deu, aí nós começamos, foi se não me engano, foi no pimentão. Antes disso já tinha lavoura de soja e tudo e em 2014 que o negócio foi engrenar direito, que a gente conseguiu crescer, e graças a família nós tamo onde conseguimos chegar, e a previsão é em dois anos, conseguir dobrar o nosso potencial.²¹ (SIRSAN, 2017).

Observa-se que o relato do irmão de Maico demonstra o caráter familiar da produção, no sentido da força de trabalho, que não se trata de um trabalho de subsistência, mas de um negócio com planos e metas a serem alcançados. Crescer, na fala do produtor, soa como prosperar, melhorar os resultados, permite o entendimento de que se trata do avanço da lógica do capitalismo nas relações sociais de produção da atividade agrícola. Não se trata simplesmente do agricultor, semelhante ao artesão da idade média, que produzia tudo quanto necessitava, mas de um gerenciador do trabalho no campo, ou seja, percebe-se a transição para a lógica industrial burguesa de produção, de produzir para atender ao mercado,

²⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SYkmeHcfQqU>, acesso 18/03/2020.

²¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SYkmeHcfQqU>, acesso 18/03/2020.

mesmo em uma atividade que na região se desenvolve principalmente por pequenos produtores.

O próximo relato é do produtor Ivan Carlos Koch, residente nas proximidades da comunidade de Boa Esperança, conhecido popularmente como Cabeludo. Ivan foi diretor de agricultura do SIRSAN, e foi premiado como o agricultor do ano de 2019.

Me chamo Ivan Carlos Koch, por meio desta venho agradecer ao SIRSAN e a comissão de agricultura por ter me escolhido, eu como minha família pra representar o agricultor do ano, nesse ano de 2019.

Pelo sindicato um reconhecimento ao produtor, que se dedica ao plantio e cuidar da sua terra e produzir alimentos e levar a mesa de toda a população brasileira e até o exterior. Isso eu represento quem trabalha na agricultura, o homem do campo, então nós como família, como representante da família Koch, fiquemos muito lisonjeado por receber essa premiação.

É por meio de tá participando da comunidade, da vida do sindicato e da comunidade em geral como Santarém e região aqui.

A nossa história, eu venho, nascido no Rio grande do Sul. Vim com dois anos pro Matogrosso com meus pais e a minha irmã mais velha. No ano de 78, então ficamos até o ano de 2001, no município de Sorriso, no Matogrosso.

Em 2001, eu e meu pai viemos conhecer a região de Santarém, não conhecia, e era um sonho do pai conhecer aqui, ele conheceu e gostou, e eu tava junto, e com isso nós adquirimos propriedades aqui. E viemos pra vim pra morar em Santarém.

Só que retornando ao Matogrosso, o meu pai acabou falecendo, então pegou nós de surpresa, é uma coisa que nós não espera, e com isso resolvemos vim a família, minha mãe e meus irmãos, vim em moradia definitiva aqui em Santarém, isso foi no ano de 2000, né. Então chegamos no início da agricultura aqui na região, a agricultura mecanizada, né. E desde então viemos incrementando e ajudando no que nós podemos, né? A sociedade em geral.

Vimos pra essa região, o pai tinha a vocação e queria continuar na pecuária na região, só que no ano que nós chegamos aqui a pecuária, era meio que a tecnologia, não tinha muito avanço em genética. E nós optamos em entrar, continuar, porque o pai também trabalhava no Matogrosso e nós junto, em continuar na agricultura.

Cheguemos aqui e começamos com o cultivo de arroz, na época era só plantio de arroz, não tinha o plantio de soja ainda. Em 2003 que iniciou o recebimento de soja com a instalação da Cargill em Santarém.

A partir de então nós continuamos com o plantio de arroz e de soja, e depois com o tempo veio o plantio do milho, né. O milho safrinha. Então era três culturas. E chegamos plantar milho, feijão também e hoje o carro chefe é a soja, milho safrinha de uns anos pra cá, e depois teve o implemento da, que nós diversificamos um pouco mais, entremo na mandioca, com o plantio de mandioca pra dá um incremento na renda familiar.

Recentemente, nesse ano passado adquirimos essa plantadeira, que ela faz o plantio da mandioca na linha com a máquina e ao mesmo tempo ela coloca o fertilizante já na linha de plantio Podemos ver aqui, tá com um ano de plantio, a mandioca desenvolveu muito bem. E colocando o fertilizante na linha de plantio ela aumenta a produção de 20 a 25 por cento de aumento de incremento na produtividade por hectare, então é uma boa aquisição que fizemos e vamos aí pra colaborar com o pessoal sobre o plantio da mandioca mecanizada. Isso ficou mais prático, com rendimento bem maior no plantio. Você tira a rama da mandioca, ela tem que ser uma rama mais reta, vertical, pra poder entrar na plantadeira. Então ela tem um rendimento bem maior em plantio e com isso uma produção maior.

Ela da pra você um retorno muito bom, sendo que hoje o preço tanto da farinha de mandioca ela tá em baixa, mas vai melhorar.

Como nós fizemo o processo de plantio e em seguida nós temos meieiro pra auxiliar no beneficiamento e a própria fabricação da farinha da mandioca. Envolve mais mão de obra e com isso é um meio de incrementar a sociedade com esse trabalho que, dá trabalho a sociedade, uma forma de contribuir com a sociedade.

E aí então entremos com o plantio de pimenta do reino. Aqui nós chegemo era, tinha uma questão que morria muita pimenta. Nós já tamo a quatro anos com a pimenta do reino. Essa pimenta ta no quarto ano de plantio. A colheita vai ser a terceira safra cheia, como podemos ver aqui, uma carga boa. Isso devido os incremento, que nós fizemo com irrigação pra na época do verão ela não morrer e tem pouca mortalidade devido a irrigação que é feita no período da seca.

Além disso, esse ano entremo com consorcio do plantio de cumaru, entrelinhas na pimenta, que no futuro, quando tirar a pimenta já vai ter a colheita do cumaru.

É o plantio da nossa família Koch é um meio de diversificar a agricultura, ter uma outra fonte de renda pra família.

Hoje trabalha, eu a minha mãe e meus irmãos. Samo uma família, ne e trabalhamos junto na propriedade. É nossa única fonte de renda é a terra. Então nós temo que cuidar dela pra ela dá o retorno em produção pra nós. E de antemão agradecer essa oportunidade do sindicato e boa feira a todos aí em 2019, muito obrigado²². (SIRSAN, 2019)

No discurso do produtor é perceptível que o caminho percorrido pela família inicia no Rio Grande do Sul, passa pelo estado de Mato Grosso e, posteriormente, é que se chegou a Santarém. A família foi uma das primeiras a iniciar a mecanização das áreas na região da PA 370. O que chama a atenção é o fato de terem a intenção de trabalhar com a pecuária, mas optarem pela agricultura em virtude da baixa tecnologia empregada na produção pecuária local. Embora a agricultura estivesse no mesmo patamar da pecuária, apresentava melhores perspectivas de avanço, como de fato ocorreu.

A fala do produtor é interessante, pois dá uma dimensão maior sobre a modernização da agricultura em Santarém já que, geralmente, os pesquisadores da área focam a questão apenas na produção de grãos, mas a modernização se faz presente em várias culturas. Não se trata de desqualificar as produções científicas sobre a temática, mas de perceber que este processo de expansão da agricultura na Amazônia se desenvolve na lógica de produção capitalista e que as tecnologias são empregadas em diversos seguimentos produtivos, de forma a alcançar melhores resultados e maximizarem os lucros.

Outro aspecto importante diz respeito à diversificação da produção implementada pelos produtores. Uma explicação para o fato deste produtor optar

²² Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=PIBE_pZWeYY, acesso em 18/03/2020.

pela diversificação da produção em sua propriedade se relaciona a instabilidade da produção de commodities agrícolas, dependente das variações climáticas e das oscilações do mercado financeiro internacional. De forma que a produção de pimenta do reino e de mandioca, comercializada internamente garante a sobrevivência da família em um momento de crise.

Outro aspecto importante é o fato de a criação de porcos, peixe e o cultivo de mandioca e outras variedades nessas propriedades possibilitarem um giro de capital durante o ano inteiro, enquanto a produção de grãos, especialmente de soja, geralmente é comercializada em épocas específicas, embora em volumes maiores.

Percebe-se também no discurso a insistência na contribuição do agronegócio e da propriedade com a sociedade, já que o produtor foi integrante da diretoria do SIRSAN e sabe que uma das principais críticas que este modelo de produção recebe de seus opositores é sua característica de monocultura e a falta de integração da população local nas atividades produtivas, sua propriedade pode ser usada como um exemplo de que as críticas sejam infundadas.

Como se percebe nos discursos verifica-se o sentimento de que a atividade realizada contribui para o desenvolvimento social da região. Nota-se no caminho realizado pelos produtores que antes de chegarem a Santarém tiveram um período de passagem no Mato Grosso, embora não seja uma regra, esta realidade está presente na história de vida de muitos produtores de grãos da região.

Ressalta-se, ainda, a informação de que possivelmente a região estava desenvolvendo uma área de expansão para a agricultura, o que pode ser entendido como resultado das visitas realizadas pelo prefeito de Santarém ao estado do Mato Grosso com o objetivo de propagandear os resultados dos experimentos realizados pela Agrária e pelos estudos do PRIMAZ.

3.5 A construção da CETAP e da COAGRO

No início dos anos 2000 foram construídos dois empreendimentos importantes para o desenvolvimento das atividades agrícolas na PA 370: A Cerealista Tapajós (Cetap) e a Correa Agroindustrial (Coagro).

A Coagro foi um empreendimento realizado pela família Correa, uma tradicional família do município que há anos se dedicava à pecuária, inclusive em

propriedades às margens da PA 370. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2004 e financiado com recurso do BASA.

De acordo o Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, a empresa recebeu investimentos na quantia de R\$ 3.500.000,00 para o processamento de arroz, soja e milho e a expectativa era que pudesse superar as empresas do ramo em atividade no município naquele momento (JORNAL DE SANTARÉM E BAIXO AMAZONAS, 2003).

“O processo de beneficiamento será moderno, com polimento do arroz feito através da água e máquinas que propiciam um beneficiamento que não agride o meio ambiente” (JORNAL DE SANTARÉM E BAIXO AMAZONAS, 2003, p. 16). De acordo com Marcelo Correa, que gerenciava a empresa, o empreendimento contava com maquinário moderno e único na região norte.

Segundo o jornal, a indústria tinha capacidade de beneficiar até 7 toneladas de arroz por hora, com equipamentos informatizados que faziam a seleção dos grãos através de sensores.

As perspectivas eram ousadas. Havia a intenção de desenvolver um trabalho em parceria com os pequenos produtores, no sentido de fazer a secagem e armazenamento dos grãos, e estes teriam a escolha de vender a produção para a Coagro ou para terceiros. Os planos eram tão promissores que se pensava em fornecer sementes para pequenos produtores que tinham terra, mas que não tinham condições de custear toda a produção.

Um equipamento que teve destaque na reportagem foi a briquetadeira, um equipamento que transforma a palha do arroz em lenha, ou seja, faz a prensagem da palha transformando-a em briquete, uma espécie de lenha, mas com teor calórico 2,5 vezes maior que a madeira.

A empresa dedicava-se a atividades de beneficiamento de arroz para posterior comercialização. Na cadeia de funcionamento da produção, o arroz, depois de colhido, precisaria passar por alguns processos para facilitar o seu uso, podendo ser descascado, moído, branqueado, polido, parboilizado e convertido, originando diversos tipos de arroz que existem no mercado, inclusive grumos e sêmolas de arroz. Uma das principais atividades da empresa era a secagem do arroz.

Após alguns anos de funcionamentos, as instalações da empresa foram vendidas para a AVIS Pará, onde é feito o armazenamento de grãos para a

produção de ração, utilizado na alimentação de frangos nos aviários presentes nos municípios de Santarém, Belterra e Mojui dos Campos.

A Cetap é uma Sociedade Empresária Limitada de Santarém-PA fundada em 21/05/2002. Sua atividade principal é o Beneficiamento de Arroz, sendo propriedade da família Michels, é administrada por Eder Aldo Michels. A seguir apresenta-se alguns dados sobre a empresa.

Tabela 6 - Dados sobre a empresa Cetap

Porte Nominal	PEQUENO
Faturamento Presumido	R\$ 360.001 a 4.800.000 por ano
Quantidade de Funcionários	11 a 21

Fonte: Site Ecnodata (2020)²³

O empreendimento está localizado no Km 42 da PA 370 e foi resultado da necessidade de criação da estrutura de recebimento de grãos, especificamente de arroz, nos primeiros anos de produção de grãos na região. Até a inauguração do empreendimento, o único local para o recebimento de arroz para beneficiamento em grandes quantidades era a empresa Mato Grosso Cerais, que se localizava na BR 163.

A obra aqui deu início em 2002, no início de 2002 e ficou pronta na safra de 2003. No começo, março, abril tava finalizando, e naquela época a produção era muito, muita produção de arroz e não tinha onde botar, a única unidade que tinha pra receber era a mato grosso cereais. E o pessoal que plantava na época, o arroz, o Jesanias, o pessoal mais antigo, aí o caminhão ia pra descarregar e não voltava por que era muita, muita, não tinha, não dava conta de receber, e o arroz é uma das culturas mais difícil de trabalhar por que ele chega com uma alta umidade, não pode acelerar a secagem porque senão ele quebra tudo, vira quilera, tem que secar devagar, e aí tinha uma enorme dificuldade de receber.

Então o que acontecia, o caminhão ia e não descarregava, não voltava, eles tinham que colher, jogar no chão, numa lona, depois carregar de volta no balde pra cima do caminhão e daí levar esse arroz lá. Isso demorava aí na faixa de uma semana, por exemplo, e numa semana esse arroz tava tudo ardido, todo fermentado porque com dois ou três dias ele esquenta que tu não guenta botar a mão dentro, se tu botar a mão nele, tu não suporta a calor que ta lá, e nesse processo ele vai entrando em decomposição, é matéria orgânica, então primeiro ele esquenta, depois ele fermenta, arde o arroz, aí ele fica amarelo, todo ardido, perde o valor comercial, então todo mundo teve uma série de prejuízo nesse momento ali.

²³ Disponível em: <https://www.econodata.com.br/lista-empresas/PARA/SANTAREM/C/05063750000126-CETAP-CEREALISTA-TAPAJOS-LTDA>. Acesso em 24 de fevereiro 2020.

E nós, quando chegamo, o objetivo era cultivar, tinha a área de plantio e o meu pai sempre pensou em que, nas duas ponta, eu vou plantar e entregar onde? Pra quem? E fazer o quê? Então paralelamente com a atividade agrícola ele se preocupou em fazer a parte comercial, e a parte comercial só pra gente era muito grande, então vamos dimensionar para que a gente possa prestar serviço pra terceiros e ter o nosso produto onde colocar, aí nasceu a Cetap, nasceu em 2002, foi constituída em 2002, parte com recursos do Banco da Amazônia, parte com recursos próprio. No momento que finalizamo o pagamento do financiamento, fizemo até uma solenidade pra derrubar a placa do BASA, porque a gente foi com muita dificuldade, muitos anos aí, batalhando, pagando juros, renegociando e então, enfim desta feita hoje a produção de arroz diminuiu, de todas as empresas que tinham e mexiam com arroz, salvo engano ficamos nós, o Menole e mais uma ou outra empresa que beneficia arroz.

(...) Chegamo em 2001, o primeiro plantio foi de cem hectares ele teve que entregar na Mato Grosso, teve esse tipo de problema, apesar de que quando ele chegou, ele plantou um pouco mais tarde, então ele entregou mais tarde já tinha dado uma enfraquecida na colheita. (ENTREVISTADO 7, 2020).

A partir de meados dos anos 2000, a produção de arroz do município de Santarém foi diminuindo, sendo que a soja passou a figurar como cultura mais importante. Essa mudança provocou a queda no recebimento de grãos pela CETAP, uma vez que a soja é colhida com o nível de umidade baixa, sem a necessidade de secagem, assim a maior parte dos empreendimentos construídos foi destinada a outras finalidades.

O empreendimento da CETAP, ao que parece, foi concebido, de fato, para o beneficiamento de arroz, de forma que os proprietários insistiram na produção, conforme pode ser observado no trecho a seguir:

A gente por precisar de arroz, todo mundo sabe que o arroz funciona bem até nos primeiros dois anos, no mesmo terreno ele vai bem, e como muita gente foi pro soja, pouca gente, foi diminuindo a produção do arroz, a gente insistiu muito tempo com arroz, mais de dez anos plantando arroz, e os cara – Não vocês tem que plantar soja, tem fazer rotação de cultura, e não eu, pra mim plantar e entregar soja e colher 50 saca e entregar pra Cargill, se eu colher 50 saca de arroz é mais interessante pra mim que eu vou ficar com o arroz pra mim, só que foi muitos anos insistindo, chegou nos últimos anos a produtividade caiu pra trinta quarenta saca, aí ficou inviável. (ENTREVISTADO 7, 2020).

É interessante notar que a necessidade de rotação de culturas e a abertura de novas áreas faz com que o empreendimento continue atuando no município.

O arroz nunca acaba, diminui, mas nunca acaba, porque sempre tem, a soja também se tu plantar muito tempo soja, soja só soja também não dá. Então o arroz, como é uma folha estreita, ela é uma gramínea ela faz uma rotação com soja, e tem gente que planta soja, planta milho. Tem vários casos de gente que colhe soja e planta arroz, então nunca acaba praticamente. A gente, como ficamos apenas nós mexendo com arroz aqui e secando, secador de arroz, o caso do Menole, é outro que só planta e só

recebe o produto dele, então a gente consegue conciliar com o produto que vem por exemplo, teve ano que a gente pegou muito arroz lá de castelo dos sonhos, novo progresso, tem anos que não precisa, então a gente prioriza o produtor daqui, entendeu, por que eu vou trazer de lá, se depois o cara vai vim e eu não vou poder receber o dele. Então por exemplo nessa safra 2020, não vai vim nada lá de baixo, praticamente a gente vai passar o ano com produto daqui. (ENTREVISTADO 7, 2020).

Nota-se na fala do produtor que, dos empreendimentos instalados no município, a CETAP é a única que ainda se mantém no ramo de beneficiamento de arroz, atendendo a produção de terceiros. O outro empreendimento recebe carregamento de arroz somente do próprio proprietário.

O empreendimento, apesar de familiar, é gerido apenas por um dos irmãos, enquanto outro se dedica à lavoura e, há aproximadamente 10 anos, retornou para o Mato Grosso. Na impossibilidade de administrar os dois empreendimentos em Santarém, a família optou pelo arrendamento das terras, totalizando aproximadamente 600 hectares.

3.6 As primeiras colheitas

De acordo com uma notícia do jornal de Santarém e Baixo Amazonas, Santarém registrou a maior safra de grãos de sua história até aquele momento: foram cerca de 42 mil hectares, sendo 35 mil de arroz e 7 mil de soja.

A colheita de mais de 120 mil toneladas de grãos (ou 2,1 milhões de sacas) que será feita em Santarém este ano, representa o dobro da safra de 2002 e transforma o município na mais nova fronteira agrícola do Brasil. A previsão é que sejam gerados mais de R\$ 100 milhões, coincidindo com o orçamento municipal deste ano que gira em torno de R\$ 104 milhões. (JORNAL DE SANTARÉM E BAIXO AMAZONAS, 2003, p. 5).

Os primeiros anos de agricultura mecanizada na região tiveram o arroz como o grande produto agrícola. Em 2002 foram colhidos cerca de um milhão de sacas de arroz. Para o governo municipal da época foi um motivo de grande comemoração, uma vez que esta marca coroava um trabalho que começou a ser desenvolvido desde o ano de 1997, inclusive com os estudos realizados pela Agrária Consultoria e com a visita feita a propriedades de municípios do Mato Grosso, em um movimento liderado pelo empresário Clovis Casa Grande.

De acordo com uma reportagem do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas (2003), o arroz colhido no ano de 2002 abasteceu o município por cerca de cinco

meses. Mas a safra de 2003, com aproximadamente 35 mil hectares, seria suficiente para suprir a demanda local e com a perspectiva de sobras para exportação.

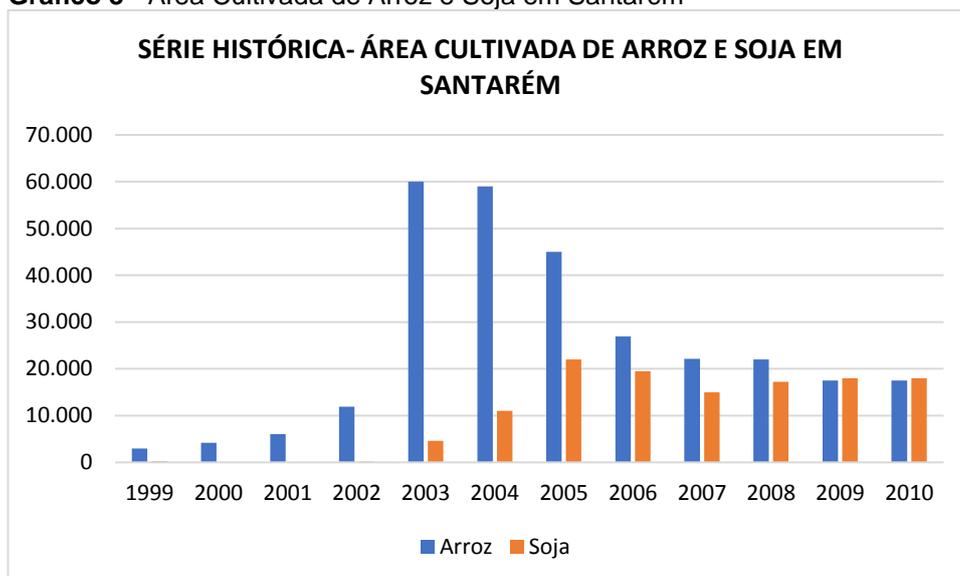
Além disso, o aumento da produção mecanizada garantiu a movimentação econômica de outros setores, como o de combustíveis, pois, com a safra de 2003, foram necessários cerca de 6 milhões de litros de óleo diesel.

Esse avanço da mecanização agrícola na região do planalto de Santarém, chamou a atenção das principais instituições bancárias do município, como foi o caso do Banco do Brasil e Basa. Durante o II encontro de Agronegócios, realizado no Parque de Exposições Alacides Nunes, e promovido pelo SIRSAN, foi anunciado pelo gerente regional do Banco do Brasil que o banco previu um investimento em torno de R\$ 10.000.000,00 para o setor de agricultura, destinados a compra de máquinas e implementos agrícolas. O investimento do Banco do Brasil objetivou a ampliação e modernização do processo produtivo no campo santareno.

Durante o evento, o BASA anunciou que disponibilizaria financiamentos e crédito para compra de equipamentos e máquinas para o setor agrícola, além de investimentos para a montagem de projetos agroindustriais, como o caso da Coagro. É interessante observar que a instituição criou uma linha de crédito de cerca de 2,5 milhões de reais, exclusivos para produtores agrícolas de outros municípios (JORNAL DE SANTARÉM E BAIXO AMAZONAS, 2003).

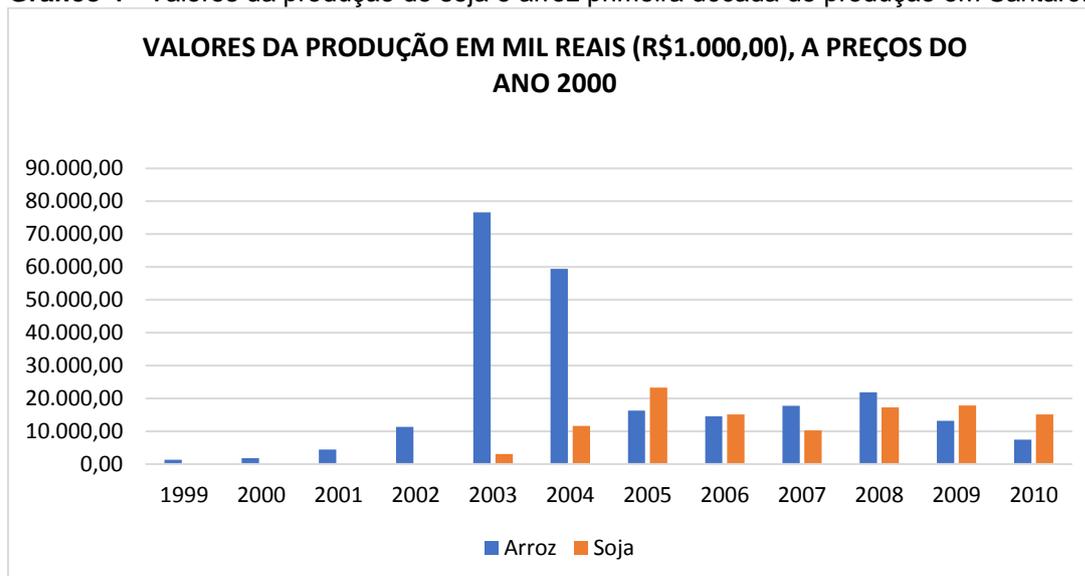
De acordo com o gerente regional do Basa, as principais agroindústrias instaladas em Santarém tiveram financiamentos realizados junto ao Basa, totalizando um montante de aproximadamente R\$ 6,5 milhões aplicados na agroindústria (JORNAL DE SANTARÉM E BAIXO AMAZONAS, 2003).

Os dados a seguir demonstram o cenário descrito anteriormente, especialmente referente ao período correspondente aos anos de 2002-2004, apesar das diferenças entre os números disponíveis nos arquivos dos jornais e nos dados obtidos junto ao IBGE.

Gráfico 3 - Área Cultivada de Arroz e Soja em Santarém

Fonte: IBGE,

O gráfico apresenta um desenho interessante, especialmente se for observado o movimento distinto na produção do arroz e soja a partir do ano de 2003. Enquanto o arroz entra em um processo de decadência na área produzida, as áreas utilizadas no cultivo de soja iniciam uma arrancada, que se iguala à produção de arroz nos anos de 2009 e 2010.

Gráfico 4 - Valores da produção de soja e arroz primeira década de produção em Santarém.

Fonte: IBGE, 2020.

Com relação aos rendimentos das culturas agrícolas na região, nota-se que no ano 2003 e 2004 a região teve o pico nos preços do arroz, apesar de se observar uma queda de rendimentos de mais de 20% entre um ano e outro. Mesmo com a introdução da soja no mercado local, a partir de 2003, devido as operações do porto graneleiro da Cargill, a queda nos valores do arroz é expressiva, uma vez que não se tem uma alteração tão considerável na área plantada.

Os primeiros anos de atuação de expansão da fronteira agrícola na região foram marcados pelo processo de aquisição e preparo das terras. Em uma reportagem sobre a 5ª edição do festival da farinha de tapioca da comunidade de Boa Esperança, a presidente da Associação de Mães Unidas para Vencer (AMUVE), Inelda Ludwig, alertava, em 2003, sobre o risco de desaparecimento da cultura da mandioca na região, ao perceber o avanço das plantações de soja e arroz na região da PA 370.

De acordo com a reportagem, a presidente da associação afirmou que, na época, um hectare de terra chegava a ser negociada por até 10 mil reais. Algumas áreas já haviam sido negociadas naquele momento e havia o medo da comunidade perder a referência regional na produção da farinha de tapioca. Por outro lado, a reportagem destaca que alguns produtores veem o lado positivo do negócio, uma vez que os preços de farinha de tapioca oscilam de acordo com a leis de oferta e demanda, de forma que menos produtores representaria a possibilidade de aumento de preços.

Em março de 2005 foi realizado em Boa Esperança o I Festival da Soja. O evento estava programado para ser realizado em dezembro de 2004, no entanto, foi adiado devido a um acidente envolvendo o esposo de uma das organizadoras do evento. Embora não tenha ocorrido outras edições do evento na comunidade, percebe-se a compra do discurso do agronegócio por uma parte dos comunitários de Boa Esperança.

O fato de não ter ocorrido a segunda edição do evento pode ser relacionada à queda dos preços no ano seguinte, o que provocou a desistência de alguns produtores das atividades de produção de grãos mecanizada e levou a um processo de concentração da produção na região PA 370, demonstrando que para o desenvolvimento dessa atividade são necessários grandes volumes de capital para suportar as oscilações do mercado, resultantes de especulação financeira.

Apesar da queda nos preços no período de 2006, houve importante recuperação no setor, a partir de 2008, especialmente com a crise na produção de soja nos EUA, decorrente de alterações climáticas e da grande crise do capital de 2008, que teve efeitos importantes na economia internacional. Os preços da soja brasileira elevaram-se e incentivaram as exportações e, com a produção comercializada em dólar, garantiram grandes rendimentos aos produtores.

O ano de 2015 foi marcado por uma grande estiagem no município de Santarém, de forma que o volume produzido no período da safrinha foi baixo. A partir de 2016 e a estabilidade no nível de chuvas permitiram um melhor resultado.

A colheita do ano de 2017 foi considerada a maior desde que se iniciou a produção de grãos na região metropolitana de Santarém. De acordo com Daniele Oliveira, na safra de 2017, os agricultores obtiveram uma média de 50 sacas por hectare, sendo que algumas áreas alcançaram a marca de 86 sacas.

Na safra 2016/2017 mais de 25 variedades das marcas: Monsoy, agroeste, fundação Mato Grosso, Pioneer, Brasmax, Nidera, Embrapa e FT foram semeadas na região metropolitana de Santarém. A variedade mais cultivada foi a M 8349 IPRO. Para a próxima safra 2017/2018 as variedades mais plantadas serão: a M8649, seguida pelas cultivares AG3810, AGm8349 e M8372. Cabe ressaltar que o emprego de fungicidas com um bom padrão e micronutrientes foliares também contribuiu para os bons resultados obtidos. (OLIVEIRA, 2017, p. 27).

A nova forma de produzir pouco exigia de mão de obra, embora nos primeiros anos, durante o período de preparação das terras, havia a possibilidade de trabalho como arrancadores de raízes, no entanto, no decorrer dos anos as áreas de plantio não careciam mais desta atividade, e a agricultura capitalista passou a utilizar apenas a mão de obra dos operadores de máquinas.

Apesar da necessidade de pouca mão de obra, o trabalho na produção de grãos exige muito empenho. As jornadas de trabalho são extensas, chegando a virar a noite em algumas etapas do processo produtivo. Trabalha-se conforme o regime de chuvas permite, pois o trabalho mecanizado é realizado entre o período de uma chuva e outra. O maquinário não consegue atravessar as áreas de plantio caso o solo esteja encharcado, de forma que, se a terra seca no final de semana, o trabalho deve ser realizado nestes dias.

Nos dias de chuva o trabalho é realizado nos galpões, onde está o maquinário, geralmente se faz a manutenção do equipamento nestes dias. Durante todo o ano há necessidade da mão de obra, embora seja restrita a poucos trabalhadores.

A remuneração é feita semanalmente, sendo que no período de colheita se faz um acerto no qual são pagos os valores acumulados durante o ano. Alguns proprietários pagam uma porcentagem da produção aos trabalhadores, embora não seja uma regra.

Assim, percebe-se que o processo de expansão da agricultura capitalista na comunidade de Boa Esperança foi possível graças à atuação conjunta de agricultores, políticos locais e instituições bancárias. Desta forma, pode-se dizer que, emprestando os dizeres de Aristide Lobo: o “povo assistiu bestializado” a este processo. A população local pouco pode fazer diante das mudanças nas relações sociais de produção.

3.7 A pavimentação da PA 370

Após a sua construção e inauguração da UHE de Curuá-Una, a rodovia PA 370 serviu de meio de acesso para a manutenção e operação da UHE, além de acesso às comunidades que se formaram em suas margens.

A estrada pavimentada garantiu boa trafegabilidade para os produtores escoarem sua produção para a cidade de Santarém. A estrada também foi utilizada para o trânsito de caminhões madeireiros que abasteciam as serrarias das comunidades de Boa Esperança e São Jorge, além daquelas localizadas nas áreas urbanas do município.

Figura 23 – Caminhões madeireiros trafegando na PA 370, 1995;



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (1995)

Com o avançar das décadas e o aumento do movimento de veículos pesados, a rodovia foi se deteriorando, os serviços de manutenção e sinalização foram se

tornando mais escassos e a trafegabilidade mais difícil, conforme pode ser observado nas figuras a seguir.

Figura 24 - Veículo trafegando na rodovia PA 370



Fonte: Arquivo do pesquisador (1995)

Figura 25 - Comunitários trafegando com gado na rodovia deteriorada



Fonte: Arquivo do pesquisador (1995)

Figura 26 - Estrada com o asfalto deteriorado



Fonte: Arquivo do pesquisador (1995)

Em meados da década de 1990, o asfalto só chegava até a comunidade de Boa Esperança, as demais comunidades tinham que conviver com a poeira nos tempos de seca e com a lama nos tempos de chuva.

Figura 27 – Destaque para a poeira na PA 370.



Fonte: Arquivo do pesquisador (1995)

Com o passar dos anos, em 2002, a operação tapa buracos não chegou até a comunidade de Boa Esperança. As condições de transporte ficaram mais precárias, dificultando a vida dos camponeses e dos recém-chegados produtores da agricultura mecanizada. A rodovia apresentava muitos buracos, o que demonstra o abandono do poder estatal em relação aos aspectos de infraestrutura para as comunidades da PA 370. Na figura a seguir observa-se o asfalto se deteriorando.

Figura 28 – Desfile de 07 de setembro na PA 370.



Fonte: Arquivo pessoal (2002)

Diante de um cenário de abandono em relação à infraestrutura de transporte na região, diversas instituições que representavam as comunidades se uniram em um movimento exigindo a pavimentação da rodovia.

No dia 28 de julho de 2005, todos os acessos para a rodovia PA 370 e comunidades do atual município de Mojuí dos Campos foram bloqueados, em uma ação que contou com o apoio do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), do Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN), empresas que atuavam no transporte de passageiros das comunidades, Igreja Católica e igrejas evangélicas.

Merece destaque nesse movimento a liderança da igreja católica, ao articular as demais representações sociais. O movimento já se articulava a algum tempo no sentido de exigir os trabalhos de recuperação das rodovias PA 370 e PA 431, que a muito não recebiam a manutenção necessária para garantir a trafegabilidade.

A Paróquia de Santo Antônio, localizada no atual município de Mojuí dos Campos, também era responsável pelos trabalhos religiosos nas comunidades às margens da rodovia 370, de forma que o pároco percebia as dificuldades das comunidades que sofriam com a poeira e a trafegabilidade para o escoamento da produção.

Como já apresentado, nos primeiros anos de expansão de mecanização agrícola houve embates entre agentes do agronegócio e instituições de trabalhadores rurais como STTR e Frente de Defesa da Amazônia (FDA).

A igreja católica conseguiu articular esses grupos antagônicos em torno de uma causa comum, pois a pavimentação das rodovias garantia o escoamento da produção agrícola tanto de camponeses, quanto dos agentes do agronegócio. Além dos agricultores, participaram do movimento empresários que atuavam no transporte coletivo para as comunidades.

De acordo com o Jornal de Santarém e Baixo Amazonas (2005), proprietários dos ônibus informaram que, por conta das péssimas condições de tráfego, os veículos quebravam as molas, batiam motor e chegavam até mesmo a cair as rodas: “os ônibus não oferecem as mínimas condições de segurança para quem trafega, pelo fato de que saem inteiro e chegam quebrado no destino. Vidas foram ceifadas por causa deste descaso” (JORNAL DE SANTARÉM E BAIXO AMAZONAS, 2005, p. 4).

O asfalto da PA 431 foi totalmente removido, dando indício de que os trabalhos de recuperação seriam iniciados, no entanto, a morosidade nos trabalhos obrigou os moradores a tomarem providências na tentativa de agilizar os trabalhos de recuperação da rodovia. Em 2005, o pouco asfalto que ainda restava na PA 370 chegava apenas até a comunidade de São Jorge, no Km 30, enquanto as demais comunidades sofriam com o abandono por parte do Estado. (JORNAL DE SANTARÉM E BAIXO AMAZONAS, 2005).

De acordo com Jornal de Santarém e Baixo Amazonas (2005), mesmo antes do bloqueio das rodovias, as obras de recuperação da PA 370 e PA 431 já estavam licitadas, aguardando apenas a liberação dos recursos por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para que a empresa Estacon, pudesse iniciar as obras. Foram 05 dias de bloqueio, com cerca de 1000 manifestantes, que desbloquearam a rodovia após as lideranças serem recebidas por José Carlos Lima, chefe da Casa Civil do estado do Pará, e obterem a promessa de início imediato de obras de recuperação dos trechos mais críticos e de que em 20 dias iniciaria o asfaltamento das rodovias PA 370 e PA 431, com a liberação de 48 milhões de reais imediatamente. Na figura a seguir observa-se o anúncio o desbloqueio da PA 370.

Figura 29 – Notícia do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas,

SANTARÉM - PAÍSA, 08 A 12 DE AGOSTO DE 2005

Atualidades

JORNAL DE SANTARÉM E BAIXO AMAZONAS - 7

PA-370

Governo promete liberar R\$ 48 milhões

Com promessa de obras, agricultores desocuparam na segunda-feira a Santarém-Curuá-Uma, que ficou uma semana interditada

PAULO LEANDRO LEAL
Da Redação

Os cerca de mil agricultores da região do Planalto Santareno desocuparam na segunda-feira, 1, pela manhã, depois de uma semana de interdição, a rodovia PA-370 (Santarém-Curuá-Uma). Os agricultores encerraram o protesto depois que uma comissão de agricultores se reuniu, em Belém, com o chefe da Casa Civil, José Carlos Lima, e tiveram a promessa do imediato início das obras de recuperação das trechos mais críticos e o início do asfaltamento em 20 dias, das PAs 370 e 431, que liga o distrito de Mojui dos Campos à BR-163 (Santarém-Cuiabá). As obras deverão custar cerca de R\$ 48 milhões.

A comissão que foi recebida pelo governo do Estado em Belém teve a garantia de que a licitação para a execução das obras já foi terminada e que, dentro de 20 dias, o asfaltamento deve começar. Tiveram ainda a garantia que os trechos mais críticos começaram a ser recuperados imediatamente. As garantias dadas pelo governo foram suficientes para que, na manhã de ontem, os agricultores

Produtores rurais desocuparam a PA-370, mas prometem voltar se o governo não cumprir promessas

ano e a segunda no dia 30 de junho), ambas publicadas no Diário Oficial do Estado. Os resultados, segundo informou Carlos Lima, foram publicados nos dias 19 de julho e 20 de julho, respectivamente, e o Consórcio Transpará foi o vencedor. O Consórcio Transpará venceu a concorrência para a elaboração de projetos executivos e execução das obras de implantação e pavimentação asfáltica de rodovias no Estado, com valores que fossem incluídos mais nove quilômetros de estrada que liga o distrito de Mojui dos Campos à rodovia PA-370, mas não foi confirmado se este trecho será asfaltado também. No total, as obras deverão custar cerca de R\$ 49 milhões.

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STR), Ivete Bastos, comemorou ontem a notícia de que a recuperação dos tre-

quantos dias fossem necessários no meio da rodovia para conseguirem o início das obras.

Na segunda-feira os agricultores chegaram a contratar um advogado que ingressou na justiça com um pedido de suspensão de duas liminares que determinaram a desobstrução da rodovia. "Não conseguimos suspender as liminares, mas não foi preciso manter a interdição, devido a resposta positiva que tivemos

Clinica Dentária ODONTOCENTER
IMPLANTODONTIA

> Dr. Rômulo Lisboa
IMPLANTODONTISTA

CIRURGIÃO DENTISTA

> Dr. Umberto Zanella
CRO 3715

(93) 3529-2900

Av. Rui Barbosa, 761 - A (Em frente ao Bradesco) Santarém - Pa - Cel. 9125-3262

Santarém espera por você!!!

Reserve logo o seu carro.

Dianias a partir de R\$ 00

Fonte: Jornal de Santarém e Baixo Amazonas (2005)

De acordo com o Jornal, o consórcio Transpará (Estacon/Cogente) foi o vencedor da concorrência para a elaboração dos projetos executivos e execução das obras de pavimentação asfáltica, no valor de 49 milhões de reais, para 14 km da PA 431 e 67 km da PA 370.

Durante o movimento, foram concedidas duas liminares na justiça, exigindo o desbloqueio da rodovia, mas os manifestantes contrataram um advogado e conseguiram derrubá-las.

O resultado desses dias de manifestações foi a falta de alimentos na zona urbana da cidade, as feiras da cidade ficaram desabastecidas, já que região do planalto Santareno é responsável pelo abastecimento de grande parte das feiras da área urbana. Com a interdição das rodovias, as feiras ficaram vazias e os consumidores tiveram que se deslocar para os supermercados. Alguns produtos como o tucupi ficaram escassos durante aquela semana. Os poucos comerciantes e feirantes que continuaram as atividades aumentaram os preços de seus produtos, de forma que apenas uma semana de paralização dos trabalhadores rurais do planalto de Santarém gerou sérios transtornos no abastecimento de alimentos da zona urbana.

Os trabalhos de recuperação da rodovia PA 370 iniciaram ainda em 2005, no entanto, foram concluídas apenas no ano de 2008. No ano de 2006, todo o asfalto da PA 370 foi removido e realizado os serviços de terraplanagem. Durante o período de estiagem, os moradores das comunidades sofriam com a poeira diante do tráfego de ônibus, caminhões e veículos leves, os problemas respiratórios foram constantes, afetando principalmente idosos e crianças. Além disso, os moradores que precisavam se deslocar para a cidade chegavam ao seu destino completamente empoeirados, gerando um mal-estar geral e um sentimento de abandono.

No ano de 2007, os trabalhos de pavimentação ainda não haviam iniciado, inclusive, boa parte do serviço de terraplanagem precisou ser refeito e novamente o sofrimento com a poeira se fez presente. A saída encontrada pelos comunitários foi a construção de quebra-molas para diminuir velocidade dos veículos que trafegavam na rodovia. Eram tantos redutores de velocidade que uma viagem de 43 km, de Boa Esperança para Santarém chegava a durar até duas horas.

Durante o período em que o asfalto da rodovia esteve removido foram registrados muitos acidentes causados pela perda de visibilidade por conta da poeira, alguns com vítimas fatais. Em 2005, no trecho do km 39 da PA 370 uma criança de apenas 02 anos de idade veio a óbito devido ao choque da moto, conduzida pelo seu pai, na traseira de um caminhão carregado de bananas que se dirigia para a cidade de Santarém. De acordo com os comunitários, o motoqueiro e seu filho seguiam o mesmo trajeto do caminhão quando a poeira levantada pelo caminhão tirou a visão do motoqueiro que não percebeu a redução de velocidade do caminhão diante de um quebra-molas, com o choque a criança veio a óbito no local. Trata-se de um exemplo de acidente causado pela imprudência do motoqueiro, mas também pelas condições visibilidade decorrentes da poeira.

Outro caso ocorreu na comunidade de Santa Rosa, no dia 19 de agosto de 2007, o motorista da ambulância da comunidade de Boa Esperança, quando levava um paciente para atendimento no hospital, ao fazer uma ultrapassagem chocou-se de frente com um caminhão que trazia equipamentos de som para o Festival da Farinha de Tapioca. A ambulância ficou totalmente destruída, embora o acidente não tenha deixado vítimas fatais, exemplifica os perigos das condições do tráfego no período.

No mês de dezembro de 2007, o asfalto chegou à comunidade de Boa Esperança, embora sem sinalização. A conclusão da pavimentação da rodovia se deu em 2008, com sinalização vertical e horizontal.

Apesar da pavimentação da rodovia, o trabalho realizado não agradou a população devido à falta de acostamento, acúmulo de água em alguns trechos e os constantes acidentes decorrentes da falta de acostamento, de manutenção das margens e do aumento de veículos em tráfego.

Desta forma, acredita-se que sem a participação dos sojicultores, a estrada provavelmente não seria pavimentada. Percebe-se que a pavimentação da PA 370 representa o esforço do governo do estado em fornecer a estrutura de forças produtivas para garantir o processo de modernização da agricultura no planalto santareno.

3.8 O Agronegócio na Comunidade de Boa Esperança

Discute-se aqui o processo de expansão da agricultura capitalista na região oeste do Pará, com destaque para a sua inserção na comunidade de Boa Esperança. Esse capítulo é resultado de um processo de investigação documental em jornais e de entrevistas com agentes que participaram do processo de construção de um projeto de desenvolvimento a partir dos modelos de modernização agrícola, baseado no uso de tecnologias e processos mecânico-químicos e de produtores que resistem em um processo de produção em uma escala menor.

A região do Baixo Amazonas, no estado do Pará, insere-se no contexto de integração ao processo de expansão da agricultura capitalista iniciada e consolidada na região centro-sul do país e vem se expandindo para as demais regiões, chegando inclusive na região oeste do Pará.

A partir de meados da década de 1990, alguns agricultores sulistas começaram a adquirir áreas de terra nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos (na época pertencente ao município de Santarém), inclusive na região de influência da rodovia PA 370.

Percebe-se que a região oeste do Pará passou por transformações em sua estrutura de forças produtivas, com a incorporação de atividades econômicas que permitiram o desenvolvimento da moderna agricultura capitalista na região

metropolitana de Santarém, conforme o processo pós porteira definido por Arruda (2007).

Este processo de transformação nas regiões de avanço do agronegócio impacta diretamente a sociedade, pois estas áreas são afetadas por fluxos migratórios. Elias (2013) destaca dois tipos de processos migratórios presentes nas cidades, quais sejam: a migração campo-cidade, a partir de um processo de expropriação da terra pelo grande capital, no qual os pequenos produtores passam a residir nas periferias das cidades; e a migração de mão de obra especializada, até então pouco comum no País, para melhor atender às demandas da produção moderna, entre as quais a do agronegócio globalizado, comumente oriundo de cidades maiores para cidades menores. A compreensão e análise dessas dinâmicas populacionais são imprescindíveis para o estudo da urbanização recente.

Para os agentes da CPT, nessa nova fase começou a ocorrer o comércio ilegal “escancarado” de terras. O conflito fundiário se instaurou na região e famílias de trabalhadores rurais foram obrigadas a se retirar das suas terras. Isso forçou a migração para a zona urbana de Santarém ou para áreas mais distantes e com pouca estrutura para mobilidade e para o escoamento da produção familiar (SOUSA, 2016, p. 68).

No caso da região em estudo, a partir da observação em campo e do diálogo com os moradores, não se percebe o processo de migração campo-cidade nos moldes apresentados pela literatura especializada. Nota-se um movimento de migração da população local para a cidade, decorrente de um processo típico das sociedades camponesas que necessitam de novas áreas para o desenvolvimento das atividades laborais, mas que se tornam mais difíceis conforme as relações com a terra se modificam.

À medida que a terra passou a ser vista como mercadoria e assediada pelos agentes do agronegócio, seu valor de troca de aumentou, tornando-se inacessível aos pequenos produtores e, em geral, apresentam-se como alternativas a busca por áreas mais baratas e distantes, em regiões com características das frentes de expansão, de derrubada de matas, com dificuldades de transporte, sem energia elétrica, água e sem financiamento para o desenvolvimento de atividades produtivas.

Uma alternativa é, então, buscar emprego nas áreas urbanas. Inicialmente, opta-se pelo emprego de carteira assinada, com os direitos trabalhistas conquistados historicamente, fazendo-se o deslocamento diário, mas, com o passar

dos meses ou anos, a rotina do trabalho torna-se enfadonha e os custos elevados, de forma que se torna mais produtivo e econômico residir na periferia da cidade. Um morador da comunidade de Boa Esperança, por exemplo, gasta em média três horas diárias de deslocamento até a cidade de Santarém, em uma rotina de trabalho que lhe retira o descanso, o lazer e o convívio familiar.

Além destes motivos, nota-se que os meios de comunicação e o próprio processo de expansão da escola contribuem para a desqualificação do trabalho do camponês, que é taxado nos discursos hegemônicos como um indivíduo ultrapassado, em que o trabalho não é recompensado. É este o ponto crucial no processo de migração campo-cidade, que gera o êxodo rural na comunidade de Boa Esperança. Tem-se a assimilação do discurso hegemônico de que a agricultura camponesa tende ao desaparecimento, e esta afirmação aparenta ser verdadeira e se concretizará, caso não haja mudanças na estrutura de forças produtivas e nas relações sociais de produção.

De acordo com a percepção de Adam Smith (1981), a riqueza das nações é originada da sua capacidade de trabalho, da tecnologia empregada e das maiores taxas de produtividade. O trabalho eficiente gera a riqueza, e a eficiência deste trabalho é resultado da conjugação da produtividade dos meios de produção e das relações sociais de produção, ou seja, da forma como a sociedade se organiza ou assimila as tecnologias para produção da riqueza socialmente produzida.

Nesse sentido, no processo de produção agrícola na comunidade de Boa Esperança, nota-se dois modelos de produção antagônicos e com uso de tecnologias e racionalidades também antagônicas: a) agricultura camponesa; b) agricultura convencional mecanizada. Na relação entre as duas propostas produtivas percebe-se que a segunda apresenta os melhores resultados econômicos, maior produtividade, maiores rendimentos para o proprietário dos meios de produção, desenvolve uma estrutura logística para que possa se desenvolver e permite que seus agentes utilizem esses números para a promoção de sua racionalidade. Em suma, a agricultura convencional direcionada ao mercado é hegemônica, pois se insere dentro da lógica capitalista, apropria-se de uma realidade de desigualdades sociais, de concentração da riqueza, para a formulação de um discurso da fome e de que o mundo precisa de mais alimentos.

A tecnologia utilizada na agricultura convencional permite, além do aumento da produtividade, menos desgaste físico no trabalho, e garantiria mais qualidade de

vida ao trabalhador, mais tempo de descanso e de convívio familiar, tempo para atividades artísticas, culturais, realização de estudos, pesquisa, caso essa tecnologia fosse empregada em benefício do trabalhador. Entretanto, como a base material na qual se assenta esse modelo de produção agrícola está cristalizada sob uma lógica capitalista, de maximização dos lucros e apropriação da riqueza socialmente produzida, de privatização dos meios de produção, os camponeses são excluídos do processo de modernização e mecanização agrícola, inserindo-se no trabalho ou como proletário que vende sua força de trabalho nas fazendas, ou migrando para outras áreas produtivas nos centros urbanos, ou nadando contra a corrente, demonstrando sua resiliência social, mas sem um discurso ideológico envolvente e inovador, alicerçado muito mais em um discurso utópico do que em uma realidade material concreta.

Por se entender que a realidade é composta por múltiplas determinações, percebe-se que o modelo convencional apresenta aspectos importantes para a solução de problemas que a humanidade necessita resolver, no entanto, causa danos às relações sociais e ao meio ambiente. Acredita-se que a agricultura camponesa, com sua tecnologia, não conseguiria abastecer os centros consumidores, devido suas limitações tecnológicas, e por se assentar em uma lógica de reprodução da vida familiar e na produção excedente, apresenta-se como um modelo contra-hegemônico.

Enquanto modelo contra-hegemônico, a agricultura camponesa apresenta uma racionalidade diferente da lógica capitalista e só consegue se desenvolver em plenitude em áreas mais distantes, onde as relações sociais capitalistas ainda não conseguiram avançar. Bombardeados por discursos da racionalidade capitalista, assimilados pela indústria cultural, pelos meios de comunicação como rádios, TV e redes sociais, os trabalhadores camponeses entrevistados indicam que se tivessem oportunidade optariam por outra atividade econômica, mas que trabalham incansavelmente para que seus filhos não necessitem trabalhar na atividade agrícola camponesa.

Percebe-se, na fala dos comunitários, que a agricultura camponesa não é rentável, que os rendimentos da venda dos produtos não compensam o esforço físico empregado nas atividades diárias. Esse discurso foi assimilado por parte da população da comunidade e, embora não se apresente como um discurso favorável

a sua própria classe, é um discurso dominante, como se percebe no depoimento do entrevistado 4.

Eu, para mim, eu quero que eles estudem, e consigam coisa melhor para eles. Isso aqui só dá pra manter, agora futuro não dá pra ninguém não, só pra manter a casa. Eu prefiro que eles estudem pra eles seguirem um caminho melhor que esse aqui. Isso aqui não é vantajoso não. Eu fui criado assim, eu comecei a trabalhar com roça eu tinha dez anos, e eu fui dá conta de trabalhar mesmo por minha conta, com treze anos eu dava conta já. Eu escolhi esse caminho. E lá eles trabalhando lá ele vai tá ganhando melhor, vai ter como manter a família dele e quando tiver filhos, vai ter um futuro melhor pro filho dele. (ENTREVISTADO 4, 2017).

Com as facilidades de acesso ao processo de escolarização na educação básica, as novas gerações são induzidas, pela família e pela própria estrutura social, a se inserirem em cursos de ensino superior, em cursos profissionalizantes para que possam superar a condição de camponês. Nessa perspectiva, aquele que consegue se “libertar” dessa condição é visto como um vencedor.

Diante das dificuldades de reprodução do modo de vida camponês, da oferta de novos postos de trabalho, seja na sede do município, na construção civil, em mineradoras das cidades vizinhas, muitos jovens abdicam do trabalho agrícola e se direcionam para outras atividades que lhe permitam assegurar as condições materiais de existência.

Um senhor, morador da comunidade que, junto com sua família, durante décadas se dedicou ao cultivo de mandioca e outras variedades, negociou seu lote de 25 hectares com a família de produtor de grãos, pois já estava aposentado e seus filhos e netos já estavam inseridos em outras atividades laborais, em serrarias, nas mineradoras, no serviço público. Nesse caso, o agricultor se desfez da propriedade da terra, no entanto, manteve-se residindo na comunidade de Boa Esperança, no que se pode chamar de área urbana da comunidade.

Eu vendi pro gaúcho, pros cabeludo, tá com uns quatro anos já, por que tava só eu já, os meninos já tinham saído tudo, eu estava ruim, estava com uma gastrite, e o que mais fez eu vender aquele lote lá foi comboia, nós matemos várias vezes comboia lá, mas eu ultimamente, no ano que eu vendi, foi eu o Kaká e o Natalino, e lá tinha uma água (...) nós levemo uma mangueira de 10 metros pra medir de onde começava a água (...) pra fazer uma barragem (ENTREVISTADO 8, 2017).

Outro caso foi de uma senhora da comunidade que vendeu seu lote de terra em 2003 para uma família de imigrantes da região oeste do Paraná, o lote se localiza às margens da PA 370. A família era composta pela mãe e por oito filhos.

Na época da venda, os filhos já estavam inseridos em outras áreas profissionais ou cursando o ensino superior. Hoje, dos oito filhos, há dois jornalistas, um odontólogo, uma advogada, um fisioterapeuta, uma enfermeira, um sargento da marinha, dois professores, de forma que a manutenção das áreas não representava a segurança das condições materiais de existência familiar.

Outros produtores em situação semelhante aos dos casos descritos anteriormente abdicaram do trabalho agrícola camponês, no entanto, sem abdicar da propriedade da terra, colocando os lotes de terras agricultáveis à disposição dos produtores de grãos na condição de arrendamento.

Um morador da comunidade, pai de sete filhos, viu seus filhos se inserindo em outras atividades profissionais. Os mais velhos, com menos tempo de escolarização, dedicaram-se à agricultura, viajaram por outras cidades e estados durante a transição da década de 1980 para 1990 em regiões de garimpo, sendo que um, após circular por diversas áreas, especializou-se na panificação, embora, tivesse mantido o plantio de roças de mandioca e a manutenção da casa de farinha; outro dedicou-se à produção agrícola, embora em propriedade própria, de aproximadamente doze hectares; uma das filhas, ainda nos anos 1980, iniciou as atividades no magistério, na própria comunidade e, no início dos anos 2000, concluiu o ensino superior na área de letras; os demais filhos migraram para a cidade de Macapá onde concluíram o ensino superior e desenvolveram durante alguns anos atividades voltadas ao comércio e educação. Nos últimos anos, os dois filhos mais novos retornaram ao município de Santarém, onde atuam no comércio e no setor de serviços.

No caso da comunidade de Boa Esperança, nota-se que, principalmente, os primeiros moradores tiveram acesso a lotes, seja por meio da compra ou posse a partir da distribuição realizada pela Secretaria de Agricultura do Pará, na década de 1970. Os pequenos produtores que chegaram à comunidade a partir da década de 1990, em geral, tiveram mais dificuldades de aquisição de terras.

Durante a década de 1990, no início da especialização da produção de farinha de tapioca da comunidade, a oferta de mão de obra era abundante e, mesmo sem a propriedade da terra, por meio do trabalho no sistema de diária, era possível assegurar a existência da família, pois, como apresentado anteriormente, as atividades no cultivo da mandioca e nas casas de farinha garantiam trabalho para

homens, mulheres e jovens, embora o trabalho não tivesse grandes produtividade se comparado aos dias atuais.

Essa situação começou a mudar com o processo de modernização da produção da farinha de tapioca e da inserção do agronegócio na região. A oferta de mão de obra diminuiu e, aos que não tinham a propriedade da terra, cidades como Manaus, Macapá e Boa Vista se tornaram atraentes. Esse cenário permite o entendimento do processo de migração, a venda de lotes e o arrendamento de propriedades.

Para além deste cenário, não se deve perder de vista que toda a região amazônica está inserida em um contexto de políticas públicas de desenvolvimento sob diversas concepções teóricas. A Zona Franca de Manaus, criada na década de 1960, absolveu grande quantidade de mão de obra da comunidade. Nesse processo de migração, notou-se o movimento de famílias inteiras ou dos membros mais jovens que, sem ver perspectiva no trabalho camponês, se aventuraram em busca de emprego e melhores perspectivas de vida em Manaus, ou em outras cidades como Belém, Macapá e Boa Vista.

Os casos descritos anteriormente correspondem apenas à parte da realidade, não se trata, pois, de uma generalização, de que o processo de expansão da moderna agricultura de grãos na Amazônia vem ocorrendo de maneira pacífica e sem conflitos, tão pouco que não houve conflito entre os agentes do agronegócio e camponeses.

Na comunidade nota-se conflitos decorrentes das diferenças entre as formas do cultivo tradicional camponês e a agricultura mecanizada. Há casos de camponeses que precisaram parar de plantar seus produtos, pois como sua propriedade não faz uso de agrotóxico era alvo constante de pragas que em outros momentos não eram visualizadas.

Os produtores de mandioca relatam ataques de lagartas em suas roças e dizem que em vários anos de atividade com a cultura nunca tinham percebido a presença de lagartas atacando os mandiocais, no entanto, desde 2014, tem-se notado este tipo de ataque e de maneira constante, conforme depoimento dos comunitários:

O pior castigo é trabalhar perto de um sojeiro, assim de um plantador de soja, assim do lado é muito ruim. Vem todo tipo de praga pro seu produto, vem pra milho, vem pra feijão, pra roça, vem pra pimenta, lagarta, douradinho, que eles chamam de fede fede, esse tipo, acabam e não tem

como controlar porque é muito, e tem a mosca branca que persegue o feijão. Então a mosca branca não tem controle, veneno não mata, então é muito difícil.

Não é por causa do vizinho não, se tivesse feito uma barreira de mato entre eu e ele. Eles querem que eu deixe, mas eles também podem deixar, mas como ele não deixou, eu deveria ter deixado, mas eu não deixei, e aí ficou ruim do meu lado.

Ele tava passando por dentro do meu terreno, no de soja ele não quer que ninguém passe lá. Ele tava passando dentro da minha terra lá, porque se ela passa a terra fica dura, que dizer que a minha terra pode ficar dura, a dele não.

Mas é isso, qualquer sojeiro prejudica com praga, porque a soja tem um chama de praga, de lagarta, de tudo. E feijão, se você plantar feijão na beira de uma soja daquela ali, tem que plantar afastado. Eles destrói tudo, maniva, não sei se tu viu aquelas manivas. Elas comeu tudo, lá foi lagarta e outra parte foi veneno, o veneno de matar mato, acabou com a maniva e eu acho que nem mandioca. Ela brotou de novo, saiu fraca, mas ela seca a mandioca. É desse jeito que funciona (ENTREVISTADO 6, 2017).

No ano de 2002, um produtor de grãos, ao adquirir uma área de terra na comunidade de Boa Esperança, passou seu maquinário sobre uma plantação de mandioca de um comunitário que, sem a propriedade de terra, plantou sua roça no lote de um conhecido. Quando este vendeu a terra, a roça de mandioca ainda não havia sido colhida e, sem aviso e nem diálogo, a roça foi destruída causando grande prejuízo e dificuldade de manutenção das necessidades básicas da família camponesa.

A família de imigrantes em questão preparou a terra para o plantio de arroz e construiu uma granja onde comercializavam ovos de galinha. Eles residiram na comunidade por cerca de três anos, deslocando-se no ano de 2005 para o estado do Amapá. Durante sua estadia na comunidade, envolveram-se em uma polêmica negociação com um dos primeiros moradores da comunidade.

Desta forma, pode-se afirmar que, apesar de uma aparente tranquilidade em relação à convivência entre os dois modelos de produção agrícola, alguns casos desfazem essa generalização. Embora não se trate de conflitos que chegam às vias de fato, com ameaças e mortes, a relação de convivência entre agricultura capitalista e a agricultura camponesa não ocorre de maneira harmônica em sua totalidade, pois se trata de modelos com métodos e lógicas produtivas antagônicas.

As diferenças entre os dois modelos de produção podem ser visualizadas a partir de dados coletados com a aplicação de questionários a 24 produtores da comunidade de Boa Esperança. Algumas variáveis exibem as diferenças entre a agricultura camponesa e a moderna agricultura capitalista na comunidade de Boa

Esperança, tais como as culturas, a área da propriedade e a área cultivada e o local de comercialização.

Ao realizar o cruzamento entre as variáveis “área cultivada” com “produção de soja” ou “produção de sorgo”, percebe-se que estas culturas são cultivadas por apenas dois produtores que fazem parte desta pesquisa e que o fazem em áreas de 300 e 400ha. É interessante notar que o milho, apesar de ser produzido na condição de uma importante commodities agrícola, não se restringe à agricultura capitalista, sendo produzido por 10 produtores que possuem propriedade que variam 1 a 400ha.

Sobre as demais culturas (laranja, acerola, mandioca, limão, arroz, feijão, maracujá, coco), nota-se que aparecem com bastante frequência na maior parte dos produtores entrevistados, levando-se à conclusão de que estas culturas fazem parte da produção camponesa, que apresenta a diversidade de culturas como uma das características.

A análise dos questionários, no entanto, revela uma característica interessante em relação aos produtores com grandes áreas como é o caso do entrevistado 19 que produz todas as 12 culturas levantadas neste questionário, e o entrevistado 24 que produz 4 culturas. Nota-se a policultura nos dados do entrevistado 19, inclusive com a presença de culturas permanentes como a laranja, limão e pimenta do reino, assim como culturas temporárias. No entanto, no caso do entrevistado 24, que produz 05 culturas (milho, soja, arroz, sorgo e mandioca), verifica-se a rotação de culturas para melhorar o desempenho do solo, garantindo a produtividade e a diminuição da incidência de doenças decorrentes de cultivo sequencial da mesma cultura na mesma área. De qualquer forma, nem sempre o agricultor capitalista não é adepto da prática agrícola de monocultura.

A mandioca é a cultura mais frequente entre os produtores, sendo cultivado por 23 agricultores, embora com finalidade diferentes, seja para comercialização, para produção agroindustrial (produção de farinha ou tapioca), ou consumo familiar, como pode ser observado na sequência de tabelas resultante dos questionários, a seguir.

Tabela 7 - Produtores de arroz em Boa Esperança.

Área (ha)	MANDIOCA		Total
	Não	Sim	
0,5	1	1	2
1	0	4	4

1,5	0	1	1
2	0	3	3
3	0	2	2
4	0	3	3
6	0	1	1
8	0	2	2
10	0	2	2
15	0	1	1
25	0	1	1
300	0	1	1
400	0	1	1
Total	1	23	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Tabela 8 - Produtores de soja em Boa Esperança.

SOJA			
Área (ha)	Não	Sim	Total
0,5	2	0	2
1	4	0	4
1,5	1	0	1
2	3	0	3
3	2	0	2
4	3	0	3
6	1	0	1
8	2	0	2
10	2	0	2
15	1	0	1
25	1	0	1
300	0	1	1
400	0	1	1
Total	22	2	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Tabela 9 - Produtores de sorgo em Boa Esperança

SORGO			
Área (ha)	Não	Sim	Total
0,5	2	0	2
1	4	0	4

1,5	1	0	1
2	3	0	3
3	2	0	2
4	3	0	3
6	1	0	1
8	2	0	2
10	2	0	2
15	1	0	1
25	1	0	1
300	0	1	1
400	0	1	1
Total	22	2	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Tabela 10 - Produtores de milho em Boa Esperança

MILHO			
Área (ha)	Não	Sim	Total
0,5	2	0	2
1	2	2	4
1,5	1	0	1
2	3	0	3
3	0	2	2
4	2	1	3
6	0	1	1
8	2	0	2
10	2	0	2
15	0	1	1
25	0	1	1
300	0	1	1
400	0	1	1
Total	14	10	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Tabela 11 - Produtores de feijão em Boa Esperança

FEIJÃO			
Área (ha)	Não	Sim	Total
0,5	1	0	1
1	0	1	1
1,5	1	0	1

2	1	0	1
11	1	0	1
12	0	1	1
25	3	0	3
50	1	2	3
58	0	1	1
70	1	1	2
75	1	2	3
100	1	1	2
140	1	0	1
150	1	0	1
500	1	0	1
600	0	1	1
Total	14	10	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Tabela 12 - Produtores de arroz em Boa Esperança

Área (ha)	Arroz		Total
	Não	Sim	
0,5	2	0	2
1	4	0	4
1,5	1	0	1
2	1	2	3
3	0	2	2
4	3	0	3
6	0	1	1
8	2	0	2
10	2	0	2
15	0	1	1
25	0	1	1
300	1	0	1
400	0	1	1
Total	16	8	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Tabela 13 - Produtores de laranja em Boa Esperança

Área (ha)	LARANJA		Total
	Não	Sim	
0,5	0	2	2
1	1	3	4
1,5	1	0	1
2	1	2	3

3	0	2	2
4	2	1	3
6	1	0	1
8	0	2	2
10	0	2	2
15	0	1	1
25	0	1	1
300	1	0	1
400	0	1	1
Total	7	17	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Tabela 14 - Produtores de arroz em Boa Esperança
COCO

Área (ha)	Não	Sim	Total
0,5	0	2	2
1	2	2	4
1,5	1	0	1
2	0	3	3
3	0	2	2
4	0	3	3
6	0	1	1
8	0	2	2
10	1	1	2
15	0	1	1
25	0	1	1
300	1	0	1
400	0	1	1
Total	5	19	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Tabela 15 - Produtores de acerola em Boa Esperança

ACEROLA			
Área (ha)	Não	Sim	Total
0,5	0	2	2
1	2	2	4
1,5	1	0	1
2	3	0	3
3	0	2	2
4	1	2	3
6	0	1	1
8	1	1	2
10	1	1	2
15	0	1	1
25	0	1	1
300	1	0	1
400	0	1	1
Total	10	14	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Tabela 16 - Produtores de pimenta do reino em Boa Esperança

PIMENTA DO REINO			
Área (ha)	Não	Sim	Total
0,5	1	1	2
1	3	1	4
1,5	1	0	1
2	3	0	3
3	0	2	2
4	1	2	3
6	0	1	1
8	0	2	2
10	0	2	2
15	0	1	1
25	0	1	1
300	1	0	1
400	0	1	1
Total	10	14	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Tabela 17 - Pecuaristas em Boa Esperança

BOVINOS			
Área (ha)	Não	Sim	Total
0,5	2	0	2
1	3	1	4
1,5	1	0	1
2	3	0	3
3	2	0	2
4	3	0	3
6	1	0	1
8	2	0	2
10	2	0	2
15	1	0	1
25	1	0	1
300	1	0	1
400	0	1	1
Total	22	2	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Tabela 18 - Suinocultores em Boa Esperança.

SUÍNOS			
Área (ha)	Não	Sim	Total
0,5	2	0	2
1	3	1	4
1,5	1	0	1
2	3	0	3
3	2	0	2
4	3	0	3
6	1	0	1
8	1	1	2
10	1	1	2
15	1	0	1
25	1	0	1
300	0	1	1
400	0	1	1
Total	19	5	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Tabela 19 - Avicultores em Boa Esperança.

Aves			
Área	Não	Sim	Total
0,5	2	0	2
1	1	3	4
1,5	1	0	1
2	2	1	3
3	0	2	2
4	3	0	3
6	0	1	1
8	2	0	2
10	1	1	2
15	0	1	1
25	0	1	1
300	1	0	1
400	0	1	1
Total	13	11	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Quando se analisa os dados referentes à média das propriedades e das áreas cultivadas é possível se chegar à conclusão de que são cultivadas cerca de um terço das propriedades, conforme mostram tabela e figura a seguir. No entanto, quando se faz a análise a partir do desvio padrão, é possível perceber que a situação se inverte, ou seja, as áreas cultivadas, a partir do desvio padrão, são cerca de 6,7 vezes maiores que a média de áreas das propriedades.

Tabela 20 - Média e Desvio Padrão das Áreas Utilizadas

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Min	Max
Área (ha)	24	9.441.667	1.471.229	0,5	600
Área Utilizada (ha)	24	3.385.417	9.864.126	0,5	400

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Figura 30 - Relação entre a média e desvio padrão de área e área cultivada.



Fonte: Pesquisa de Campo

Esta inversão pode ser explicada por conta da variação entre o número de área dos entrevistados, de forma que os produtores de soja, para a exportação, fazem o aproveitamento de praticamente toda a sua propriedade. Neste trabalho, limita-se a fazer apenas a análise da estatística descritiva, como pode ser observado na figura a seguir, no entanto, uma análise mais criteriosa levando em consideração a variância dos dados deve ser feita futuramente.

Tabela 21 - Frequência na relação entre área da propriedade e área cultivada.

ÁREA DA PROPRIEDADE (ha)	ÁREA CULTIVADA (ha)													
	0,5	1	1,5	2	3	4	6	8	10	15	25	300	400	Total
0,5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1,5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
11	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
12	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
25	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
50	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	3
58	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
70	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
75	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
100	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2
140	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
150	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	:1	0	1
600	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	2	4	1	3	2	3	1	2	2	1	1	1	1	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

É possível observar que um produtor que possui 0,5ha cultiva 100% de sua área. Um produtor que possui 600ha cultiva 400, ou seja, 66% da área, da mesma forma, o produtor com propriedade de 500 hectares, cultiva 300ha, ou seja, 60% da propriedade.

Por outro lado, a tabela revela que um produtor com 75ha cultiva apenas 1 ha. Dos 24 entrevistados, 22 cultivam até 25ha, o que corresponde a 112,5ha cultivadas. Nota-se que apenas dois produtores acumulam mais área que a soma de 22 produtores e cultivam 622,22% maior que a área dos demais produtores que participaram da pesquisa.

Tabela 22 - Concentração da terra típica da moderna agricultura capitalista.

Produtores	Somatório das Áreas	Área Cultivada
20	1016,5	112,5
2	1100	700

Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Desses dados, percebe-se que, do ponto de vista ambiental, a terra sob a propriedade ou posse de produtores camponeses contribui para a preservação da ambiental, uma vez que cultivam apenas 11,06% das áreas. Por outro, percebe-se que a terra sob a posse ou propriedade de produtores que produzem na perspectiva da exportação, que cultivam soja e sorgo, por exemplo, fazem a exploração econômica do meio de produção de forma intensiva e por meio do trabalho agregam valor à terra.

Nesse modelo de exploração econômica da terra, conforme tabela abaixo, devido ao grande aparato tecnológico e insumos, para garantir o retorno econômico é imperativo o cultivo em grandes áreas, o que favorece a concentração da terra.

Tabela 23 - Culturas de exportação.

	EXPORTAÇÃO			
	Soja		Sorgo	
Não	22	0	22	0
Sim	0	2	0	2

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Na moderna produção agrícola na região de Santarém, a comercialização de grãos, especificamente da soja, é realizada no terminal graneleiro da Cargill ou na empresa local AVISPARÁ. Nota-se que a maior parte da produção é comercializada com a multinacional que financia parte da produção e garante um pagamento imediato. A Cargill oferta vantagens, no entanto, só recebe grãos cultivados dentro dos padrões de produção que seguem alguns critérios ambientais e sociais. Por exemplo: a empresa não recebe produtos de áreas de desmatamento ou que utilizem trabalho análogo ao escravo, conforme as orientações da Moratória da Soja. Desta forma, a empresa agrega valor ao produto ao comercializar a soja limpa produzida na Amazônia.

Diante deste contexto, os produtores investem em insumos para garantir o aumento da produtividade, diante de um contexto que limita o avanço das lavouras sobre a floresta, sob a pena de se produzir uma “soja suja”. A estratégia para garantir o avanço da lavoura sobre novas áreas ocorre por meio da compra ou arrendamento de áreas abertas.

A soja que não é possível ser comercializada no terminal da Cargill é destinada ao mercado interno, especificamente, pela empresa de criação e abatimento de frangos: AVISPARÁ. A empresa possui vários aviários na região e é responsável por parte considerável do comércio de frangos no município de Santarém e região metropolitana.

Os grãos que a empresa adquire são utilizados para a produção de ração para a engorda dos frangos. Em 2011, a empresa inaugurou a nova unidade de abatimento de frangos no município de Belterra. De acordo com uma notícia de um blog da cidade²⁴, a empresa investiu R\$ 9.000.000,00. A unidade foi inaugurada com capacidade de abatimento de 24.000 aves diariamente, ou cerca de 480.000 mensalmente, o que gera em torno de 750 empregos diretos.

Para além das variáveis de área da propriedade e exportação, partir dos dados dos questionários foi possível perceber que as variáveis relacionadas ao plantio e colheita podem evidenciar as diferenças entre a agricultura capitalista e a agricultura camponesa.

No caso da comunidade de Boa Esperança, variáveis como preparo do solo, adubação e trato das culturas não permitem fazer a distinção entre os dois

²⁴ Disponível em <http://www.jesocarneiro.com.br/infraestrutura/avispara-muda-sede-para-belterra.html>, 2011.

modelos de produção agrícola. Como se pode observar nos dados presentes na tabela a seguir.

Tabela 24 - Preparo da terra em relação com a área da propriedade

Área (ha)	Preparo Mecanizado		Corte, Queima e Coivara	
	Não	Sim	Não	Sim
0,5	2	0	1	1
1	2	2	2	2
1,5	0	1	0	1
2	2	1	0	3
3	1	1	1	1
4	1	2	1	2
6	0	1	1	0
8	0	2	1	1
10	0	2	2	0
15	0	1	1	0
25	0	1	0	1
300	0	1	1	0
400	0	1	1	0
Total	8	16	12	12

Fonte: pesquisa de campo (2020)

Ao observar os dados do cruzamento da área cultivada com a técnica de corte, queima e coivara, nota-se que 50% dos produtores desenvolvem suas atividades e preparam a terra a partir de técnicas como o do corte, queima e coivara. No entanto, nota-se que os dois produtores com a maior quantidade de área não utilizam este recurso ou esta técnica. Assim, percebe-se que a técnica de corte, queima e coivara se faz exclusivamente entre os pequenos produtores. No entanto, a técnica de mecanização não é exclusividade de grandes produtores, pois produtores com características de agricultura camponesa também utilizam técnicas de preparo do solo a partir da mecanização e há produtores que se utilizam de ambas as técnicas, assim a técnica de preparo do solo não pode ser utilizada para a distinção entre os modelos de produção agrícola.

Quando a variável é a adubação, observa-se situação semelhante em relação ao preparo do solo, mas mesmo entre os produtores com as maiores áreas também se observa a utilização da adubação orgânica, de forma que a adubação não se encaixa no critério de variável de distinção entre os modelos

de produção. Geralmente utiliza-se cama de frango, proveniente de aviários, para a fertilização do solo em grandes plantações. Nas pequenas propriedades utiliza-se adubo com restos de alimentos, rejeito da produção de mandioca, esterco de gado ou galinha.

Tabela 25 - Fertilizantes em relação com área da propriedade

Área (ha)	Adubação Orgânica		Adubação Química	
	Não	Sim	Não	Sim
0,5	1	1	1	1
1	3	1	3	1
1,5	1	0	1	0
2	2	1	2	1
3	1	1	1	1
4	3	0	2	1
6	0	1	0	1
8	2	0	1	1
10	1	1	1	1
15	1	0	1	0
25	1	0	1	0
300	0	1	0	1
400	1	0	0	1
Total	17	7	14	10

Fonte: Pesquisa de campo (2020)

O controle de pragas e plantas invasoras também não pode diferenciar os modelos de produção, uma vez que alguns pequenos produtores também utilizam herbicidas e pesticidas para o acompanhamento da lavoura. Os herbicidas e pesticidas podem ser adquiridos na própria comunidade em estabelecimentos comerciais e com os grandes produtores.

Ressalta-se que, geralmente, os camponeses não recebem orientação técnica sobre a utilização dos produtos. Informações sobre o uso, quantidades e períodos de utilização em alguns momentos são repassadas pelos grandes agricultores que compartilham um pouco do conhecimento que adquiriram ao longo dos anos sobre o uso destes produtos.

Tabela 26 - Controle de pragas em relação com área da propriedade

Área (ha)	Controle com Capina		Controle com Herbicida		Controle com Pesticida		Controle com defensivos orgânicos	
	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
0,5	0	2	2	0	2	0	2	0
1	1	3	1	3	3	1	3	1
1,5	0	1	0	1	1	0	1	0
2	0	3	1	2	2	1	3	0
3	0	2	1	1	1	1	2	0
4	0	3	1	2	1	2	3	0
6	0	1	0	1	0	1	1	0
8	0	2	0	2	0	2	1	1
10	0	2	0	2	0	2	1	1
15	0	1	0	1	1	0	1	0
25	0	1	0	1	1	0	1	0
300	1	0	0	1	1	0	1	0
400	0	1	0	1	0	1	0	1
Total	2	22	6	18	13	11	20	4

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

A princípio, tinha-se a impressão de que a verificação das variáveis Plantio e Colheita poderia distinguir a agricultura camponesa da moderna agricultura capitalista. Porém, como se pode observar na tabela a seguir, na comunidade de Boa Esperança, dois pequenos produtores de mandioca realizam o plantio mecanizado.

Tabela 27 - Plantio e colheita em relação com área da propriedade

Área (ha)	Plantio Manual		Plantio mecanizado		Colheita manual		Colheita mecanizada	
	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
0,5	0	2	2	0	0	2	2	0
1	1	3	3	1	0	4	4	0
1,5	0	1	1	0	0	1	1	0
2	0	3	3	0	1	2	3	0
3	0	2	2	0	0	2	2	0
4	0	3	3	0	0	3	3	0
6	0	1	1	0	0	1	1	0
8	0	2	1	1	0	2	2	0
10	0	2	2	0	0	2	2	0
15	0	1	1	0	0	1	1	0
25	0	1	1	0	0	1	1	0

(Continuação)

Área (ha)	Plantio Manual		Plantio mecanizado		Colheita manual		Colheita mecanizada	
	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
300	1	0	0	1	1	0	0	1
400	0	1	0	1	0	1	0	1
Total	2	22	20	4	2	22	22	2

Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Provavelmente, estes dois produtores que cultivam em pequenas propriedades e fazem o plantio mecanizado são produtores de mandioca. Já se tem na região algumas máquinas que realizam o plantio de mandioca e podem ser alugadas ou emprestadas.

Diante dos resultados apresentados é possível notar que no processo de expansão da moderna agricultura capitalista na comunidade de Boa Esperança há uma integração entre a agricultura camponesa e agricultura capitalista. Nota-se que grandes produtores passaram a cultivar culturas típicas da realidade camponesa, assim como produtores camponeses passaram a incorporar técnicas como a mecanização do solo, uso de herbicidas e pesticidas para o controle de ervas daninhas e pragas, até o uso de maquinário para a realização de plantio de mandioca.

Apesar da integração entre os modelos de produção, fica evidente que o corte, queima e coivara é uma técnica exclusiva da agricultura camponesa, a comercialização, culturas e colheita são as variáveis que podem diferenciar os modelos. Somente os grandes produtores que cultivam soja, milho e sorgo fazem a exportação da produção e, pelo fato de ser destinada ao mercado externo, há a necessidade de grandes quantidades e por este motivo todas as etapas devem ser mecanizadas para garantir a produtividade e os rendimentos.

3.9 A Concentração da Produção

Nos primeiros anos de modernização agrícola, pesquisas indicavam que havia cerca de 340 produtores de grãos na região oeste do Pará. No entanto, esse número começou a diminuir, em 2005 apenas 205 estavam cadastrados no programa de sensoriamento remoto da Cargill, e em 2016 contava com 150 (COSTA, 2012; VIEGAS, 2017). É interessante notar, nessas informações, que

nem todos os produtores de grãos são ou eram produtores de soja, um grupo de produtores de grãos que chegaram ao oeste do Pará dedicavam-se apenas à produção de arroz por exemplo.

Em 2003, o entrevistado 09 chegou à Santarém vindo do município de Braganey, no estado do Paraná. De acordo com seu informe, ao chegar ao município, adquiriu 500 hectares de área nas proximidades do lago do Rio Curuá-Una, mas acabou perdendo a área para grileiros e posseiros. É importante ressaltar que nesta época houve grande movimentação no município por conta dos conflitos fundiários na região do assentamento Corta Corda. Nesse contexto, o produtor arrendou algumas áreas nas proximidades da Comunidade de Boa Esperança, onde cultivava arroz.

Uma das frases mais marcantes foi: “Soja é somente pra gente grande, gente pequena planta arroz.” Esta fala do produtor chama atenção para os dados apresentados nas pesquisas, no gráfico a seguir, pois, apesar da chegada de produtores na região, somente os produtores de soja eram cadastrados no programa de sensoriamento remoto da Cargill.

A partir de 2003, com o início das operações do porto da CARGILL, a soja deu um salto e ultrapassou as 16.000 toneladas produzidas, em 2005 a soja teve seu pico de produção. Entretanto, com a queda do preço no mercado brasileiro, percebeu-se uma queda de produção nos anos de 2006 e 2007. Nesse período, grande número de fazendeiros abandonou a atividade de produção de grãos na região (VIEGAS, 2017).

No caso da comunidade de Boa Esperança, percebe-se, a partir de levantamento feito junto aos comunitários, que cerca de 23 produtores ingressaram no processo de mecanização de suas áreas para a produção de grãos, mas por uma diversidade de motivos acabaram desistindo da atividade.

Nota-se, ainda, no levantamento feito, que, até o ano de 2019, havia 11 famílias de produtores de grãos na região. Dessas, apenas duas residiam na região antes da década de 1990, os demais são oriundos das regiões sul e centro oeste do país.

Gráfico 5 -Produtores de grãos na comunidade de Boa Esperança

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

A partir das informações colhidas na pesquisa de campo, conforme mostram o gráfico anterior, ressalta-se que alguns motivos contribuíram para a desistência da atividade, conforme será apresentado adiante. Notou-se que ingressaram na atividade os dois maiores comerciantes da comunidade, que detinham uma considerável quantidade de terras disponíveis para o plantio. Feito o processo de mecanização das terras, teve início do plantio, mas devido à demanda de tempo para a lavoura e à instabilidade da produção de commodities inviabilizou-se o negócio.

De acordo com Costa (2012), lideranças sindicalistas ligadas ao STTR relacionam a redução do número de produtores às lutas dos pequenos produtores, em especial no processo de discussão pela moratória da soja, que tornou mais rígidos os critérios de comercialização e exportação da soja produzida na região de Santarém.

Os sindicalistas vinculados ao SIRSAN entendem o processo de redução do número de produtores de grãos na região Baixo Amazonas relacionado ao “prejuízo financeiro dos pecuaristas, donos de grandes extensões de terras, que se “aventuraram” no plantio de soja, quando da queda dos preços ocorrida durante a safra de 2004/2005.” (COSTA, 2012, p. 119).

Para Costa (2012), muitos produtores deixaram as atividades por questões financeiras, ou por falta de competência técnica, embora continuem na região desenvolvendo outras atividades.

Um produtor natural do estado do Paraná adquiriu grandes áreas na região da PA 370, após vender sua propriedade no estado natal. Iniciou o processo de mecanização das terras, cultivou arroz e, posteriormente, dedicou-se à produção de soja, milho, sorgo. No processo de aquisição de terras acabou se descapitalizando, e, devido à dificuldade em honrar os compromissos bancários, resolveu arrendar suas áreas e destinou uma pequena parcela de sua propriedade para a produção de pimenta do reino, goiaba, criação de peixes. Com o processo de arrendamento, optou pela diversificação da produção que lhe garante uma renda extra.

Outro caso que chamou atenção foi de um produtor também oriundo do Paraná, que arrendou suas propriedades em decorrência da idade avançada para o ritmo do trabalho. Esse produtor possui propriedades no estado do Pará e Paraná e hoje vive do arrendamento. Ele é pai de um filho e uma filha que, atualmente, não se dedicam à atividade agrícola, embora o filho mais velho esteja estudando o curso superior em Agronomia.

Um aspecto que chama a atenção na comunidade de Boa Esperança é a concentração da produção de grãos. De acordo com os dados obtidos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e nas informações da pesquisa de campo, percebe-se que apenas 15 produtores se mantem na produção mecanizada de grãos, no entanto, se a categoria utilizada para a análise for família, este número cai para 11.

Além da concentração dessa produção, nota-se a prática do arrendamento como uma estratégia adotada pelas famílias da região para manter a propriedade da terra, a produtividade, sem a necessidade dispensar horas de trabalho, possibilitando, assim, a dedicação a outras atividades econômicas.

O arrendamento das terras obedece a um processo burocrático que envolve assinatura de contrato entre as partes, com reconhecimento de assinaturas em cartório. Esse procedimento substitui as antigas formas de contrato dos primeiros moradores, que se baseavam apenas na palavra e na honra, configurando um processo de modernização das relações sociais de produção, no sentido de avanço do capitalismo sobre as áreas de frente de expansão e transformando não apenas o espaço, mas o próprio território.

O arrendamento das terras se faz por meio de um contrato em que o Arrendatário adquire o direito de produzir nas terras do Arrendador, por um

período determinado. Um contrato ao qual se teve acesso durante essa pesquisa foi firmado para um período de 05 anos sobre uma área que, nos primeiros anos, seria de 05 hectares e passaria a partir do 3º ano para 10 hectares.

Com a possibilidade do arrendamento, o proprietário da terra garante a propriedade e a produtividade do imóvel. O pagamento do arrendamento gera ao arrendatário a importância de 10 sacos de soja ao ano por cada hectare arrendada. Se no ano de 2019 a saca de soja de 60 kg foi comercializada por cerca de R\$ 70,00, gerou ao arrendador uma renda com cerca de R\$ 7000,00 ao ano, pagos geralmente após as colheitas.

Pelas informações colhidas com o arrendador em questão, no ano de 2020, será arrendado toda a área, com cerca de 24 hectares, o que, durante o ano, deve render em torno de R\$ 17000,00. Esse valor garante ao arrendador uma renda sem custos de mais de um salário mínimo por mês. É importante notar que o casal de arrendadores em questão são dois senhores que chegaram à comunidade na década de 1970 e se encontram aposentados.

Uma cláusula no contrato garante a preferência de compra da área ao arrendatário, até por conta dos investimentos em mecanização da terra. No caso de venda da propriedade em questão, uma pesquisa de mercado, levando em consideração a localização e as condições da área, neste caso totalmente mecanizada, demonstrou que a propriedade de 24 hectares custaria em torno de R\$ 1.000.000,00.

No ano de 2018, uma área de 06 hectares localizada às margens da PA 370 na comunidade de Boa Esperança foi vendida por pouco mais de R\$ 300.000,00, cerca de R\$ 50.000,00 por hectare. Outra propriedade, de 10 hectares, quase que sem acesso à rodovia, pois necessitava passar por outras propriedades, foi vendida por R\$ 40.000,00 cada hectare, ou seja, R\$ 400.000,00.

Esses números demonstram a evolução dos preços das áreas mecanizadas na região da PA 370. Em 2020, a hectare de terra custa em torno de 50% do valor das áreas comercializadas na região oeste do Paraná, uma das regiões mais importantes do país em relação a agricultura de grãos mecanizada. No município de Céu Azul, uma fazenda com 40 alqueires (100 hectares) foi anunciada em um site de venda por R\$ 8.000 000,00, ou seja, R\$ 80.000,00 por cada hectare.

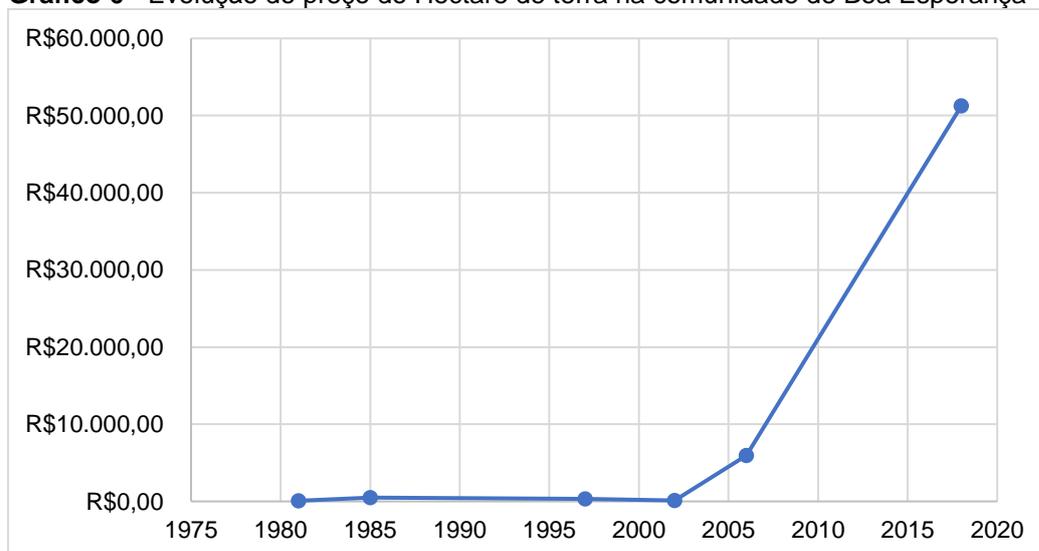
Para se ter a noção do processo de valorização das áreas, apresenta-se, na tabela e gráfico a seguir, a evolução dos preços de áreas de terra no entorno da comunidade de Boa Esperança. Para demonstrar essa evolução, foi feita correção dos valores para a data de 01 novembro de 2019, usando a calculadora da atualização de valores a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), disponível no site da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Tabela 28 - Evolução do preço da terra na comunidade de Boa Esperança

Índice	Ano	Mês	Valor Original	Valor em 1º de Novembro 2019	Hectares	Preço por hectare
IPCA	1981	Outubro	Cr\$ 55.000,00	R\$ 4.129,81	50	R\$ 82,60
IPCA	1985	Junho	Cr\$ 5.000.000,00	R\$ 11.874,39	24	R\$ 494,77
IPCA	1997	Março	R\$ 2.000,00	R\$ 7.550,07	24	R\$ 314,59
IPCA	2002	Agosto	R\$ 5.000,00	R\$ 13.857,08	101,3	R\$ 136,79
IPCA	2006	Março	R\$ 70.000,00	R\$ 143.045,94	24	R\$ 5.960,25
IPCA	2018	Novembro	R\$ 300.000,00	R\$ 307.605,09	6	R\$ 51.267,52

Fonte: FEE (2020)

Gráfico 6 - Evolução do preço do Hectare de terra na comunidade de Boa Esperança



Fonte: FEE (2020).

Como se percebe, as áreas no entorno da comunidade de Boa Esperança tiveram uma super valorização no mercado a partir do processo de mecanização e modernização da agricultura, o que demonstra a percepção marxista sobre o valor da mercadoria ao entendê-la como todo produto ou ação decorrente do trabalho humano, logo, não são todas as áreas que tem a mesma valorização, somente aquelas mecanizadas, que estejam com claras possibilidades de mecanização.

Por um lado, é possível notar a valorização por uma perspectiva positiva, pois demonstra o avanço da estrutura de forças produtivas na região e, de fato, nesse aspecto a modernização da agricultura já cumpre com sua promessa, a de gerar o desenvolvimento econômico. Por outro lado, o processo de valorização das terras exclui o acesso a pequenos e médios produtores, forçando os pequenos trabalhadores a migrarem para regiões cada vez mais distantes, encarar a força da natureza e domá-la, preparando o terreno para o avanço da fronteira agrícola a partir da lógica da frente de expansão e frente pioneira.

A supervalorização da terra causa um processo de concentração da produção, a partir do momento em que a compra da terra fica restrita apenas aos grandes produtores. Nota-se que estes produtores adquiriram as terras em um período de expansão da atividade e, com o processo de legalização da atividade, resolvidos os entraves legais e o que se pode conceber como consolidação da atividade na região, já agregam valor as suas áreas. No caso da região, como ainda se tem grandes áreas de mata, vislumbra-se outros processos migratórios que possibilitariam o avanço da atividade agropecuária.

Para se ter uma ideia do processo de concentração da produção de grãos na comunidade de Boa Esperança, um levantamento realizado junto ao sistema de Cadastro Ambiental Rural, mostra que cerca de 3906,94ha estão cadastrados sob a responsabilidade de apenas 4 famílias que produzem grãos na região da comunidade de Boa Esperança. No sistema aparecem 55 imóveis cadastrados, o que nos dá uma dimensão das áreas que estão sendo utilizadas para o desenvolvimento da agricultura de grãos.

A seguir apresenta-se quadros elaborados a partir dos dados disponíveis no Cadastro Ambiental Rural.

Quadro 9 - Propriedades do agricultor Erni Bortoli

PRODUTOR	ERNI BORTOLI	
	Sítio	Área (ha)
1.	Sítio Agapito	17,16
2.	Sítio Bortoli	22,21
3.	Sítio Alegre	22,48
4.	Sítio Boa Esperança	25,37
5.	Sítio Nova Esperança – Erni	12,88
6.	Sítio Do Recreio – Erni	65,70
7.	Sítio Diego E Daniel	45,21
8.	Sítio Naiara - Santo Antonio	43,35
9.	Sítio Santo Angelo	31,67
10.	Sítio São Roque	17,01
11.	Sítio São Pedro – Erni	23,03
12.	Sítio São Francisco	23,85
13.	Sítio São Paulo	23,27
14.	Sítio Alegre	22,48
Total		372,4

Fonte: CAR (2020).

Quadro 10 - Propriedades da agricultora Janete Maria Brun Pallaro

PRODUTORA	JANETE MARIA BRUN PALLARO	
	Sítio	Área (ha)
1.	Fazenda J.P. – Janete	221,53
2.	Sítio Bom Futuro – Janete	23,56
3.	Fazenda 5 irmãos – Janete	23,15
4.	Sítio Boa Fé	47,50
5.	Fazenda São Pedro	175,76
6.	Sítio Palhal	24,43
7.	Sítio Guaraná – Janete	44,22
8.	Sítio Pedra D'aguá	45,47
9.	Sítio da Silva – Janete	24,90
10.	Sítio João Paulo	23,12
11.	Sítio Piquia	23,76
12.	Sítio Santa Monica – Janete	25,48
13.	Sítio Vista Alegre	142,95
14.	Sítio São Vicente	25,04
15.	Sítio São Judas	85,37
Total		956,24

Fonte: CAR (2020).

Quadro 11 - Propriedades do agricultor Fernando Alberto Pallaro

PRODUTOR	FERNANDO ALBERTO PALLARO	
	Nome do empreendimento	Área (ha)
1.	Fazenda Arroz Doce	52,22
2.	Sítio Arroz Doce – Fernando	23,52
3.	Sítio Boa Fé	47,50
4.	Fazenda Pau Darco	329,18
5.	Fazenda Andaluz	472,14
6.	Sítio Honda	117,75
7.	Sítio Igarapé Açú	37,57
8.	Sítio Bom Lugar	202,01
9.	Sítio Jacamim	25,83
TOTAL		1307,72

Fonte: CAR (2020)

Quadro 12 - Propriedades da agricultora Neli Koch

PRODUTORA	NELI KOCH	
	Nome do empreendimento	Área (ha)
1.	Sítio São Joaquim – Neli	68,50
2.	Sítio Bom Sossego	48,39
3.	Sítio Laranja Da Terra	69,94
4.	Sítio Novo Horizonte	28,99
5.	Sítio Santa Maria	49,41
6.	Sítio Uchoa	47,50
TOTAL		312,73

Fonte: CAR (2020)

Quadro 13 - Propriedade do agricultor Ivan Carlos Koch

PRODUTOR	IVAN CARLOS KOCH	
	Nome Do Empreendimento	Área (ha)
7.	Sítio São João – Ivan	25,16
8.	Sítio Santa Lúcia	25,04
9.	Sítio Cinco Irmãos	27,41
10.	Sítio Carneiro	24,29
TOTAL		101,9

Fonte: CAR (2020)

Quadro 14 - Propriedades do agricultora Jesanias Menezes Bezerra

Produtor	Jesánias Menezes Bezerra	
	Nome do empreendimento	Área (ha)
1.	Fazenda Jm - Jesánias Menezes Bezerra	254,10
2.	Fazenda Chapadão E Outras - Jesánias Menezes Bezerra	394,50
TOTAL		646,6

Fonte: CAR (2020)

Quadro 15 - Propriedades do agricultor Sebastião Sales Ferreira Menezes

Produtor	Sebastião Sales Ferreira Menezes	
	Nome do empreendimento	Área (ha)
1.	Sítio Santa Rita	47,60
2.	Sítio Bom Jardim - Sebastião Sales	47,52
3.	Sítio São Manoel	12,66
4.	Sítio São Tadeu	51,39
5.	Sítio Da Glória	24,91
Total		184,08

Fonte: CAR (2020)

No entanto, é importante salientar que os dados disponíveis no CAR são apenas de autodeclarações realizadas pelos próprios agricultores sobre as propriedades, de forma que o número real de áreas cultivadas pode ser superior ao registrado. Para o conhecimento da real situação fundiária da região é necessário enfrentar desgastante trabalho burocrático de pesquisa nos cartórios de imóveis do município, o que de fato não foi feito durante esta pesquisa.

Outro aspecto a ser mencionado é o fato de as áreas arrendadas nem sempre estarem cadastradas no nome do agricultor e sim no nome do proprietário da terra, o que dificulta a verificação do processo de concentração da produção. No caso do produtor Erni Bortoli, verifica-se apenas 395,67ha cultivadas, no entanto, somando-se essas áreas de sua propriedade com áreas arrendadas chegam a mais de 700ha.

Em relação à organização espacial, nota-se que áreas de cultivo dos produtores estão dispersas pela região, de forma que não se verifica um produtor com grandes extensões contínuas de terra, as áreas estão sendo adquiridas de acordo com a disponibilidade da venda, mesmo que dispersas no território. Com

o processo de valorização das terras observado nos últimos anos, a tendência é que se priorize o arrendamento de áreas nas proximidades, como estratégia de expansão da atividade agrícola.

Com essa organização espacial, verifica-se a concentração do uso da terra, embora não se observe uma grande concentração em relação à propriedade da terra, visto que pouco se ultrapassa a média de um módulo fiscal (300 hectares), conforme a definição do INCRA.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta etapa do texto é o momento de realização da síntese da pesquisa e a reflexão se o questionamento da pesquisa foi respondido e se os objetivos foram alcançados. Assim, a partir de uma forma de exposição pragmática do texto, o item segue seguinte estrutura: a) discussão sobre os objetivos específicos da pesquisa; b) discussão sobre o objetivo geral; c) discussão sobre o problema da tese.

O primeiro objetivo específico previa a discussão dos modelos de desenvolvimento econômico para a região amazônica e seus impactos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais a partir da década de 1960. Esta discussão foi realizada no primeiro capítulo, após a apresentação dos conceitos de território, fronteiras, frentes de expansão e frentes pioneiras.

Pelo exposto as políticas de desenvolvimento para a região Amazônia faziam parte do processo de expansão do modo de produção capitalista, com sua lógica de ampliação de mercados consumidores dos produtos industrializados e fornecedores de matéria prima. Esta expansão vem seguindo em um processo semelhante ao de outras regiões, com a distribuição de terras à população camponesa, e as grandes empresas por meio de incentivos fiscais e permitiram a formação de grandes latifúndios ocupados especialmente em atividades agropecuárias.

Para a efetivação do processo de ocupação do espaço foi necessário o investimento em bens de capital, ou seja, empreendimentos para a criação da estrutura de forças produtivas necessária a integração física e econômica, que exigem grandes volumes em capital, que embora não garantam o retorno financeiro imediato, garante as condições necessárias para a produção e reprodução ampliada de capital. Neste caso, pode-se citar a construção de rodovias e de hidrelétricas. A primeira que garantia a integração física, e a segunda garantia o básico para a instalação industrial. De acordo com Eric Hobsbawn (1981).

É evidente que nenhuma economia industrial pode se desenvolver além de um certo ponto se não possui uma adequada capacidade de bens de capital. Eis por que, até mesmo hoje, o mais abalizado índice isolado para se avaliar o potencial industrial de qualquer país é a quantidade de sua produção de ferro e aço. Mas é também evidente

que, num sistema de empresa privada, o investimento de capital extremamente dispendioso que se faz necessário para a maior parte deste desenvolvimento não é assumido provavelmente pelas mesmas razões que a industrialização do algodão ou outros bens de consumo. (1981, p. 59)

Na citação de Hobsbawn (1981) é possível notar que o investimento em bens de capital se torna elevado, e não muito atraente para as empresas privadas. No caso da Inglaterra, no século XIX, devido ao processo de acumulação das grandes empresas foi possível o investimento em bens de capital, especialmente na construção de ferrovias, pois somente atividades que exigissem grandes volumes de capital poderiam atuar como esponjas absorvendo a riqueza produzida socialmente e acumulada sob a tutela dos donos dos meios de produção. As empresas acumularam tantos recursos que não havia mais locais onde investi-los em seus países, de forma que se fazia necessário o investimento em bens de capital e em outros países, e teve início o processo de exportação de capital descrito por Lenin, no início do século XX, na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, ou na fase imperialista.

No entanto, o que interessa neste momento, é que no caso do Brasil, não havia grandes fortunas de grandes industriais, e em um período de hegemonia de governos nacionais desenvolvimentistas de defesa do bem estar social, após a crise de 1929, e da aplicação das teorias keynesianas, coube ao Estado a tarefa de criar a estrutura de forças produtivas capaz de garantir a reprodução ampliada de capital.

Ao contrário do modelo europeu do século XIX, que optou pela construção de ferrovias, no Brasil optou-se pelo modelo rodoviário, que permitiu a ocupação do território com mais acessibilidade, e a exploração dos recursos naturais, como a exploração de madeiras e produção pecuária, e a formação de núcleos populacionais.

Pode-se dizer que tão importante quanto o acesso possibilitado pelas rodovias recém-abertas, foi a construção das usinas hidrelétricas, que permitiram além da do fornecimento de energia elétrica para a instalação das indústrias, atraíram e aglutinaram importante número de trabalhadores nos canteiros de obra. E neste contexto, apesar da pequena capacidade de produção

energética, quando comparada a outros empreendimentos do setor, a UHE de Curuá-una foi a primeira construída na Amazônia.

Criada as condições materiais objetivas para o povoamento faltava efetivamente, ocupar o “vazio demográfico”, tanto para explorar as riquezas quanto para garantir a soberania no território, ou para absolver a mão de obra excedente em outras regiões como sul e nordeste, ou para garantir a expansão do modo de produção capitalista. E assim se resume o cenário das políticas desenvolvimento para a Amazônia a partir de meados do século XX: campo de expansão capitalista, exploração dos recursos naturais, estratégia de controle do território, e absorção de mão de obra excedente.

Assim a Amazônia foi integrada econômica e fisicamente nos circuitos nacionais e internacionais, como uma fronteira de recursos, mas que a partir dos anos de 1990, passou a ser vista sob a ótica da sustentabilidade em contraposição ao modelo de exploração predatório das décadas anteriores. Desde então se trava um intenso debate entre as ideologias do desenvolvimento sustentável e a do desenvolvimento econômico. Assim, nota-se que o discurso do desenvolvimento sustentável vem sendo adotado pelos mais diversos setores produtivos, em alguns casos como meio para agregar valor ao produto, pois o produto da Amazônia que não agride o meio ambiente é mais valorizado.

Com relação ao segundo objetivo relacionado a discussão sobre as transformações no uso e ocupação do território na comunidade de Boa Esperança, a partir de uma perspectiva espaço-temporal. No primeiro capítulo apresentou-se os principais elementos das discussões teóricas sobre território e territorialidade, fronteira e as frentes, a partir desses conceitos e da construção do percurso histórico da comunidade de Boa Esperança, presentes no segundo capítulo, foi possível se alcançar este objetivo.

Assim foi possível perceber três fases no processo de construção da comunidade: a) Fase extrativista; b) fase de ocupação do território; c) fase de especialização da produção e agronegócio. Cada uma desta fase representa uma etapa do desenvolvimento do modo de produção capitalista no seio da comunidade.

Percebe-se como o modo de produção vai se modificando até chegar as condições materiais necessárias ao desenvolvimento da fase seguinte, assim:

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade as condições materiais para a sua existência. (MARX, s/d, p. 301)

Ou seja, no caso da comunidade de Boa Esperança a fase extrativista não desapareceu completamente, embora tenha deixado de ser a principal atividade econômica do território. Como se percebe, na fase extrativista não havia ocupação efetiva do espaço, que servia apenas como fonte de recursos. Onde poucos eram os que se aventuravam para a se fixar no espaço e iniciar a formação territorial.

A ocupação efetiva se deu apenas com a construção da rodovia PA 370, que a garantiu o acesso e trafegabilidade para os camponeses e sua produção, garantindo a integração com o mercado consumidor na área urbana. A construção da PA permitiu a formação da comunidade e possibilidade de uma economia que rompia os limites da subsistência e passou produzir o excedente para disponibilizar no mercado.

A partir de meados do século XX, a produção da vida material da população que passou a habitar a região às margens rodovia Santarém Curuá-Una (PA-370) esteve diretamente relacionada às políticas públicas de desenvolvimento para a região amazônica. Inclusive, a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Curuá-Una situada num cenário onde a ideologia do nacional desenvolvimentismo se tornou hegemônica nos discursos políticos brasileiros, podendo ser percebido também na imprensa do município de Santarém, conforme pesquisa realizada em jornais do município de Santarém nas décadas de 1950, 1960 e 1970.

A construção da UHE de Curuá-Una girou em torno das utopias de desenvolvimento da imprensa santarena, possivelmente representando os discursos do grupo de comerciantes do município, apoiados em discursos nacionais desenvolvimentistas que defendiam a emancipação energética do município, capaz de garantir o tão sonhado desenvolvimento, pois o fornecimento de energia elétrica era um meio para assegurar a infraestrutura básica à chegada de indústrias na região, como é caso das indústrias de madeiras, as primeiras a serem instaladas na região.

Pode-se afirmar que a comunidade de Boa Esperança surgiu em decorrência da construção da UHE de Curuá-Una e da rodovia PA-370 e, a partir

das notícias dos jornais, é possível observar que a implantação da UHE de Curuá-Una foi demanda dos grupos políticos locais e, em certa medida, desvinculada de uma ação do governo federal, embora inserida no discurso desenvolvimentista.

A ocupação das margens da rodovia e a formação da comunidade de Boa Esperança relacionam-se às políticas de incentivo à imigração para a Amazônia, especialmente quando se verifica a presença de imigrantes nordestinos e sulistas. Além disso, o desenvolvimento das forças produtivas na comunidade de Boa Esperança até a inserção do agronegócio confirma as proposições de autores como Costa (2013), Becker (1990, 2009, 2010), quando concebem a Amazônia como área de fronteira e de produção e reprodução do capital.

A introdução do agronegócio a partir da década de 1990, especificamente a soja, vem exercendo influência no processo produtivo da Comunidade de Boa Esperança, conforme a orientação do quinto objetivo deste trabalho. Assim, nas últimas duas décadas, a região do planalto de Curuá-Una foi incorporada ao processo de expansão da moderna agricultura capitalista, tendo a soja como carro chefe. Esta expansão promoveu alterações das relações sociais e das formas de uso da terra, ocupando áreas que anteriormente eram utilizadas na produção camponesa (BARROS, 2017) e como pode ser observado nos mapas de cobertura do solo apresentados no capítulo dois.

Verificou-se os principais atores sociais, e no caso da comunidade foi citado nominalmente os primeiros moradores e a maneira como se organizaram para garantir a sobrevivência e convivência em comunidade, mas além dos comunitários se percebe a importância dos agentes estatais municipais no processo de construção do território, e responsáveis pelas dinâmicas territoriais, ao construírem as condições materiais objetivas para o povoamento da região por meio de grupos sociais que migravam de diversas unidades federativas e que apesar de suas peculiaridades, tinham em comum, a percepção que a Amazônia, ou a PA 370 poderiam lhes fornecer melhores para mudanças no rumo de suas vidas.

Notou-se os conflitos sociais decorrentes do processo de expansão da agricultura capitalista e as relações sociais estabelecidas. Neste aspecto, ocorreram conflitos no plano ideológico, nas atividades cotidianas e alguns casos com atos de violência. Na comunidade de Boa Esperança, foram poucos os

casos de ação violenta, no trabalho foi citado a destruição de uma roça de mandioca de um pequeno produtor, mas sem reação da parte do agricultor prejudicado, que pode ser explicado pela intimidação sofrida, e talvez pelo desconhecimento dos caminhos para sua defesa e de seus direitos.

Longe de ter a intenção de minimizar a violência sofrida pelo camponês, o que se depreende é que foram poucos casos de violência na região, no entanto, a convivência entre os dois modelos agrícolas não é fácil, e se configura como um ato violento de fato. Além da discrepância de recursos e volumes de produção, camponeses vizinhos de grandes propriedades capitalistas relatam prejuízos em suas roças, devido a invasão de pragas, prejuízos por conta dos venenos conduzidos pelo vento que prejudicam o desenvolvimento da roça camponesa.

Para amenizar os efeitos dos agrotóxicos utilizados na agricultura capitalista, os camponeses se obrigam a criar uma espécie de cerca viva no entorno de sua propriedade. É a única maneira encontrada para se proteger, pois de acordo com o entendimento da legislação, o agricultor capitalista não tem a obrigação de fazer a cerca viva, pois ele pulveriza a plantação em sua propriedade, e o vento que é o culpado de levar o agrotóxico para a vizinhança.

No processo de expansão da agricultura capitalista na região foi possível perceber o embate entre duas entidades representativas: O STTR e o SIRSAN. O STTR é o sindicato que representa os interesses dos trabalhadores rurais. É uma instituição com atuação histórica no município de Santarém e região. Em relação ao processo de desenvolvimento agrícola da região, o sindicato tem atuado no sentido de garantir os direitos dos trabalhadores, garantindo os direitos trabalhistas e previdenciários do trabalhador rural. No aspecto referente as políticas agrícolas se percebe uma atuação no sentido de manutenção dos trabalhadores na zona rural. Inclusive, com o lançamento da campanha “Não venda sua terra,” desde 2003.

O SIRSAN representando os interesses dos grandes produtores de grãos defendem o processo de expansão da agricultura capitalista na região do polo Tapajós (Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos). Em geral, apresentam em seus discursos os ganhos econômicos da produção, a dinamização das atividades econômicas, principalmente na área urbana, com a criação de novos postos de trabalho. É interessante notar, que faz sentido este destaque nas

transformações e na geração de emprego no espaço urbano, uma vez que a agricultura capitalista dispensa grande parte da mão de obra na zona rural, no contato direto com a produção, então é imprescindível que sejam ofertados novos postos de trabalho na zona urbana.

No plano ideal a atividade que dispensa a mão de obra é a mesma a absorve. No entanto, não foi possível identificar estudos que analisem esta situação para verificar se os postos de trabalho abertos na zona urbana foram suficientes para suprir a demanda do êxodo rural.

Por meio desta pesquisa foi possível perceber uma situação que merece ser estudada de forma mais profunda. O êxodo rural, especialmente da população mais jovem, ao que parece não é consequência do avanço da agricultura capitalista, mas pode ser resultado:

a) da inviabilidade da reprodução do modo de vida camponês em uma mesma área na sequência de algumas gerações, e assim para manter o modo de vida camponês, a jovem geração busca novas áreas produtivas, em geral mais distantes com o trabalho por se fazer, desbravar a natureza, preparar a terra entre outras atividades que caracterizam as frentes de expansão.

b) da implantação de políticas públicas, no caso Amazônico, o modelo dos polos de crescimento, materializado na criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus, que é responsável pela absorção de grande parte da mão de obra das gerações mais jovens da comunidade, em um processo que teve início na década de 1960.

c) da desqualificação do trabalho camponês, obrigatoriedade da escola, expansão dos meios de comunicação e tecnologias da informação nas comunidades rurais. A obrigatoriedade da escola pode ter tido um impacto direto na questão do êxodo rural, visto que o conteúdo ministrado na escola em geral é destinado aos alunos da zona urbana²⁵, assim ensina-se nas escolas do campo os valores e a realidade de cidade, que se apresenta como atraente as novas gerações. Enquanto os jovens se encontram em idade escolar acabam se distanciando do trabalho camponês e se distanciando da realidade dos pais, de forma que não se identifica com o trabalho camponês.

²⁵ Esta realidade tem se modificado com o movimento de educadores que defendem a diferenciação dos conteúdos das escolas nas zonas rural e urbana, fazendo a defesa de uma educação do campo, e não educação no campo.

Com a expansão dos meios de comunicação como a televisão nas comunidades rurais houve a disseminação da cultura urbana como o modelo a ser seguido, de forma que o indivíduo que se mantém na atividade agropecuária é estigmatizado como ultrapassado, enquanto que o estudante que entrou na universidade, ingressou no mercado de trabalho urbano passou visto na comunidade como um vencedor, ou seja, aquele que se “libertou do trabalho camponês”, é um vencedor.

d) a urbanidade como modelo no modo de produção capitalismo, ao se observar nos censos demográficos a diminuição do percentual da população rural em relação à urbana. A população urbana passou a superar a rural a partir da revolução industrial. O primeiro país em que isso ocorreu foi a Inglaterra, em 1850, o EUA em 1910, e o Brasil na década de 1960.

Este é cenário mais comum entre os países industrializados e desenvolvidos, pois em nenhum país nestas condições a população urbana é inferior a 80%, assim se conclui que este é processo sem retorno. Militantes idealista lutam pelo regresso, ou pela manutenção dos camponeses em suas terras, exalta-se seu modo de vida, a tranquilidade, sua saúde, a qualidade de seus alimentos, o ato de produzir aquilo que consome, que de fato é algo lindo. No entanto, a produtividade do trabalho camponês é baixa, e por se tratar de uma produção essencial para a sobrevivência, seu valor não pode ser muito elevado, de forma que seja acessível aos consumidores, inclusive os mais pobres, e assim a baixa produtividade e os preços baixos implicam na pouca valorização do trabalho camponês.

Malthus no século XVIII já alertava para a relação entre produção de alimentos e o crescimento populacional, e sua proposição é significativa, ao se observar que após a revolução industrial a população mundial cresceu significativamente, enquanto que a população rural diminuiu, uma contradição que não explicada por Malthus, mas que pode ser pensadores materialistas perceberam o desenvolvimento tecnológico no campo, implementado a partir de novas técnicas de produção, processo de mecanização, utilização de produtos químicos, hormônios, novas tecnologias nos sistemas de processamento agroindustrial, permitiram o aumento da produtividade e garantiram aos agricultores que se utilizaram destes meios um retorno financeiro considerável.

Não se trata de fazer a defesa da moderna agricultura capitalista e de seus métodos, que de fato, se define neste trabalho, a partir de Silva (1981) como uma modernização dolorosa. Mas, apesar de seus meios, resolveram o problema da equação entre produção de alimentos e crescimento populacional, embora tenham criado problemas de ordem social, econômica, de saúde e ambiental.

E como resolver estes problemas? É necessário que a agricultura camponesa se reinvente, desenvolva técnicas de produção que permitam o aumento da produtividade, e desta forma tenha seu trabalho valorizado economicamente, e conseqüentemente a valorização simbólica, que garanta que o filho de camponeses tenha o sonho de manter atividade de seus pais. Sem mudanças na base técnica, a reprodução camponesa estará ameaçada.

Este cenário faz lembrar de um economista suíço do século XIX, que acreditava que o progresso do capitalismo produzia pobreza, desemprego, exploração, crise que agravam a miséria do povo.

Agora, Sismondi é uma figura curiosa, porque ele é um pensador "passadista", para não dizer reacionário. Ele é inimigo do progresso, acha que quanto mais o progresso avança, mais a situação do povo piora. O ideal para ele é voltar para trás. Marx chama-o de "um elogiador dos tempos passados". Ele quer voltar ao artesanato, à pequena produção familiar, ao pequeno camponês. Esse é o seu ideal econômico.

Marx rejeita isso, não acredita na volta ao passado, acredita no progresso, no desenvolvimento das forças produtivas, mas ao mesmo tempo Marx reconhece a importância da análise crítica de Sismondi. (LOEWY, 2010, p. 112)

Neste sentido concorda-se com Marx, pois não é possível fazer a roda do tempo girar para trás. Não se pode condenar o trabalhador ao sofrimento, ao desgaste físico, a fadiga, à pouca produtividade simplesmente por se opor aos procedimentos da moderna indústria capitalista. A exploração do trabalhador, e todos os outros problemas decorrentes da revolução industrial não são responsabilidade das máquinas ou da tecnologia, e sim da forma como as inovações são utilizadas pela classe burguesa. A tecnologia se utilizada em benefício do trabalhador permite a melhoria da sua qualidade de vida e de seus familiares.

Em relação aos conflitos sociais referentes ao terceiro objetivo, percebe-se que a moderna agricultura capitalista se funda na viabilização econômica da grande propriedade, no trabalho volante, na homogeneidade das culturas agrícolas e recursos tecnológicos mecânico-químicos, característicos da

industrialização agrícola nos países europeus e Estados Unidos. Dentro desse modelo, os camponeses são estigmatizados como predadores e incapazes de se adequar às mudanças tecnológicas, pois são considerados como fracos na concorrência com o agronegócio (COSTA, 2013). Portanto, nota-se um conflito ideológico na relação entre sojicultores e camponeses locais.

Apesar de poucos casos, ocorrem alguns desentendimentos e conflitos em relação a questões fundiárias. Estes conflitos ocorrem em geral pela dificuldade de uma convivência harmoniosa entre os dois modelos de produção. Não se trata necessariamente de disputas pessoais, mas principalmente dos insumos utilizados na agricultura capitalista que dificultam o desenvolvimento da agricultura camponesa.

A chegada dos primeiros produtores de soja, milho e arroz na região da PA-370 ocorreu no início dos anos 2000. Desse período até o presente, pode-se verificar muitas mudanças no processo de produção e no uso da terra, principalmente em relação às questões ambientais. Tal preocupação ocorreu desde o início dos anos de 1990, mas, com a chegada do agronegócio na Amazônia, as discussões sobre o desmatamento e envenenamento de rios, lagos e igarapés passaram a ser mais constantes.

O resultado de tais discussões foi a assinatura da chamada moratória da Soja na Amazônia, a qual proíbe a comercialização de soja oriundos de áreas de desmatamentos e em desacordo com a legislação ambiental e do código florestal de 2012. Desta forma, as principais empresas consumidoras dos derivados de soja não compram soja de áreas irregulares, que praticam o desmatamento irregular e o uso de trabalho análogo ao escravo na Amazônia.

Por outro lado, novas leituras estão sendo realizadas sobre o tema, inclusive enfatizando que a moratória da soja se resume a instrumento de legitimação da produção do agronegócio na Amazônia. Utiliza-se a propaganda para mostrar que a soja da Amazônia é limpa, social e ambientalmente correta (SOUSA, 2017).

Acredita-se que durante o decorrer do texto foi possível compreender as mudanças no uso do território e dinâmicas territoriais na comunidade Boa Esperança a partir da década de 1960, ao demonstrar as etapas de seu processo de desenvolvimento, as estratégias da comunidade local para garantir suas condições materiais de existência, inicialmente com a especialização da

produção, com importação da fécula de mandioca de outros estados, e como a região se tornou um dos mais importantes centros dos produtores de grãos no município.

Assim o problema desta pesquisa também foi resolvido ao se perceber que os produtores da comunidade de Boa Esperança adotaram a especialização produtiva como estratégia para garantir a produção de farinha de tapioca aos mercados consumidores. O trabalho na lógica artesanal não garantia a demanda do mercado, por isso a necessidade de se especializar na produção e incorporar novas técnicas e equipamentos e aumentar a produtividade.

Neste cenário se percebeu que alguns produtores passaram comercializar a mandioca *in natura*, fornecendo mandioca para os produtores que tinham as casas de farinha e assim poderia produzir farinha durante toda a semana, e no ano inteiro. Fato que não era possível quando se desenvolvia todas as etapas do processo, pois a roça de mandioca exige cuidados durante todo o ano, de forma que não era possível intensificar as atividades de beneficiamento da mandioca nas casas de farinha.

Mesmo com esta especialização, a produtividade ainda era baixa tanto na roça, quanto nas casas de farinha. Este problema foi amenizado com a incorporação de técnicas de produção da moderna agricultura capitalista, como a mecanização do solo, o uso de fertilizantes químicos, uso de pesticidas, e herbicidas, que otimizaram o processo e garantiram maior produtividade, embora não garantiram as demandas dos mercados consumidores.

Nas casas de farinha o aperfeiçoamento dos equipamentos não resolveria problema da produtividade semanal ou mensal. Para garantir a demanda, se fez necessário a importação de fécula de mandioca das regiões sul ou centro-oeste. Assim a fécula industrializada chegou à comunidade para ser transformada em farinha de tapioca. Com a chegada de grandes quantidades de fécula se resolveu o problema da matéria prima, mas neste momento era imperativo fazer com que a produtividade dos equipamentos acompanhasse a oferta de matéria prima, pois não adianta ter matéria prima, senão há equipamento e vice e versa.

E para finalizar, a incorporação da fécula de mandioca de outros estados configura um processo de integração regional, e ficou evidente que a tecnologia empregada na produção de mandioca no sul do país, baseada em processos

mecânico químicos, permitem que a fécula chegue em Santarém garantindo a satisfação da demanda de farinha do mercador consumidor e com preços mais atraentes que o com o produto local, mesmo atravessando um país de dimensões continentais. Assim não há competição entre a produção local e a importada, o que se observa é a fécula complementa aquilo que a comunidade não consegue produzir.

Assim ao final deste trabalho se buscar fazer uma análise da realidade a partir de uma perspectiva racional, imparcial e objetiva. Espera-se que a pesquisa possa contribuir para a compreensão da realidade santarena e especialmente da comunidade de Boa Esperança.

REFERENCIAS

ALVES, R. N. B.; MODESTO JÚNIOR, M. de S. Custo e rentabilidade do processamento de farinha de tapioca no distrito de americano, município de Santa Isabel, Pará. **Amazônia ciência e desenvolvimento**, Belém, v. 8, n.15, p. 91-102, 2012.

ALVES, R. N. B.; MODESTO JÚNIOR, M. de S. **Mercado exige características distintas de produção de farinha de tapioca em duas regiões no estado do Pará**. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2013/10/17/mercado-exige-caracteristicas-distintas-de-producao-de-farinha-de-tapioca-em-duas-regioes-no-estado-do-para-por-raimundo-nonato-brabo-alves-e-moisés-de-souza-modesto-junior/>. Acesso em 09 de março de 2020.

ARRUDA, Zuleika Alves de. A. **Onde está o agro deste negócio? Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio**. Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287525>. Acesso em 07 de novembro de 2019.

BARROS, M. J. B. Expansão do agronegócio da soja na Amazônia: o caso da comunidade de boa esperança, Santarém (PA). In: Fórum internacional sobre a Amazônia, 2017, Brasília. **Anais do Fórum Internacional sobre a Amazônia**. Brasília: Editora da UnB, 2017. v. 1. p. 1-1832.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BECKER, Bertha K. O governo do território em questão: uma perspectiva a partir do Brasil. **Parc. Estrat.** - Brasília, DF - v. 14 - n. 28 - p. 33-50 - jan-Jun 2009.

BECKER, Bertha K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Parcerias estratégicas**, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2010.

BEZERRA, Francisco de Assis Pinto. **Crescimento da produção da mandioca e os impactos econômicos no nordeste paraense: o caso do Distrito de Americano no município de Santa Isabel do Pará**. (Mestrado) Núcleo dos Altos Estudos Amazônicos. 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAGA, Silvio. **18 Discursos**. Assembleia Legislativa do estado do Pará. 1953

BRASIL. Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, de 15 de set. de 1965.

BRASIL. Lei nº 6.535, de 15 de junho de 1978. Acrescenta dispositivo ao art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, de 15 jul de 1978.

BRASIL. Lei nº 7.511, de 7 de julho de 1986. Altera dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, de 7 jul de 1986.

BRASIL. a Lei nº 7.511, de 07 de julho de 1986. Altera dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, DF, 07 jul, 1986.

BRASIL. Lei 9605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998.

BRASIL. Lei nº 7.803 de 1989 de 18 de julho de 1989. Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nº 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 18 de julho de 1989. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 1989.

BRASIL. Medida Provisória nº 2166-67, de 2001. Altera os artigos 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 1989.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.511 de 25 de Julho de 1996. Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 25 jul de 1996.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CABRAL, Luís Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, v. 41, n. 1 e 2. abr./out. 2007. p. 141-155.

CARDOSO, Eloísa Ramos *et al.* **Processamento e comercialização de produtos derivados da mandioca no nordeste paraense**. Belém: EMBRAPA, jun. 2001.

CARVALHO, Ely Bergo de. O Código Florestal brasileiro de 1934: a legislação florestal nas disputas pelo território, um estudo de caso. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 417-442, jul. 2016

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ. O porto de Santarém. Disponível em: <https://www.cdp.com.br/porto-de-santarem>, acesso em: 20 mar 2020.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Perspectivas para a Agropecuária**. Brasília: CONAB, 2013.

CONJUNTURA ATUAL DO MERCADO DE RAIZ E FÉCULA DE MANDIOCA. **Revista Abam**. Paraná, ano 2, n. 10, p. 36 – 79, abr./jun. 2005

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios para o desenvolvimento sustentável**. Editora: NAEA, Belém. Série Dinâmicas contemporâneas. 2012.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios para o desenvolvimento sustentável**. Editora: NAEA, Belém. Série Dinâmicas contemporâneas. 2012.

COSTA, Francisco de Assis. **Política e Planejamento do desenvolvimento sustentável na Amazônia: ensaios interpestivos**. Editora: Naea, Belém. Dinâmicas contemporâneas. 2013.

COSTA, Francisco de Assis. **Política e Planejamento do desenvolvimento sustentável na Amazônia: ensaios interpestivos**. Editora: Naea, Belém. Dinâmicas contemporâneas. 2013.

COSTA, Francisco de Assis. **Questão agrária e macropolíticas na Amazônia. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 53, n.19, p. 1-26, 2005

COSTA, Francisco de Assis. **Questão agrária e macropolíticas na Amazônia. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 53, n.19, p. 1-26, 2005

COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Grãos na Floresta: Estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia.** Tese (doutorado) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do trópico Úmido, Belém, 2012.

EMBRAPA. Porto de Santarém. Disponível em: https://www.embrapa.br/macrologistica/exportacao/porto_santarem, Acesso em: 20 mar 2020

FEARNSIDE, P. O avanço da soja como ameaça à biodiversidade na Amazônia. em **Anais do 5 Simpósio De Ecossistemas Brasileiros: Conservação.** UFES, Vitória. 2000, Páginas 74-82

FEARNSIDE, Philip M; LAURANCE, William F. **O futuro da Amazônia: os impactos do Programa Avança Brasil.** Ciência hoje. 2002.

FIGUEREIDO, Laercio. Aproveitamento da energia hidráulica do Palhão. **O jornal de Santarém ilustrado.** Santarém, 1953.

FONSECA, Wilde Dias da. **Santarém momentos históricos.** Santarém, 1996.

FREDERICO, Samuel. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 33, p. 5-23, 2011

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA. **Agricultura familiar é responsável por 10% do PIB nacional.** Brasília, Distrito Federal, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Taynara do Vale, *et al.*. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. **Cadernos Metropóle.** São Paulo, v. 19, n. 40, pp. 891-918, set/dez 2017

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a organização da cultura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, p. 11-24, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Cesar da Costa; CORRÊA,

Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e tema**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e tema**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.165-205.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: GeoUERJ., 1999

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES Carlos Walter. **A nova ordem mundial**. São Paulo: UNESP; 2006.

HOBBSBORN, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1948**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOMMA, Alfredo. O extrativismo do óleo essencial de pau-rosa na Amazônia. In: **LIII Congresso da Sober: Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial**. Ribeirão Preto, 2005.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981

IANNI, Octavio. **Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1992

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coleção de monografias municipais: nova série. Norte /Pará – Santarém. Rio de Janeiro. 2017.

KAIMOWITZ, D. et al. 2005. **A conexão hambúrguer alimenta a destruição da Amazônia: Desmatamento e pecuária na Amazônia**. Center for International Forestry Research (CIFOR), Bogor, Indonesia.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LEÃO, Sandro Augusto Viégas. **Agronegócio da Soja e dinâmicas regionais no oeste do Pará**. Tese (Doutorado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2017.

LENIN, V. I U. **Karl Marx** (Breve nota biográfica com uma exposição do marxismo). Editora socialista, 1981.

LIGOCKI, Laryssa Petry. **Comportamento geotécnico da barragem de Curuá-Una Pará**. 2003. 195 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

LIMA, Letícia; DA SILVA, Leonardo Xavier; DAL FORNO, Marlise, AR. As Abordagens Conceituais de Território/Territorialidade e as Relações com o Desenvolvimento Rural. **Caderno de Estudos Interdisciplinares**, v. 1, n. 1, 2015.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão A questão fundiária na Amazônia. **Estudos avançados**. 2005, vol.19, no.54, p.77-98.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência** (a questão política no campo). São Paulo. HUCITEC, 1980.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência** - A questão política no campo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Hucitec, 1997

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. 3. ed. Vozes: Petrópolis, 1986.

MARX, K. Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”. In: MARX, K & ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s/d. pp. 301-302.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica a economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia Alemã**. Volume I. Capítulo I. 3. Ed. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lucio Nogueira. Portugal: Editorial Presença: Brasil: Martins Fontes, s/d.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARX, Karl. Prefacio à “Contribuição à Crítica da economia Política”. In: Marx, Karl; ENGELS, Friederich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa Omega, s/d. p. 301-302.

McGRATH, D. G. 1997. Biosfera ou biodiversidade: Uma avaliação crítica do paradigma da biodiversidade. Páginas 34-69 in T. Ximenes (Org.) **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: Uma Contribuição para a Amazônia** 21. UFPA: Belém.

McGRATH, D.G.; DIAZ, Vera M. del C. Soja na Amazônia: Impactos Ambientais e Estratégias de Mitigação. **Revista Ciência e Sociedade**, 32: 151-165.

MESQUITA, Zilé. Procura-se o coração dos limites. In: LEHNE, Carlos; CASTELO, Iara Regina; SCHÄFFER, Neiva Otero (org.). **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: UFRGS, Edições Prefeitura Municipal de Uruguaiana, 1994, p.69-73.

MONDARDO, Marcos Leandro; GOETTERT, Jones Dari. Frente de expansão e frente pioneira no Brasil: espaços e tempos da migração, do conflito e da alteridade. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.1, n.2, p. 1-128, 2007

MORAN, E. 1990. **Ecologia Humana das Populações da Amazônia**. Vozes: Petropolis. Pag 145a 157.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura brasileira: transformações recentes**. In: Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP; 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura brasileira: transformações recentes**. In: Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP; 2005.

OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. Expansión urbana y espacialidade rural-urbana en la Amazonia brasileña: el caso de una periferia urbana en Santarém-Pa, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011

OLIVEIRA, Robson; CARLEIAL, L. M. F. Desenvolvimento amazônico: uma discussão das políticas públicas do estado brasileiro. **Refaf**, v. 03, p. 01-31, 2013.

OLIVEIRA, Dannie. Produtores do Polo Tapajós comemoram a boa produtividade da safra de Soja 2016/2017. **Revista Tapajós Rural**: Sirsan, 2017, p. 27-31.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PALHETA, Nélio. Governo Alacid Nunes (1966/1971) ATA REGISTRA AGE QUE DECLAROU EXTINTA A FORLUZ. **Diário Oficial do Estado do Pará**. 30 de maio de 2018. P. 02.

PARÁ. LEI Nº 3.343 DE 15 DE SETEMBRO DE 1965. Autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos e dar garantias para a execução de serviços de energia elétrica e dá outras providências. Disponível em <http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/repositorio/1965/lo3343.pdf>, Acesso em: 09 mar 2020.

PEREIRA, Antonio. Curuá-Una: a esperança se concretiza. **O Jornal de Santarém**, 1968, capa.

PEREIRA, Antonio. Valorização da Amazônia, apenas propaganda. **O Jornal de Santarém**, 1968.

PEREIRA, Geraldo. A hidrelétrica do Palhão. **O Jornal de Santarém**. Santarém, 17 de julho de 1961.

PEREIRA, Geraldo. A confiança inabalável no futuro e no destino de Santarém empolga Ubaldo Corrêa. **O Jornal de Santarém**. Santarém, 1961.

PEREIRA, Geraldo. Curuá-Una. **O Jornal de Santarém**. Santarém. 1961.

PEREIRA, Geraldo. Em Belém o Dr. Ubaldo Corrêa trabalha por Santarém. **O Jornal de Santarém**. Santarém. 1961.

PEREIRA, J. C. M.; LEITE, M. S. P. A fala do desenvolvimento em Belterra e as transformações do lugar em dois contextos de modernização pelo alto. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, p. 197-217, 2011.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Cadernos de desenvolvimento**. v.6. n.9. Rio de Janeiro, p.121-141, jul-dez. 2011. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011216170.CD9_artigo_5.pdf. Acesso em 10 ago. 2016.

PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601 -636, dez. 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, A. G.; MAIA, C. M.; PLEIN, C.; SILVA, C. V.; FILIPPI, E. E.. Dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural: laços fracos e instituições em experiências da agricultura familiar na região sul do Brasil. In: Badalotti, Rosana Maria;

- Comerlatto, Dunia. (Org.). **Território, territorialidades e estratégias de desenvolvimento regional**. 1ed. Passo Fundo: Imed, 2016, v, p. 91-104.
- REDFORD, K. 1997. A Floresta Vazia. Páginas 1 a 22 em C. Valladares-Padua e R. Bodmer (Org.) **Manejo e Conservação de Vida Silvestre no Brasil**. MCT-CNPq. Brasília, D.F.
- RORIZ, Pedro Augusto Costa, FEARNSIDE, Philip Martin. A construção do Código Florestal Brasileiro e as diferentes perspectivas para a proteção das florestas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 2, p. 51-68, jun-set. 2015.
- SÁ, M. E. R; COSTA, S. M. G; TAVARES, L. P. O. O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, A. (Org.) **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: Editora Edufpa, 2006. p. 113-160.
- SANTANA, Antônio C. de; AMIN, Mário M. **Cadeias produtivas e oportunidades de negócios na Amazônia**. Belém: UNAMA, 2002.
- SANTOS, Gabriel Rodrigues dos. "Verba Volant." **O Jornal de Santarém**, Santarém, 1967.
- SANTOS, M. **Por outra globalização: do pensamento único à consciência universal**, Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2008
- Santos, Milton. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2ª ed. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SANTOS, Raimundo Alberto dos. **Boa Esperança: como tudo começou**. Santarém, 42 p., trabalho não publicado.
- SANTOS, Raimundo Alberto dos. **O Planalto em destaque**. 2012. Trabalho não publicado.
- SARÉ, A. R. *et al.* Estudos geotécnicos na barragem de terra de Curuá-Una. In: Simpósio Brasileiro de Jovens Geotécnicos Geo-Jovem, 1, 2004, **Anais...** 2004. p.1-6.
- SILVA, Carlos Henrique Rubens Tomé. **Estocolmo'72, Rio de Janeiro'92 e Joanesburgo'02: as três grandes conferências ambientais internacionais**. Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, 2011.

SILVA, Edna L. da; MENEZES, Ester M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro. Zahar editores. 1981.

SILVA, José Graziano. DA. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 1996.

SILVA, T. A. A.; DE PAULO, Maria de Assunção Lima. Novas dinâmicas territoriais e a emergência de conflitos socioambientais em Pernambuco (Brasil). In: Encuentro 2012 Territorios Rurales en Movimiento, 2012, Quito (Equador). **Anais Encuentro**, 2012, Territorios Rurales en Movimiento, 2012. v. I.

SOARES, Luiz Antônio Alves. O enfoque sociológico e da teoria econômica no ordenamento territorial. In: ALMEIDA, F. G. de; SOARES, L. A. A. (Org.). **Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 61-83.

SOUSA, João Guilherme Mota de. **Relações entre rodovias e meio ambiente em regiões de quase nenhum desenvolvimento**. Dissertação (mestrado) – Escola de engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, 1999.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p.77-116

SOUSA, Marcelo Praciano de. **Movimentos Sociais: a contra-hegemonia ao processo de expansão da monocultura da soja em Santarém/PA (2000-2010)**. 1 ed. Vol. 1. Curitiba: CRV, 2017.

SOUSA, Marcelo Praciano de. **Movimentos Sociais: a contra-hegemonia ao processo de expansão da monocultura da soja em Santarém/PA (2000-2010)**. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade do Vale do Taquari, 2015.

STELLA, Thomas de Toledo. **A Integração Econômica da Amazônia (1930-1980)**. 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, 2009.

TAVARES, M. C; COELHO. M. C. N; MACHADO, L.O. Redes de distribuição de energia e desenvolvimento regional na Amazônia Oriental. **Novos Cadernos NAEA**. v.9, n.2, p.99-134, dez., 2006

TRINDADE, Gessiane Oliveira da. **A cidade & a soja**: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo dos altos estudos amazônicos, Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Sustentável do trópico Úmido. Belém, 2015.

TSE-TUNG, M. A. O. **Sobre a prática e sobre a contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VELHO, O. G. A propósito de terra e igreja. In: **Anuario Antropológico**, n 77. Rio de Janeiro. 1980, p. 157-168.

VESENTINI, José Wiliam. **Brasil, sociedade e espaço**: geografia do Brasil. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

ANEXOS

Anexo I: Jornal com notícia sobre o aproveitamento da cachoeira do Palhão, Santarém, 1953

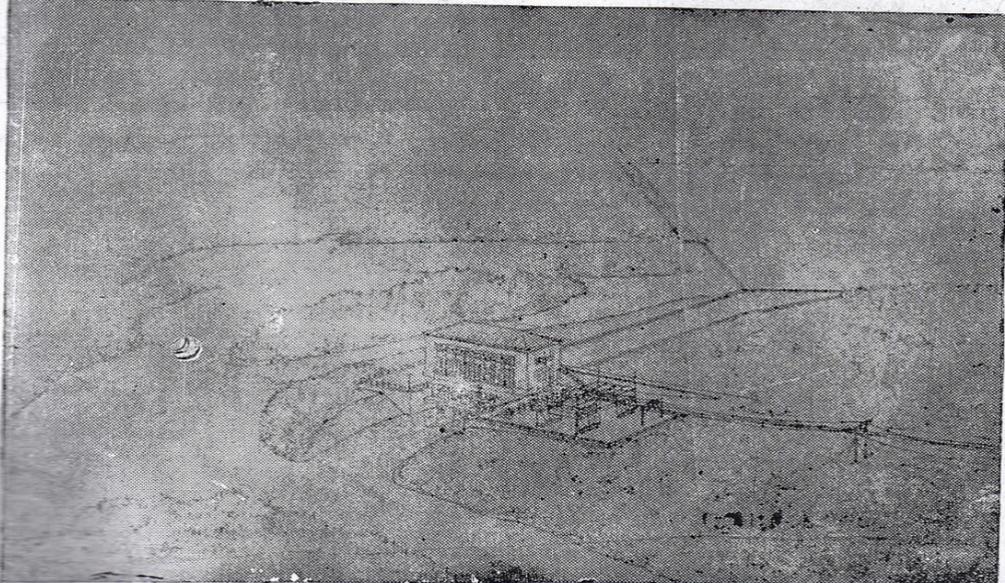
O JORNAL DE SANTARÉM
ILUSTRADO

Aproveitamento da Energia Hidráulica do Palhão

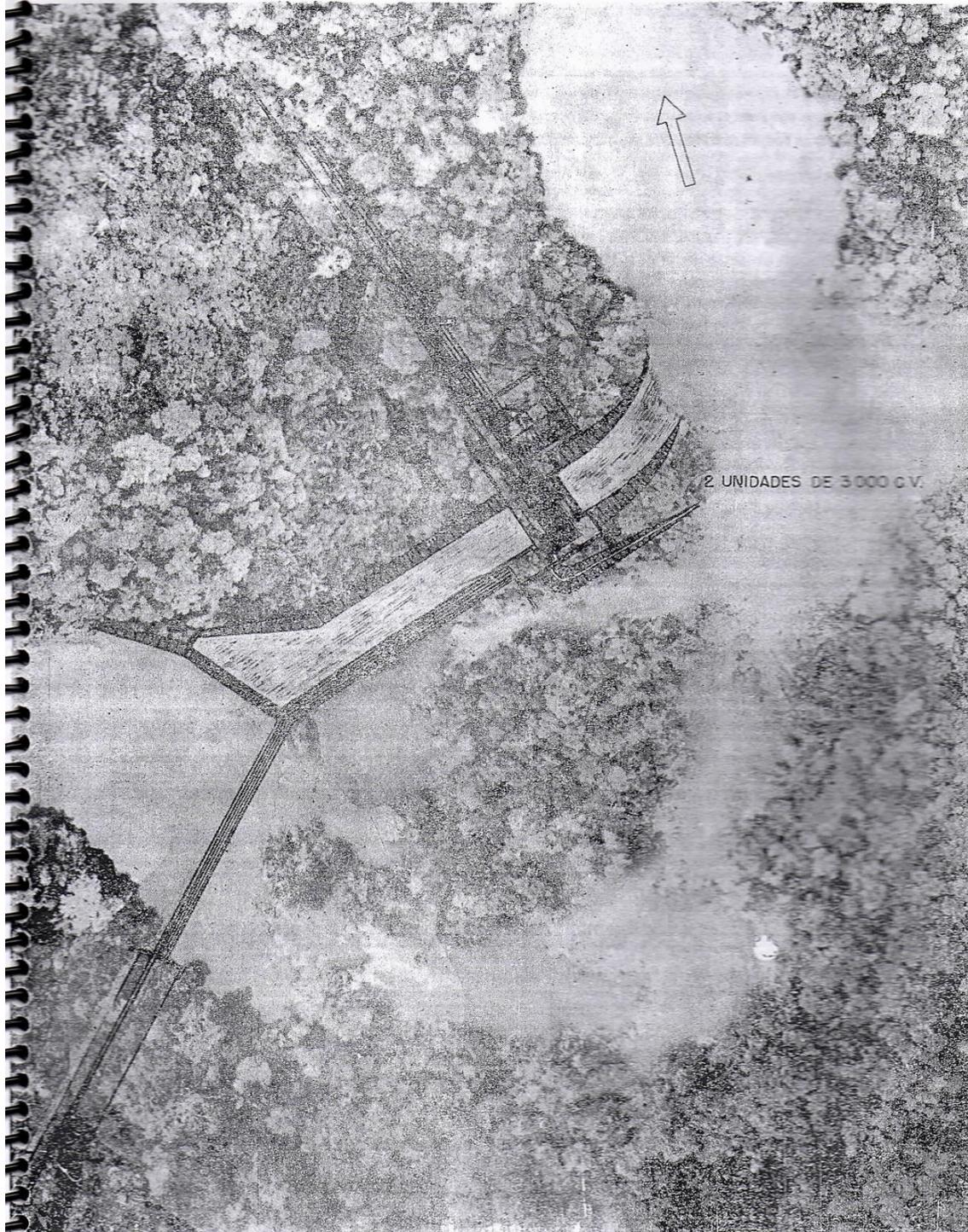
NO RIO CURUÁ-UNA, EM LOCAL DISTANTE 50 QUILÔMETROS DA CIDADE, ESTÁ SITUADA A MOLA PROPULSORA DO FUTURO ECONÔMICO DE SANTARÉM -- NECESSIDADE INADIÁVEL A MONTAGEM DA USINA HIDRO-ELÉTRICA DO PALHÃO -- UM ANTIGO SONHO QUE PASSOU DE QUIMERA A EMPREENDIMENTO REAL E EXEQUÍVEL -- O ANTE-PROJETO PRELIMINAR DA SERVIX ENGENHARIA LTDA.

Texto de LAERCIO FIGUEIREDO

Um Município que possui uma fonte de energia hidráulica está fadado a grandes destinos. Santarém, já com uma situação geográfica invejável a garantir sua posição de cidade líder do Baixo Amazonas, com indisputável hegemonia sobre todas as outras, foi regemente aqui-nhoada pela caprichosa natureza do vale, dotada que está



USINA HIDRO-ELÉTRICA DO PALHÃO -- PERSPECTIVA DO CONJUNTO



com o potencial hidráulico da cachoeira do Palhão, no rio Curuá-Una.

Antes um sonho que raiava pelas alturas do impossível, hoje o aproveitamento da força hidráulica do Palhão passou de antiga e simples quimera para o rol dos empreendimentos reais e plenamente exequíveis, através dos estudos preliminares já executados pela Servix Engenharia Ltda., do Rio de Janeiro, em contrato com a Prefeitura Municipal de Santarém.

O surto de progresso que está envolvendo, atualmente, a chamada "Pérola do Tapajós", impulsionando os municípios santarenos para um trabalho febril e entusiasmado em prol de u'a maior expansão de suas largas possibilidades econômicas, tem encontrado uma barreira quase intransponível à ergastular suas aspirações maiores, na carência incômoda e insustentável de força motriz bastante suficiente e de fácil alcance, carência essa que tolhe por completo toda e qualquer iniciativa para a disseminação e multiplicação das pequenas indústrias e faz ruir por terra os planos e pretensões para a edificação dos empreendimentos de vulto.

Dá a necessidade imperiosa, imediata e inadiável de se promover em Santarém um movimento conjunto em torno das autoridades locais, para que estas advoguem junto aos altos poderes da República a causa premente do aproveitamento da energia hidráulica do Palhão, reivindicando, assim, para o nosso povo, o direito líquido e certo de nos ombrearmos com as grandes coletividades que mourejam nas prósperas cidades do Sul, colocando-nos,

por força de nossas reais e inegáveis possibilidades, ainda que em potencial, em plano de igualdade com as mesmas.

Qualquer iniciativa que se venha a tomar em face do problema angustiante da energia elétrica entre nós, tentando a sua solução por meios outros que não o atacarmos de frente a montagem de uma Usina Hidro-Elétrica no rio Curuá-Una, terá sempre a eiva de um empreendimento provisório a prazo fixo e de curta duração, não se atingindo jamais o grau superlativo das coisas definitivas e sempiternas.

As nossas entidades oficiais e particulares, ante os pruridos progressistas que estão alvorçando os meios locais, temerosas e impressionadas por essa contingência deprimente imposta pelo nosso pauperismo debilitante em matéria de força motriz, estão cuidando de organizar em Santarém uma Usina de Fôrça e Luz, acionada por motores cuja potência não excederá de 1.200 K. W..

Ora, as previsões do nosso termômetro industrial está a nos mostrar claramente que uma usina com tal capacidade será insuficiente, dentro de reduzido espaço de tempo, para atender às exigências e aos reclamos dos nossos grandes e pequenos industriais. Dêses 1.200 K. W. somente a Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém consumirá 750, ou seja, muito mais da metade do total produzido pela Usina. Isto significa dizer que outra empresa com a envergadura da Companhia de Tecelagem não poderá ser organizada, a não ser com novas e elevadas despesas para reaparelhagem da dita Usina, sem levarmos em consideração o preço absurdo que irá custar ao consu-

AGENCIA HUDSON

M. DA SILVA MARQUES

AUTOMÓVEIS
HUDSON
CAMINHÕES
RÉO

UTIL
Equipamentos
para Garagens

OTTO DEUTZ

AUTOMÓVEIS
STANDARD
RÁDIOS e PICK-UPS
PAILLARD

Motores Marítimos, Estacionários e Eletrodiesel

CUMMINS DIESEL

Motores Marítimos, Estacionários e Eletrodiesel

AVENIDA 15 DE AGOSTO, 150

TELEFONE, 4459

Belém-Pará-Brasil

CAIXA POSTAL, 755

End. Teleg.: "SILVA"

midor a unidade "watt" em relação ao custo da mesma unidade fornecida por uma hidro-elétrica, onerando astronômicamente a produção industrial e dificultando a nossa economia com a sobrecarga de um peso morto senão fácil, pelo menos francamente possível de ser evitado.

Que esteja certo a instalação de uma usina elétrica ou termo-elétrica para suprir as nossas necessidades mais prementes! A tal não nos será lícito opor controvérsias. No entanto, temos de nos fortalecer e nutrir com a idéia fixa e indesejável de que tal será feito em caráter estritamente provisório, sem nos descuidarmos um instante sequer do aproveitamento da energia hidráulica da Cachoeira do Palhão, sob pena de incorreremos em grave e lamentável erro histórico de consequências imprevisíveis, tanto para o setor público-administrativo como para o setor econômico-industrial.

Rasgando amplos horizontes para o futuro da imensa região planiciária aí está o Plano de Valorização da Amazônia, já com suas bases perfeitamente projetadas e definidas. É sabido que um dos objetivos primordiais daquele

estatuto consiste no aproveitamento do potencial hidráulico da Amazônia. Justa, pois, a nossa crença firme e inabalável no cumprimento cabal desse dispositivo, animando-nos a reivindicarmos quanto antes a primazia das atenções do Governo Federal, no sentido de ser dado início dentro do mais breve espaço de tempo, aos trabalhos de montagem da Usina Hidro-Elétrica do Palhão, cuja conclusão será o decreto irrevogável que investirá o Município de Santarém das prerrogativas de grandeza e prosperidade que constituem o apanágio dos maiores centros econômicos do país.

Damos a seguir alguns detalhes dos estudos preliminares levados a efeito pela conceituada Servix Engenharia Ltda., cujos serviços técnicos foram contratados pelo Exmo. Sr. Santino Sirotheau Corrêa, operoso Prefeito Municipal de Santarém, estudos esses em que foi empregada a quantia de trezentos mil cruzeiros.

Características gerais do aproveitamento da Energia Hidráulica da Cachoeira do Palhão

O aproveitamento hidro-elétrico da Cachoeira do Palhão será constituída por uma usina ao fio d'água, localizada na margem esquerda do rio Una, logo ao pé da

Cachoeira do Palhão. A construção será compacta e as unidades geradoras terão dimensões físicas bem consideráveis em virtude da pequena queda a ser aproveitada.

BARRAGEM E DESVIO D'ÁGUA

O rio será barrado logo a montante das corredeiras por uma barragem de construção mista. Começando pela margem direita, onde não existe ombreira propriamente dita, estender-se-á um muro de enrocamento até a beira d'água, de conformação própria para trabalhar como barragem submersa quando as águas subirem além da cota 17,50.

Em prolongamento a este enrocamento e atravessando todo o rio, seguir-se-á uma barragem de concreto com crista vertedoura e forma parabólica e jusante para despejo normal de águas excessivas acima da cota 17,00; em continuação e já formando o paredão exterior do canal de adução das águas à usina seguir-se-á outro muro de concreto, também com crista vertedoura, mas esta à cota 17,50.

O desvio da água será diretamente pela margem esquerda, com grade grossa na entrada, e a corrente líquida será conduzida por canal escavado, na rocha até a casa de força tendo este à esquerda escavação em bruto, com as anfratuosidades apenas recobertas e à direita o muro já citado, com sua crista à cota 17,50, para suplementar o escoamento das enchentes.

CASA DE FORÇA

A casa de força, localizada na margem esquerda, será projetada para comportar duas unidades geradoras de

JOALHERIA CEARENSE

— DE —

JOSÉ SARAIVA MACEDO

Deslumbrante sortimento de joias e relógios

Executa com perfeição e pontualidade
qualquer serviço de ourives

A casa onde os artigos deslumbram
e os preços encantam

RUA JOÃO PESSÔA, 200

CAIXA POSTAL 59

Endereço Telegráfico — MACEDO

SANTAREM

PARÁ

3.000 CV cada uma. Como característica principal apresenta geradora à tomada d'água, dispensando, assim, a tubulação forçada que liga a tomada d'água à casa de força. Será dotada de todo o equipamento moderno de operação e de ponte rolante para a montagem das turbinas e geradores de grande peso de dimensões físicas.

TURBINAS

As turbinas serão do tipo Kaplan que é o mais indicado no presente caso e calculadas para garantirem a plena potência sob queda mínima.

Características :

Queda bruta máxima — 8,00 m.

Queda bruta média — 7,00 m.

Queda bruta mínima — 5,50 m.

Potência normal — 3.000 CV.

Velocidade de rotação — 120 rot.-min..

GERADORES

Os geradores serão trifásicos, de 60 ciclos por segundo, que é a frequência para qual tende presentemente a padronização no Brasil.

Características :

Acoplamento — Direto.

Potência normal — 2.750 KVA.

Frequência — 60 ciclos-segundo.

Fator de potência — 0,80.

ESTAÇÃO TRANSFORMADORA

Será do tipo ao tempo, isto é, estruturas e equipamentos montados externamente dessa forma economizando área construída no edifício da casa de força.

Seu equipamento será construído com proteções contra as intempéries e constará de :

2 bancos de transformadores cada um com 3 transformadores monofásicos de 917 KVA de capacidade resultando em 2.750 KVA por banco.

2 chaves a óleo desligadores para proteção dos transformadores.

Estrutura metálica suporte de condutores e isoladores.

LINHAS DE TRANSMISSÃO

Da usina de Palhão deverá seguir um circuito singelo trifásico para Santarém com as seguintes características fundamentais :

Comprimento aproximado — 65 km.

Tensão de saída — 66 kv.

Tipo de condutor — Cabo de alumínio.

Secção do condutor — o A. WG..

Tipo de posteação — Madeira de lei - estrutura tipo H.

Tipo de isolador — Isoladores de rosário.

ARMAZENS NASSAR

J. Q. NASSAR & CIA.

TECIDOS POR ATACADO

ESCRITÓRIO CENTRAL :

RUA GASPAR VIANA, 24

FONE 3514

Caixa Postal 219 — Telegrama : JONASSAR

Filiais em Bragança, Capanema e nesta cidade

à Rua João Pessoa

SANTARÉM — PARÁ — BRASIL

CASA MARTINS

— DE —

L. MARTINS

ADMIRÁVEL SORTIMENTO DE FAZENDAS,

MIUDEZAS, REDES, ARTIGOS DE MERCEARIA,

PERFUMES E FERRAGENS

RUA JOÃO PESSOA

SANTARÉM

PARÁ

Anexo II – Anúncio de venda de lotes agrícola em Céu azul, Paraná (2020)

24/02/2020

40 alq planta 37 alq ceu azul - Terrenos, sítios e fazendas - Pacaembu, Cascavel 720535986 | OLX



Anunciar



R\$ 8.000.000

40 alq planta 37 alq ceu azul

Publicado em 21/02 às 10:13

Descrição

14 km br 277
 5 de chao
 Planta 37
 Solo ótimo
 Planta se a 20 anos
 Boa de agua
 Casa fraca de madeira
 Barracao 150 m2 aberto
 Estradas com boa logistica

100.000 scs de soja

Detalhes

Categoria	Terrenos, sítios e fazendas	Tipo	FazendCondomínio	R\$	Tamanho	968000m ²
				8.000.000		

Anexo III – Recibo de Compra e venda 1981

RECIBO DE COMPRA E VENDA

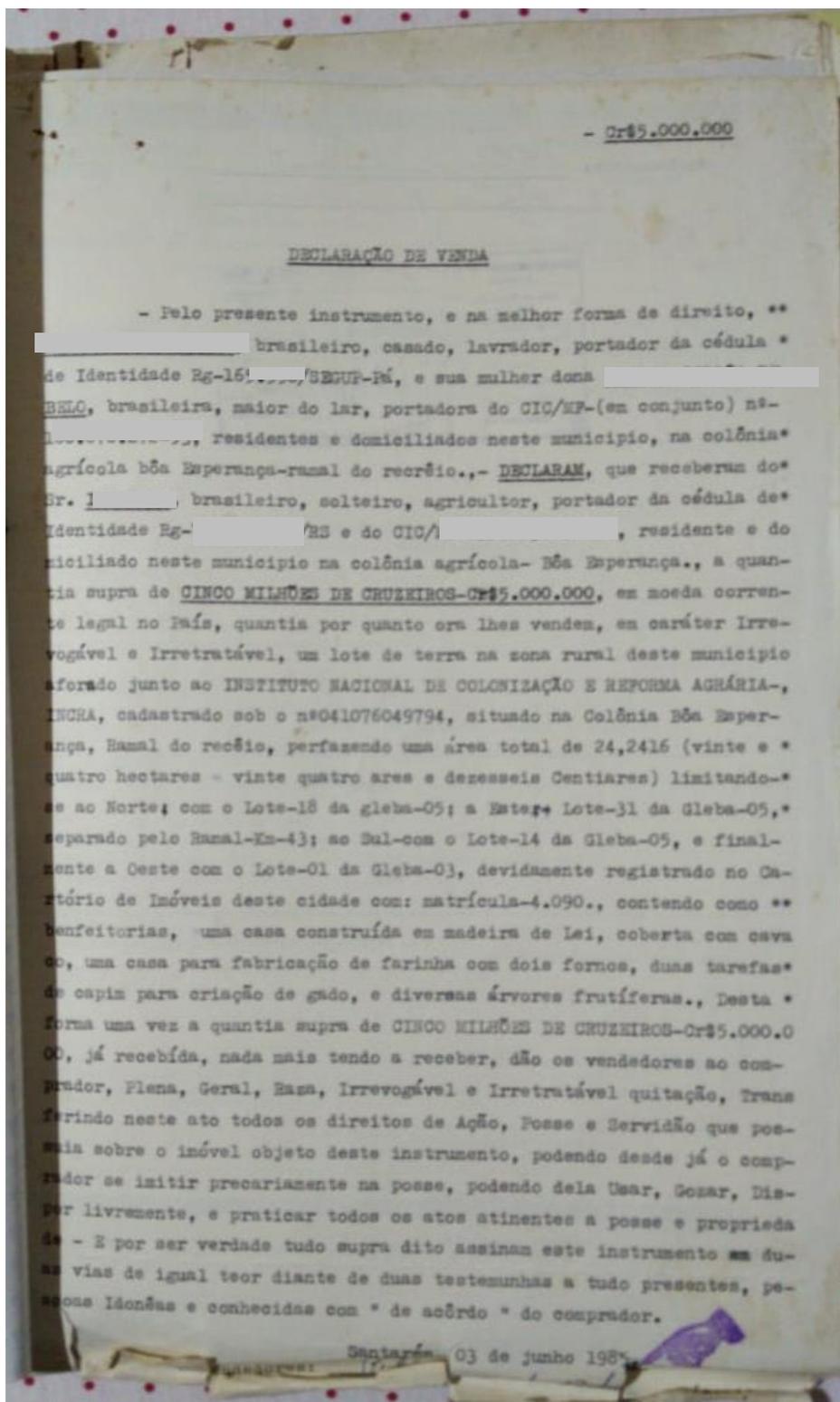
Pelo presente Recibo de Compra e Venda e no melhor termo de direito, o [redacted], brasileiro, solteiro, lavrador maior, portador do CPF- [redacted], residente e domiciliado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, à digo no Bairro do Urumeri, Monte [redacted] isto como legítimo proprietário e vendedor, - declara que vendeu para o Sr. [redacted], brasileiro, casado, comerciante, maior, portador do [redacted], residente e domiciliado na Rodovia Santarém-Curus-Una, Km- 43, nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, - UM TERRENO, situado a Colonia Arroz Doce, sito ao Ramal Arroz doce, medindo 250 metros de frente por 1.000 metros ditos de fundos, compreendendo 10 tafaras de derrobada de mata, Limitando-se pela frente com o Ramal de Arroz Doce, pelo lado direito com José Miranda do Na cimento, pelo lado esquerdo com o Sr. José Soares de Sousa e finalmente pelos fundos com quem de direito, e como de fato efetivamente vendido tem, livre desembaraço de quaisquer ônus, embargos judiciais, ou extrajudiciais, pelo preço e quantia certa de CR\$- 20.000,00 (Vinte MIL CRUZEIROS), que o mesmo comprador pagou e o vendedor recebeu em moeda legal e corrente do País, importância essa que achou conforme e certa foi embolsada, pelo que dá ao comprador plena geral e irrevogável quitação, cedendo e transferindo ao mesmo todo o domínio, direito de ação, posse, servidões ativas e passivas, senhorio de posse, que até então mantinham nua e pacificamente sobre dito Terreno e posse, havendo-se o comprador por bem de ta Recibo e da Cláusula Constitutiva dele se expondo, obrigando-se ainda por si, sucessores herdeiros e fazeres esta venda sempre boa, firme e valiosa todo o tempo, pgn do o comprador a a lvo de constatações futuras e a responder por evicção de direito.

SANTARÉM (PA), 26 de OUTUBRO de 1.981.

 Edson de Souza
Edson de Souza

Test: [redacted]
Raimundo Pereira Filho

Anexo IV – Recibo de compra e venda 1985



Anexo VI – Recibo de compra e venda 2002

RECIBO DE COMPRA E VENDA

R\$- 5.000,00

Pelo presente Recibo de Compra e Venda e no melhor termo de direito, os Srs. _____, portador do CIC/MF _____ e sua esposa a _____ ambos brasileiros, casados, maiores, residentes e domiciliados neste Município de Santarém/Pá., Neste ato como legítimos possuidores e Vendedores., DECLARAM, que venderam para o Sr. _____ brasileiro, casado, agricultor, portador da RG _____ SSP/PR e do CIC/MF _____, residente e domiciliado neste Município de Santarém/Pá., Os seguintes Lotes de Terras Rural a saber:-

01) LOTE, denominado "Sítio Sao José", localizado na Colonia Modelo Santarém Ramal do Arroz Doce, com área de 26,3 has, neste Município de Santarém, com Cadastro no Incra nº 041076 061697-8.

02) LOTE, denominado "Sítio Alegria", localizado na Colonia Modelo Santarém Ramal do Arroz Doce, com área de 50,0 has, neste Município de Santarém/Pá., com Cadastro no Incra nº 041076 125067-5.

03) LOTE, denominado "Sítio Arroz Doce", localizado na Colonia Modelo Santarém/Pá., Ramal Arroz Doce, com área de 25,00 has, neste Município de Santarém/Pá., com Cadastro no Incra nº 041076127795-6.

E como de fato efetivamente vendido tem, livre desembaraçada de quaisquer ônus, embargos judiciais ou extra-judiciais, pelo preço e quantia certa de R\$- 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), que o mesmo Comprador pagou e os Vendedores receberam em moeda legal e corrente do País, importância essa que achada conforme e certa foi embalsada, pelo que dão ao Comprador, plena, geral e irrevogável quitação, cedendo e transferindo ao mesmo todo o domínio, direito de ação, posse, servidões Ativas e Passivas, senhorio de posse, que até então mantinham mansa e pacificamente sobre ditos LOTES DE TERRAS e posse, havendo-se o Comprador por bem deste Recibo e da Cláusula Constituíti dele se empossado, obrigando-se ainda por si, sucessores e herdeiros a fazerem essa venda sempre bôa, firme e valiosa todo o tempo, pondo o Comprador a salvo de contestações futuras e a responder por evicção de direito.

Santarém/Pá., 12 de Agosto de 2.002

TESTEMUNHAS: _____

Anexo VII – Recibo de compra e venda 2006

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SANTARÉM-ESTADO DO PARÁ

TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

CNPJ Nº 04.542.403/0001-13

HEL JOÃO DE MENDONÇA ALHO
TABELIÃO VITALICID

PRIMEIRO TRASLADO
LIVRO nº 003-B
FOLHA 191

DEA DE MENDONÇA ALHO LAÍS DE CÁSSIA DE MENDONÇA ALHO DE SÁ ESMERALDINA C. SUSSUARANA Nº HELENILDA R. O. OLIVEIRA
ESCREVENTES AUTORIZADAS

RUA FLORIANO PEIXOTO, 487 - CENTRO - CEP 68005-060 - TELEFAX: (83) 3523-4383/3522-3876 - 3064 8233

SUBSTABELECIMENTO DA PROCURAÇÃO que faz **IVO EICH**

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que aos catorze (14) dias do mês de outubro do ano dois mil e oito (2.008), da Era Cristã, nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, perante mim, tabelião, compareceu como **OUTORGANTE SUBSTABELECENTE**, em Cartório, **IVO EICH**, brasileiro, casado, autônomo, portador da Carteira de Identidade nº 5865540/SSP-PA e do CPF, nº 195 613 852-87, residente e domiciliado nesta cidade, na Alameda Norte, nº 349, bairro Santana, reconhecido como o próprio por mim, tabelião, do que dou fé. Pelo **OUTORGANTE SUBSTABELECENTE** me foi dito que _____

substabelecido tem, sem reservas em favor de **HELIO FRANCO DA CRUZ**, brasileiro, casado, agricultor, portador da Carteira de Identidade nº 32433359/SSP-PR e do CPF, nº 589 479 909-06, residente e domiciliado na Rodovia Santarém Curuá Una, km 42, Comunidade Boa Esperança, neste município; **TOLDO** as procurações, inclusive, em causa própria, que lhes foram conferidos por **RUBEM CUNHA REBELO e sua mulher**, através do instrumento público de procuração lavrado nas Notas deste Cartório, às fls. 73, livro nº 70, de onze (11) de agosto de mil novecentos e oitenta e seis (1.986), cuja original me foi apresentado e passa a fazer parte integrante e indissociável do primeiro traslado deste instrumento e por cópias ficam arquivadas nestas notas para os devidos fins. ASSIM o disse, do que dou fé, e me pediu este instrumento, que lhes li e achando conforme, aceitou e assina. Dou fé. Eu **JOÃO DE MENDONÇA ALHO**, tabelião, que a mandei digitar, subscrevo e assino. (a) **JOÃO DE MENDONÇA ALHO** Santarém, 14 de outubro de 2.008. (aa) **IVO EICH**. Traslada, hoje, pela primeira vez. Eu, _____ tabelião, subscrevo e assino em público e raso.

Em test. da verdade.
Santarém - PA, 14 de outubro de 2.008.

O tabelião, _____

M^{te} Helenilda R. O. Oliveira
Escrvente
Cartório do 1^o Ofício
Santarém - Pará



Anexo VIII - Contrato de arrendamento de terra agricultável em Boa Esperança (2014)

CONTRATO DE ARRENDAMENTO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE
CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE
IMÓVEL RURAL que entre si fazem, 1 [REDACTED]
([REDACTED] como
ARRENDADOR, de um lado, e de outro,
[REDACTED] como
ARRENDATÁRIA, na forma abaixo:

Pelo presente instrumento particular de contrato de arrendamento, e na melhor forma de direito, os contratantes no final assinados e a seguir qualificados e identificados declaram que resolveram, acordaram e contrataram o presente, regulando-se as obrigações entre as partes cláusulas e condições constantes deste contrato:

ARRENDADOR: [REDACTED], brasileiro, casado, agricultor, portador de RG nº [REDACTED] SESP/PA, e devidamente inscrito no CPF/MF nº [REDACTED] e sua esposa [REDACTED] S RG : [REDACTED] SSP-PR e CPF é [REDACTED] residentes e domiciliados na comunidade de Boa Esperança, município de Santarém, Estado do Pará.

ARRENDATÁRIA: [REDACTED] brasileira, casada, agricultora, portadora de RG nº [REDACTED] SSP/PR devidamente inscrito no CPF/MF nº [REDACTED] residente e domiciliada na Rodovia Santarém Curua-Uma Km 45, comunidade de Boa Esperança, município de Santarém, Estado do Pará.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O ARRENDADOR é senhor e legítimo possuidor e proprietário, do extenso imóvel rural, com área total de 25 há (vinte e cinco hectares) localizado no Ramal do 45, na comunidade de Boa Esperança, neste Município e Comarca.

CLÁUSULA SEGUNDA: O ARRENDADOR arrenda para a ARRENDATÁRIA somente uma parte do imóvel acima descrito, que consiste em uma área de 10 há (dez hectares) para o cultivo de lavouras temporárias.

CLÁUSULA TERCEIRA: o presente contrato é feito por um período de 5 (cinco) anos, com início em 01 de junho de 2014 e término em 01 de junho de 2019,

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O presente contrato é celebrado sob a condição expressa de sua irrevogabilidade e irretroatividade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorrerem deste contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca, com renúncia expressa de qualquer outra, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram aceitar o presente contrato nos expressos termos em que foi lavrado, obrigando-se a si, seus herdeiros e sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

E, por estarem assim ajustados, firmam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.

Santarém, 01 de junho de 2014.

ARRENDADOR: PEDRO [REDACTED]

ARRENDATÁRIA: JANETE [REDACTED]

[Handwritten signature]

TESTEMUNHAS:

1. _____

NOME:

2. _____

NOME:

APÊNDICES

Apêndice I – Rotina de tratamento de dados

* ROTINA DE TRATAMENTO DA BASE DE DADOS – André das Chagas Santos*

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL IDADE*

```
label variable idade "Idade"
label define Idade 1 ate_vinteanos 2 vinteum_trinta 3 trintaum_quarenta 4
quarentaum_cinquenta 5 cinquentaum_sessenta 6 mais_de_sessentaanos
label values idade "Idade"
```

* CRIAR VARIÁVEL DE FAXA ETÁRIA ENTREVISTADOS*

```
gen GrupoIdade =.
replace GrupoIdade = 1 if idade >= 1 & idade <= 20
replace GrupoIdade = 2 if idade >= 21 & idade <= 30
replace GrupoIdade = 3 if idade >= 31 & idade <= 40
replace GrupoIdade = 4 if idade >= 41 & idade <= 50
replace GrupoIdade = 5 if idade >= 51 & idade <= 60
replace GrupoIdade = 6 if idade >= 60
```

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL ESCOLARIDADE*

```
label variable escolaridade "Escolaridade"
label define ESCOLARIDADE 1 Fundamental_Incompleto 2
Fundamental_Completo 3 Medio 4 Superior_Incompleto 5 Superior_Completo 6
Pos_graduacao
label values escolaridade "Escolaridade"
```

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL RENDA DA PROPRIEDADE*

```
label variable renda_da_propriedade "Renda_Da_Propriedade"
label define renda_da_propriedade 1 Um_Salario 2 Dois_Salarios 3 Tres_Salarios 4
Quatro_a_dez_Salarios 5 Mais_de_dez_Salarios
label values renda_da_propriedade Renda_Da_Propriedade
```

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL APOSENTADOS*

```
label variable aposentados "Aposentados"
label define Sexo 0 nao 1 sim
label values aposentados Aposentados
```

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL GESTAO NA COMUNIDADE *

```
label variable gestao_na_comunidade "Gestao_Na_Comunidade"
label define Gestao_Na_Comunidade 1 Sim 0 Nao
label values gestao_na_comunidade Gestao_Na_Comunidade
```

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL FILHOS*

label variable filhos "Filhos"
label define Filhos 1 0 2 1 3 2 4 3 5 Mais de 3
label values filhos Filhos

*** ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL FILHOS QUE TRABALHAM NA PROPRIEDADE***

label variable filhos_trabalham "Filhos_que_atuam_na_propriedade"
 label define filhos_trabalham 1 Sim 0 Nao
 label values filhos_trabalham Filhos_que_atuam_na_propriedade

*** ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL PROPRIEDADE***

label variable propriedade "Propriedade"
label define Propriedade 1 própria 2 arrendada 3 própriaarrendada
label values propriedade Propriedade

*** ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL AREA ***

label variable area "Area"
 label define Area 1 Ate1salariominimo 2 Maisde1ate2salariosminimos 3 Maisde2ate3salariosminimos 4 Maisde3salariosminimos
 label values renda_fami~r RendaFamiliar

*** ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL AREA UTILIZADA***

label variable Area_utilizada_para_o_trabalho "Area_Utilizada_para_o_Trabalho"
 label define MotivodaDemanda
 label values tipo_do_conflito___atendimento MotivodaDemanda

*** ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL CULTIVO MILHO***

label variable milho "Milho"
label define Milho 1 Sim 0 Nao
label values milho Milho

*** ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL CULTIVO DE FEIJÃO***

label variable feijao "Feijao"
 label define Feijao **1 Sim 0 Nao**
 label values feijão Feijao

*** ROTULAR VALORES DA CULTIVO DE ARROZ***

label variable arroz "Arroz"
 label define Arroz **1 Sim 0 Nao**
 label values arroz Arroz

*** ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL CULTIVO DE SOJA***

label variable soja "Soja"
 label define Soja **1 Sim 0 Nao**
 label values soja Soja

*** ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL CULTIVO DE LARANJA***

label variable laranja "Laranja"
 label define Laranja **1 Sim 0 Nao**
 label values laranja Laranja

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL CULTIVO DE COCO*

label variable coco "Coco"
 label define Coco **1 Sim 0 Nao**
 label values coco Coco

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL CULTIVO DE MANDIOCA *

label variable mandioca "Mandioca"
 label define Mandioca **1 Sim 0 Nao**
 label values mandioca Mandioca

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL CULTIVO DE SORGO*

label variable sorgo "Sorgo"
 label define Sorgo **1 Sim 0 Nao**
 label values sorgo Sorgo

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL CULTIVO DE LIMAO *

label variable limao "Limao"
 label define Limao **1 Sim 0 Nao**
 label values limao Limao

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL CULTIVO DE MARACUJÁ*

label variable maracuja "Maracuja"
 label define maracuja **1 Sim 0 Nao**
 label values maracuja Maracuja

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL CULTIVO DE ACEROLA *

label variable acerola "Acerola"
 label define acerola **1 Sim 0 Não**
 label values acerola Acerola

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL CULTIVO DE PIMENTA DO REINO*

label variable pimenta_do_reino "Pimenta_Do_Reino"
 label define Pimenta_Do_Reino **1 Sim 0 Não**
 label values pimenta_do_reino Pimenta_Do_Reino

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL CRIA BOVINOS *

label variable bovinos "Bovinos"
 label define Bovinos **1 Sim 0 Não**
 label values bovinos Bovinos

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL CRIA AVES*

label variable aves "Aves"
 label define Aves 0 Nao 1 Sim
 label values aves Aves

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL MÃO DE OBRA DA PROPRIEDADE*

label variable mao_de_obra "Mao_De_Obra"

label define Mao_De_Obra 1 totalmenteFamiliar 2 Familiar e terceirizada 3 tercerizada

label values mao_de_obra Mao_De_Obra

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL PREPARO DA TERRA*

label variable corte_queima_coivara "Corte_Queima_Coivara"

label define corte_queima_coivara 0 Nao 1 Sim

label values corte_queima_coivara Corte_Queima_Coivara

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL PREPARO DA TERRA *

label variable mecanizada "Mecanizada"

label define Mecanizada 0 Nao 1 Sim

label values mecanizada Mecanizada

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL PREPARO DA TERRA*

label variable adubacao_organica "Adubacao_Organica "

label define Adubacao_Organica 0 Nao 1 Sim

label values adubacao_organica Adubacao_Organica

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL PLANTIO*

label variable equipamentos_manuais "Equipamentos_Manuais"

label define Equipamentos_Manuais 0 Nao 1 Sim

label values equipamentos_manuais Equipamentos_Manuais

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL PLANTIO*

label variable plantadeira_mecanica " Plantadeira_Mecanica "

label define Plantadeira_Mecanica 0 Nao 1 Sim

label values plantadeira_mecanica Plantadeira_Mecanica

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL CONTROLE DE PRAGAS*

label variable capina " Capina "

label define Capina 0 Nao 1 Sim

label values capina Capina

* ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL CONTROLE DE PRAGAS*

label variable herbicida "Herbicida"

label define Herbicida 0 Nao 1 Sim

label values herbicida Herbicida

* ROTULAR VALORES DA CONTROLE DE PRAGAS*

label variable pesticida "Pesticida"
 label define Pesticida 0 Nao 1 Sim
 label values pesticida Pesticida

*** ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL CONTROLE DE PRAGAS***

label variable defensivos_organicos "Defensivos_Organicos"
 label define Defensivos_Organicos 0 Nao 1 Sim
 label values defensivos_organicos Defensivos_Organicos

*** ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL COLHEITA***

label variable colheita_manual " Colheita_Manual "
 label define Conheita_Manual 0 Nao 1 Sim
 label values colheita_manual Colheita_Manual

*** ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL COLHEITA***

label variable colheita_mecanizada " Colheita_Mecanizada "
 label define Colheita_Mecanizada 0 Nao 1 Sim
 label values colheita_mecanizada Colheita_Mecanizada

*** ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL ONDE COMERCIALIZA A PRODUÇÃO***

label variable feira " Feira"
 label define Feira 0 Nao 1 Sim
 label values feira Feira

*** ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL ONDE COMERCIALIZA A PRODUÇÃO ***

label variable comunidade "Propria_Comunidade"
 label define Propria_Comunidade 0 Nao 1 Sim
 label values comunidade Propria_Comunidade

ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL ONDE COMERCIALIZA A PRODUÇÃO *

label variable atravessador "Atravessador"
 label define Atravessador 0 Nao 1 Sim
 label values atravessador Atravessador

ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL ONDE COMERCIALIZA A PRODUÇÃO *

label variable cooperativa " Cooperativa"
 label define Cooperativa 0 Nao 1 Sim
 label values cooperativa Cooperativa

ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL ONDE COMERCIALIZA A PRODUÇÃO *

label variable exportacao " Exportacao"
 label define Exportacao 0 Nao 1 Sim
 label values exportacao Exportacao

ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL ONDE COMERCIALIZA A PRODUÇÃO *
label variable empresas_locais "Empresas_Locais"
label define Empresas_Locais 0 Nao 1 Sim
label values empresas_locais Empresas_Locais

ROTULAR VALORES DA VARIÁVEL ONDE COMERCIALIZA A PRODUÇÃO *
label variable outros "Outros"
label define Outros 0 Nao 1 Sim
label values outros Outros

Apêndice II – Questionário aplicado aos produtores da comunidade de Boa Esperança

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA

Este questionário objetiva o levantamento de dados para a elaboração da Tese de Doutorado em Sociedade, Natureza e desenvolvimento, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), do discente André das Chagas Santos, sob a Orientação da Professora Tereza Ximenes Ponte, e Coorientação da Professora Izaura Cristina Costa.

O estudo tem o objetivo de analisar as transformações no uso e ocupação do território na Comunidade de Boa Esperança, localizada em Santarém, região oeste do Pará, a partir da década de 1970 até 2018. para com isso compreender as dinâmicas territoriais intrínsecas a este território e como elas se configuram na contemporaneidade.

As informações obtidas serão tratadas de forma conjunta e a identidade dos respondentes será mantida em confidencialidade.

Parte I – Perfil Socioeconômico

1 – Qual é a sua idade?

- | | |
|---------------------|-------------------------|
| 1. () até 20 anos | 4. () 41 a 50 anos |
| 2. () 21 a 30 anos | 5. () 51 a 60 anos |
| 3. () 31 a 40 anos | 6. () acima de 61 anos |

2 – Qual é o seu nível de escolaridade?

- | | |
|---------------------------------------|------------------------------------|
| 1. () Ensino Fundamental Incompleto; | 4. () Ensino Médio Completo; |
| 2. () Ensino Fundamental Completo; | 5. () Ensino Superior Incompleto; |
| 3. () Ensino Médio Incompleto; | 6. () Ensino Superior completo |

3 – Qual é a renda mensal média de sua propriedade?

- | | |
|-----------------------------|-------------------------------|
| 1. () menos de um salário; | 4. () três salários; |
| 2. () um salário; | 5. () quatro a dez salários; |
| 3. () dois salários; | 6. () mais de dez salários; |

4 - Na propriedade moram pessoas aposentadas ou que tem outra atividade?

1. Não;
2. Sim, aposentado;

Sim, outras atividades;

Se sim, quantas pessoas? _____

Qual a atividade? _____

5 – Você tem algum cargo de gestão/administração em sua comunidade?

1. Sim;
2. Não;

Se sua resposta for sim, descreva qual é o cargo:

6 – Quantos filhos você tem?

- | | |
|---|---|
| 1. <input type="checkbox"/> Nenhum; | 4. <input type="checkbox"/> Tenho 3 filhos; |
| 2. <input type="checkbox"/> Tenho 1 filho; | 5. <input type="checkbox"/> Tenho mais de 3 filhos; |
| 3. <input type="checkbox"/> Tenho 2 filhos; | |

Se você tem filho(s), quantos atuam na sua propriedade?

PARTE II – PERFIL DO PRODUTOR E TRABALHO

7 – A propriedade em que trabalha é própria?

- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| 1. <input type="checkbox"/> Sim | 2. <input type="checkbox"/> Não |
|---------------------------------|---------------------------------|

Quantos hectares a propriedade?

8 – Quantos hectares são cultivados?

9 - Qual(is) a(s) principal(is) atividade/culturas desenvolvida(as) em sua propriedade?

- | | |
|--------------------------------------|--|
| 1. <input type="checkbox"/> Milho; | 7. <input type="checkbox"/> mandioca; |
| 2. <input type="checkbox"/> Feijão; | 8. <input type="checkbox"/> Sorgo; |
| 3. <input type="checkbox"/> Arroz; | 9. <input type="checkbox"/> Limão; |
| 4. <input type="checkbox"/> Soja; | 10. <input type="checkbox"/> Maracujá; |
| 5. <input type="checkbox"/> Laranja; | 11. <input type="checkbox"/> Acerola; |
| 6. <input type="checkbox"/> Coco; | 12. <input type="checkbox"/> Pimenta do reino; |

13. () Bovinos;

15. () Aves;

14. () Suínos;

Outras – Descrever abaixo em caso de cultivo de outras culturas/atividades não citadas acima.

10 – A mão de obra (serviço) empregada na propriedade é:

1. () Totalmente familiar;

3. () Totalmente terceirizada;

2. () Parte familiar e parte

4. () Outro – Descrever abaixo:

terceirizada;

11 – No preparo da terra você utiliza técnicas de:

1. () corte e queima e coivara;

3. () adubação orgânica;

2. () mecanização (grades,
arados);

4. () adubação química;

12 – No cultivo você utiliza:

1. () Equipamentos manuais;

2. () plantadeiras mecânica;

13 – O controle de ervas daninhas e pragas é feito com:

1. () capina;

2. () herbicidas;

3. () pesticidas;

4. () defensivos orgânicos (tucupi, fumo, etc);

14 – A colheita é feita com trabalho;

1. () manual;

2. () mecanizado;

15 – A comercialização da produção é feita:

1. nas feiras da cidade;
2. na própria comunidade;
3. para atravessadores;
4. cooperativas;
5. exportação;
6. empresas locais;
7. outros;